

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE ARTES E DESIGN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES, CULTURA E LINGUAGENS**

**Elza Helena Martins Vieira**

**A Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba, entre tradições e contradições:**  
Arte e Arquitetura religiosas na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII a XX).

Juiz de Fora

Ano 2024

Elza Helena Martins Vieira

**A Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba, entre tradições e contradições:**  
Arte e Arquitetura religiosas na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII a XX).

Dissertação apresentada para banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Arte, Moda: História e Cultura.

Linha de pesquisa: Arte, Moda: História e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Quinet de Andrade Pifano (UFJF/IAD)

Juiz de Fora

Ano 2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vieira, Elza Helena Martins.

A Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba, entre tradições e contradições: Arte e Arquitetura religiosas na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII a XX). / Elza Helena Martins Vieira. -- 2024.  
281 p. : il.

Orientadora: Raquel Quinet de Andrade Pifano  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Artes e Design. Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens, 2024.

1. Arte e Arquitetura religiosas mineira. 2. Igreja Matriz de São Manoel. 3. Zona da Mata Mineira. 4. Rio Pomba. 5. Padre Manoel de Jesus Maria. I. Pifano, Raquel Quinet de Andrade, orient. II. Título.

**Elza Helena Martins Vieira**

**A Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba, entre tradições e contradições:**

Arte e Arquitetura religiosas na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII a XX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes, Cultura e Linguagens. Área de concentração: Teorias e Processos Poéticos Interdisciplinares.

Aprovada em 22 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

**Dra. Raquel Quinet de Andrade Pifano** - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora/IAD/PPGACL

**Dr. Rodrigo Christofolletti**

Universidade Federal de Juiz de Fora/ICH/PPGH

**Dra. Leticia Martins de Andrade**

Universidade Federal de São João del-Rei /PGHIS

Juiz de Fora, 21/03/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Quinet de Andrade Pifano, Professor(a)**, em 22/03/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofolletti, Professor(a)**, em 22/03/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Martins de Andrade, Usuário Externo**, em 22/03/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1758692** e o código CRC **E9ADC3E5**.

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Vivaldo e Terezinha, aos meus irmãos, sobrinhas e sobrinhos. Também ao meu irmão Paulinho (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do PPG-ACL/IAD-UFJF por se adequarem as limitações impostas pela situação de isolamento causado pela Pandemia da COVID-19 que assolou o mundo todo desde o ano de 2019 até o início do ano de 2021, quando finalmente pudemos voltar ao cotidiano de nossas vidas sem os temores iniciais do contágio.

À direção e reitoria de Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF que manteve a disponibilidade dos cursos possibilitando que vários profissionais tivessem acesso e pudessem, durante o período de isolamento, continuar a se especializarem mesmo durante um dos momentos mais obscuros de saúde pública de nossa sociedade e também diante do atual quadro econômico e político no Brasil, onde a falta de recursos e incentivos destinados a área da Educação impactam em todas as Universidades Federais do país.

Em especial, agradeço a Prof<sup>a</sup>. Dra. Raquel Quinet de Andrade Pifano pela orientação, competência e profissionalismo tão importantes. Agradeço também pelo apoio pessoal em momentos delicados, por acreditar em minha pesquisa e me orientar na produção de um estudo útil e de qualidade para futuros pesquisadores.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti (UFJF/ICH) e Profa. Dra. Leticia Martins de Andrade (UFSJ/MG), que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. Agradeço pela atenção e conversas breves, porém importantíssimas.

Às secretárias do PPG-ACL/IAD-UFJF Flaviana Polisseni e Lara Velloso que tão gentilmente nos atenderam, informaram e cuidaram com zelo de nossas obrigações acadêmicas, sempre com profissionalismo e prestatividade.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por ter possibilitado com seu auxílio financeiro, o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a equipe da Secretaria de Cultura de Rio Pomba, em destaque os auxílios de Assuéro Araújo, que trabalhou no Museu Histórico de Rio Pomba e de Geraldo Rodrigues Vaz pelo apoio e fornecimento de informações importantes para a minha pesquisa.

À Carmem Lucia Marini Vieira Júlio, pela recepção acolhedora e a disponibilização de informações sobre a sua família que ajudaram a complementar minha pesquisa.

À minha família e aos meus amigos, por me apoiarem incondicionalmente. Em especial agradeço aos amigos André Vieira Colombo e Valtencir Almeida dos Passos pelo apoio, incentivo e colaboração em vários momentos de minha jornada pessoal e acadêmica.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender a trajetória construtiva de existência da Igreja Matriz de São Manoel, enquanto sede paroquial da antiga Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato. A edificação, enquanto representante de uma unidade paroquial, tem uma importância regional e uma história rica em tradições e contradições. Seu acervo de bens móveis e integrados guarda fragmentos de memória que remetem às primeiras ocupações da região nas décadas finais do século XVIII e que compõem atualmente várias cidades da Zona da Mata Mineira. A igreja teve sua origem como uma capela simples construída por volta do ano de 1771, passando por transformações ao longo dos anos, como ampliações e demolições, até apresentar a forma que pode ser contemplada hoje no centro da cidade, adquirindo importância e proteção como patrimônio cultural da cidade. Porém, este acervo ainda é pouco estudado, causando uma lacuna na historiografia cultural da região e conseqüente risco de perda deste patrimônio cultural. Desta forma, utilizamos como base a metodologia e no referencial teórico da História da Arte e da História da Arquitetura. Ao final das análises, apresentamos os resultados alcançados, que envolvem informações sobre a construção da primeira capela nas décadas finais do século XVIII, as transformações que o templo sofreu ao longo do século XIX, por meio de reformas e reconstruções, até a primeira metade do século XX, quando a edificação assume uma linguagem eclética que estava em voga naquele momento.

Palavras-chave: Arte sacra e religiosa; Arquitetura religiosa mineira; Igreja Matriz de São Manoel; Rio Pomba; Zona da Mata Mineira.

## RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo comprender la trayectoria constructiva de la Iglesia Matriz de São Manoel, en calidad de sede parroquial de la antigua Parroquia del Mártir São Manoel de los Sertões del Río da Pomba y del Peixe de los Índios Cropó y Croato. La edificación, en tanto que representante de una unidad parroquial, posee una importancia regional y una historia rica en tradiciones y contradicciones. Su acervo de bienes muebles e integrados guarda fragmentos de memoria que remiten a las primeras ocupaciones de la región en las décadas finales del siglo XVIII y que actualmente componen varias ciudades de la Zona da Mata Mineira. La iglesia tuvo su origen como una capilla sencilla construida alrededor del año 1771, experimentando transformaciones a lo largo de los años, como ampliaciones y demoliciones, hasta presentar la forma que puede ser contemplada hoy en el centro de la ciudad, adquiriendo importancia y protección como patrimonio cultural de la ciudad. Sin embargo, este acervo aún es poco estudiado, causando una brecha en la historiografía cultural de la región y un consecuente riesgo de pérdida de este patrimonio cultural. De esta manera, utilizamos como base la metodología y el referencial teórico de la Historia del Arte y de la Historia de la Arquitectura. Al final de los análisis, presentamos los resultados obtenidos, que incluyen información sobre la construcción de la primera capilla en las últimas décadas del siglo XVIII, las transformaciones que sufrió el templo a lo largo del siglo XIX, mediante reformas y reconstrucciones, hasta la primera mitad del siglo XX, cuando el edificio adoptó un lenguaje ecléctico en boga en la época.

Palabras clave: Arte sagrado y religioso; Arquitectura religiosa minería; Iglesia Matriz de São Manoel; Rio Pomba; Zona de la Mata Mineira.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa da Zona da Mata Mineira com a divisão atual dos municípios.....	19
Figura 02: Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 1960.....	21
Figura 03: Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 2018.....	22
Figura 04: Imagem de São Manoel após a restauração em 2021. Século XVIII. Autoria atribuída: Aleijadinho .....	23
Figura 05: Retábulo da igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba. Vista frontal .....	23
Figura 06: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – nave e capela-mor.....	23
Figura 07: Região dos sertões do leste no recorte da “ <i>Karte der Capitanía von Minas Geraes</i> ” de W. von Eschwege – 1822.....	30
Figura 08: Carta geográfica de Minas Geraes (1746-1759).....	31
Figura 09: Litogravura Botocudos. Autor: Pierre Roche Vignerón (1789-1872).....	36
Figura 10: Litogravura - Puri. Autor: Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850).....	36
Figura 11: Litogravura - Coroados e Coropós.....	36
Figura 12: Litogravura - Benguela / Congo.....	39
Figura 13: Litogravura - Cabinda / Quiloa / Rebolla / Mina.....	39
Figura 14: Litogravura – Moçambique.....	39
Figura 15: Recorte do mapa topográfico e hidrográfico da capitania de Minas Geraes.....	50
Figura 16: S. Manoel Mártir.....	57
Figura 17: Pintura policromada de forro de madeira representando o mártir São Manoel	59
Figura 18: Imagem retabular de São Manoel. Escultura Sacra. Séc. XVIII.....	59
Figura 19: Imagem menor de São Manoel trazida pelo Padre Manoel de Jesus Maria ....	60
Figura 20: Imagem de São Manoel após a restauração em 2021. Século XVIII.....	60
Figura 21: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (2ª metade do Século XIX). Vista da fachada frontal, retábulo-mor, nave e retábulos colaterais.....	76
Figura 22: Carl Hermann Conrad Burmeister (1807-1892). Vila da Pomba vista a partir do sul. 1853.....	92

Figura 23: H. Burmeister. Vila da Pomba vista a partir do sul. 1853. Litografia colorida – recorte central.....	96
Figura 24: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vista da fachada frontal e lateral direita.....	97
Figura 25: Igreja de Santo Antônio. Vista da fachada frontal e lateral direita.....	98
Figura 26: Igreja do Santuário do Bom Jesus de Bacalhau .....	98
Figura 27: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vista do interior: nave, capela-mor, corredores laterais, tribuna e coro.....	99
Figura 28: Igreja de Santo Antônio. Vista do interior: nave, capela-mor, corredores laterais, tribuna e coro.....	100
Figura 29: Comparação entre a litogravura de Hermann Burmeister e uma vista geral atual do centro urbano da cidade de Rio Pomba considerando o mesmo ponto de visada	101
Figura 30: Cidade de Rio Pomba/MG. Em destaque, observa-se a Igreja Matriz de São Manoel com duas torres frontais. Pintura a óleo sobre tela.....	107
Figura 31: Recorte central /Volumetria da igreja Matriz de São Manoel com duas torres frontais. Pintura a óleo sobre tela. ....	108
Figura 32: Cidade de Rio Pomba. Vista parcial do centro. Em destaque encontra-se a igreja matriz construída em 1920, com torre central.....	108
Figura 33: Recorte da ficha de avaliação da Igreja Matriz de São Manoel preenchida pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz.....	110
Figura 34: Igreja Matriz de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição. Vista da fachada frontal, nave e capela-mor .....	112
Figura 35: Igreja Matriz de NS do Bonfim. Vista da fachada frontal, nave e capela-mor	113
Figura 36: Antiga Igreja Matriz de São João Batista (Século XIX).....	114
Figura 37: Atual Igreja Matriz de São João Batista (1907).....	114
Figura 38: Atual Igreja Matriz de São João Batista.....	114
Figura 39: Antiga Igreja Matriz de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> . das Dores (1810, Colonial/duas torres).....	115
Figura 40: Atual Igreja Matriz de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> . das Dores, construída em 1942, eclética – neorromânica, com duas torres.....	115
Figura 41: Atual Igreja Matriz de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> . das Dores, construída em 1942, eclética – neorromânica, com duas torres. Vista do interior: capela-mor. Dores do Turvo/MG.....	116
Figura 42: Igreja Matriz de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> . das Dores. Detalhe da pintura de Edson Motta existente no interior da Igreja Matriz de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> das Dores.....	116

Figura 43: Igreja Matriz de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição (Colonial/Império/duas torres). Vista externa (fachadas) e interna (nave e capela-mor).....	177
Figura 44: Igreja Matriz de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição (moderna/uma torre).....	177
Figura 45: Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia (Colonial/Império/duas torres).....	118
Figura 46: Atual Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia. Construída entre 1955 - 1960, eclética – de torre central.....	118
Figura 47: Antiga Igreja Matriz de São João Nepomuceno construída em 1840.....	119
Figuras 48: Igreja Matriz de São João Nepomuceno. Vista da fachada frontal e do interior – nave e capela-mor.....	119
Figura 49: Classicismo.....	121
Figura 50: Românico.....	121
Figura 51: Gótico.....	122
Figura 52: Renascimento.....	122
Figura 53: Detalhes da base (sotabanco e banco): mesa do altar à frente, banqueta e sacrário posteriores.....	126
Figura 54: Representação gráfica do retábulo da Igreja Matriz de São Manoel.....	127
Figura 55: Retábulo da Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba. Vista frontal.....	128
Figuras 56 e 57: Tarja (a) e rocalhas (b) decorativas.....	128
Figura 58: Detalhe do corpo central/painel lateral à esquerda com a imagem de São José .....	129
Foto 59: Detalhe do corpo central/painel lateral à direita com a imagem N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> da Conceição .....	129
Figura 60: Retábulo-mor da Igreja Matriz de N <sup>o</sup> .S <sup>o</sup> do Bonfim (2 <sup>a</sup> metade do Século XIX). Vista frontal .....	131
Figura 61: Retábulo lat. direita da Igreja Matriz de N <sup>o</sup> .S <sup>o</sup> do Bonfim (1 <sup>a</sup> metade do Século XIX). Vista frontal.....	133
Figura 62: Retábulo lat. esquerda da Igreja Matriz de N <sup>o</sup> .S <sup>o</sup> do Bonfim (1 <sup>a</sup> metade do Século XIX). Vista frontal.....	133
Figura 63: Retábulo-mor da Igreja Matriz de São João Nepomuceno (1 <sup>a</sup> metade do Século XIX). Vista da fachada frontal e interior.....	134
Figura 64: Retábulo-mor da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (2 <sup>a</sup> metade do Século XIX). Vista frontal .....	136

Figura 65: Retábulo-mor da Igreja de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> da Boa Morte (1 <sup>a</sup> metade do Século XIX). Vista frontal.....	138
Figura 66: Retábulo-mor da Igreja Matriz de N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Piedade (1862). Vista frontal. Piacatuba/MG .....	139
Figura 67: Retábulo-mor da Igreja de Santo Antônio (Século XVIII). Vista frontal. Itaverava/MG.....	141
Figura 68: Desenho proposto para a fachada frontal da Igreja Matriz de São Manoel.....	154
Figura 69: Detalhe da assinatura do autor do projeto e data de elaboração do desenho: “Outubro 1913” e “J. Menezes”.....	154
Figura 70: Igreja Matriz de São Manoel. Proposta para as fachadas laterais .....	154
Figura 71: Interior da igreja em construção entre 1914 – 1918 .....	157
Figura 72: Levantamento cadastral. Planta baixa da Igreja Matriz de São Manoel: pavimento térreo e andar superior.....	159
Figura 73: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – nave e capela-mor.....	160
Figura 74: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – capela-mor e entrada principal.....	160
Figura 75: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada frontal.....	163
Figura 76: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada frontal e lateral esquerda.....	164
Figura 77: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada lateral esquerda e posterior...	165
Figura 78: Igreja Matriz de São Manoel. Montagem de comparação.....	166
Figura 79: Igreja Matriz de São Manoel. Proposta fachada frontal – detalhe central: óculo .....	166
Figura 80: Igreja Matriz de São Manoel. Foto da fachada frontal – detalhe central: óculo. Data: 1925.....	166
Figura 81: Igreja Matriz de São Manoel. Foto fachada frontal – detalhe central: óculo...	166
Figura 82: Painéis parietais e sua localização no interior do templo. Igreja Matriz de São Manoel.....	168
Figura 83: Painéis parietais dos quatro evangelistas e sua localização no interior do templo. Igreja Matriz de São Manoel.....	171
Figura 84: Pintura: “São João Evangelista” feita por Antônio Porfírio/1940.....	171
Figura 85: Pintura: “São João Evangelista” com as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1995.....	171

Figura 86: Pintura: “São Mateus Evangelista” feita por Antônio Porfírio/1940.....	171
Figura 87: Pintura: “São Mateus Evangelista” com as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1995.....	171
Figura 88: Igreja Matriz de São Manoel. Vista do interior. Pintura sobre o retábulo-mor executada por Antônio Porfírio.....	173
Figura 89: Igreja Matriz de São Manoel. Vista do interior. Pintura sobre o retábulo-mor com retoques feitos por Liliu de Calambau, em 1996.....	173
Figura 90: Painel com o tema: “Anunciação da Virgem Maria”. Antônio Porfírio/1940 e as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1995.....	174
Figura 91: Painel com o tema: “Anunciação da Virgem Maria”. Antônio Porfírio/1940 e as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1990.....	174
Figura 92: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São Manoel. Ano 1925.....	176
Figura 93: Representação gráfica da fachada lateral esquerda da Igreja Matriz de São Manoel .....	177
Figura 94: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de São José construída em 1883. Eclética/Neoclássica.....	180
Figura 95: Vista do interior da igreja Matriz de São José. Eclética/Neoclássica.....	180
Figura 96: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, construída em 1886 .....	181
Figura 97: Vista do interior da igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês. Eclética/Neoclássica .....	182
Figura 98: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São João Nepomuceno após a reforma de 1905.....	183
Figura 99: Vista do interior da Igreja Matriz de São João Nepomuceno após a reforma de 1905. Eclética.....	184
Figura 100: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São João Batista, construída entre 1907 – 1917.....	186
Figura 101: Vista do interior da igreja Matriz de São João Batista, construída entre 1907 – 1917.....	186
Figura 102: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> . das Mercês, construída em 1914 – 1925.....	187
Figura 103: Vista do interior da Igreja Matriz de N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> . das Mercês, construída em 1914 – 1925.....	188

Figura 104: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída entre 1914-1955.....	188
Figura 105: Vista do interior da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída entre 1914-1955.....	189
Figura 106: Vista da fachada frontal e lateral direita da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1960 e 1970.....	191
Figura 107: Vista do interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1960 e 1970.....	191
Figura 108: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1865, durante o processo de demolição em 1966.....	192
Figura 109: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1966.....	192
Figura 110: Vista do interior da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1966.....	193

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Amostragem das cidades da Freguesia do Mártir São Manoel (...) e suas matrizes (1767 – 2023).....	77
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPSMRP	Arquivos Eclesiásticos da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba
AIBA	Academia Imperial de Belas Artes
AEXAM	Associação dos Ex-Alunos dos Seminários de Mariana
Freguesia do Mártir São Manoel (...)	Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPAC	Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural
MHRP	Museu Histórico de Rio Pomba
RAPM	Revista do Arquivo Público Mineiro
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I – A formação da “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato” e a construção de sua primeira capela</b> .....	29
1.1 Antecedentes históricos da ocupação dos “sertões proibidos do leste”: algumas considerações .....	29
1.1.1 Os povos indígenas e os quilombos da região do rio da Pomba e Peixe .....	34
1.2 A fundação da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” .....	41
1.2.1 Padre Manoel de Jesus Maria: a ordenação sacerdotal do vigário “mulato” .....	43
1.2.2 Toponímia da freguesia e a devoção ao mártir São Manoel: uma herança colonial. ....	47
1.2.2.1 Significados toponímicos .....	48
1.2.2.2 A devoção as imagens sagradas .....	51
1.2.2.3 O mártir São Manoel .....	55
1.3 Os esforços de Padre Manoel de Jesus Maria em erigir a Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Arquiconfraria nos sertões do Pomba .....	61
1.4 Os percalços de construção da primeira capela da Matriz de São Manoel .....	65
<b>CAPÍTULO II – Arte e Arquitetura religiosas da antiga “Freguesia do Mártir São Manoel (...)” entre as décadas finais do século XVIII e o início do século XX</b> .....	73
2.1 A Matriz da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato”: uma iconografia esquecida .....	81
2.1.1 Método de análise das informações .....	83
2.2 Memórias da antiga capela de São Manoel nos relatos das visitas pastorais e de viajantes europeus no decorrer do século XIX .....	85
2.2.1 Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade a Freguesia do Mártir São Manoel da Pomba e Peixe (1823) .....	86
2.2.2 Relatos do diário de viagem do Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1824-1825) .....	89



2.2.3 Representação gráfica da antiga matriz de São Manoel na obra de Hermann Burmeister (1852) .....	91
2.2.4 O contrato de arrematação da obra de construção da primeira capela da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados: dúvidas e constatações .....	102
2.2.5 Representação gráfica da antiga matriz de São Manoel na obra de Evangelista da Costa (1884) .....	106
2.3 A talha retabular da Freguesia do Mártir São Manoel: reflexões sobre o contexto tipológico das produções ao longo do século XIX .....	120
2.3.1 O retábulo-mor remanescente da igreja Matriz de São Manoel .....	124
2.4 A talha retabular na Freguesia do Mártir São Manoel (século XIX): análises e comparações .....	130
2.4.1 Retábulo-mor da igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim .....	130
2.4.2 Retábulo-mor da igreja Matriz de São João Nepomuceno .....	133
2.4.3 Retábulo-mor da igreja Matriz do Divino Espírito Santo .....	135
2.4.4 Similaridades da talha retabular entre a Freguesia do Mártir São Manoel e as Freguesias de Guarapiranga e Santo Antônio do Itaverava .....	137
2.4.4.1 Retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte .....	137
2.4.4.2 Retábulo-mor da igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade .....	138
2.4.4.3 Retábulo-mor da igreja Matriz de Santo Antônio .....	140
2.4.4.4 Análises e considerações .....	143
<b>CAPÍTULO III – A construção de um novo templo para a matriz de São Manoel (1ª metade do século XX) .....</b>	<b>145</b>
3.1 A construção do novo templo .....	151
3.1.1 Partido arquitetônico e descrições da igreja Matriz de São Manoel .....	158
3.1.1.1 Modificações do projeto original .....	165
3.1.2 O conjunto pictórico da ornamentação interna da matriz .....	167
3.1.2.1 Intervenções e alterações .....	171
3.2 A influência da linguagem eclética na arquitetura religiosa da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...): um recorte entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.....	175

3.2.1 Igrejas Ecléticas – neoclássicas .....	178
3.2.2 Igrejas Ecléticas – neocoloniais e neogóticas .....	184
3.2.3 Igrejas Modernistas .....	189
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>194</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>222</b>
ANEXO I – Caderno de imagens .....	222
ANEXO II - Resposta de Antônio Francisco Lisboa ao requerimento de Padre Manoel de Jesus Maria .....	277
ANEXO III – Transcrição do requerimento de Padre Manoel de Jesus Maria e resposta de Antônio Francisco Lisboa. Fonte: Arquivo IPHAN – Ministério da Educação e Saúde/Arquivo Público Mineiro .....	278

## INTRODUÇÃO

A antiga “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato” foi fundada em 1767, nas terras a leste do Termo de Mariana, nos chamados “sertões proibidos do leste”, da Capitânia de Minas Gerais (Carrara, 1999, p. 16). Iniciando a ocupação pela área que atualmente corresponde a cidade de Rio Pomba, vários outros núcleos de povoamento foram instalados e agregados ao território desta freguesia <sup>1</sup> no decorrer do século XIX e início do século XX. Estes núcleos se consolidaram em cidades que compõem atualmente parte significativa da Zona da Mata Mineira.

A Zona da Mata ocupa uma área da região sudeste do Estado de Minas Gerais, limitando-se ao norte com as mesorregiões Metalúrgica e Rio Doce; a leste com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro; ao sul com o Estado do Rio de Janeiro e a oeste com as mesorregiões Sul, Campos das Vertentes e Metalúrgica. Dividida entre 142 municípios é banhada por duas das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil, ao sul e leste pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e ao norte pela bacia hidrográfica do Rio Doce, ambas abastecidas pelos seus afluentes como os rios Pomba, Muriaé, Paraibuna, Pirapetinga e subafluentes Carangola, Glória, Novo e Preto.

O Rio Pomba tem sua nascente na serra da Mantiqueira, no atual município de Barbacena. É um dos principais afluentes da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Descendo as serras até o interior do vale, recebe em seu leito outros rios afluentes, como o Rio Formoso, Novo, Piau, Bagres, Paraopeba, Pardo e Xopotó Novo, até sua foz no Rio Paraíba do Sul entre os municípios de Aperibé e Cambuci, no estado do Rio de Janeiro. Nesse trajeto de percurso do Rio Pomba se somam também as águas de córregos e ribeirões da região como: o Ribeirão de São Manoel, Ribeirão da Paciência, Ribeirão do Ubá, Ribeirão São Clemente, Ribeirão do Bonfim, Ribeirão Meia Pataca, Ribeirão Bom Sucesso, Ribeirão Bonito, Ribeirão Feijão Cru, Ribeirão da Capivara e Ribeirão de Santo Antônio.

---

<sup>1</sup> Ressalta-se que ainda há divergências quanto às limitações de território entre as freguesias que se formaram na região e dos núcleos urbanos originários de cada uma. Ao longo dos séculos XVIII e XIX esses núcleos foram formados e ampliados à medida que eram incorporados entre as freguesias. Sobre esse assunto verificar os artigos: SCHETTINI, Vitória Fernanda. Espaço e território: a divisão administrativa da Mata Mineira. Anais do XIX Encontro Regional de História da Anpuh-MG: Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho. Espaço e território: a divisão administrativa da Mata Mineira. 2014. (Encontro). Disponível em: <[https://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401219680\\_ARQUIVO\\_Espacoeterritorioanpuhs\\_emresumo2014.pdf](https://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401219680_ARQUIVO_Espacoeterritorioanpuhs_emresumo2014.pdf)> e também o estudo de NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M A. A formação geo-histórica da Zona da Mata de Minas Gerais. RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 12, dez. 2006, p. 21-34. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/4811>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

O extenso território da “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato” se originou na região central da Zona da Mata, com um deslocamento entre o noroeste e o sudeste, conforme o mapa apresentado na Figura 01. A composição territorial desta freguesia atingiu grandes dimensões e passou por sucessivas alterações no século XIX e parte do século XX. Em seus limites, a Freguesia do Mártir São Manoel (...) fazia fronteira com a Freguesia de Guarapiranga, com o Termo de Barbacena, e ao sul com a região do Rio Cágado, prolongando-se pela extensão da bacia do Rio Pomba (Paiva, 2009, p. 22-23).

Nas obras “*Visitas pastorais (1821-1825)*” de Dom Frei José da Santíssima Trindade e “*Ephemerides Mineiras (1664-1897)*” de José Pedro Xavier Veiga, encontramos uma relação de cidades que se originaram e se desmembraram da Freguesia do Mártir São Manoel (...). Tal relação também é citada pelo memorialista rio-pombense Sinval Santiago em 1991 (p. 489-490), agora com acréscimos de outras cidades oriundas dos desmembramentos sucessivos do território da freguesia, resultando (direta e indiretamente) em pelo menos 73 municípios.

Conforme o levantamento destas obras, além de Rio Pomba (a cidade sede e 1º município da Zona da Mata), destacam-se cidades como: Visconde do Rio Branco; Viçosa; Mercês; Senador Firmino; Dolores do Turvo; Ubá; Tocantins; Cataguases; Rio Novo; São João Nepomuceno; Aracitaba; Leopoldina; Guarará; Descoberto; Oliveira Fortes; Guarani entre outras<sup>2</sup>. No mapa a seguir (Fig. 01), podemos verificar um recorte do território de Minas Gerais correspondente a Zona da Mata. Nele estão demarcadas algumas das cidades que fizeram parte da antiga “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” entre 1767 a 1891, período em que muitas cidades foram criadas, anexadas e desmembradas da freguesia<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>TRINDADE, Dom Frei José. *Visitas pastorais (1821 – 1825)*, 1998, p. 370-371; VEIGA, José Pedro Xavier. *Ephemerides Mineiras (1664-1897)*, 1897, p. 60-61 e também a Base de dados do IBGE – Histórico dos Municípios/Rio Pomba – Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>3</sup> A Figura 01 foi adaptada e elaborada pela autora a partir dos dados contidos nas fontes indicadas na nota anterior (2) para ilustrar o desenvolvimento da freguesia neste estudo, mas não reflete a totalidade de cidades. O motivo é o mesmo referente às divergências quanto às limitações de território entre as freguesias que se formaram na região citadas anteriormente. Como exemplo, temos as sobreposições de área e de cidades em vários documentos entre as freguesias do Mártir São Manoel (...) e de Guarapiranga, gerando duplicidades de cidades como Senador Firmino, Rio Novo e Paula Cândido que em alguns momentos fizeram parte de uma e depois de outra. Esta é uma interessante lacuna de pesquisa a ser desenvolvida futuramente.

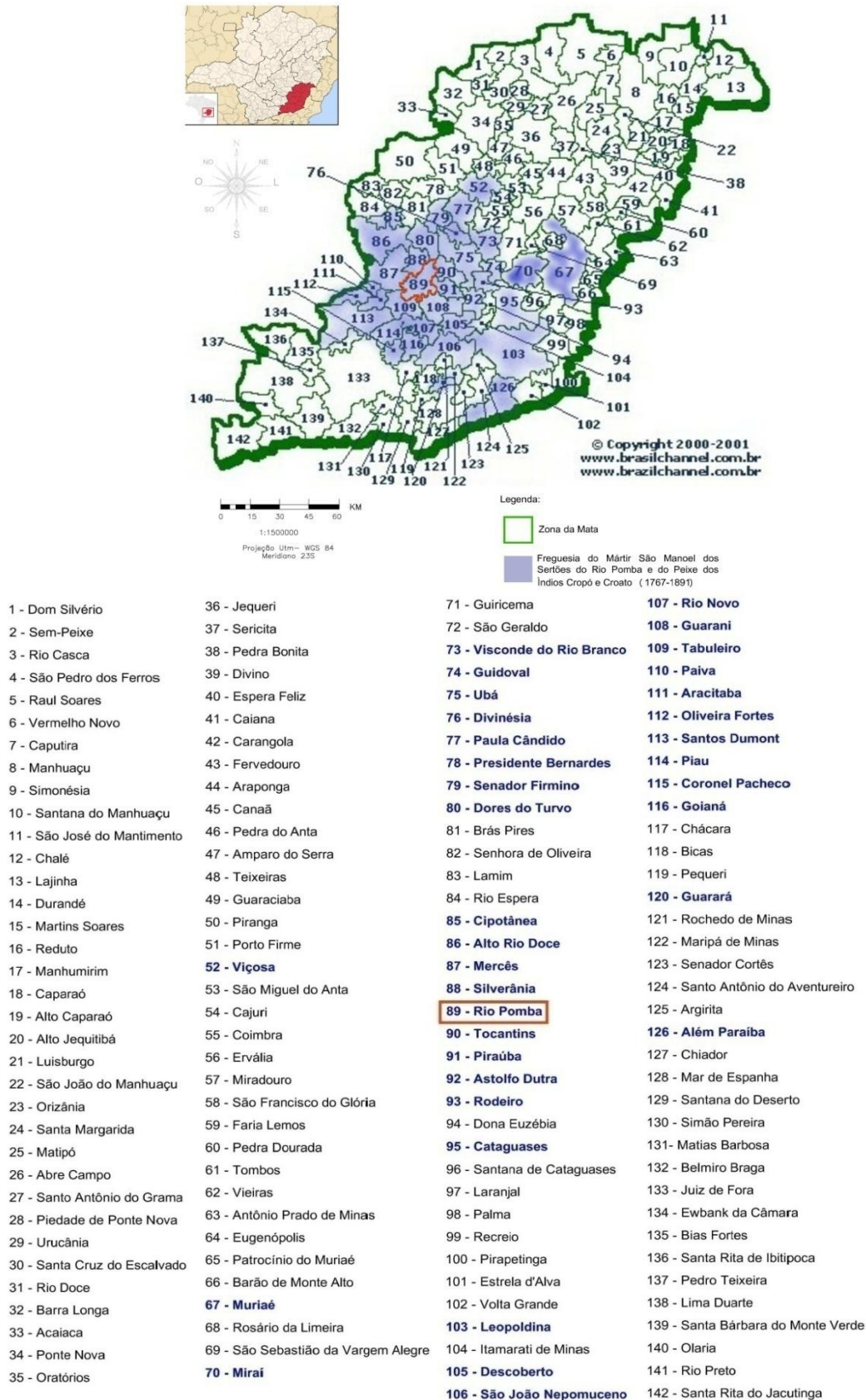


Figura 01: Mapa da Zona da Mata Mineira com a divisão atual dos municípios. Destaque para a região onde se formou a antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...). A localização da cidade de Rio Pomba (89) está indicada em vermelho. As cidades listadas em azul correspondem à marcação no mapa e são cidades que já pertenceram em algum momento no intervalo entre 1767 – 1891 a freguesia. Fonte: IBGE.

Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2022.

Considerada como a primeira cidade fundada na região sul e central da Zona da Mata Mineira, Rio Pomba possui um histórico de 257 anos que nos permite reflexões sobre o processo de ocupação e colonização, empreendidos na região pela Coroa Portuguesa, com o apoio da Igreja Católica, no decorrer das décadas finais do século XVIII. Foi a partir deste núcleo sede que se estabeleceu o controle político e religioso das populações indígenas, afrodescendentes e também dos novos colonos que se instalaram na região dos “sertões do leste”.

Em sua evolução administrativa, o aldeamento de “São Manoel do Pomba” foi fundado entre 1767 e 1770<sup>4</sup>, elevado a “vila”<sup>5</sup> pela resolução da Regência de 13 de outubro de 1831<sup>6</sup>, com o pelourinho<sup>7</sup> implantado no dia 25 de agosto do ano seguinte. A elevação à categoria de “cidade” se deu pela Lei n.º 881 de 6 de junho de 1858, quando passou a chamar-se “Pomba”. Já a denominação vigente hoje do município de “Rio Pomba” foi adotada oficialmente no século XX, conforme a Lei n.º 336 de 28 de dezembro de 1948. Desde então, ocorreram várias alterações na composição do município, que se constitui atualmente apenas pelo distrito sede. Nas limitações territoriais confronta-se com as cidades de Silveirânia, Mercês, Tabuleiro, Guarani, Piraúba, Tocantins e Dores do Turvo.

Desde sua origem, a economia rio-pombense esteve centrada na agricultura que se fortaleceu, posteriormente, ao longo do século XIX, com o surgimento das lavouras de café, cana-de-açúcar e fumo. Na década de 90 do século XX, à exceção da cana-de-açúcar, os demais produtos foram suplantados pela produção de laranja, tomate e mandioca. O município dedica-se também a pecuária e possui estabelecimentos comerciais e industriais.

Atualmente, Rio Pomba é uma cidade pacata que possui aproximadamente 17.804 habitantes. Conserva ainda um rico acervo de bens culturais em sua paisagem urbana e rural. Entre os poucos exemplares arquitetônicos que testemunham o período de formação da cidade, podemos encontrar algumas edificações coloniais representadas por casario térreo e sobrados datados da primeira metade do século XIX, dispostos nas vias principais do centro urbano e algumas poucas edificações nas ruas adjacentes. Estas edificações se mesclam a outras que datam das décadas finais do século XIX e início do século XX.

---

<sup>4</sup>PORTAL Cidades/IBGE. Rio Pomba. História e fotos. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>5</sup> Vila é uma “povoação aberta, ou cercada, que nem chega a cidade, nem é tão pequena, como aldeia” (Bluteau, v. II (Letras L-Z), 1789, p. 526).

<sup>6</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro. XI – Criação da Villa do Pomba. Cópia do Decreto e Ordens tendentes a criação da Villa de S. Manoel do Pomba, vol. 4, 1899, p. 843-846.

<sup>7</sup> A implantação do pelourinho era um “símbolo da autonomia municipal” alcançada pelos aldeamentos que se elevavam a categoria de vilas (MARX, 1991, p. 62).

O centro urbano de Rio Pomba é composto pela Praça Dr. Último de Carvalho <sup>8</sup> e ao seu redor estão os principais exemplares arquitetônicos de períodos distintos. Esta área central caracteriza-se como o núcleo de formação da cidade. No entorno imediato da praça estão situadas várias edificações de valor histórico, algumas inventariadas e outras tombadas como patrimônios culturais da cidade, constituído uma ambiência harmônica. Entre estas edificações, destacam-se exemplares de arquitetura eclética como Museu Histórico Municipal<sup>9</sup>, o Fórum Néelson Hungria <sup>10</sup> e a Igreja Matriz de São Manoel <sup>11</sup>. Nas figuras 02 e 03 apresentadas a seguir, temos uma vista do centro urbano da cidade, com destaque para a Praça Dr. Último de Carvalho, onde a igreja Matriz de São Manoel (seta vermelha) está situada.



Figura 02: Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 1960. Percebe-se ainda a existência de edificações coloniais e ecléticas no entorno da praça. Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico de Rio Pomba.

Autor: s/r. Digitalização: Elza Vieira – Dez. 2019.

<sup>8</sup> A Praça Dr. Último de Carvalho é tombada pelo Decreto Municipal n.º 1.355/2010 como Conjunto Paisagístico do município.

<sup>9</sup> Museu Histórico Municipal / Bem imóvel tombado pelo Decreto Municipal n.º 995/2003.

<sup>10</sup> Fórum Néelson Hungria/Bem imóvel tombado pelo Decreto Municipal n.º 2528/2021.

<sup>11</sup> Igreja Matriz de São Manoel /Bem imóvel tombado pelo Decreto Municipal n.º 1.066/2004.



Figura 03: Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 2018. Temos a Igreja Matriz de São Manoel à direita da Praça Dr. Último de Carvalho. Percebe-se a descaracterização arquitetônica das antigas edificações.

Fonte: Acervo fotográfico da Secretaria de Cultura e Turismo de Rio Pomba.

Autor: s/r. Digitalização: Elza Vieira – Dezembro 2019.

Analisando as fotografias acima, podemos perceber a substituição da linguagem colonial e eclética nas edificações por uma linguagem contemporânea, que foram ocupando os espaços deixados pelos casarões coloniais e ecléticos demolidos ao longo do tempo em função, principalmente, da especulação imobiliária que descaracterizou a cidade com o passar dos anos<sup>12</sup>. Porém, uma edificação se mantém como marco de fundação da cidade, a igreja Matriz de São Manoel. Embora o templo atual remeta ao início do século XX, a sua existência enquanto uma “matriz paroquial” está ligada ao passado de formação da cidade e da região.

A igreja Matriz de São Manoel possui um importante acervo de bens móveis e integrados, destacando-se imagens sacras que remetem ao período colonial, como a imagem retabular de “São Manoel”<sup>13</sup> (Fig. 04), datada da segunda metade de século XVIII e atribuída a Antônio Francisco Lisboa. Outro destaque é o retábulo-mor que, de acordo com a oralidade local, seria remanescente do antigo templo, datado possivelmente da segunda metade do

<sup>12</sup> Infelizmente o caso de Rio Pomba não é isolado, encontram-se várias outras cidades da região central da Zona da Mata, em que uma antiga igreja matriz e seu acervo de bens móveis e integrados, que guardam importantes informações sobre a formação social e cultural destas cidades, foram demolidas e o acervo perdido.

<sup>13</sup> A imagem retabular do mártir São Manoel recebeu tombamento municipal pelo Decreto n.º 2381 de 14 de dezembro de 2020 e encontra-se em andamento o processo de tombamento estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, de Minas Gerais.



século XIX (Fig. 05). A matriz possui também um conjunto de pinturas artísticas que ornamentam a nave e os corredores laterais realizadas na segunda metade do século XX por artistas da região (Fig. 06).



Figura 04: Imagem de São Manoel. 2ª Metade do século XVIII. Autoria atribuída: Aleijadinho. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2023



Figura 05: Retábulo da igreja Matriz de São Manoel. Vista frontal. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2023



Figura 06: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – nave e capela-mor: ornamentação interna. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2023

De acordo com Marx (1945), durante o período colonial, na ocupação das áreas de interesse da Coroa Portuguesa a arquitetura religiosa teve um papel importante, pois a

construção das capelas era um marco da presença de “Deus” e também da proteção do “Rei” no local (Marx, 1945). Os templos religiosos abrigavam também a fé de uma população que buscava sobreviver, que desejavam novas oportunidades de recomeçarem suas vidas e de prosperarem (Silveira, 1997, p. 108-109).

Na historiografia da região consta que a primeira capela construída na sede da Freguesia do Mártir São Manoel (...), pelos esforços do Padre Manoel de Jesus Maria, data de 1776 e foi demolida no início do século XX para dar lugar à edificação atual, construída entre 1914 a 1918. No entanto, ao pesquisarmos sobre a formação da cidade, que remete ao processo de fundação da antiga freguesia<sup>14</sup>, encontramos algumas lacunas. Apesar dos esforços empreendidos pelos pesquisadores locais, ainda há algumas perguntas a serem respondidas, como: quais as formas da primeira capela construída no final do século XVIII? Teria havido outro templo entre a primeira capela e a atual igreja matriz? Se houve, qual teria sido a sua tipologia? Porque o retábulo-mor foi reaproveitado no templo atual? Quando este bem integrado foi confeccionando? Em quais circunstâncias a atual igreja matriz foi construída? Qual o contexto da arquitetura e da arte religiosas da freguesia entre as décadas finais do século XVIII e início do século XX?

Desta forma, considerando a cidade de Rio Pomba como o primeiro núcleo urbano da antiga Freguesia de São Manoel (...) e que ainda hoje se mantém como a “sede Paroquial” para várias cidades da região sul e central da Zona da Mata Mineira<sup>15</sup>, o objetivo principal desta pesquisa foi o estudo e análise da trajetória construtiva da Igreja Matriz de São Manoel, desde a edificação da primeira capela colonial nas décadas finais do século XVIII, passando pelas transformações ocorridas ao longo do século XIX até a reconstrução do templo nas primeiras décadas do século XX. Tal percurso nos permitiu entender como se desenvolveu a arte e a arquitetura religiosas na freguesia, um tema ainda pouco estudado na historiografia da Zona da Mata Mineira.

Buscamos entender o processo de ocupação da região e o contexto de construção do primeiro templo. Analisamos as possíveis formas da antiga capela e as alterações que sofreu ao longo dos séculos a partir das fontes históricas, como os relatos de visitas pastorais, de viajantes europeus e de representações gráficas referentes à região. Comparamos as

---

<sup>14</sup> Segundo Bluteau, freguesia é uma “igreja parochial, o lugar da cidade, ou do campo, onde vivem os freguezes” (Bluteau, v. I (Letras A-K), 1789, p. 636).

<sup>15</sup> Arquidiocese de Mariana. Minas Gerais. Organização. Paróquias. Região sul: Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Antônio Carlos, Barbacena, Correia de Almeida (distrito), Senhora das Dores (distrito), Capela Nova, Carandaí, Cipotânea, Desterro do Melo, Dores do Turvo, Ibertioga, Mercês, Oliveira Fortes, Paiva, Ressaquinha, Rio Pomba, Santa Bárbara do Tugúrio, Senhora dos Remédios, Silveirânia, Tabuleiro. Disponível em: <<https://arqmariana.com.br/paroquias/>>. Acesso em: set. 2022.

informações encontradas sobre a antiga capela com as igrejas matrizes de outras cidades da antiga freguesia e região. Aplicamos o mesmo procedimento ao retábulo remanescente. Por fim, estudamos as condições e motivações que levaram a reconstrução da Igreja Matriz de São Manoel nas primeiras décadas do século XX.

Utilizamos a metodologia e o referencial teórico da História da Arte, da História da Arquitetura, propondo, sempre que possível, o diálogo entre estas disciplinas para alcançar os objetivos propostos. Para responder à questão norteadora da pesquisa, sobre as formas arquitetônicas da primeira matriz de São Manoel ao longo dos séculos, recorreremos inicialmente às fontes primárias documentais. Constatamos a ausência de dados seguros a respeito da edificação religiosa estudada.

Assim, procuramos nos arquivos eclesiais remanescentes da Paróquia de São Manoel, que se encontram no acervo documental do Museu Histórico de Rio Pomba e também espalhados por diversos arquivos, públicos e privados. Utilizamos também relatos de visitas pastorais; livros de receita e despesas; livros do tombo; registros de batismos; casamento e óbito. Em muitos casos as fontes primárias não foram localizadas, sendo necessário recorrer às fontes secundárias. Outros documentos que foram utilizados são os relatos dos viajantes europeus a região. Muito embora tenham avaliado as localidades do ponto de vista de seu referencial europeu, há nos relatos, detalhes que nos guiaram no sentido de encontrar informações importantes sobre a edificação estudada. Por tratarmos do estudo de obras artísticas e arquitetônicas, foi necessário o estudo morfológico dos templos analisados, com a catalogação, observação, a descrição e a comparação de imagens destes bens.

A delimitação do estudo concentrou-se na cidade de Rio Pomba, sede paroquial da freguesia, onde se localiza o templo estudado. Embora tenhamos utilizado os templos de outras cidades, esse foi um estudo inicial, pois uma abordagem mais abrangente ultrapassaria o tempo de pesquisa de uma dissertação de mestrado. Na construção do texto, buscamos alinhar os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. Desta forma, enquanto são apresentados os resultados alcançados a partir da leitura crítica dos documentos e da análise das obras, são também apresentadas e discutidas as teorias necessárias para o seu devido entendimento.

É importante mencionar que esta pesquisa dialoga com importantes trabalhos que vêm sendo realizados nos últimos anos, tanto no sentido de reescrever a ocupação do território mineiro e nas conseqüentes reduções dos povos indígenas que habitavam a região, quanto estudar as populações formadas pela fusão de indígenas, escravizados e europeus, sua cultura e costumes. Destacam-se os trabalhos realizados por outros profissionais, que na oportunidade

de conseguirem pesquisar presencialmente vários documentos de fontes primárias, indicaram seus conteúdos e localização, contribuindo para uma localização hábil de informações que contribuíram no processo de pesquisa. Citam-se aqui os trabalhos realizados pelos historiadores Ângelo Carrara, Adriano Toledo Paiva, Fernando Gaudereto Lamas, Natália Paganimi Pontes de Faria Castro e tantos outros cujas pesquisas contribuíram enormemente na realização desta dissertação.

No entanto, apesar da contribuição dos referidos trabalhos, não há ainda estudos voltados para o acervo arquitetônico e artísticos de caráter religioso existente na região central da Zona da Mata Mineira produzido entre as décadas finais do século XVIII e início do século XX. Desta forma, este estudo tem seu mérito em vislumbrar esta importante demanda. Além disso, espera-se que a pesquisa tenha preenchido lacunas existentes na historiografia oficial da região e que as reflexões apresentadas possam servir como pontos de partida para novos olhares em futuras pesquisas sobre a região da Zona da Mata Mineira, cujas cidades possuem um rico acervo de bens culturais, pouco estudado, com potencial de oferecer informações importantes na construção da história do Estado de Minas Gerais.

Para apresentar os resultados da pesquisa, esta dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*A formação da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato*”, fizemos uma introdução aos antecedentes históricos que resultaram na formação da antiga “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato”, nas décadas finais do século XVIII, que originou a cidade de Rio Pomba (sua sede paroquial) e várias outras a partir dela. O intuito deste capítulo foi reunir informações que orientassem no entendimento da ocupação dos colonos e a formação dessa nova sociedade que surgiu na região delimitada pela pesquisa e como se desenvolveu a inserção de uma nova cultura (européia e católica) que substituiu a indígena existente até então.

Iniciamos este capítulo com algumas abordagens sobre a ocupação dos “sertões proibidos do leste” que constituem atualmente a região da Zona da Mata Mineira. Apresentamos brevemente os povos indígenas que habitavam a região e os resultados do processo de redução e conversão aplicados pela Igreja Católica e pela Coroa Portuguesa. Foram mencionados também os grupos de escravizados que se refugiaram na região e fundaram quilombos. Em seguida, abordamos a jornada do Padre Manoel de Jesus Maria, desde sua ordenação até a sua chegada nas margens do rio da Pomba e do Peixe em 1767. Conhecer a história da região é praticamente indissociável da trajetória de vida do padre “mulato”, que teve uma importante atuação religiosa e também política na formação da antiga

freguesia em questão. Tratamos também sobre a formação do aldeamento, a origem toponímia da freguesia e a devoção ao mártir São Manoel. Seguidamente, abordamos sobre o desenvolvimento da arte e arquitetura religiosas da freguesia a partir da construção da primeira Igreja Matriz de São Manoel, num contexto onde não havia a atuação religiosa de irmandades e ordens terceiras, como em outras regiões. Além disso, apresentamos também algumas informações sobre as tentativas do Padre Manoel de Jesus Maria em estabelecer uma Ordem Terceira na freguesia. Encerrando o primeiro capítulo discutimos sobre alguns entraves enfrentados pelo Padre Manoel de Jesus Maria na construção da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato”. Neste tópico, discutimos também o conteúdo de um parecer feito por Antônio Francisco Lisboa em resposta a uma solicitação do Padre Manoel de Jesus Maria sobre as dimensões da capela em construção.

O segundo capítulo, de título *“Arte e arquitetura religiosas da antiga Freguesia do Mártir São Manoel entre as décadas finais do século XVIII e o início do século XX”* tratou de alguns estudos sobre a antiga capela de São Manoel. Percebemos que na historiografia da região há poucos documentos que a mencionam e tão pouco tratam sobre a sua tipologia arquitetônica. Assim, visando preencher essas lacunas, realizamos um estudo sobre a volumetria da antiga capela da “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” e das possíveis alterações sofridas pela edificação ao longo do século XIX até a primeira década do século XX (1910), quando ocorre a demolição do templo antigo para dar lugar à atual edificação. Desta forma, apresentamos um estudo panorâmico da arquitetura religiosa produzidas na região da freguesia entre meados do século XVIII até as décadas finais do século XIX recorrendo aos documentos oficiais das visitas pastorais, nos relatos de viajantes europeus e as representações artísticas produzidas por naturalistas e artista que estiveram na região neste período. No final do capítulo tratamos do acervo de bens móveis e integrados da Igreja Matriz de São Manoel com atenção especial ao retábulo remanescente. Para isso, realizamos uma análise comparativa com outras produções do mesmo período pertencentes as matrizes das cidades que fizeram parte da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...).

No terceiro capítulo, intitulado de *“A construção de um novo templo para a Matriz de São Manoel (1ª metade do século XX)”* tratamos da fase final de trajetória da edificação nas primeiras décadas do século XX. Desta forma, fizemos algumas reflexões sobre as mudanças políticas, sociais e culturais ocorridas nas décadas finais do século XIX e início do século XX, envolvendo ainda as divergências entre o governo do país e a Igreja Católica. Foram citadas

também as mudanças e reformas provocadas pelo processo de “romanização” da Igreja Católica e como essas ideias reformistas chegaram à cidade de Rio Pomba na transição dos séculos XIX para o século XX. A partir da análise da edificação, fizemos a descrição de suas formas arquitetônicas, ornamentação interna e das influências estilísticas que estavam em voga no momento de elaboração de seu projeto e de sua construção. Concluímos o capítulo com algumas análises sobre a Igreja Matriz de São Manoel e o contexto da arquitetura religiosa e eclética na região da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...) entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Por fim, gostaria de esclarecer ao leitor que para facilitar a leitura do texto, a grafia da documentação consultada foi atualizada conforme a grafia vigente da língua portuguesa, sem prejuízos aos documentos originais. Nos casos de arcaísmos, de palavras para as quais não há equivalência ou quando a atualização oferecer alterações quanto ao sentido original do texto, foram mantidas as transcrições literais.

## **CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA “FREGUESIA DO MÁRTIR SÃO MANOEL DOS SERTÕES DO RIO DA POMBA E DO PEIXE DOS ÍNDIOS CROPÓ E CROATO” E A CONSTRUÇÃO DE SUA PRIMEIRA CAPELA**

### **1.1 Antecedentes históricos da ocupação dos “sertões proibidos do leste”: algumas considerações**

O território que na atualidade forma o estado de Minas Gerais, começou a se formar no último quartel do século XVII com as incursões paulistas sob a bandeira de Fernão Dias Paes, que percorreram longos caminhos pelo interior desconhecido das capitanias em expedições de captura de indígenas para o trabalho escravo e serviçal. Essas investidas culminaram na descoberta de metais preciosos na região dos “sertões proibidos”, tornando-os parte do que no futuro seriam as terras mineiras (Holanda, 1997, p. 259-310).

A Coroa Portuguesa implantou em suas colônias um modelo de organização político-administrativo adaptado do que era praticado na Metrópole. Desta forma, o território da América portuguesa foi dividido em “Capitanias”, que se dividiam em “Comarcas” e estas eram divididas em “Termos” sediados nas vilas ou cidades. Os “Termos” eram divididos em “Freguesias” ou “Paróquias”, instâncias eclesiásticas que também serviam à administração civil (Prado, 1996).

No início do século XVIII, o território das Minas fazia parte da Capitania do Rio de Janeiro, mas com a Carta Régia de 23 de novembro de 1709<sup>16</sup> ele foi desmembrado desta capitania e, junto às terras situadas na porção sul do Estado do Brasil, passou a constituir a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. No ano de 1720, essa capitania foi desmembrada em outras duas: a de São Paulo e a de Minas Gerais. Posteriormente, a capitania de Minas Gerais foi dividida em quatro comarcas que existiram entre os anos de 1714 a 1892: Vila Rica, Rio das Mortes; Sabará ou do Rio das Velhas e, a última, do Serro Frio<sup>17</sup>.

Somente em meados do século XVIII iniciou-se o processo de colonização de parte significativa do leste do território da Capitania de Minas Gerais, conhecida como os “sertões” ou as “áreas proibidas”, e que atualmente constituem a região da Zona da Mata Mineira. Essa região era delimitada pelas suas respectivas divisas: ao norte, confrontava-se com os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram feitos pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; ao sul, com a serra da Mantiqueira, no vale da bacia do rio Paraíba; a oeste, encontrava-se a freguesia da Guarapiranga e o vale do rio

---

<sup>16</sup>Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/64647bf0-02c0-40ca-b935-5704239a7917/content>>. Acesso em: 18 ago. de 2022.

<sup>17</sup> Ver mapa da Figura 05 com as divisões das comarcas.

Piranga; a noroeste, com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica; o lado leste, era a parte mais imprecisa, pois estendiam-se até os limites litigiosos na divisa entre as Capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo; e ao centro da área destacava-se o Sertão do rio da Pomba e Peixe dos índios Cropó e Croato, no vale do rio Pomba. No recorte do mapa abaixo pode-se verificar as divisas do território <sup>18</sup>.

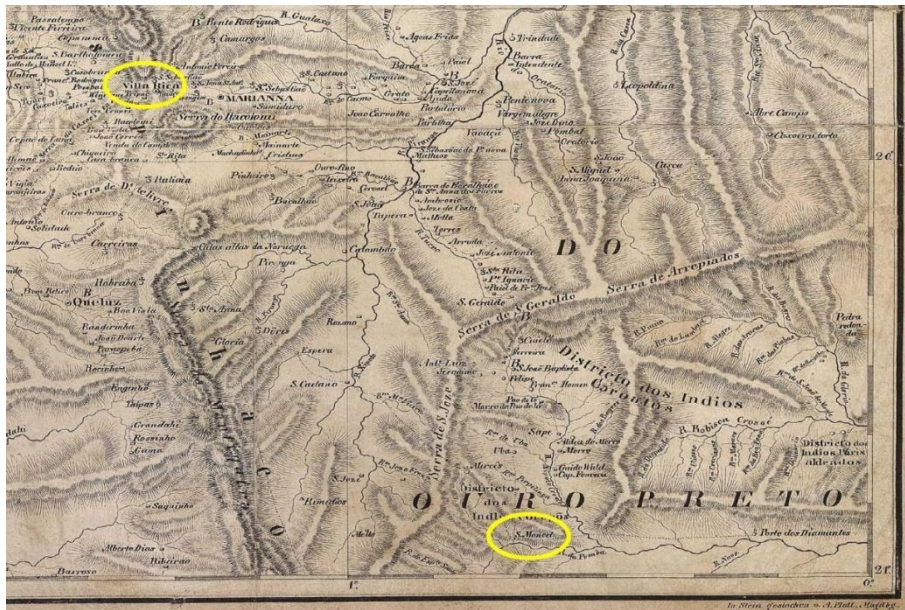


Figura 07: Região dos sertões do leste no recorte da “*Karte der Capitanie von Minas Geraes*” de W. von Eschwege – 1822. Em destaque na parte superior está “Vila Rica” e na base do mapa a Vila de São Manoel.

Fonte: Arquivos digitais da Biblioteca Nacional Digital Brasil.  
Adaptação e marcações: Elza Vieira - Agosto/2023.

Foi nesta última região, no vale do rio Pomba, que se fundou em 1767 a “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato”. Embora tenha sido criada por provisão régia de D. João V, em 16 de fevereiro de 1718, apenas em 1767, o governador da capitania, Luiz Diogo Lobo da Silva, determina a criação de uma missão catequética, designando para este fim o Capitão Francisco Pires Farinho, a quem coube o governo civil dos nativos e, o Padre Manoel de Jesus Maria, “vigário encomendado” da matriz a ser erguida, por provisão régia, em 2 de setembro de 1767, conforme veremos mais adiante.

No antigo mapa topográfico e hidrográfico da Capitania de Minas Gerais (1746-1759), apresentado a seguir, constata-se que a região do Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato

<sup>18</sup> A cartografia detalhada da área pode ser consultada nos mapas das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, confeccionados, em 1777, por José Joaquim da Rocha, disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart519682/cart519682.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519682/cart519682.jpg)>. Acesso em: 18 ago. 2022.



era cortada por duas comarcas: a de Vila Rica (2), na margem esquerda do rio Pomba, e a do Rio das Mortes (1), abrangendo todo o território da margem direita do rio Pomba. Entre as duas comarcas pode-se identificar o rio da Pomba, que seria percorrido mais tarde pela caravana formada pelo Capitão Francisco Pires Farinho e pelo Padre Manoel de Jesus Maria.

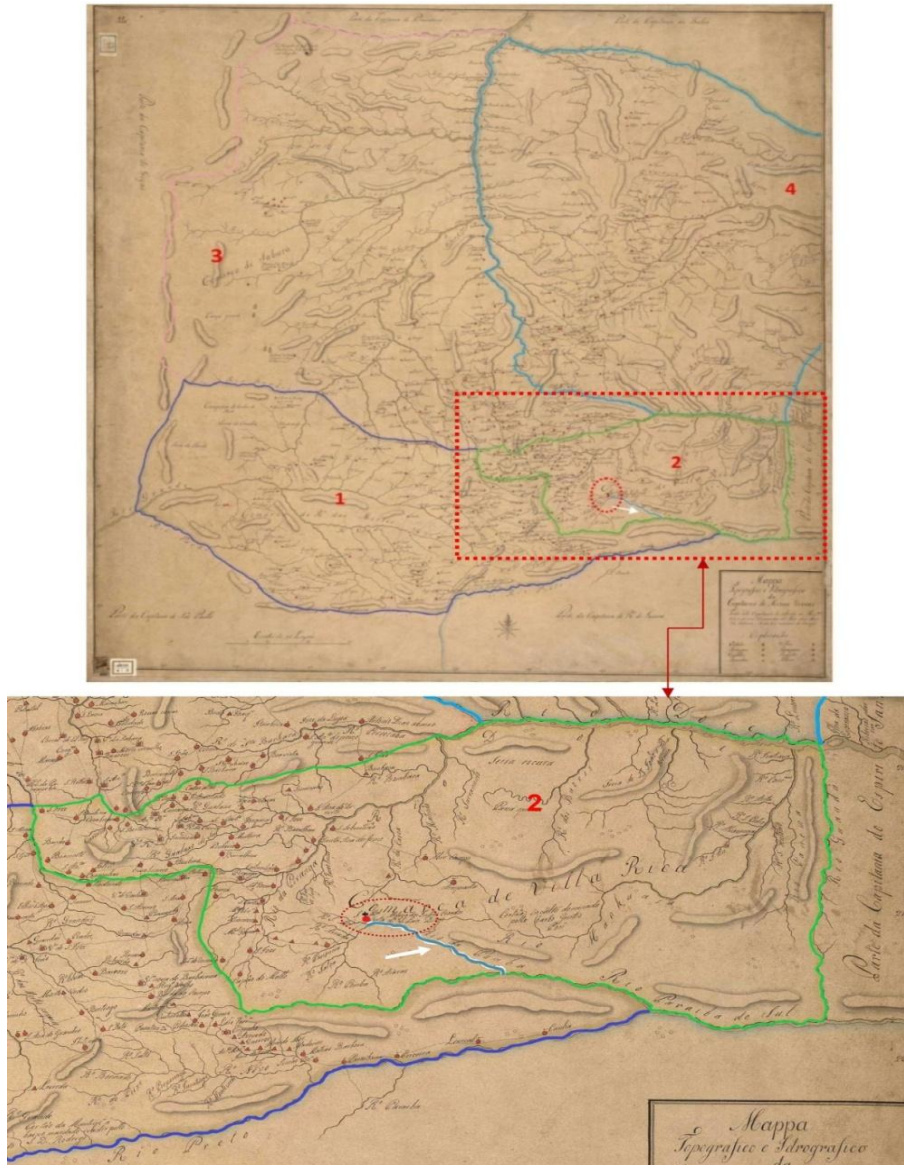


Figura 08: Carta geográfica de Minas Geraes (1746-1759). No recorte do mapa o círculo em vermelho marca a vila de São Manoel. Acima estão às comarcas de Sabará (3) e do Serro (4). Desenho a nanquim, aquarelado. Sem indicação de autoria. Fonte: Arquivos digitais da Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Adaptação e marcações: Elza Vieira - Agosto/2022.

A Coroa Portuguesa empregava o termo “sertões” para designar uma “região do interior, no coração das terras, que se opõe ao marítimo e a costa” (Bluteau, 1789, p. 396), em associação ao território de domínio indígena e ainda não explorado ou colonizado pela metrópole. Ao usar esse termo, o intuito era tornar essa região “proibida”, impedindo “as

explorações minerais clandestinas e os contrabandos de mercadorias preciosas” (Paiva, 2010, p. 36).

Adriano Toledo Paiva (2010), mencionando um estudo de John Henry Hemming, *Os índios e a fronteira no Brasil Colonial* (1999)<sup>19</sup>, apresenta também uma interpretação interessante para o termo “sertões”. O autor chama a atenção para o “aspecto enigmático” do termo, não se resumindo apenas ao sentido literal de fronteira de uma área geográfica e periférica das regiões colonizadas, mas também ao de lugar que provocava “um estado de espírito e percepções, temores e angústias no imaginário daqueles que por ele se aventuravam” (Paiva, 2010, p.25-26). Seguindo ainda o raciocínio de sua interpretação, é importante mencionar duas perspectivas por ele apontadas que consideram tanto as percepções do colono europeu, quanto às dos povos indígenas nativos dessas regiões onde:

(...) para o “colono a fronteira era o limite da penetração e ocupação, o término da civilização e a área de contato entre composições raciais, étnicas, políticas e tecnológicas diversas”. Para os indígenas, esta fronteira era fluída e frágil, delimitada geograficamente pelos guerreiros, pelo espaço de caça e coleta das aldeias. (Hemming, 1999 *apud* Paiva, 2010, p. 25).

Essa “percepção indígena” do território se diferenciava daquela do colonizador, o que resultou em diversos conflitos entre indígenas e colonos que chegavam à região. Durante o século XVIII o território paroquial da “Freguesia do Mártir São Manuel (...) estava envolto em vários conflitos jurisdicionais eclesiásticos entre Termos e Comarcas, apresentando área de sobreposição entre eles” (Paiva, 2010, p. 25-26). Podem ser citados como exemplos os embates entre a Comarca do Rio das Mortes e de Vila Rica, entre os termos de Mariana, São José e São João del-Rei, entre as freguesias de Guarapiranga e Rio Pomba<sup>20</sup>.

Esses conflitos de sobreposição entre territórios configuram-se como um exemplo do tipo de problema ocasionado pelo imperioso processo de colonização. Mais tarde, essas divergências repercutiram também na relação entre os eclesiásticos que disputavam a sua representação em avanços sobre os limites paroquiais uns dos outros.

Por este motivo, o objetivo central da contenção de exploração dos “sertões do leste”, empregado pela Coroa Portuguesa, era o controle da ocupação do território para evitar esse tipo de conflito, como também o contrabando e extravio do ouro, cujo proprietário deveria

<sup>19</sup> HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina Colonial. V.II. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999, pp. 426-469.

<sup>20</sup> Sobre a organização espacial da Capitania de Minas Gerais no século XVIII recomenda-se a leitura do artigo do geógrafo José Flávio Morais Castro, “Organização espacial da capitania de Minas Gerais no século XVIII (2011). Disponível em:< <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/8.pdf>>. Acesso jan. 2023.

pagar os quintos reais. Esse controle era promovido mediante ações fiscalizadoras como a proibição de “abertura de estradas que permitissem um desvio ao registro do Caminho Novo, na atual cidade de Matias Barbosa” (Carrara, 2006, p. 20), que integrava um trecho da Estrada Real na região<sup>21</sup>.

No entanto, mesmo com o emprego de um rigoroso controle imposto pela Coroa Portuguesa, por volta do ano de 1762, a ocupação ilegal da região avançou. Somou-se a isso uma baixa na arrecadação dos quintos reais devida à escassez das lavras das regiões já exploradas. Para Ângelo Carrara (2006, p. 21-22), todos esses fatores culminaram em uma “pressão pela ocupação das terras a leste do Espinhaço” explicando “porque a colonização da porção central da Mata se inicia oficialmente a partir dos fins de 1767”. O marco deste processo de colonização foi à instauração da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do rio da Pomba e Peixe, cuja sede paroquial corresponde ao atual Município de Rio Pomba”.

Outro problema era o contingente de ociosos oriundos das decadentes regiões auríferas. Uma vez esgotadas as jazidas, muitas pessoas partiram para o território do leste em busca de terras férteis. Em fins do século XVIII e início do século XIX, várias famílias deixaram Mariana, Vila Rica (Ouro Preto) e outros centros de extração aurífera à procura de terras férteis e adequadas às práticas da agricultura, onde pudessem desenvolver atividades de renda mais estáveis e seguras. Muitos conseguiram fundar fazendas, que favoreceram a formação de núcleos de população, cidades florescentes, entre as quais temos hoje: Mercês, Dolores do Turvo, Senador Firmino, Ubá, Visconde do Rio Branco, Aracitaba, Paula Cândido, Guarani, Guarará, Viçosa e outras.

Desta forma, por volta de 1780, a agricultura de subsistência se iniciou junto ao “processo de devassamento” e ocupação da região por meio da concessão de sesmarias. Essas sesmarias surgiam às margens do Caminho Novo visando “garantir a formação de lavouras que permitissem suprir os bandeirantes em suas jornadas às minas”, o surgimento de pousos e abrigos para o descanso dos viandantes, “furnas e casas-fortes para segurança das riquezas transportadas, capelas para oração” (Mercadante, 1973, p. 37-52).

Porém, os colonos que avançavam sobre as fronteiras leste e oeste do território mineiro se depararam com áreas de domínio indígena e, também, com quilombos formados

---

<sup>21</sup> No século XVIII, a Estrada Real compunha-se de quatro trilhas que permitiam o acesso para as tropas militares e o transporte de ouro, diamantes e outras mercadorias entre as Capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A rota do Caminho Novo surgiu em 1699 como uma rota alternativa ao Caminho Velho para acesso entre Vila Rica a Petrópolis, no Rio de Janeiro. O percurso de 515 km abrangia 18 cidades, incluindo Alto Rio Doce, Lavras Novas, Barbacena, Rio Pomba, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Conselheiro Lafaiete, Paraíba do Sul e Itatiaia. O Caminho Novo foi um elemento importante na história de fundação da antiga freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões da Pomba e Peixe e de várias cidades que se formaram a partir dela (Bastos, 2004).

por escravizados fugitivos de outras regiões e que encontraram abrigo em meio à mata densa e às serras do território. Assim, para resolver os conflitos da região, juntamente com o processo de organização político-administrativo, era preciso a redução e dominação destes dois grupos.

### 1.1.1 Os povos indígenas e os quilombos da região do rio da Pomba e Peixe

Enquanto os colonizadores europeus chegavam às regiões habitadas pelas populações nativas em busca de minas de ouro, pedras preciosas e outros recursos naturais considerados valiosos, violentos embates foram travados diante da opressão e domínio impostos aos indígenas. Assim, na porção do continente sul-americano pertencente ao domínio português, durante os anos de colonização, várias etnias perderam sua “territorialidade política”, muitas foram totalmente exterminadas e outras drasticamente reduzidas pelos processos de colonização (CEPAL, 2015, p. 13).

Essa ocupação promovida pelos europeus foi justificada nos conceitos de “*terra nullius*” e “*res nullius*” (expressões latinas decorrentes do direito romano que significam “terra de ninguém” e “coisa sem dono”, isto é, ausência de população ou territórios habitados por “bárbaros”, aplicadas pelos europeus ao continente sul-americano), não considerando, portanto, os povos indígenas e diminuindo-os a condição “não-humana” ou apenas como “objetos vivos e parte da paisagem” (Todorov, 1982, p. 4). Assim, justificando o domínio e mesmo o extermínio de populações indígenas ao longo do processo de colonização portuguesa, o que resistia da presença indígena na Zona da Mata Mineira<sup>22</sup> entre o final do século XVIII e no início do século XIX foi quase toda expulsa ou dizimada pelos colonos bandeirantes. Estes, que na falta ou escassez das jazidas auríferas dos sertões do leste, se adaptaram a novas atividades de produção e se tornaram fazendeiros que, em grande contingente, passaram a se instalar nesta região.

Pouco se sabe ainda sobre a origem dos povos nativos na região, mas conforme o “*Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (1944)*”, as principais nações indígenas (consideradas conforme as famílias linguísticas) que habitavam o leste do território das Minas eram os Botocudo, os Masakarí, os Patasó, os Purí, os Coroados (Croato) e os Coropos

---

<sup>22</sup> No estudo preliminar realizado por Nelson Senna e publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro em 1937, encontramos a relação de cerca de 177 etnias que viviam no território mineiro. Consultar detalhes em: SENNA, Nelson de. Sobre Etnografia Brasileira – principais povos selvagens que tiveram o seu habitat em território das Minas Gerais. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano 25, n. 1, 1937, p. 337-335. Disponível em: < [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1435.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1435.pdf)>. Acesso em 4 de ago. de 2022.

(Cropó)<sup>23</sup>. Entre estas, os Purí, Coroados e Coropos<sup>24</sup> são as três nações que aparecem nos registros históricos de formação da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” (Nimuendajú, 2017, p. 7-10). No entanto, essas denominações não correspondem, na maioria das vezes, às utilizadas entre os indígenas. Outras foram criadas pelos colonos ou ainda representavam epítetos pejorativos utilizados entre tribos inimigas como, por exemplo, o nome *Puri*, inventado pelos rivais coroados e que acabou sendo incorporado pelas esferas administrativas e eclesiásticas.

A denominação *Coroado* (Croato) foi criada pelos colonos em referência ao modo como os indígenas desta etnia cortavam os cabelos, que apresentavam uma tonsura circular na parte mais alta e posterior da cabeça, semelhante ao corte utilizado pelos frades franciscanos. Sobre os *Coropó* (Cropó), não foram encontrados registros. Já a designação *Botocudo*<sup>25</sup>, também foi atribuída pelos colonos no século XIX em função do uso de botoques labiais e auriculares por esses indígenas (Castro, 2010, p. 70-71).

A fisionomia destes povos foi registrada nas litogravuras do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858) e seus colaboradores Pierre Roche Vigneron e Nicolas-Eustache Maurin durante a expedição do barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), pelo interior de Minas Gerais em 1824 (passando por Barbacena e São João del-Rei, seguindo para Ouro Preto, Sabará e Diamantina).<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> Neste trabalho não temos por objetivo aprofundar os estudos sobre a origem dos povos nativos da região, pois as informações e relatos sobre essas populações ainda são escassos e controversos. No entanto, considera-se importante a menção das etnias referenciadas nos documentos oficiais e faremos também o registro ao longo da pesquisa a acontecimentos que envolveram essas populações e que se entrelaçam com o tema pesquisado. Recomenda-se a leitura do artigo “Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX (2012)” que apresenta um estudo interessante sobre as categorias que as estruturas organizacionais dos quilombos podem ser enquadradas considerando as condições de auto-sustentabilidade que eram capazes de produzir. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/h6G4NL5f4f5Pcn9xjZRPjDf/?format=pdf&lang=pt>>. Também recomendamos a leitura dos Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Histórias e memórias indígenas que traz uma reunião de artigos que tratam da temática indígena e as tentativas de ocupar espaços na sociedade, na religião e na política durante o período colonial. Disponível em: <https://www.pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/agenda/eventos/142-anais>.

<sup>24</sup> Encontramos referência a alguns vocábulos das línguas pertencentes a estas três nações na Revista do Arquivo Público Mineiro de 1904, volume 9, fascículo 4, p. 159-174. Disponível em: <[https://archive.org/details/rapm\\_1904\\_09\\_fasciculos\\_1\\_e\\_2/](https://archive.org/details/rapm_1904_09_fasciculos_1_e_2/)>. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

<sup>25</sup> Pode-se encontrar também os vocábulos da nação Botocudo na edição da Revista do Arquivo Público Mineiro de 1903, volume 8, fascículo 3, p. 1093-1115. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=328&op=1>>. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

<sup>26</sup> Registradas no livro “*Viagem pitoresca através do Brasil*”. Johann Moritz Rugendas, 1835. Disponível em: <<https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

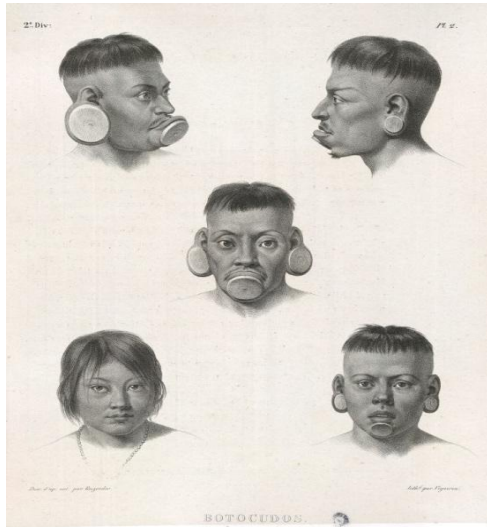


Figura 09: Litogravura Botocudos.  
 Autor: Pierre Roche Vigneron (1789-1872).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 32]

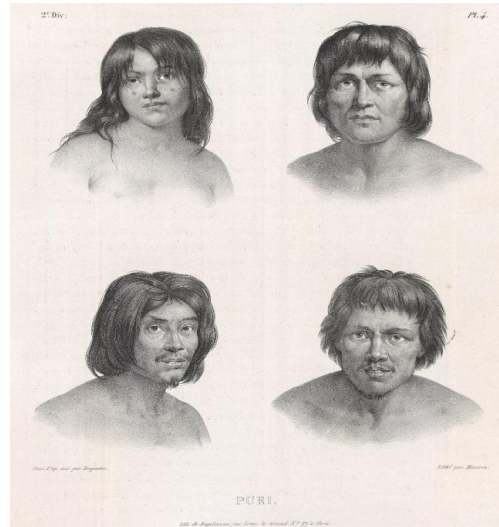


Figura 10: Litogravura - Puri.  
 Autor: Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 34]

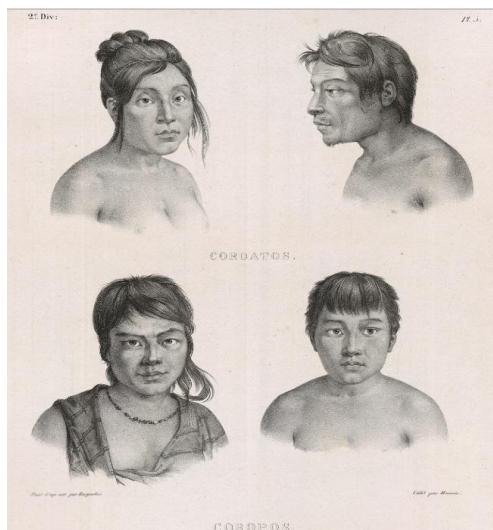


Figura 11: Litogravura - Coroados e Coropós.  
 Autor: Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 35]

Infelizmente, pouco se sabe ainda sobre a cultura desses povos. Até mesmo seus nomes foram apagados da história através do batismo católico. Conforme aponta Ailton Krenak (*apud* Campos, 2022, p.16-17), havia “um impedimento de transmitir sua herança cultural, que tem um significado em cada cultura”. O que ainda permaneceu no decorrer da história, até o final do século XX.

Não encontramos também registros sobre como o “*Rio da Pomba*” era nomeado por essas populações antes da chegada dos colonizadores no século XVIII, ou mesmo sobre a relação destes povos com o rio. De acordo com Ailton Krenak (*apud* Campos, 2022, p. 52-53), os rios não são considerados como um “recurso natural”, mas sim como um membro familiar, “um avô”, para os povos indígenas.

Neste mesmo período do século XVIII, havia também vários quilombos instalados na região. Esses agrupamentos eram formados pelos escravizados que conseguiram fugir de seus opressores e, igualmente aos indígenas, ofereceram grande resistência por muitos anos às investidas dos militares portugueses que tentavam em vão recapturá-los e pôr fim às ações de roubos de alimentos e contrabando de ouro que promoviam na região em prol da sobrevivência. Existem poucas informações sobre esses grupos e por isso torna-se importante que sejam realizados estudos e pesquisas que os identifique e os acrescente à historiografia da região.

Desde o início do século XVIII houve um significativo aumento no número de quilombos em várias partes da Capitania de Minas. De acordo com os dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES<sup>27</sup>, ao longo de sua história, Minas Gerais foi um dos estados brasileiros que mais utilizou a mão de obra na forma da escravidão. O intenso uso desse tipo de trabalho nas minas de ouro e na produção agrícola fez com que o Estado detivesse a maior população escravizada do Brasil ao longo de quase todo o século XIX.

Para coibir os escravizados de se rebelarem, a Coroa Portuguesa utilizava métodos agressivos e “castigos corporais”, como consta na Carta do Governador, Conde de Valadares ao Juiz ordinário de Vila Rica e seu termo, Manoel Manso da Costa Reis "sobre a necessidade de se punir negros insurretos marcando com ferro aqueles que fogem para quilombos e cortando as orelhas dos que são recorrentes” (Lamas, 2013, p. 74-75).

A composição social dos quilombos da região era composta não só pelos “negros foragidos, mas também escravos forros, brancos e indígenas”. Os indígenas, por terem extenso conhecimento das florestas e matos, auxiliavam os mocambos quanto ao seu estabelecimento e obtenção de sustento (Castro, 2010, p. 90-91). A interação destes dois grupos torna-se interessante se considerarmos as trocas culturais que podem ter ocorrido e um estudo dedicado a este tema traria grandes contribuições à historiografia da região. Infelizmente, essas informações não eram de interesse oficial, portanto, dificilmente foram registradas.

No entanto, a Coroa Portuguesa tirou proveito dessa interação entre indígenas e quilombolas utilizando-se de nativos aldeados que conheciam a região onde os mocambos

---

<sup>27</sup> O CEDEFES é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais. Ver informações em: <<https://www.cedefes.org.br/>>.

estavam situados fazendo com que atuassem junto aos colonos, fazendeiros e oficiais do governo português nas investidas contra os quilombolas (Amantino, 2008, p. 170-173).

Dos poucos registros oficiais sobre os quilombos da região, encontramos menção ao “quilombo do Rio da Pomba” na petição<sup>28</sup> feita por João Duarte de Faria – Capitão Regente das Entradas do mato – ao Conde de Valadares, em 1768. Nesta petição, solicitava mantimentos e um grande contingente de “soldados armados de espingardas e facões”, o que nos faz concluir que o mocambo era fortificado e possuía grandes dimensões<sup>29</sup>. Em 1776, “Dom Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena (1788 – 1797) expediu a ordem de extinção” deste quilombo (Lamas, 2013, p. 76).

Encontramos referências de algumas nações de escravizados<sup>30</sup> que se encontravam na região da freguesia e foram mencionadas em documentos oficiais do período. Entre as indicações podemos destacar a do escravizado “João, de nação Mina”, pertencente ao padre Manoel de Jesus Maria, que resistiu a acompanhá-lo em sua jornada nos sertões da “*Nova Freguesia de Rio Pomba*” e foi vendido. O Padre adquiriu outro escravizado, também denominado “João, de nação Benguela”, que o acompanhou nas expedições de conquista do Rio Pomba e Peixe<sup>31</sup>.

Em outro documento, relativo ao registro de posses do Padre Manoel de Jesus Maria, encontramos referência a “um menino de nação Congo”, recebido como parte do pagamento pela venda de uma propriedade<sup>32</sup>. Também nos livros de Batismos da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixes dos índios Cropós e Croatos” (1767-1793), são mencionados os batismos de duas crianças e um adulto: do “inocente Antônio”, em 1772, filho legítimo de “João, preto de nação Benguela” e “Rosa, preta de nação Moçambique”, ambos escravizados pertencentes ao Padre; da “inocente Anna”, em 1774,

<sup>28</sup> APM. CC. 103, 1752-1771, p. 122.

<sup>29</sup> Buscamos informações sobre o referido quilombo junto a Secretaria de Cultura de Rio Pomba, no entanto, não há registros documentais. Atualmente o único quilombo no território do Município de Rio Pomba que está cadastrado na Relação das Comunidades Negras Quilombolas em Minas Gerais (2021, p. 33) é o da *Comunidade de Coelhos*. Disponível em: <<https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>>.

<sup>30</sup> Os nomes de “nação”, atribuídos aos africanos no circuito do tráfico negreiro, terminaram por ser assumidos por aqueles como verdadeiros etnônimos no processo de organização de suas comunidades (Oliveira, 1996, p. 175). Recomendamos também a leitura de duas pesquisas sobre vestuário, ornamentos e identidades de escravizados no período colonial: a tese “*Aparência e sensibilidades: a indumentária na Vila do Carmo (Mariana), 1693 – 1755*” de Luciana da Silva (Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1089056>>) e a dissertação “*Atrás dos panos: vestuário, ornamentos e identidades escravas: Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX*” de Isabela Cristina Suguimatsu (Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AU2NJB>>).

<sup>31</sup> AEAM. Manuel de Jesus Maria - Habilitação para ordens, 1765, nº. 1576, armário 9.

<sup>32</sup> APM. CC. 1768-1813. Cx.:109, Planilha 20629, rolo 533.



filha do mesmo casal e do “adulto Luiz, de nação Moçambique”, em 1774, também seu escravo<sup>33</sup>.

Assim como os indígenas, a fisionomia destes povos também foi registrada nas litogravuras do livro “*Viagem pitoresca através do Brasil*” (1835), de Johann Moritz Rugendas (1802-1858) e seus colaboradores Pierre Roche Vigneron e Nicolas-Eustache Maurin durante a expedição do barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), pelo interior de Minas Gerais em 1824, conforme as figuras abaixo.

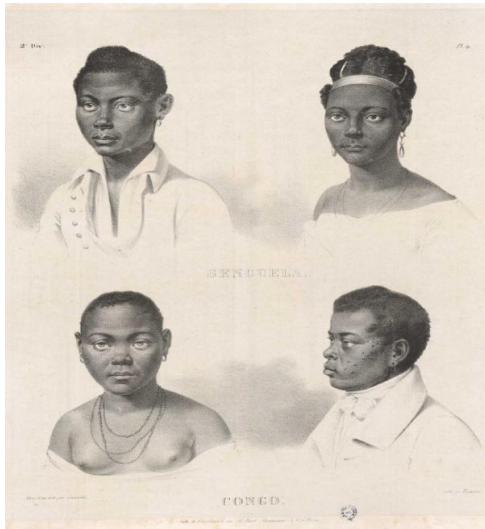


Figura 12: Litogravura - Benguela / Congo.  
 Autor: Pierre Roche Vigneron (1789-1872).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 39]

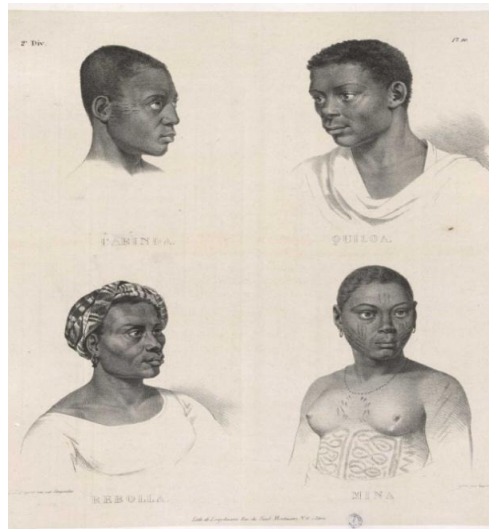


Figura 13: Litogravura - Cabinda / Quiloa / Rebolla / Mina.  
 Autor: Pierre Roche Vigneron (1789-1872).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 40]



Figura 14: Litogravura – Moçambique.  
 Autor: Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 43]

<sup>33</sup> AEPSMRP/MG. Livro 2, 1767-1793, f. 13, 26, 30-30v.

Outro quilombo da região, mencionado nos documentos oficiais, é o “Pedra Menina”, localizado no distrito de Ressaça (atual cidade de Ressaquinha/MG) e dissolvido, em 1768, por ordens do Capitão Regente João Duarte (Castro, 2010, p. 93). Porém, mesmo com o emprego da força, tanto os grupos indígenas quanto os mocambos que habitavam a região resistiam. Assim, era preciso empreender outra estratégia, com uma abordagem mais pacífica no trato com os indígenas.

Conforme vimos anteriormente, o objetivo inicial da administração colonial portuguesa com a criação da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato”<sup>34</sup>, em 1767, era o de aldear, catequizar e civilizar os indígenas e dissolver os quilombos para, com isso, “facilitar a ocupação das terras e aumentar a produção agrária voltada para o mercado e conseqüentemente a arrecadação dos Dízimos” (Lamas, 2013, p. 245).

A Coroa Portuguesa entendeu que o extermínio dos povos indígenas não era vantajoso, pois estes conheciam as regiões e poderiam servir de guias para as expedições, facilitando o processo de mapeamento das áreas de interesse à mineração ou que fossem férteis para a produção agrícola, além de servirem como aliados no embate com etnias rivais que estiverem contrários à dominação régia e cristã. Para isso, os indígenas deveriam ser incorporados aos aldeamentos. Desta forma, Dom Luís Diogo Lobo da Silva, governador da capitania de Minas Gerais (1763-1769), aplicou a legislação indigenista “*Pombalina*” (Paiva, 2010, p. 37-38).

Segundo Coelho (2005, p. 48-67), por meio do “Diretório dos Índios (1758)” foi implantada uma série de diretrizes a serem seguidas nas colônias portuguesas. Em seus 95 parágrafos, o “Diretório” traçava “alterações profundas na política indigenista em vigor na colônia, legislando sobre aspectos religiosos, culturais, administrativos e, especialmente, econômicos”.

Visando direcionar as populações indígenas a realizar a transição para a vida civil, produzindo gêneros voltados ao comércio de modo a estimular o processo de assimilação e integração dessas populações nativas à sociedade colonial, o Diretório dos Índios (1758) aplicava-lhes uma série de restrições como: proibição do uso da língua materna indígena, obrigando ao uso da língua portuguesa; que deveriam adotar sobrenomes portugueses; que

---

<sup>34</sup> Conforme apontado Paiva (2010, p. 30-31), a expressão foi empregada nos registros de batismo e documentos da administração colonial para designação da paróquia. Posteriormente, as designações destes grupos adquiriam as grafias de Coropós (Cropós) e Coroados (Croatos), atendendo as normas de Convenção para a grafia dos nomes tribais estabelecidas pela Associação Brasileira de Antropologia, em 1953. Ver também a Revista de Antropologia – Convenção para a grafia dos nomes tribais. N.º 2 – Volume 2, 1954, p. 150 – 152. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>>.

deveriam construir suas moradias no estilo dos brancos (com divisões internas), proibindo as habitações coletivas; indígenas entre 13 e 60 anos eram obrigados a trabalhar e pagar o dízimo<sup>35</sup>. Sob a vigência dessa legislação, até o ano de 1798, várias unidades coloniais foram criadas a partir das antigas aldeias missionárias.

## 1.2 A fundação da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato”

Na segunda metade do século XVIII, o governador Dom Luís Diogo Lobo da Silva deliberou junto ao bispado de Mariana<sup>36</sup> sobre o apoio de uma missão religiosa para a resolução do conflito na região. É nesse cenário que surge a figura do Padre Manoel de Jesus Maria, que após vários percalços, conseguiu sua ordenação eclesiástica e, sabendo das empreitadas nos sertões do rio da Pomba e do Peixe, se candidata à missão “civilizatória” de catequizar os índios que habitavam a região e colaborar nas investidas de dissolução dos quilombos existentes. Assim, em 1765, por ordem do Governador da Capitania, Dom Luíz Diogo Lobo da Silva, confirmou-se a nomeação do Padre Manoel de Jesus Maria para o cargo de “Diretor dos Índios da Aldeia dos Rios Pomba e Peixe” (RAPM. Ano II – Fascículo 2º, 1897, p. 357-358).

A expedição foi então organizada e contava com a participação do Capitão Francisco Pires Farinho, que ficou responsável pelo governo civil dos nativos, seu irmão Manoel Pires Farinho e alguns indígenas pacificados<sup>37</sup>, que serviram de intérpretes. A caravana partiu de Vila Rica (hoje Ouro Preto/MG), até atingir um ponto próximo à margem esquerda do rio Pomba, região de aldeia Cropó<sup>38</sup>, erguendo-se ali:

(...) uma capela provisória em uma tapera de taquara e palha, abrigando um altar portátil, com uma pequena imagem de oratório do orago São Manoel e celebrando neste mesmo local a primeira missa no dia 25 de dezembro de 1767” (RAPM. Ano II – Fascículo 2º, 1897, p. 359-360).

<sup>35</sup> Restrições abusivas que ocasionaram grandes prejuízos de perda da cultura destas populações.

<sup>36</sup> Com a posse canônica de Dom Frei Manoel da Cruz, cisterciense da família de São Bernardo e Primeiro Bispo, na, data de 2 de fevereiro de 1748, a cidade de Mariana se tornara, dentro do contexto brasileiro, a sexta diocese, depois do bispado da Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), Maranhão (1677) e Pará (1719). Antes da data inaugural da diocese (2/2/1748), a Província das Minas Gerais “*in spiritualibus*” dava obediência aos Bispos do Rio de Janeiro. Fonte: Arquidiocese de Mariana. Disponível em: <<https://arqmariana.com.br/historia/>>. Acesso em: 13 de set. de 2021.

<sup>37</sup> Dos quais ainda não se sabem os nomes e suas etnias.

<sup>38</sup> Conforme se constata no registro de batismo dos líderes da aldeia (AEPSMRP. Livro 2, p. 29 – 26/12/1770, *apud* Paiva, 2009, p. 169).

Desta forma, o Padre Manoel de Jesus Maria tornou-se o primeiro “vigário encomendado”<sup>39</sup> da matriz a ser erguida, por provisão régia, em 2 de setembro de 1767, e “fundador da Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato” (Paiva, 2010, p. 44).

O Termo de Posse da freguesia, redigido pelo pároco Manoel de Jesus Maria, trazia o seguinte teor:

Aos vinte e cinco de Dezembro de 1767 anos, nos sertões desta nova freguesia do Mártir São Manoel do Rio Pomba e Peixe, estando junto todo o povo que nesse distrito se achou e fiz convocar ao toque da campainha, aí, em voz alta e pública li a provisão do Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido, sede vacante, pelo qual me constituí vigário da dita nova Paróquia do Mártir São Manoel, no distrito onde me acho no exercício de catequizar e civilizar os índios e, em virtude dela tomei posse da nova freguesia, benzendo água, levantando cruz e dizendo missa em altar portátil, e publicando-me pronto a administrar os mais sacramentos, como também logo benzi cemitério para os mortos, e a todos publiquei que tomava posse para mim e meus sucessores, em nome do Ilustríssimo e Reverendíssimo Ordenário, e em meu nome, sem haver contradição de pessoa alguma, estando presentes por testemunhas: Inácio Andrade Ribeiro, Manoel Durão Bastos, João Moreira de Jesus, Joaquim Cordeiro, Jacob Cordeiro, José Gonçalves Vieira e Valentim Dias dos Santos, que todos aqui assinaram, comigo, do que para constar, fiz este termo *ut-supra* (Santiago, 2016, p. 48).

Conforme aponta Coutinho (2021, p. 37-56) podemos considerar que a instalação da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” seguiu os preceitos das “paróquias encomendadas”<sup>40</sup>, onde os bispos nomeavam um pároco “*quer ad tempus*” (por um tempo), que não era selecionado por concurso e nem examinado sobre seu conhecimento da doutrina, exigindo-se apenas idoneidade moral. De fato, se assemelha em como Padre Manoel de Jesus Maria conseguiu sua indicação para seguir com a caravana do Capitão Francisco Pires Farinho para os “sertões proibidos do leste”.

<sup>39</sup> No antigo sistema do “Padroado”, que vigorou na colônia brasileira até a Proclamação da República, em 1889, os “vigários encomendados” eram sacerdotes provisórios em pequenas comunidades ainda desprovidas de uma paróquia canônica e legalmente constituída. Chamavam-se assim por serem solicitados pelas comunidades ou indicados por algum agente administrativo da Coroa Portuguesa (por isso o termo encomendado). Sustentavam-se cobrando taxas da população pelos serviços religiosos prestados (sacramentos, batismos, etc.) e não eram funcionários públicos como os “vigários colados”, que recebiam as cômmodas do governo português em uma época em que o Estado e a Igreja compartilhavam atribuições na administração da vida civil e religiosa das colônias. Era uma atribuição provisória, pois a ereção da paróquia podia demorar, passando-se às vezes gerações de vigários encomendados até a formalização da circunscrição eclesiástica e a indicação de um “vigário colado” para assumi-la (Lima, 2014, p. 47-61).

<sup>40</sup> Ressalta-se que no século XVIII, os termos “freguesia” - “paróquia” - “igreja matriz” eram sinônimos. (Bluteau, Tomo I, 1789, p. 636; Tomo II, 1789, p. 161).

Após a instalação da freguesia, o Padre Manoel de Jesus Maria viaja a Vila Rica (Ouro Preto) visando solicitar subsídios ao Governador Dom Luís Diogo Lobo da Silva para a catequese dos indígenas, relataria ao mesmo suas experiências nas matas e caminhos dos sertões e apresentaria alguns indígenas para batismo na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, situada no centro da cidade. Nesse momento solicitou também a sua provisão no cargo de vigário da freguesia argumentando que nenhum outro sacerdote da Capitania havia se candidatado para “expor sua vida ao grande perigo e trabalhos de consolidação de uma povoação civil nos sertões, domínios dos índios”. Seu pedido foi deferido em 1768 pela Câmara Eclesiástica (APM. SG. CX.: 06, doc.:22, p.9v-10, 03/08/1768, *apud* Paiva, 2010, p. 62-63).

Desta forma, Padre Manoel de Jesus Maria converteu os nativos da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” a serviço da Igreja Católica, do governo de sua Capitânia e do Estado Português (Castro, 2008, p.3).

### **1.2.1 Padre Manoel de Jesus Maria: a ordenação sacerdotal do vigário “mulato”**

Manoel de Jesus Maria nasceu por volta da década de 30 dos anos setecentos, natural da Freguesia de Santo Antônio da Casa Branca (atual Glaura)<sup>41</sup>, pertencente ao termo de Vila Rica (atual Ouro Preto). Era filho da africana angolana escravizada Maria de Barros, “propriedade” dos sócios Domingos de Barros Coelhos e de João Antunes, sendo este último designado no processo de “*genere*” como pai de Manoel (Paiva, 2010, p. 45). Isto indica que havia uma relação de concubinato dos senhores com a escrava, o que durante muito tempo foi condenado tanto pela Coroa Portuguesa, quanto pela Santa Sé. Mas, com o passar dos anos de colonização, a necessidade de aumentar a coleta de dízimos eclesiásticos, além de impostos à Coroa Portuguesa e, uma vez que “mulheres com qualidades semelhantes aos imigrantes colonos brancos eram escassas”, o concubinato tornou-se recorrente e aceito naquela época, pois aos olhos da Coroa Portuguesa isso favorecia o crescimento dos povoados (Cerceu Netto, 2008).

A condição de nascimento de Manoel de Jesus Maria desperta uma intrigante questão em relação a sua ordenação como padre. Pelas restrições impostas pelas *Constituições*

---

<sup>41</sup> Glaura, antiga Freguesia Santo Antônio da Casa Branca do Ouro Preto, foi fundada no século XVIII e é um dos distritos mais antigos do município de Ouro Preto/MG. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/distrito/5>>. Acesso em: 11 de ago. de 2022.

*Primeiras do Arcebispado da Bahia – Livro Terceiro* <sup>42</sup>, Manoel não poderia sequer ter sido aceito no meio eclesiástico. O motivo era o fato de possuir o que as constituições denominavam como o defeito na “antiguidade da fé”, em razão de sua mãe ser uma escravizada africana, e possuía o “defeito de nascimento”, pois foi concebido em uma relação de concubinato. Então como ocorreu a sua ordenação sacerdotal?

A ordenação sacerdotal proporcionava para o indivíduo que a recebia uma promoção social. Os clérigos eram designados como “pessoas nobres e qualificadas”, à semelhança de cavaleiros e nobreza, sendo civilizados e de bons costumes, pois do contrário colocariam a perder o processo colonizador e evangelizador efetivado pela Coroa Portuguesa e pela Igreja Católica. Para conseguir a ordenação, o candidato deveria ser submetido a uma série de avaliações e regras que envolviam desde seus conhecimentos sobre os ritos católicos, ao domínio da língua e escrita em latim, como também, a coleta de informações sobre seus familiares que comprovasse a “pureza do sangue” (Vide, 1853, Livro III, p.175-235).

Conforme apontado por Paiva (2010, p. 42), o estabelecimento dos estatutos de limpeza do sangue constituía, na verdade, obstáculo à ascensão social da população mestiça, alforriados e também de exclusão dos cristãos novos. Segundo as tradições e leis eclesiásticas, para comprovar que não tinha nenhuma mácula no sangue, o candidato a algum cargo público, religioso ou para obter títulos de nobreza tinha que apresentar um atestado que comprovasse a limpeza de sangue. Desta forma abria-se um processo onde o candidato era submetido a um minucioso levantamento genealógico, no qual a sua ascendência era investigada até a sétima geração. As informações coletadas nas “inquisições de genere”, como eram chamadas, deveriam ser fornecidas por cristãos velhos e qualquer comentário ou “ouvir dizer” poderia interferir no resultado, legitimando assim uma recusa da ordenação.

---

<sup>42</sup> As Constituições estão organizadas em um conjunto de cinco livros. O *Livro Primeiro* trata da fé e doutrina católica, das obrigações dos párocos em ensinarem a doutrina, da denúncia dos hereges, da adoração, do culto as santas relíquias e sagradas imagens, dos sacramentos, batismos e matrimônios; o *Livro Segundo* trata dos preparativos e ritos, da missa, da esmola, da guarda dos domingos e dias santos, do jejum, das proibições canônicas, dos dízimos, primícias e oblações; o *Livro Terceiro* fala da obrigação, que tem os clérigos de viver virtuosa e exemplarmente, do das tosuras e indumentárias clericais, das procissões, do cumprimento dos ofícios divinos, da pregação, do provimento das igrejas, dos livros de registros das paróquias, dos funcionários eclesiásticos, dos mosteiros e igrejas dos conventos; o *Livro Quarto* fala das imunidades eclesiásticas, da preservação do patrimônio da Igreja, das isenções, privilégios e punições dos clérigos, do poder eclesiástico, da edificação de capelas ou ermida e os procedimentos para sua reforma, dos ornamentos e bens móveis das igrejas, da reverência devida e da profanação de lugares sagrados, dos testamentos e legados dos clérigos, dos enterros e das sepulturas, dos ofícios pelos defuntos; o *Livro Quinto* trata sobre as transgressões (heresias, blasfêmias, feitiçarias, sacrilégio, perjúrio, usura, etc.), das acusações e das respectivas penas (excomunhão, suspensões, prisão etc.).

Apesar da exigência de “limpeza de sangue”, Manoel de Jesus Maria solicita sua ordenação pela primeira vez em 1756 à Câmara Eclesiástica do Bispado de Mariana<sup>43</sup>, recusada por diversas vezes. Embora ele tenha conseguido encontrar formas de atender às outras exigências, sua origem sempre pesava sobre a decisão final<sup>44</sup>. Essas comprovações de ascendência limpa eram atributos de honra e condição social numa sociedade conservadora em que o preconceito étnico e social estava fortemente enraizado.

Durante seu percurso sacerdotal, Manoel de Jesus Maria foi coroinha e sacristão na paróquia de Santo Antônio da Casa Branca (Ouro Preto/MG) e também na igreja de Santo Antônio do Ouro Branco (Ouro Branco/MG). Durante a sua jornada de ordenação sacerdotal, mudou-se para Vila Rica (atual Ouro Preto/MG), instalando-se na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias onde cumpriu a atribuição de sacristão na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias até sua ordenação, em 1765. Embora não conste oficialmente na documentação paroquial, esta atribuição pode ser conferida nas declarações expedidas pelos juizes e oficiais da Câmara de Vila Rica e também pelo mestre vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, João de Oliveira Magalhães (Paiva, 2010, p. 50-51). Manoel de Jesus Maria cursou o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana<sup>45</sup> e foi habilitado Presbítero do Hábito de São Pedro. Jesus Maria foi também confrade na Irmandade do Rosário em Vila Rica (Paiva, 2010, p.51).

Como última tentativa em busca de sua ordenação sacerdotal, Manoel de Jesus Maria se apresenta ao Governador de Minas, Diogo Lobo da Silva, “como agente para a catequese e conquista dos sertões dos índios Cropós e Croatos” (Paiva, 2010, p. 57). Talvez a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa tenham lhe permitido tal disposição, acreditando que certamente ele não teria sucesso e assim teriam resolvido a questão. Mas, por razões que ainda se desconhece, ele obteve êxito em sua empreitada e desta forma conseguiu posteriormente a sua promoção de vigário colado da “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba”.

Pouco se sabe sobre quais as condições e os acordos que o Padre Manoel de Jesus Maria estava disposto a estabelecer e aceitar para atingir seu objetivo, o fato é que ele conseguiu

---

<sup>43</sup> Conforme informa Paiva (2010), encontram-se mais informações no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da cidade de Mariana/MG, AEAM. Processo de Genere de Manoel de Jesus Maria. Armário 9, pasta nº. 1576 (1765).

<sup>44</sup> Em seu livro “*Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767 – 1813)*”, Adriano Toledo Paiva faz um relato detalhado sobre os percalços enfrentados por Manoel de Jesus Maria em busca de sua ordenação. Ver em: Paiva, 2010, p. 45 – 57.

<sup>45</sup> O Seminário de Mariana foi fundado em 20 de dezembro de 1750, pelo primeiro Bispo Dom Frei Manuel da Cruz. Posteriormente, desmembrou-se em dois institutos: Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte e Seminário Maior São José.

chegar aos sertões da mata, apaziguar de forma significativa os conflitos entre os colonos e os indígenas e contribuiu também com a dissolução dos quilombos que haviam se implantado na região. Desta forma, Manoel de Jesus Maria se tornou o primeiro religioso a converter os indígenas na região da atual Zona da Mata Mineira e a promover a facilitação da ocupação daquele sertão, estando a serviço da Igreja Católica, do governo da Capitania de Minas Gerais e da Coroa Portuguesa.

Sabe-se ainda que a atuação administrativa que o clérigo empregou na recém formada freguesia não se resumiu apenas ao cuidado espiritual das “almas” dos indígenas e colonos. Conforme apontado no estudo de Castro (2008, p. 4):

(...) Jesus Maria fundou uma escola para meninos, preparou roçado com o auxílio de mão de obra escrava, dividiu os índios nas tarefas da extração, agricultura e pesca, forneceu-lhes ferramentas e vestuário e inseriu-os na “vida cristã” através dos casamentos religiosos e batismos.

A construção da “escola para meninos”<sup>46</sup> providenciada pelo Padre Manoel de Jesus Maria seguia a lógica do “Diretório Pombalino” ou “Diretório dos Índios”, a qual previa que se ensinasse aos meninos “a doutrina Cristã, a ler, escrever, e contar”, e, às meninas, além da doutrina Cristã, ler e escrever, também “fiar, fazer renda, costura e todos mais ministérios próprios daquele sexo” (Diretório, parágrafo 7, *apud* Almeida, 1997, p. 378). A construção em questão era popularmente chamada de “*Casa dos Índios*” e ainda por outra denominação, a “*Casa do Rei*”. A edificação era dividida em dois salões onde funcionava a escola e ao lado, a residência do Cacique. A associação da “escola para meninos” com a “moradia do Cacique” era uma forma de distinção social e um importante mecanismo para instrução dos indígenas aldeados. Ao manter o Cacique morando próximo à igreja matriz assegurava que a liderança não se afastasse da freguesia (Paiva, 2009, p. 174).

Padre Manoel de Jesus Maria motivou também a construção de engenhos para beneficiamento da cana-de-açúcar<sup>47</sup> e a abertura de caminhos para facilitar a intercomunicação entre as vilas e povoados da Freguesia e o acesso à Vila Rica e ao Rio de Janeiro pela ligação ao caminho Novo da Estrada Real (Castro, 2008, p. 4). As estradas foram

<sup>46</sup> Esta foi à primeira escola da Zona da Mata Maneira para indígenas, onde o pároco aos sábados dedicava-se ao trabalho de catequese, ensinando a religião e as primeiras letras (Paiva, 2017, p. 12-15).

Com o passar dos séculos a população indígena foi absorvida a nova sociedade que surgia na região. Atualmente, a escola não existe mais. A edificação não recebeu ao longo do tempo as devidas intervenções de conservação, o que levou a sua deterioração. Foi demolida entre 2019 – 2020 devido ao estado precário em que se encontrava.

<sup>47</sup> Embora a Coroa Portuguesa tenha proibido a construção de engenhos no território da província sem a devida autorização, em 1799, Padre Manoel de Jesus Maria informava a Real Fazenda a existência de 32 engenhos na Freguesia de São Manoel, “uma informação relevante para se entender a produção da agricultura” da região (Lamas, 2013, p. 124).



construídas, com o auxílio dos índios, dos escravos e alguns raros pioneiros, entre a aldeia do Pomba e as demais aldeias por ele fundadas, tais como Mercês, Dores do Turvo, Presídio de São João Batista (atual Visconde do Rio Branco), São José do Paraopeba (Tocantins), São Januário de Ubá, Espírito Santo do Cemitério (hoje Guarani), etc. Algumas estradas interligavam também outras freguesias, como Guarapiranga. Estas conquistas conferiram grande prestígio local ao sacerdote e elevou a sua consideração em relação aos dirigentes da Igreja Católica e do Governo da Capitania de Minas Gerais resultando finalmente em sua ordenação como “vigário da recente freguesia dos índios e de todos os moradores” que nela habitassem (Paiva, 2010, p. 59).

Padre Manoel de Jesus Maria exerceu seu sacerdócio até três meses antes de sua morte em 6 de dezembro de 1811. Foi sepultado na antiga igreja Matriz de São Manoel, no aldeamento do Pomba<sup>48</sup>. Mesmo após várias tentativas de padre Manoel em elevar o aldeamento à condição de vila, tal situação só se concretizou 20 anos após seu falecimento, quando a freguesia alcançou a categoria de “*Vila do Pomba*”, no século XIX, conforme o Decreto de 13 de outubro de 1831<sup>49</sup>.

### 1.2.2 Toponímia da freguesia e a devoção ao mártir São Manoel: uma herança colonial

As devoções aos santos e santas católicos chegaram à colônia portuguesa trazidas pelos missionários e as ordens religiosas a que pertenciam (Hoornaert, 1982, p. 87-88). Assim, no processo de colonização muitas regiões receberam topônimos em referência ao hagiológico católico que se tornaram os oragos devocionais destes lugares. Pode-se considerar que essa tradição toponímica caracteriza-se como uma das heranças culturais deixadas no Brasil pelos colonizadores europeus (Dick, 1990).

O primeiro orago da freguesia em estudo foi o mártir São Manoel. As origens e motivações desta devoção ainda são desconhecidas na historiografia da região. As referências mais conhecidas ao orago são a provisão régia de D. João V, em 16 de fevereiro de 1718, que criou a freguesia e a imagem religiosa, de oratório, trazida de Vila Rica pelo Padre Manoel de Jesus Maria, em 1767, e utilizada na celebração da primeira missa as margens do rio Pomba.

---

<sup>48</sup> Devido à demolição/reforma da primeira capela ao longo do século XIX e reconstrução de um novo templo no início do século XX, não foram encontrados até o momento os registros de devida localização de sua sepultura ou se houve o traslado de seus restos mortais para outro local.

<sup>49</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831. Actos do Poder Legislativo – Parte 1. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1831, p. 134. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>>. Acesso em: 20 set. 2022.

Entre as justificativas da prática de nomeação de lugares em associação ao hagiológico católico<sup>50</sup>, Dick (1990) explica que se encontrava a propagação da fé cristã dos colonizadores, conforme as diretrizes do Padroado, entendendo que ao atribuir nomes religiosos às regiões conquistadas contribuía para a divulgação do catolicismo, ou ainda, delimitava as áreas de dominação da Igreja Católica. Por outro lado, haveria também a possibilidade de uma motivação pessoal do fundador, homônimo ao orago escolhido. Desta forma, atingiam-se duas finalidades: “a preservação da memória do fundador; e a homenagem a um santo, conforme determinação da Igreja” (Dick, 1996, p. 182-183).

Nesse sentido, ao analisarmos o hagiotopônimo da antiga “Freguesia do Mártir São Manoel (...)” podemos encontrar ambas as justificativas apontadas pela autora. Assim, temos a devoção ao “Mártir São Manoel”, que segundo a hagiografia cristã é “o santo patrono dos advogados e de causas que necessitam de diplomacia” (Oliveira, 2018, p. 105-106), como de fato havia a necessidade de resolução dos conflitos entre os indígenas e colonos na região. Por outro lado, “Manoel” é também o nome do clérigo<sup>51</sup> responsável pela fundação da freguesia e o santo mártir seria uma “devoção pessoal do Padre” (Santiago, 2016, p. 67-70). Ressalta-se, no entanto, a complexidade de afirmar, com segurança, se as motivações para a escolha do nome do orago foram políticas ou religiosas, demandando um estudo mais detalhado a respeito desta questão.

### 1.2.2.1 Significados toponímicos

A nomeação da “Freguesia do Mártir São Manoel do Sertão do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Croatos e Cropós” reúne várias referências históricas, culturais, religiosas e dos elementos naturais da região<sup>52</sup>.

Conforme os levantamentos de dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>53</sup>, apurados a partir de registros da evolução administrativa do município, a

---

<sup>50</sup> Conforme a terminologia utilizada por Maria Vicentino Dick (1990, p. 310-311), a “*hierotoponímia*” estuda a toponímia de origem religiosa. Entre as subdivisões desse topônimo temos o “*hagiotopônimo*”, um vocábulo constituído dos elementos gregos *hagios* (santo), *topos* (lugar) e *onoma* (nome), que se refere ao ato de nomear lugares com os nomes de santos e santas do hagiológico cristão, como o “Mártir São Manoel” empregado na nomeação da freguesia que deu origem a cidade de Rio Pomba, no interior da Zona da Mata Mineira.

<sup>51</sup> Padre Manoel de Jesus Maria (1731-1811).

<sup>52</sup> Embora o estudo sobre a toponímia e preferência devocional da freguesia não seja o objeto central de estudo desta pesquisa, considera-se oportuno a abordagem, ainda que resumida, reunindo informações complementares que contribuem para a compreensão da historiografia da região e podem auxiliar em pesquisas futuras sobre esse tema.

<sup>53</sup> IBGE - 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>.

criação da “Freguesia do Mártir São Manoel (...)”<sup>54</sup> e do distrito da “Pomba” ocorreu pela provisão Régia de D. João V em 16 de fevereiro de 1718. O distrito da “Pomba” passou à categoria de vila com a denominação de “Pomba”, pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, desmembrado do território de Mariana. Com a Lei Provincial n.º 881, de 06 de junho de 1858, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de “Pomba”. A alteração toponímica distrital de “Pomba” para “Rio Pomba” ocorre pela Lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948, permanece sendo assim.

A tradição oral local relata que o rio que corta a região recebeu o nome "pomba" por uma das expedições de reconhecimento dos sertões, que avistou inúmeras aves sobre as águas. Um dos pássaros<sup>55</sup> teria sido atingido por um indígena e caído no leito do rio, causando grande alvoroço e revoada dos demais. Por esse motivo, os exploradores denominaram o rio, como “Rio da Pomba” (Paiva, 2010, p. 27).

O outro zootopônimo “peixe” foi acrescentado posteriormente, devido à variedade e quantidade de peixes no rio. Também pode ser uma referência ao “rio Piau”, conhecido até meados do século XVIII como “rio do Peixe”, pelo fato de viverem em suas águas grandes cardumes dessa espécie de peixes<sup>56</sup>. Contudo, até o momento não foram encontradas fontes documentais que esclarecessem precisamente como ocorreu a nomeação da localidade.

Por outro lado, não podemos desconsiderar a simbologia da “pomba” no universo católico. A “pomba” também é uma representação do “Espírito Santo”. Representa pureza, simplicidade e foi o animal utilizado por Noé durante o dilúvio, para encontrar terra firme, adquirindo também o significado de esperança (Chevalier, 2009, p.728). Nesse sentido, o

---

<sup>54</sup> A denominação “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos índios Cropós e Croatos” foi empregada nos registros de Assentamentos e Traslados batismos para designação da paróquia. Arquivos Eclesiásticos da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba. Livros 1 e 2.

<sup>55</sup> Burmeister (1980, p. 196), menciona ter avistado na região muitos pássaros da espécie *Columba rufaxilla* – *Leptootila rufaxilia*, conhecida popularmente como juriti. Associava também a presença numerosa das aves ao nome do rio, “evidentemente devido à frequência das pombas nessa região”.

<sup>56</sup> Tal fato nomeou a atual cidade de Piau que foi um distrito desmembrado do município de Barbacena pela Lei n.º 202 de 01 de abril de 1841 e anexado ao de São Manuel do Rio Pomba pela Lei n.º 288 de 1846.

No final do século XVIII, em ocasião da Conjuração Mineira, alguns dos envolvidos buscaram refúgio à perseguição da Coroa Portuguesa, embrenhando-se nas matas dos sertões e chegando as terras que hoje constituem o município de Piau. Faziam parte desse grupo, dentre outros, Francisco José da Silva — tio de Tiradentes, João Lopes de Faria, João Pinto Cardoso, José Coelho de Oliveira, José de Paiva, João Eduardo Rodrigues Vale, José Rodrigues Vale e Antônio Fernandes de São José. Encontraram o esconderijo que buscavam, numa extensa região de floresta virgem, banhada por um rio que chamaram mais tarde de “Piau”, levados pelo fato de viverem em suas águas grandes cardumes desses peixes. Instalados nas terras, começaram o desenvolvimento agrícola, fundando-se dessa forma o arraial. Posteriormente edificaram uma capela em honra ao Divino Espírito Santo que assim se transformou em padroeiro do lugar e o povoado passou a ser conhecido como Divino Espírito Santo do Piau. No local da antiga capela existe hoje a igreja matriz, construída entre 1884 e 1898 (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE, 1959, vol. 26, p.339-342).

termo "pomba" evoca simbolicamente a “paz e a harmonia” que a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa desejavam para a colonização da região, justificando a escolha desse nome.

Já no século XX, o elemento zoomórfico de uma “pomba” foi inserido na heráldica do brasão de armas e na bandeira do município, criados por Almir de Oliveira, como “representação da cidade” (Santiago, 2016, p. 21-22). O lema da bandeira “*Ad Liberta Tem Volat*” (Voando para a Liberdade) também faz referência a ave.

É possível encontrar referência a denominação “rio da Pomba” nos mapas da Capitânia de Minas Gerais, Comarca de Vila Rica, por volta de 1700. Abaixo, temos o recorte do mapa da capitania de Minas Gerais, datado do ano setecentos, século XVIII, mostrando parte da hidrografia conhecida da região até então. Podemos observar na Comarca de Vila Rica, a presença do hidrotopônimo “Rio da Pomba”.

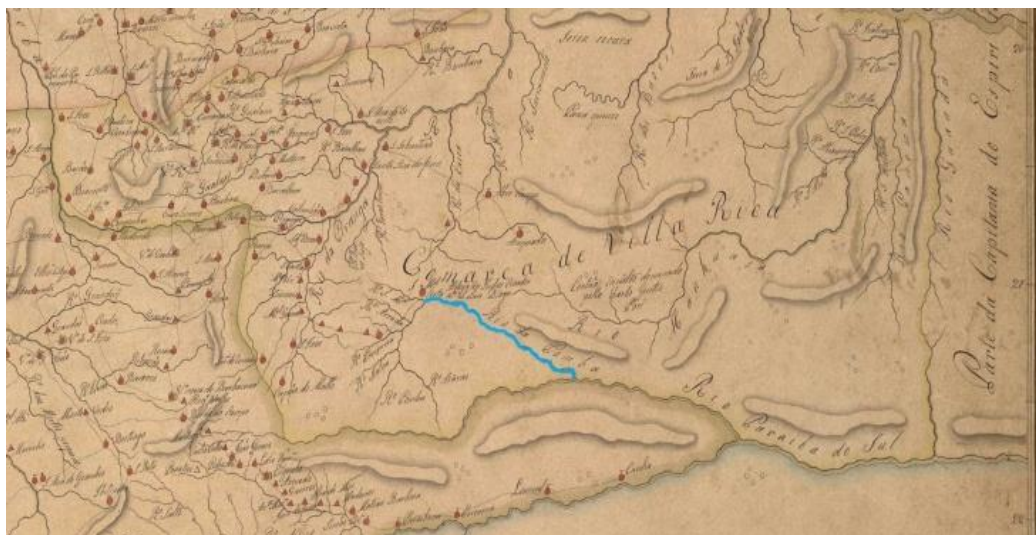


Figura 15: Recorte do mapa topográfico e hidrográfico da capitania de Minas Geraes: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo. [17--]. 1 mapa ms, col., 74,5 x 67,5cm em f. 77,5 x 68,8. Desenho a nanquim, aquarelado. Sem indicação de autoria. Em destaque azul, localiza-se o “rio da Pomba” na Comarca de Vila Rica. É um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Fonte: Arquivos digitais da Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Adaptação: Elza Vieira - Abril/2023.

Conforme a nomenclatura de classificação toponímica de Dick (1996, p. 33), o nome atual da cidade de “Rio Pomba” é composto então por “bipartições de natureza física e antropocultural”. Essas informações nos fornecem dados interessantes sobre como a nomeação das regiões ocorriam no período colonial. Desta forma, temos um “hidrotopônimo” que são “topônimos resultantes de acidentes hidrográficos, em geral, nesse caso, o próprio rio que corta a região e, um “zootopônimo” que são “topônimos de natureza animal”, como a “Pomba e o Peixe”. Anteriormente, havia o “etnotopônimo” que estuda a etimologia dos

nomes que designam etnias e grupos humanos, como os “Índios Croatos e Cropós”<sup>57</sup>. E por fim, havia um “hierotopônimo”, relativo a nomes sagrados (cristão). Entre as subdivisões desse topônimo temos o “hagiotopônimo”, que se refere aos santos e santas do hagiológico romano, como o “Mártir São Manoel”.

#### 1.2.2.2 A devoção as imagens sagradas

A presença hagiotoponímica pode ser justificada diante da fé cristã dos colonizadores portugueses. É difícil pensar o catolicismo sem a presença de imagens visuais. Já nos primeiros séculos do cristianismo um vocabulário artístico foi utilizado para a disseminação da fé cristã. Contudo, com tal função, crescia a preocupação com o uso indevido das imagens por parte dos fiéis que pudesse levar a idolatria. Em seu uso acrescentava-se uma crescente preocupação na desvinculação do paganismo e, por consequência, um esclarecimento do uso da arte sacra em meio ao contexto pagão<sup>58</sup>. De acordo com Brown (1999), o papado de Gregório Magno (590-604) teve grande importância no que diz respeito ao uso das imagens sacras, definindo lícita a sua feitura, bem como seu emprego no interior das igrejas. As ideias de Gregório Magno sobre o uso das imagens estiveram presentes por ocasião do concílio tridentino do século XVI.

Desde o século III, no antigo império bizantino, a presença de imagens sacras no interior das igrejas foi motivo de conflito entre duas vertentes de pensamento teológico iniciadas ainda no governo de Leão III (717-741), e que se seguiu ao de seu filho, Constantino V (741-775). De um lado estava a “*iconoclastia*” que, baseando-se na leitura do Antigo Testamento (“Não farás estátua nem simulacro algum” - Êxodo 20, 4 – e outras passagens), não aceitava a veneração e a adoração das imagens sacras, considerando-as como idolatria. Condenavam a sua feitura e motivaram a destruição das existentes. Em contraposição aos iconoclastas estava os que apoiavam a “*iconodulia*” ou “*iconofilia*” (do grego: "venerador de imagem") e aceitavam que as imagens representassem os santos, a Virgem e o Cristo

<sup>57</sup> Conforme apontado por Paiva (2010, p. 30), a expressão foi empregada nos registros de batismo e documentos da administração colonial para designação da paróquia. Posteriormente, as designações destes grupos adquiriam as grafias de Coropós (Cropós) e Coroados (Croatos), atendendo as normas de Convenção para a grafia dos nomes tribais estabelecidas pela Associação Brasileira de Antropologia, em 1953. Ver Revista de Antropologia – Convenção para a grafia dos nomes tribais. N.º 2 – Volume 2, 1954, p. 150 – 154.

<sup>58</sup> Embora as imagens sacras não sejam o objeto desta pesquisa, por comporem o acervo de ornamentação interna das edificações religiosas, muitos conceitos relacionados ao destas imagens também se estendem aos elementos ornamentais e a arquitetura destes templos, que são o objeto de pesquisa deste estudo e, portanto, importantes de serem abordados, ainda que de forma breve, para uma compreensão geral do tema.

devendo, portanto, serem veneradas e adoradas, pois, eram ícones que traziam o entendimento da fé ao povo (Brown, 1999, p. 251-269).

Segundo Schmitt (2007, p. 55-89), durante séculos se discutiu o uso das imagens comidas e vindas entre estas duas vertentes teológicas, até que em dezembro de 1563 realizou-se o Concílio de Trento, quando se discutiu novamente acerca do estatuto da imagem. O Concílio de Trento (1545-1563)<sup>59</sup> teve grande influência na história da relação política e religiosa construída entre o reino de Portugal e a Igreja Católica, tanto pela influência que os seus decretos tiveram na vida eclesiástica e social do reino, quanto pelo apoio dos reis às resoluções do concílio.

Após a criação de numerosos decretos disciplinares e disputas políticas entre os eclesiásticos, o concílio acabou apenas por reafirmar os princípios católicos, condenando o protestantismo e promovendo algumas medidas moralizadoras, como a proibição da venda de indulgências e a criação de escolas para a formação de eclesiásticos. Foram criados seminários nas dioceses como centros de formação sacerdotal e confirmou-se a superioridade do Papa sobre qualquer concílio ecumênico. Foi instituído o “*Index Librorum Prohibitorum*”, um novo Breviário (o Breviário Romano) e um novo Catecismo (o Catecismo Romano). Foi reorganizada também a Inquisição cujo foco era os convertidos protestantes (Coutinho, 2021).

Entre as medidas tomadas pelo concílio tridentino, denominado também de Contrarreforma, destaca-se a aproximação dos padres aos fiéis devotos e a instituição de ordens religiosas<sup>60</sup> para servir a Igreja Católica e disseminar os ensinamentos católicos (Villata, 2007, p. 19).

De acordo com Brown (1999), foram retomadas também as discussões sobre a invocação, veneração, relíquias dos Santos e das sagradas imagens, buscando regulamentar de forma definitiva a questão. Entre as atas do concílio tridentino, encontram-se as determinações da *Sessão XXV, da “A Invocação e Veneração às Relíquias dos Santos e das*

---

<sup>59</sup> Foi o 19º Concílio Ecumênico convocado pelo Papa Paulo III, em 1545, na cidade de Trento, região do Tirol italiano. Realizado no contexto da Reforma da Igreja católica que buscava assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica em reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante instituída em 1517, pelo monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546), razão pela qual é denominado também de Contrarreforma ou ainda, Reforma Católico-romana (Monteiro, 2007).

<sup>60</sup> A mais importante das ordens religiosas criadas foi a “Companhia de Jesus”, cujos membros eram conhecidos como “os jesuítas”. Esta Companhia foi iniciada pelo espanhol, Inácio Loyola e aprovada pelo Papa Paulo III em 1540. A Companhia de Jesus transformou-se num verdadeiro “exército” em defesa da manutenção dos princípios católicos e da evangelização na Europa, na Ásia e nas Américas e claro, da soberania do rei. De forma geral, os jesuítas tentavam impedir os católicos de abandonarem a Igreja e persuadiam protestantes a voltarem ao catolicismo. Também almejavam atrair os católicos convertidos (indígenas, escravizados, judeus). Para alcançar seus objetivos, os jesuítas estabeleceram colégios e seminários, enviando missionários para as terras distantes das colônias lusitanas (Costa, 2013).

*Sagradas Imagens*”<sup>61</sup> onde podemos verificar as disposições reservadas apenas às imagens religiosas expostas nos templos.

De forma resumida, as determinações regiam vários temas relacionados à imagem sacra. Na primeira determinação do concílio temos:

Manda o santo Concilio a todos os Bispos, e aos mais que tem o officio, e cuidado de ensinar, que conforme a praxe da Igreja Catholica, e Apostolica, recebida desde os tempos primitivos da Religião Christã, e consenso dos Santos Padres, e Decretos dos sagrados Concilios, instrução diligentemente os Fiéis primeiramente da intercessão dos Santos, sua invocação, veneração das Reliquias, e legitimo uso das Imagens (...). (Sacrosanto..., 1781, p. 347).

Em seguida, as determinações tratavam da “*representação do invisível*”, reivindicado para as imagens (escultura e pintura) a capacidade de representar de forma segura a manifestação do divino em matéria; a questão da “*veneração e adoração de imagens religiosas*”, orientando que não se adorasse imagem em si, ou seja, o suporte material, mas elevar o pensamento àquilo que ela representava e aprender por meio da história da imagem a quem se devem dirigir as nossas adorações (Brown, 1999, p. 264).

No item “*Das funções da imagem*” seguia-se concordando com o disposto pelo Papa Gregório Magno nas “*Epistola ad Serenum episcopum Massiliensem*” onde se esclarecia que a primeira função da pintura religiosa seria didática: instruir os fiéis, principalmente os iletrados, incapazes de ler a história sacra, mas que entenderiam através das imagens. Já no item “*Do decoro*”, determinava-se a “*adequação*” das representações ao tema buscando uma imagem ideal, atentando-se para que as vestimentas e gestos estivessem apropriadas à posição e caráter da figura representada, ou seja, sua dignidade ou decência (Holanda, 1548 *apud* Vasconcelos, 1918, p. 73-99).

Era de suma importância que a mensagem da fé cristã fosse transmitida aos fiéis sem erros e de forma a não fomentar heresias nos devotos, não se permitido novos milagres, nem adotar novas relíquias, sem que tenham o reconhecimento e aprovação do Bispo, podendo ainda este recorrer em caso de dúvida à sentença do Conselho Metropolitano e dos Bispos co-provinciais no Concílio Provincial, de modo que não se decreta qualquer coisa nova ou não usada na Igreja até o presente, sem consultar antes o Pontífice Romano (Sacrosanto e ecumênico Concilio de Trento/Tomo II, 1781, p. 355-357).

---

<sup>61</sup> A versão da edificação do “*Sacrosanto e ecumênico Concilio de Trento/Tomo II (1781)*” utilizada neste estudo apresenta-se escrita e latim, nas páginas pares e sua tradução em português, nas páginas ímpares.

Esses requisitos vão reverberar em períodos posteriores ao concílio tridentino. Entre os séculos XVI e XVII, os religiosos católicos participaram do processo de colonização num esforço conjunto com representantes da Coroa Portuguesa, seguindo os compromissos da Ordem de Cristo<sup>62</sup> e pactuados pelo Regime do Padroado. Esse sistema vigorou no Brasil até a Constituição Republicana de 1891, que extinguiu totalmente o vínculo entre a Igreja Católica e o Estado (Cifuentes, 1989, p.240).

O Padroado, que consistia num acordo entre o Papa (líder maior do clero católico) e o rei de Portugal (o padroeiro) estabelecia uma série de deveres e direitos da Coroa Portuguesa em relação à Igreja Católica. Entre os deveres da Coroa Portuguesa estava: garantir a expansão do catolicismo em todas as terras conquistadas pelos portugueses; construir igrejas e cuidar de sua conservação e remunerar os sacerdotes por seu trabalho religioso. A Coroa Portuguesa, por sua vez, também tinha alguns direitos como: nomear padres e bispos; criar dioceses; recolher e administrar o dízimo ofertado pelos fiéis à igreja. A Mesa de Consciência e Ordens, criada em Lisboa em 1532, era a responsável por fiscalizar as anuidades cobradas, os bens e os livros internos, a ereção e a construção de templos e por meio dela que o Padroado Régio confirmava os párocos coloniais (Hoornaert, 1982, p. 39-40).

Cabia às autoridades políticas portuguesas administrar a colônia, decidindo, por exemplo, sobre as formas de ocupação, povoamento e produção econômica. Para os religiosos ficou a incumbência de catequizar as “almas” e ensinar aos conquistados a obediência a “Deus” e ao “Rei de Portugal”, reforçando os laços dessa aliança entre “o trono e o altar” (Abreu, 2001, p.35).

Nesse contexto, durante o período de fundação das primeiras freguesias e paróquias na colônia portuguesa (entre os séculos XVI e XVIII), as organizações religiosas (irmandades, ordens terceiras e confrarias) criadas para apoiar e promover a construção de igrejas, centralizando os interesses de diferentes grupos sociais que se associavam em torno de um orago de devoção em busca de proteção, ajuda mútua e graças divinas. Esses oragos de devoção, como o mártir São Manoel, seguindo as determinações tridentinas, eram representados por imagens sacras e assumiam o papel de intermediários entre o fiel e “Deus”.

---

<sup>62</sup>A Ordem de Cristo foi criada em Portugal como “*Ordo Militiae Jesu Christo*” pela bula “*Ad ae exquibus*” de 15 de março de 1319, pelo papa João XXII, sendo rei D. Dinis, pouco depois da extinção da Ordem do Templo (Ordem dos Cavaleiros Templários). Pelas bulas do Papa Nicolau V e do Papa Calisto III, respectivamente, é concedido ou dada obrigação à Ordem de Cristo de estabelecer o direito espiritual sobre todas as terras descobertas, como territórios “*nullius diocesis*” (ou seja, sem a presença da Igreja). (Lima, 2014, p. 47-48).



### 1.2.2.3 O mártir São Manoel

No estudo sobre a devoção ao mártir São Manoel, percebemos que as fontes hagiográficas<sup>63</sup> são escassas. As referências à representação de São Manoel também não são muito recorrentes nos dicionários e manuais de santos. A “*Acta Sanctorum*”, compilada pelo jesuíta Jean Bolland no início do século XVII, foi a base para grande parte dos escritos hagiográficos posteriores. Essa coleção só foi incluir a memória de São Manoel a partir do século XIX, em uma reedição que trazia a versão difundida no Ocidente e todos os autores que seguiram repetiram o seu conteúdo.

No livro do “*Acta Sanctorum - Tomus Quartus Junii*” publicado em 1867, a memória do mártir Manuel e seus irmãos os define como embaixadores que, no século IV, buscaram estabelecer a paz entre os reinos da Pérsia e de Roma.

O imperador Flávio Cláudio Juliano, o “Apóstata”<sup>64</sup>, estava em guerra com o Império Persa Sassânida governado por Sapor II (309-379), devido a disputas de fronteiras que se arrastavam desde o século III. Numa tentativa de assinar um tratado de paz, a embaixada da Pérsia enviou a Constantinopla, os irmãos Manuel, Ismael e Sabel, para assinar um "Tratado de Paz" entre sua pátria, a Pérsia, e o Império Romano. Os irmãos foram recebidos inicialmente com honras de Estado em seu palácio, tentando seduzi-los às suas crenças. Mas diante da recusa dos embaixadores (que haviam adotado o cristianismo como religião), a prestar culto ao Sol e a outros deuses pagãos, Juliano ordenou que lhes fosse imposta a pena a que eram condenados os cristãos: o martírio. Sendo Manoel o primogênito, foi atravessado com um cravo de ferro em cada lado do peito e outro atravessou-lhe o ouvido. Seguiu-se à morte dos santos um forte tremor de terra que soterrou seus corpos antes que fossem reduzidos a cinzas, como queria Juliano. A data provável da morte dos irmãos mártires foi no dia 17 de junho de 362, passando ser a data adotada para as comemorações em honra a São Manoel (*Acta Sanctorum*, vol. 24, 1867, p. 231-237). Não foram encontradas referências sobre o tipo de martírio sofrido pelos irmãos Ismael e Sabel, apenas que ao final do martírio,

<sup>63</sup> Michel de Certeau (2013, p.242), em seu livro “*A escrita da História*”, define a hagiografia como o gênero literário que “destaca os ‘atores do sagrado’ os santos, e visa à edificação (exemplaridade)”. Desta forma, a hagiografia cristã desempenhou um papel significativo na tradição religiosa e cultural, influenciando como os cristãos perceberam a santidade, a espiritualidade e o papel dos modelos exemplares de santos e santas.

<sup>64</sup> Os irmãos mártires Manuel, Sabel e Ismael aparecem juntos na organização cronológica relativa aos santos que viveram no século IV, momento de expansão do Cristianismo no Império Romano. Neste período, o imperador era Flávio Cláudio Juliano (que reinou entre 361 – 363). Embora batizado e educado no cristianismo, ficou conhecido como o “Apostata” por assumir sua crença no paganismo helenístico, sob a proteção de Zeus e Hélio (Pereira, 2009, p. 40-41).

todos foram decapitados. Uma versão semelhante, porém reduzida, aparece também em uma edição espanhola do “*Martirologio Romano*”, de 1953, onde consta que:

“Em Calcedônia, os Santos Mártires Manuel, Sabel e Ismael; que, enviados por embaixadores do rei da Pérsia para estabelecer a paz com Juliano, o Apóstata, e sendo compelidos por este imperador a adorar ídolos, recusando-se resolutamente a fazê-lo, foram mortos pelo fio da espada”<sup>65</sup> (Tradução nossa).

O “*mártir*” é uma “pessoa submetida à pena de morte pela recusa de renunciar a sua fé ou a qualquer de seus princípios”. À morte de um mártir ou o valor que lhe é atribuído chama-se martírio. Para a Igreja Católica, o “mártir cristão” é aquele que prefere morrer a renegar seu “Senhor e sua fé” (Fox, 2013, p. 9).

Segundo Andrade (2010), durante os primeiros séculos do cristianismo, o termo “mártir” adquiriu um significado ampliado que se referia aos crentes que chamados a testemunhar sua crença religiosa e, por causa desse testemunho, suportaram o sofrimento ou a morte.

Os primeiros cristãos que começaram a usar o termo mártir em seu novo sentido viam “Jesus Cristo como o primeiro e maior mártir, por causa de sua crucificação”. O martírio era o símbolo de total submissão ao Cristo, portanto, ser santo era morrer, não só por Cristo, mas, como ele, de tal forma que, santidade e martírio tinham, basicamente, o mesmo significado para o imaginário cristão, daquela época (Andrade, 2010, p. 134). Por sofrerem as torturas e resistirem em sua fé cristã até a morte, Manoel e seus irmãos se tornaram os santos mártires da Pérsia.

Em Portugal, o culto ao Mártir São Manoel começou a se estabelecer após o rei português Dom Manuel I (1469-1521) – o “Venturoso” da Dinastia de Aviz – adotar, como título, o nome do santo persa<sup>66</sup>. Na “Congregação do Oratório do Porto”<sup>67</sup> houve grande

<sup>65</sup> No texto original: *En Calcedonia, los santos Mártires Manuel, Sabel e Ismael; los cuales, enviados por embajadores del Rey de Persia para ajustar paces con Juliano Apóstata, y siendo compelidos por este Emperador a adorar a los ídolos, negándose resueltamente a ello, fueron muertos al filo de la espada* (Sánchez, 1953, p. 162).

<sup>66</sup> Podemos considerar também que a devoção ao mártir São Manoel pode estar relacionada ao período das invasões árabes ocorridas na Península Ibérica a partir do século VIII d.C. A ocupação árabe no território peninsular foi intensa, ocasionando, a princípio, uma dominação política, social, religiosa e linguística. A partir do século XI e XII, com o movimento da Reconquista, os cristãos que não concordavam com a dominação árabe se organizaram e foram reconquistando territórios. Em 1492 os árabes são definitivamente expulsos da península. Desta forma, a cultura portuguesa foi muito influenciada pela presença moura (Samu, 2010, p. 47-50).

<sup>67</sup> Em Portugal, a Congregação do Oratório, fundada em 1680, foi uma das mais importantes instituições na expansão do iluminismo, servindo de contraponto aos jesuítas. Isso valeu-lhe a proteção do rei D. João IV de Portugal. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em: <<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=1375808>>.

devoção pelo Papa São Clemente devido à eficácia da sua intervenção contra os impacientes no que é coadjuvado pelo mártir São Manuel que foi embaixador da Pérsia” (Soares, 1955, p. 18).

No século XIX, a obra “*História da Vida do Glorioso Martyr S. Manoel*”, de autoria do Capelão Rodrigues Faria, publicada em 1846, ampliará ainda mais a devoção ao Mártir em Portugal e nos novos territórios coloniais. De certa forma, o relato repete as descrições que constam no livro do *Tomus Quartus Junii* da “*Acta Sanctorum*”, mencionado anteriormente.

A partir do século XX, uma das principais fontes para o estudo da representação de São Manoel em Portugal é a coleção de gravuras organizada por Ernesto Soares em seu “*Inventário da colecção de registos de Santos (1955)*”<sup>68</sup>, onde aparecem catalogadas e descritas algumas diferentes impressões do século XVIII com a representação do santo mártir, como podemos observar na Fig. 16 apresentada a seguir.



Figura 16: S. Manoel Mártir. Lithogravura de Lopes & Bastos, R. N. dos M'e' N.º 12 a 14. Lisboa, 1850. Dimensões: 202x111mm. In: Soares, 1955, p. 104. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Julho/2023.

Na gravura acima, datada do século XIX (1850), temos a representação do mártir São Manoel de corpo inteiro, trajando um perizônio<sup>69</sup> e dorso nu. O santo mártir apresenta-se martirizado, de mãos entrelaçadas e postas à frente do peito em sinal de oração. É iluminado

<sup>68</sup> Soares, 1955, p. 103-104.

<sup>69</sup> Perizônio ou “pano de pureza”: termo empregado para designar uma espécie de faixa em tecido que envolve a região da cintura e cobre a nudez nas imagens sacras (Damasceno, 1987, p. 38).

por um halo luminoso que vem do céu e um anjo coloca sobre sua cabeça uma coroa de flores. A seus pés, uma armadura (capacete e peitoral) e um sabre. Na cena de fundo, percebem-se um castelo e montanhas desérticas. A imagem está envolta por uma moldura ornamentada. Na porção superior nota-se um brasão com a representação dos três cravos de ferro fincados no corpo do santo durante o martírio. Na porção inferior, a legenda traz as inscrições: “*S. Manoel Mátyr. Embaixador da Pérsia e Advogado da Paciencia*”. Cada detalhe presente na gravura está relacionado à iconografia e iconologia<sup>70</sup> do santo mártir, ou seja, o conjunto de símbolos ou ícones relacionados à sua vida, para mais facilmente identificá-lo por intermédio de gravuras.

Desta forma, destacam-se como seus “atributos os quatro cravos - dois atravessando-lhe os ouvidos e outros dois o peito - como castigo por não ouvir a voz do imperador e ter o coração endurecido”. É representado “jovem, trazendo um simples perizônio, dorso nu, descalço e as mãos postas em atitude de oração (...)” (Soares, 1955, p.103).

Constam ainda como elementos iconográficos um castelo e um anjo, ora o coroando com flores, ora segurando a palma, símbolo do martírio. Em alguns casos aparece ainda a figura de seu algoz. O elmo, armadura e sabre também são seus atributos de guerreiro. Registra-se que o mártir São Manoel é raramente representado ao lado de seus irmãos, Sabel e Ismael. Sua representação mais freqüente, tanto no martiroológico português como na arte sacra brasileira, é aquela em que aparece sozinho. Esses elementos de sua iconografia e iconologia se mantiveram com o passar do tempo e a forma de sua representação tradicional, independente da época ou estilo, comportará poucas diferenças (Cunha, 1993, p. 110).

No Brasil também encontramos esses elementos presentes nas representações do santo mártir que enfatizam sempre o semblante piedoso e paciente e os símbolos de seu martírio. Ao analisar as representações do mártir São Manoel em Minas Gerais, Myriam Ribeiro de Oliveira (2018, p. 107) destaca as imagens do santo persa, que pertencem ao acervo de bens móveis e integrados da igreja Matiz de Caeté, no museu da mesma cidade, na ordem de São Francisco de Mariana e em outras igrejas mineiras.

Tanto nas gravuras e esculturas, quanto na pintura podemos verificar que a imagem do santo mártir pode aparecer com um resplendor racionado e com um anjo que o coroa a cabeça com uma guirlanda ou que lhe entrega uma palma, semelhante à gravura presente no “*Inventário da colecção de registos de Santos*” (1955) de Ernesto Soares, apresentada acima na Fig. 13. A evocação do mártir São Manoel está relacionada a questões que envolvem

---

<sup>70</sup> Erwin Panofsky (1976, p. 47-87) defini a *iconografia* como o estudo do tema ou assunto e a *iconologia* como o estudo do significado do objeto.

paciência e diplomacia. “É o santo advogado da paciência e protetor dos embaixadores e mensageiros”, como destaca Oliveira (2018, p. 105-106). Podemos verificar esses detalhes nas referidas figuras abaixo.



Figura 17: Pintura policromada de forro de madeira representando o mártir São Manoel. Capela de São Manoel. Caeté/MG. Séc. XVIII.  
Fotógrafo: André Brasil – 2007.  
Fonte: Acervo digital – Museu Regional de Caeté<sup>71</sup>.



Figura 18: Imagem retabular de São Manoel. Escultura Sacra. Séc. XVIII. Capela de São Manoel. Caeté/MG. Séc. XVIII.  
Fotógrafo: André Brasil – 2007.  
Fonte: Acervo digital – Museu Regional de Caeté<sup>72</sup>.

Seguindo o mesmo padrão de representação do mártir São Manoel, encontramos no acervo de bens móveis da igreja Matriz de São Manoel da cidade de Rio Pomba/MG, duas imagens que representam o orago<sup>73</sup>. A primeira imagem (Fig. 19), considerada mais antiga, é de pequena proporção (aprox. 30 cm de altura). Esta pode ter sido a imagem que trazida pelo próprio Padre Manoel de Jesus Maria, em 1767, porém sua origem e autoria são desconhecidas. Sabe-se apenas que é “procedente de Ouro Preto e foi trazida pelo pároco” (Santiago, 1991, p. 85). Porém, ainda não foi possível localizar a documentação comprobatória quanto a sua origem e a autoria de sua confecção também é desconhecida. Conforme a metodologia de análise de esculturas em madeira policromada adotada por Coelho e Qites (2014), esta imagem pode ser classificada como de oratório e fatura de

<sup>71</sup> Acervo digital – Museu Regional de Caeté. São Manoel, Forro pintado, Séc. XVIII. Disponível em: <<https://museuregionaldecaete.acervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/tainacan-items/848/9904/029.jpg>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

<sup>72</sup> Acervo digital – Museu Regional de Caeté. São Manoel, Imagem de santo, Séc. XVIII. Disponível em: <https://museuregionaldecaete.acervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/tainacan-items/848/8025/305.jpg>. Acesso em: 20 jul. 2023.

<sup>73</sup> Ressaltamos que nesta pesquisa será apresentada uma abordagem resumida sobre as imagens por serem objetos de estudo de outra pesquisa em desenvolvimento.

fronteira. Foi esculpida em madeira ainda não identificada. Possui policromia simples e apresenta o santo mártir seminu e descalço com os cravos no peito e nos ouvidos, as mãos postas junto ao peito, vestido com um perizônio curto.

A segunda imagem (Fig. 20) é datada da segunda metade de século XVIII. Possui proporção média (aprox. 125 cm de altura) e pode ser classificada como uma escultura retabular, quanto ao uso (Coelho e Quites, 2014). Apresenta uma composição levemente movimentada e pode ser enquadrada estilisticamente na transição do barroco para o rococó (Fabrino, 2012, p. 70). Após passar por uma intervenção de restauração<sup>74</sup>, a imagem retabular teve sua autoria atribuída ao artífice de Ouro Preto, Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho). De acordo com Colombo (2021, p.101-105), com base nas análises empreendidas na imagem, constata-se que ela possui um conjunto seguro de elementos formais que permitem atribuí-la a Antônio Francisco Lisboa<sup>75</sup>.



Figura 19: Imagem menor de São Manoel trazida pelo Padre Manoel de Jesus Maria. Século XVIII. Autoria desconhecida. Acervo da igreja Matriz de São Manoel. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2021.



Figura 20: Imagem de São Manoel após a restauração em 2021. Século XVIII. Autoria atribuída: Aleijadinho. Acervo da igreja Matriz de São Manoel. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2021.

<sup>74</sup> A restauração foi contratada pelo município de Rio Pomba em parceria com a Paróquia São Manoel e executada pelo Atelier de Conservação e Restauração de Bens Culturais Ltda, em Juiz de Fora– MG, entre 2019 e 2020, sob a coordenação do conservador – restaurador Valtencir Almeida dos Passos.

<sup>75</sup> Devido ao reconhecimento de seu valor como patrimônio cultural sacro para o município de Rio Pomba/MG, a imagem retabular do mártir São Manoel recebeu tombamento municipal pelo Decreto n.º 2381 de 14 de dezembro de 2020. Na mesma ocasião foi encaminhado um pedido de tombamento estadual ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, de Minas Gerais que se encontra, até a presente data, em análise. Atualmente a responsabilidade de guarda da imagem de São Manoel que ocupa o nicho central do retábulo da capela-mor da igreja Matriz de São Manoel pertence à Paróquia de São Manoel, entidade eclesiástica submetida à Arquidiocese de Mariana/MG.

### **1.3 Os esforços de Padre Manoel de Jesus Maria em erigir a Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Arquiconfraria nos sertões do Pomba**

As Irmandades e Ordens Terceiras constituíram uma forte presença na cultura da Capitania de Minas Gerais, sobretudo no início do século XVIII, entre 1720 e 1740. As irmandades e confrarias respondiam ao Bispo Diocesano e eram subordinadas ao clero secular, enquanto as ordens terceiras respondiam à ordem primeira a que se filiavam, ou seja, ao clero regular (Salles, 1963).

Estas organizações religiosas foram responsáveis pela construção e manutenção de várias igrejas históricas e pelo patrocínio da fatura de imagens sacras, altares de talha retabular exuberante e pinturas de forro com a técnica de perspectiva, conhecida com “falsa arquitetura” pelo efeito tridimensional que provocam (Campos, 2011). Permitiram o surgimento de grandes artistas dedicados a servi-las, culminando em uma manifestação artística influenciada pelos movimentos europeus do barroco (século XVI) e rococó (século XVIII). A “apropriação” ou “tradução” desses “estilos europeus” nas terras coloniais assumiu características locais e particulares próprias devido à necessidade de adaptação aos materiais e ambiente ou pela dificuldade de executores com conhecimento e habilidades técnicas necessárias (Fonseca, 2022, p. 44-71).

Até meados do século XVIII a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa mantinham uma cooperação mútua e harmoniosa que atendia aos interesses particulares de cada um. Porém, várias mudanças nas relações entre a “fé” e o “rei” foram provocadas pelas reformas pombalinas (1750 – 1777) e o Estado Português tomou certas medidas que caracterizaram a sua permanente intervenção na atuação da Igreja Católica (Abreu, 2001, p.35-36).

Ocorre que no momento de instalação da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” já haviam ocorrido mudanças no pensamento da Coroa em relação a sua colônia. Com as reformas pombalinas o objetivo central era a recuperação econômica da metrópole que iria ocorrer, entre outras coisas, pela intensa exploração das colônias. Desta forma, a ideia de promover áreas de povoamento, além de expandir o território sob a jurisdição régia e eclesiástica, alvejava o crescimento populacional da colônia que iria consumir do mercado metropolitano. O Estado Português passou a se importar mais com a recuperação econômica de Portugal do que com a propagação da fé católica.

A partir deste pensamento já não interessava à Coroa que os indígenas desenvolvessem hábito civilizados, como buscavam as missões jesuíticas. Bastava à Coroa

Portuguesa que estivessem inseridos na sociedade, aptos a quaisquer atividades ou ofícios considerados civilizados e pagassem seus impostos. Aqueles que não estivessem de acordo estariam sujeitos a própria sorte (morte por embates entre outras etnias rivais ou colonos, doenças, fome, etc.).

Mesmo com a abolição do Diretório dos Índios em 1798, as reformas pombalinas e o pensamento iluminista do Marquês de Pombal provocaram intensas mudanças no pensamento político do Estado Português em relação a suas colônias. A política de conquista das almas dos índios foi substituída por outra que priorizava a sua inserção num contexto político e econômico que trouxesse benefícios para o Estado Português.

A presença da igreja, além de manter os laços com a Coroa, colocaria os indígenas no contexto social que o Estado Português almejava. Inseridos socialmente, por meio da religião, temerosos de “Deus” e do “Rei”, estariam contribuindo para o projeto de recuperação econômica de Portugal. Mas já não importava uma catequese ilustrada que se utilizasse da ornamentação profusa de imagens e símbolos. Importava agora se “fazer presente na região” e a construção do templo era o marco dessa presença (Matta, 2006, p. 49-57).

Ainda no início do século XVIII, conforme determinado pela Carta Régia de 9 de junho de 1711, com a descoberta de ouro em outras regiões da Capitania de Minas Gerais, o governo português proibiu as “Ordens Primeiras” da Igreja Católica de atuarem e de existirem em Minas Gerais, bem como limitava a circulação de religiosos nas cidades onde existia mineração. Essas mudanças vão interferir no desenvolvimento cultural destas regiões, que devido à concentração de uma população de “gentios e mestiça” seriam menos assistidas pelos dois braços do poder (Nascimento, 2011, p. 2-3). Embora as ordens primeiras tenham sido proibidas de atuarem e de existirem em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII, as irmandades e ordens terceiras ainda estavam atuantes (Martins, 2019, p. 151-181).

Devido aos estremecimentos causados pelas reformas pombalinas na relação entre a Coroa e o Clero, a Igreja Católica, sentindo-se importunada pelas transformações iluministas, teve que se adaptar às novas condições dessas relações políticas para também não perder sua parte na arrecadação das “almas”. A Santa Sé, embora tenha se adaptado, ainda era um poder forte na Europa e o governo português não iria declarar guerra (Briskievicz, 2020).

A região às margens do rio Pomba começou a ser colonizada, em meados do século XVIII. Nesse período, as relações entre Igreja Católica e o Estado Português já haviam assumido uma conotação diferente. Ao levantarmos as fontes históricas sobre a imagem retabular de São Manoel, atribuída ao Mestre Lisboa, constatamos que na “Freguesia do



Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” as encomendas artísticas religiosas, tanto da arte (imaginária e ornamentação interna dos templos), quanto da arquitetura, foram custeadas, principalmente, pela Paróquia de São Manoel já que não havia mais a atuação das Irmandades e Ordens Terceiras, como em outras regiões de Minas Gerais.

Na falta de apoio das irmandades, restou ao Padre Manoel de Jesus Maria, pároco responsável pela freguesia, juntamente com os moradores de cada localidade, assumir os custos de ereção dos templos e quando possível sua ornamentação interna. Por várias vezes, na intenção de manter o aldeamento, que era pobre, o vigário peticionava às autoridades o adiantamento de seus pagamentos <sup>76</sup>.

No entanto, Padre Manoel de Jesus Maria<sup>77</sup>, buscando o apoio e destaque social proporcionado pelas irmandades e ordens terceiras, desejava erguer uma confraria nos sertões (Castro, 2010, p. 135). Em petição à Coroa, em 1782, solicitava provisão para erigir a “Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Arquiconfraria” com estatuto e compromissos, que seria instalada na capela de Nossa Senhora das Mercês (antiga matriz da atual cidade Mercês/MG), curada à Matriz de São Manoel e custeada pelos religiosos e moradores da localidade (Souza, 2017, p. 89 – 90).

Em seu pedido, o clérigo comunicou às autoridades régias que o Comissário Geral da “*Congregação da Real, e Militar Ordem de Nossa Senhora das Mercês, e Redenção dos cativos nos Estados de Maranhão, Grão Pará, e Reino de Portugal*”, Frei Joaquim dos Santos do Rosário, teria lhe concedido o direito de erigir uma irmandade, arquiconfraria ou ordem terceira na paróquia de sua jurisdição (Nova Freguesia do Mártir Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixes dos Índios Cropós e Croatos do Bispado de Mariana) para a divulgação e prática daquela fé. Considerou também em seguir as determinações de Dom Frei Joaquim quanto a excluir os cativos da profissão do hábito de terceiro (AHU - Cx. 118, Doc. 94, 11/12/1782, f.1, *apud* Paiva, 2009, 273)<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> Em requerimento enviado a Real Fazenda, Padre Manoel de Jesus Maria solicita verba para a construção de uma capela no aldeamento Presídio de São João Batista, que se tornaria posteriormente a cidade de Visconde do Rio Branco. Fonte: Biblioteca Nacional. Coleção Casa dos Contos. Documento 101, I-26, 27, 101. Maria, Manoel de Jesus. Requerimento solicitando a Vossa Alteza Real verba para custear as despesas da construção de uma capela no lugar do presídio de São João Batista na Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba, 3, p.

<sup>77</sup> De acordo com Souza (2017, p. 89), Padre Manoel de Jesus Maria ingressou na Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões aos 20 de fevereiro de 1760, período quando residia em Abre Campo do Quitê do Gentio. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto/AEPNSC- OP, Livro de Entrada de Irmãos, f. 23 (1759-1817).

<sup>78</sup> Requerimento do Pe. Manuel de Jesus Maria, vigário colado da freguesia do Mártir São Manuel dos sertões dos rios da Pomba e do Peixe dos índios cropós e croatos, Bispado de Mariana, pedindo provisão para erigir a

Porém, suas justificativas foram refutadas pelo parecer do Ouvidor e Juiz dos Feitos da Fazenda, Tomás Antonio Gonzaga emitido em 6 de agosto de 1784 para a Coroa Portuguesa sobre a referida petição de instituição da Confraria de Nossa Senhora das Mercês. No parecer, o ouvidor afirmou que as ordens para estabelecer Irmandades ou Ordens Terceiras já não estavam sendo de utilidade “nestes países, pois que os seus moradores, arrastados de um zelo indiscreto, correm a fazer nelas avultadas despesas, deixando ao desamparo o culto divino das Matrizes, que o direito e a razão exigem”. Mas conclui dizendo que o assunto era “coisa de mera graça” que a soberana podia conceder “sem ofensa alguma” (Documentos avulsos da Capitania de Minas Gerais, 1784, cx. 122, doc. 10, *apud* Castro, 2010, p. 135-138).

Após um hiato de 4 anos sem uma resposta definitiva a petição de Padre Manoel de Jesus Maria, o governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes, em 20 de março de 1788, enviou uma carta para D. Maria I, informando com o seu parecer favorável sobre a petição do padre, como se segue:

(...) que Vossa Majestade lhe permita a criação e instituição de uma Irmandade de Nossa Senhora das Mercês em sua mesma Igreja, pela faculdade que para isso o teve por patente do Comissário Geral do Maranhão e Grão-Pará. (Documentos avulsos da Capitania de Minas Gerais, 1788, cx. 128, doc. 33, *apud* Castro, 2010, p. 138).

Porém, até o momento, não encontramos referências de que Padre Manoel de Jesus Maria tenha tido êxito na instituição da Confraria de Nossa Senhora das Mercês como queria. Um dos poucos registros ligados à ordem consta no seu testamento, quando se declarou irmão terceiro da Ordem de Nossa Senhora das Mercês<sup>79</sup>, quatro anos antes de sua morte (Castro, 2010, p. 138).

Após seu falecimento, em 1811, Padre Manoel de Jesus Maria foi sucedido pelo Cônego José Bonifácio Duarte Pinto, que chefiou a paróquia de 1813 a 1838 e também se deteve ainda na catequese dos indígenas aldeados. Em seguida, os sucederam os seguintes párocos: Pe. José Ignácio da Silveira (1838 a 1869); Cônego João Batista Ferreira (1870 a 1895); Pe. João Severino de Carvalho (1895 a 1896); Pe. Odorico Dolabela (1896 a 1901); Pe. Carlindo de Castro (1901 a 1905).

---

Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês, em conformidade da concessão de frei Joaquim dos Santos do Rosário. AHU – Cx.: 118, Doc.: 94. (1782).

<sup>79</sup> Conforme consta em seu testamento lavrado em 1807, quando solicitou que fosse sepultado na Matriz ou capela na qual se achasse no momento de sua morte, envolto no hábito de São Pedro, cingido pelo cordão da Ordem de São Francisco de Vila Rica, pois era “irmão e definidor”, e com o escapulário de Nossa Senhora das Mercês, pois era “irmão terceiro e comissário por patente da religião” (Paiva, 2009, p. 88).

Trataremos no segundo capítulo sobre a trajetória da igreja Matriz de São Manoel entre as décadas finais do século XVIII até o início do século XX e da atuação do Padre Duarte Pinto e dos demais padres que assumiram a Paróquia de São Manoel entre 1813 a 1905. Em 1905, a paróquia é assumida pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz (1905 a 1927), idealizador e promotor da construção da nova igreja matriz no início do século XX, como veremos no Capítulo III.

#### **1.4 Os percalços de construção da primeira capela da Matriz de São Manoel**

Ainda nas décadas finais do século XVIII foram construídas as primeiras casas que deram origem ao aldeamento, com fins evangelizadores, período em que os colonos brancos passaram a habitar a região dos “sertões do leste”. Em três anos o aldeamento<sup>80</sup> do *Pomba* já contava com uma população suficientemente numerosa, que permitia pleitear o reconhecimento institucional de seu crescimento perante a Igreja Católica. Segundo os estudos de Paiva (2009, p. 79-80), a população indígena inserida nas povoações coloniais instaladas nos sertões Rio Pomba era expressiva. Esse adensamento populacional<sup>81</sup> pode ser acompanhado analisando os livros de registro de batismos da Freguesia do Mártir São Manoel (...), no qual se apurou um aumento de “108 almas” entre os anos de 1767 a 1771 a “129 almas” entre os anos de 1792 a 1793.

Após quase três anos de funcionamento da capela improvisada, onde celebrou a primeira missa em 1767, Padre Manuel de Jesus Maria consegue financiamento junto à Junta da Real Fazenda, em 1770, com a aprovação das despesas pelo Governador da Capitania, Luís de Menezes, o Conde Valadares, para a construção de uma edificação adequada ao culto católico no aldeamento. A “construção de uma capela demarcava o território conquistado e a

---

<sup>80</sup> Há uma diferença entre o significado do termo “aldeia” e “aldeamento”. “Aldeia” é um povoado indígena preexistente à colonização e “aldeamento” é um agrupamento indígena montado pelos missionários, com finalidades específicas. Os aldeamentos foram implantados desde o século XVI a partir do trabalho pioneiro dos jesuítas. O regimento de 1686 concedeu a administração espiritual e política dos aldeamentos às ordens religiosas (Beozzo, 1983, p. 114). De acordo com Cunha (1992), no período colonial, os aldeamentos serviam a três propósitos: infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão de obra (indígena). “Aldear os índios, ou seja, reuni-los e sedentarizá-los sob governo missionário ou leigo, era prática antiga, iniciada em meados do século XVI. Diziam os jesuítas que se não podia catequizá-los sem esse meio. Quanto aos colonos, desejavam os aldeamentos o mais próximos possível de seus próprios estabelecimentos, já que neles se abasteciam de mão de obra” (Cunha, 1992, p. 143).

<sup>81</sup> Lamas e Carrara (Lamas, 2006, p.4, *apud* Carrara, 1999, p. 16) complementam ainda que a população da Vila do Pomba “saltou de 1.179 almas de confissão em 1780 para 4.815 em 1800, o que corresponde a um aumento de mais de 400% em 20 anos”. Tal fato não se concentra apenas à incorporação de indígenas, mas se deve também a imigração oriunda da região mineradora.

presença de ‘Deus’ e da ordem régia na região”. Isso atraía os colonos a se instalarem e “formarem os aldeamentos e vilas” (Marx, 1991, p. 12-13).

A construção da igreja paroquial e de seus curatos ficava ao encargo do vigário responsável. A Real Fazenda fornecia uma parte dos valores para a construção apenas da capela-mor. O chamado “corpo da igreja”, onde estariam inclusos a nave, sacristia e torre sineira, ficariam a cargo da população local.

A partir de 1770 iniciou-se a construção da capela da Matriz de São Manoel e pelo alvará Régio de 13 de junho de 1771 a Paróquia foi elevada a Colativa, sendo assim realizada sua Instalação Canônica (Trindade, 1945, p. 230-231). Padre Manoel de Jesus Maria também consegue sua promoção a “vigário colado da freguesia” pela Carta de Apresentação de 13 de outubro de 1771, instituído em 23 de abril de 1772 e passando a receber suas cômguas da Coroa Portuguesa (Processo de apresentação. Padre Manoel de Jesus Maria, n.º 472. Armário 18, pasta 0460, p.10-11v, *apud* Paiva, 2009, p. 64-65). Na década de oitenta, do século XVIII, Padre Manuel de Jesus Maria empreendeu também a ereção das capelas de Nossa Senhora das Dores do Turvo, Nossa Senhora das Mercês, Santa Rita do Turvo e São João Batista do Presídio<sup>82</sup>.

Na obra de Judith Martins, “*Dicionário de artistas e artífices de Minas Gerais, dos séculos XVIII e XIX*” (1974)<sup>83</sup> consta que a obra de construção da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel (...)” foi instalada na margem direita do Rio Pomba, região de aldeia Coropó, sendo levada à arrematação em 1770. A execução inicial da obra ficou a cargo do pedreiro Francisco Ribeiro de Andrade pela quantia de 580\$000 reis, dividida em três partes iguais de 193\$333 reis, pagas respectivamente, no início, meio e fim da obra. A primeira prestação foi concedida em 9 de junho de 1770 e recebida por Manuel Ribeiro Pinto, procurador do contratante (Mathias, 1966, p. 227). Judith Martins (1974, p. 39), também informa sobre o pagamento no valor de 193\$333 réis ao mesmo arrematante, referente à segunda parcela da arrematação da obra da referida capela-mor, conforme “Liquidação de despesa do Thezoureiro da Junta”. No entanto, conforme aponta Sylvio de Vasconcelos<sup>84</sup>, durante o processo de implantação da edificação, o arrematante constata que as dimensões do templo poderiam estar equivocadas e informa a situação ao Padre Manoel de Jesus Maria.

<sup>82</sup> Atuais municípios de: Dores do Turvo, Mercês, Viçosa e Visconde do Rio Branco (Trindade, 1945, p.108, 112, 243-244, 323-324).

<sup>83</sup> MARTINS, Judith. “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: MEC, 2 v., n.º 27, 1974, v. 1, pp. 38-39;372.

<sup>84</sup> Na obra de Sylvio Vasconcelos encontra-se uma listagem de trabalhos feitos por Aleijadinho. Nela é citado os trabalhos realizados em Rio Pomba identificados anteriormente por seu pai, Salomão de Vasconcellos (Vasconcellos, 1979, p. 75-140).

O clérigo solicita então que seja feito o levantamento da obra em execução<sup>85</sup>. De posse do “*risco*”<sup>86</sup> do levantamento, Padre Manoel de Jesus Maria encaminha-o para Vila Rica, em 18 de março de 1771, endereçado a Antônio Francisco Lisboa<sup>87</sup>, solicitando que analise as dimensões informadas e dê seu parecer. Tal informação consta em documentos existentes no Arquivo Público Mineiro<sup>88</sup>, cuja descoberta atribui-se a Salomão de Vasconcellos, que publicou os achados no artigo “*O Aleijadinho de Vila-Rica*”, na coluna do jornal Diário de Notícias/RJ, em 16 de fevereiro de 1941, no qual, após ler o conteúdo do parecer de Lisboa concordava com a opinião de Padre Manoel de Jesus Maria ao atribuir-lhe a qualidade de “*arquiteto*” (Vasconcellos, 1941, p. 13-14).

Posteriormente, Judith Martins (1974) também vai mencionar tal documento. Segundo a autora, o artífice “foi convocado pelo vigário de então, Manuel Jesus Maria, para medir o risco da capela-mor da igreja de São Manuel do Pomba e do Peixe, como se vê do termo e parecer do artista, publicados por Salomão de Vasconcelos (...)”<sup>89</sup>. Também encontramos o parecer de Lisboa após uma pesquisa documental sobre a construção da primeira capela da freguesia nos registros digitais disponibilizados pelo Arquivo Público Mineiro, uma vez que nos arquivos documentais da Paróquia de São Manoel, na cidade de Rio Pomba, tais documentos não foram localizados.

Foram solicitadas mais informações ao Centro de Documentação e Informação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2022)<sup>90</sup>, sediado em Belo Horizonte, na esperança de encontrar mais documentos sobre a capela de Rio Pomba. Porém, em resposta constava apenas o mesmo documento no qual estavam transcritos os

---

<sup>85</sup> Ressaltamos que não encontramos até o momento o “risco” original da primeira capela, portanto, não é possível analisar em detalhes tais inconsistências.

<sup>86</sup> Etimologia (origem da palavra risco): Do francês risqué. O mesmo que risca. Linha ou traço. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/risco/>>. Acesso em 27 de julho de 2020.

<sup>87</sup> O artífice escultor de Vila Rica no período colonial, Antônio Francisco Lisboa, foi apelidado de “Aleijadinho” pelos Modernistas no início do século XX. Tornou-se posteriormente um nome de prestígio com referência nacional e internacional na fatura da arte sacra colonial mineira (Grammont, 2008, p. 47-64).

<sup>88</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Sistema Integrado de acesso do APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) – Registro de petições, informações e despachos. Seção 186; 1771 – 1787/rolo 40; p. 3 e 4 – A construção da Igreja do Pomba por Aleijadinho – Antônio Francisco Lisboa. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtdocs/photo.php?lid=35796>>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

<sup>89</sup> Martins, *op.cit.*, p. 372.

<sup>90</sup> A consulta foi encaminhada por e-mail ([cdi.mg@iphan.gov.br](mailto:cdi.mg@iphan.gov.br)) ao Centro de Documentação e Informação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Belo Horizonte. O retorno do CDI-IPHAN também foi por e-mail no qual foram anexados os documentos com as seguintes referências: Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Público Mineiro. Códice 186 – Fls. 3 (S.G.). Ano de 1771. Igreja matriz do Mártir São Manoel e Documento do Aleijadinho – Copiado por Paulo Kruger C. Mourão. p. 1-2.

requerimentos de Padre Manoel de Jesus Maria e o parecer de Antônio Francisco Lisboa. Esta transcrição nos auxiliou na leitura dos documentos localizados no Arquivo Público Mineiro.

O parecer de Lisboa sobre o risco da capela de São Manoel de Rio Pomba, hoje digitalizado e disponível para consulta pela *internet* na plataforma Hélio Gravatá do Arquivo Público Mineiro<sup>91</sup>, compõem o conjunto de requerimentos feitos pelo Padre Manoel de Jesus Maria e encaminhados à Junta da Real Fazenda, com tratativas sobre a construção da primeira capela-mor da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” e trazem importantes informações sobre alguns percalços que o Padre Manoel de Jesus Maria enfrentou com a construção da primeira capela.

A seguir é apresentado um trecho do requerimento encaminhado pelo Padre Manoel de Jesus Maria à Junta da Real Fazenda, esclarecendo que os oficiais responsáveis pela construção da capela, lhe informaram que as medidas "*in loco*" da construção não estavam adequadas e, desta forma, o padre pede que façam o levantamento e encaminha estas informações para serem analisadas pelo “arquiteto Antônio Francisco Lisboa”, conforme segue:

Ilmo. e Exmo. Snr. Diz o **Padre Manoel de Jesus Maria**, Vigário dos Índios, que **o suplicante alcançou de V. Exa. despacho para se por em praça a Igreja Matriz do Mártir São Manoel**, ereta em benefício da cristianização dos Índios dos Sertões do Rio da Pomba, **para o que se fez o risco, para se fazer com sua capelinha mor, e corpo, e como V. Exa. foi servido por último mandar rematar tão somente a capela mor**, e indo os oficiais a dar princípio às madeiras, e a fazer na Aldeia sua roça, para, em tendo mantimento, ir continuar a obra, e o ter declarado ao suplicante que **a dita capela mor não tem mais de vinte palmos de cumprido e parecendo ao suplicante que seria engano deles, lhes pediu o risco e o mandou medir pelo arquiteto Antônio Francisco Lisboa (...)**. (Requerimento, 1771, p. 3v. e 4, grifo nosso).

Ao analisar o contexto do requerimento feito pelo Padre Manoel de Jesus Maria, no qual ele descreve haver divergências métricas na construção da capela, pode-se apurar que o pedido foi indeferido em 23 de março de 1771. A recusa da solicitação deveu-se à interpretação equivocada do provedor da Junta da Real Fazenda, João Caetano Soares Barreto, que não entendeu do que se tratava o pedido e responde:

Por ordem de Vossa Excelência se mandou fazer a capela-mor da Igreja dos Índios que se arrematou na Junta da Real Fazenda e que o corpo que havia servir de Igreja fosse coberto de capim como neste Continente, e no Reino há muitas, principalmente nas Praias do Algarve porque chegando o sítio a ter mais gente, e moradores, estes devem fazer o dito corpo da Igreja e se

<sup>91</sup> Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrdocs/photo.php?lid=35796>>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

deve o suplicante acomodar com o que se determinar, e por isso é inatendível este requerimento. Vossa Excelência mande o que for servido. Vila Rica, 20 de Março de 1771. João Caetano Soares Barreto (Requerimento que fez o Reverendo..., 1771, p. 5).

Diante do indeferimento, o padre, que ainda se encontrava em Ouro Preto, enviou uma réplica, esclarecendo melhor a necessidade, o que foi finalmente atendido no dia 09 de maio de 1771:

O suplicante não requer corpo da Igreja, mas sim acréscimo na capela-mor, porquanto o que se rematou ocupa unicamente o fundo de vinte e quatro palmos, os quais quase ficam preenchidos na Tribuna, onde indispensavelmente se carece de Sacrário, Altar, Presbitério, vindo a ficar de vão, um palmo: âmbito tão limitado que nem para se fixar as portas da dita Capela dá lugar, e menos para se colocar a Pia Batismal que também é muito precisa, e nestes termos por engano informou o Desembargador Provedor a Vossa Excelência na súplica junta supondo requeria o suplicante fatura de Igreja no corpo dela a vista do que se deve Vossa Excelência se dignar deferir-lhe na forma de seu requerimento no que. E. Receberá Mercê (Requerimento, 1771, p. 5).

Continua o documento a apresentar à Junta da Real Fazenda, o pedido de alteração no "risco" da igreja:

**(...) o qual fez a declaração junta que não tem mais de vinte e quatro palmos de comprido pela medição e que fazendo-se o camarim na forma que se aponta a condição que foi arrematada, vem a ficar muito pouca a distância, entre o arco, e o presbitério para nele se acomodar algumas pessoas, e diz o mesmo arquiteto, que necessita ao menos de mais vinte palmos de comprido, e na largura seis palmos; e porque enquanto se não levantam os esteios pode ter remédio com mais facilidade** recorre o suplicante a grandeza de V. Exa. Para que atendendo a que só se faz a capela mor, se digne V. Exa. Parecendo justo mandar dar-lhe alguma providência, para que não fique esta obra tão defeituosa, por ser dedicada ao culto Divino e à Cristianização dos Índios... (Requerimento, 1771, P. 3v. e 4, grifo nosso).

A seguir, é descrita a inexistência do retábulo, sacrário e pia batismal no "risco", sendo esses, elementos de grande importância e que até então não foram mencionados nas petições anteriores.

**Mandando vir V. Exa. aos rematantes para lhes dar a providencia de se fazer a obra com o acréscimo que se aponta e com a declaração de que quando se fizer o retábulo, se faça um Sacrário, que lhe há de ser muito preciso para algumas ocasiões, que nem no risco, nem nas condições se fala nele, e se pode mesmo incluir uma Pia Batismal, e a Sacristia assoalhada para o que Pede a V. Exa. seja servido parecendo Justo mandar**

os rematantes para lhes dar a providencia de se fazer a capela mor com o acréscimo mencionado, para que não fique a dita obra com tão grande defeito, e possa ficar de um lado a Pia Batismal e algumas sepulturas, visto não se fazer corpo, atendendo V. Exa, que a dita Capela, não so é útil para a Cristianização dos Indios, como também por se povoar aquele sertão, de que se seguirá aumento aos Reais interesses de Sua Majestade. E.R. Merce” (Requerimento, 1771, P. 3v. e 4, grifo nosso).

Na busca de tentar entender os equívocos na troca de requerimentos e respostas entre Padre Manoel e a Junta da Real Fazenda, dispostos anteriormente, recorreremos à leitura de artigos, dissertações e teses sobre a formação e cultura da região onde se instalou a “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato”.

Percebe-se que ao longo do tempo, o assunto referente ao parecer de Antônio Francisco Lisboa sobre a capela de São Manoel resultou em diversas interpretações entre pesquisadores e memorialistas locais, se desdobrando em inesgotáveis discussões, interpretações e, especialmente, deturpações que resultaram, por fim, na atribuição do projeto da primeira capela ao artífice mineiro. Até o momento não foi possível determinar qual a primeira publicação ou autor a relatar a questão, o que pode se tornar um interessante objeto de estudo para futuras pesquisas<sup>92</sup>.

Entretanto, o requerimento feito pelo Padre Manoel de Jesus Maria é um documento significativo, pois elimina a tese de que a antiga capela ou seu retábulo tenham sido projetados pelo artífice, uma vez que este recebe do pároco o *risco* aferido em uma edificação já em processo de construção.

Conforme destacou Salomão de Vasconcellos (1941, p. 13), em seu artigo publicado no Jornal Diário de Notícias/RJ, em 1941, citado anteriormente, outro fato importante é que no requerimento em questão é feita a primeira menção a Antônio Francisco Lisboa como "arquiteto" em um documento oficial. Tal fato gerou certa discussão entre Vasconcellos e o crítico de arte, José Mariano Filho, que publicou o artigo intitulado “*O ‘Aleijadinho’ não era arquiteto*” no mesmo jornal, o Diário de Notícias/RJ, em 04 de maio de 1941, rebatendo as afirmações de Salomão de Vasconcellos e reafirma que o “artista não era arquiteto, mas única e exclusivamente ornamentista sacro” (Filho, 1941, p. 17-18).

---

<sup>92</sup> Ressalta-se que este tema é objeto de estudo do historiador André Vieira Colombo que também pesquisa sobre o acervo de imaginária sacra na região e gentilmente tem contribuído com o desenvolvimento da presente pesquisa.



No mês seguinte, em 17 de junho de 1941, Vasconcellos publica em outro jornal, o Correio da Manhã/RJ, o artigo “*O ‘Aleijadinho’, arquiteto*”<sup>93</sup>, em réplica ao de Mariano Filho. Mariano Filho também publica no Correio da Manhã/RJ, em 02 de novembro de 1941, outro artigo, “*Antônio Francisco Lisboa não era arquiteto*”<sup>94</sup>, contestando novamente a opinião de Salomão de Vasconcellos. Em resposta ao artigo de Mariano Filho, Salomão de Vasconcellos publica no mesmo jornal, em 07 de dezembro de 1941, outro texto, “*O ‘ser ou não ser’ do Aleijadinho no campo da arquitetura*”<sup>95</sup>, reafirmando sua opinião e encerrando o assunto.

Apesar das discussões, concordamos com Salomão de Vasconcellos em sua avaliação de que o parecer de Antônio Francisco Lisboa se constitui como um documento importante que revela seus conhecimentos técnicos em “traçar riscos e planos de igrejas”. No trecho abaixo interessa-nos destacar que Antônio Francisco Lisboa, não só atesta que analisou o “risco” da capela-mor, como detalha a insuficiência do seu espaço arquitetônico para o rito católico:

**Medi o risco da capela mor da Igreja do Mártir São Manoel dos Índios do Rio Pomba, achei ter de comprido vinte e quatro palmos, e de largo dezanove: A capacidade para o Camarim que expressa a condição sétima, e seu altar, e presbitério, acha-se só ter dez Palmos ficando quatorze livres até ao arco cruzeiro na forma do risco; Porém em dez palmos se não pode meter o camarim, e o mais porque só para se fazer o dito camarim na forma da condição que foi rematada esta obra para nele fazer o trono para o santo se carece de passar dez palmos, para a banquetta, altar e estrado se carece de sete; para o presbitério ao menos de seis; que incluídos em os vinte e quatro que tem o risco, só sobra um palmo; entre o presbitério e o arco.Vila Rica, 18 de março de 1771. Antônio Francisco Lisboa (Requerimento, 1771, p. 4, grifo nosso).**

O “risco” da capela-mor teve então sua alteração autorizada pela Junta da Real Fazenda, após as insistências por parte do Padre Manoel de Jesus Maria para que as recomendações constantes do detalhado parecer de Antônio Francisco Lisboa fossem aceitas.

Para a data final do intervalo de construção da antiga capela, consideramos que o processo de construção passou por diversos impasses administrativos e contou ainda com o abandono das obras pelo primeiro arrematante, o pedreiro Francisco Ribeiro de Andrade

<sup>93</sup> VASCONCELLOS, Salomão de. O ‘Aleijadinho’, arquiteto. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1941, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/7169](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/7169)>. Acesso em 21, out. 2022.

<sup>94</sup> FILHO, José Mariano. Antônio Francisco Lisboa não era arquiteto. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1941, p. 1; 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/9240](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9240)>. Acesso em 21, out. 2022.

<sup>95</sup> VASCONCELLOS, Salomão de. O ‘ser ou não ser’ do Aleijadinho no campo da arquitetura. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1941, p. 11. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/9708](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9708)>. Acesso em 21, out. 2022.

(Martins, 1974, p. 39). A retomada dos serviços foi feita pelo carpinteiro de Vila Rica (atual Ouro Preto), José Caetano Furtado de Mendonça<sup>96</sup>, natural de Itaverava e morador de Catas Altas (Veiga, 1897, p. 61). Deste modo, a capela só teria sido concluída entre os anos de 1773 e 1776, aproximadamente.

Em relação à ornamentação interna da capela, ainda em 1771, Padre Manoel de Jesus Maria requereu à Junta da Real Fazenda provimento de ornamentos, douramentos e pintura. Afirmou que a Matriz se achava provida de estrutura para “missa rezada”, não podendo se efetuar a missa solene, “por ser a freguesia modesta e muito pobre”<sup>97</sup>.

Solicitou então à Coroa permissão para “dourar e pintar a capelinha-mor da igreja para maior devoção dos índios”. Foram requeridos os seguintes ornamentos para celebração dos rituais: ornamento na cor branca, vestimenta encarnada, dalmáticas, três casulas roxas, capa pluvial roxa, cortinas para sacrário e seis castiçais para o altar-mor<sup>98</sup>.

Infelizmente não encontramos registros documentais que confirmem a execução de tais serviços no templo religioso. É provável que Padre Manoel de Jesus Maria não tenha sido atendido em sua solicitação, pois como veremos no relato de visita pastoral de Dom Frei José da Santíssima Trindade, no segundo capítulo deste estudo, a capela da matriz de São Manoel naquele momento, em 1823, era uma edificação muito simples e não apresentava “decência e alinhamento algum” (Trindade, 1998, p. 173-181).

---

<sup>96</sup> Não encontramos até o momento outras informações sobre os construtores. Porém, o registro de seus nomes configura-se em uma importante informação para futuras pesquisas.

<sup>97</sup> Conforme apontado por Paiva (2009, p. 81), pode-se conferir parte dos procedimentos para construção da Igreja paroquial e de seu altar-mor em: APM. SC. 186, p.3 - 4v. (1771). O Vigário pediu provimento de ornamentos, douramentos e pintura para sua Igreja paroquial. Afirmou que a Igreja se achava provida de estrutura para “missa rezada”, não podendo se efetuar a missa solene, “por ser a freguesia modesta e muito pobre”. Solicitou-se a Coroa permissão para “dourar e pintar a capelinha-mor da Igreja para maior devoção dos índios”. Requereu os seguintes ornamentos para celebração dos rituais: ornamento na cor branca, vestimenta encarnada, dalmáticas, três casulas roxas, capa pluvial roxa, cortinas para sacrário e seis castiçais para o altar-mor. Requerimento do pe. Manuel de Jesus Maria, vigário colado da Freguesia do Mártir São Manuel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios Cropos e Croatos, Bispado de Mariana, pedindo provimento de ornamentos, o douramento e pintura da capela-mor da igreja da dita freguesia. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 118, Doc.: 93. (1782).

<sup>98</sup> Requerimento do pe. Manuel de Jesus Maria, vigário colado da freguesia do Mártir São Manuel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios cropos e croatos, Bispado de Mariana, pedindo provimento de ornamentos, o douramento e pintura da capela-mor da igreja da dita freguesia. In: AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 118, Doc.: 93. (1782).

## **CAPÍTULO II – ARTE E ARQUITETURA RELIGIOSAS NA ANTIGA FREGUESIA DO MÁRTIR SÃO MANOEL (...) ENTRE AS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XVIII E O INÍCIO DO SÉCULO XX**

De acordo com Fonseca (2022), durante muito tempo os estudos e pesquisas sobre o acervo arquitetônico e artístico de Minas Gerais se concentraram nas regiões auríferas como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João del-Rei. As produções artísticas das demais regiões, como a da Zona da Mata, tiveram suas edificações e acervos artísticos considerados pelos pesquisadores da história da arte e da arquitetura como uma produção que seria proveniente de uma “reprodução popular” dos exemplos praticados nas cidades mais antigas. De fato, isso pode ter ocorrido, porém, existe uma produção significativa a ser estudada e classificada, pois cada uma possui suas particularidades e não podem ser reduzidas a meras reproduções. Como já aludido, a antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...) foi responsável pela formação de várias cidades da Zona da Mata Mineira. Muitas destas cidades tiveram origem ainda nas décadas finais do século XVIII, caso de Rio Pomba/MG. Buscando entender como se desenvolveu a construção e ornamentação dos edifícios religiosos nesta freguesia, fizemos um breve levantamento. Consideramos as capelas principais, ou seja, as primeiras edificações religiosas erguidas nos aldeamentos ou povoados, autorizadas pela Coroa Portuguesa e pela Igreja Católica<sup>99</sup>.

Para identificar as cidades e as edificações, utilizamos como fonte o relato de Dom Frei José da Santíssima Trindade<sup>100</sup> que, em uma de suas viagens pastorais de 1823, encontra a região em um período de decadência. É sabido que o religioso detalha em seu relato a impressão negativa que lhe causou a matriz da Vila do Pomba. Neste mesmo relato são descritas também outras capelas da freguesia o que nos permitiu vislumbrar quais repertórios arquitetônicos e de ornamentação foram aplicados nas capelas e matrizes da freguesia na época (Trindade, 1998, p. 173-174). Utilizamos também as informações que constam nas “*Ephemerides Mineiras*” (1897, vol. 4, p. 61), de José Pedro Xavier da Veiga, sobre as cidades que faziam parte do território da Freguesia do Mártir São Manoel (...). Esta mesma relação de fontes foi utilizada para representar o mapa da Figura 01, apresentado na Introdução deste estudo. Para compor a tabela, consideramos as cidades citadas nestas fontes cujas igrejas matrizes foi possível conseguir alguma informação em arquivos de Inventário do Patrimônio Cultural - IPAC das Secretarias de Culturas das cidades. Portanto, esse

---

<sup>99</sup> Conforme estabelecido nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em seu *Livro Quatro, dos títulos XVI ao XIX* que se referem à construção de capela e igrejas (Vide, 1853, p. 251 – 255).

<sup>100</sup> Trataremos de seu relato com mais detalhes no tópico a seguir.

levantamento é apenas uma amostragem sobre a tipologia arquitetônica que se desenvolveu nas cidades que pertenceram à Freguesia do Mártir São Manoel (...). Ressalta-se que não contempla todas as cidades, mas as citadas são as mais antigas. Para uma maior compreensão, seria necessário um levantamento mais amplo de todas as edificações de todas as cidades que fizeram parte em algum momento do território da freguesia, conferindo as documentações de cada uma delas. Mas considerando a precariedade dos arquivos paroquiais, esse levantamento demanda uma complexidade que não poderia ser alcançada com o tempo do curso para o qual se apresenta este estudo.

Desta forma, após a confrontação das informações destas fontes e com base nas datas de provisão ou permissão para batismo dos templos foi possível determinar quais eram as capelas mais antigas da freguesia e que provavelmente datavam da mesma época da capela de São Manoel. A partir desses dados, chegamos a uma amostragem de 18 cidades<sup>101</sup>: Rio Pomba, Senador Firmino (Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Turvo); Visconde do Rio Branco (Arraial São João Batista do Presídio); Dores do Turvo (Arraial de Nossa Senhora das Dores do Turvo); Mercês (Arraial de Nossa Senhora das Mercês); Rio Novo (Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo de Cima); Viçosa (Arraial de Santa Rita do Turvo); Cataguases (Arraial Santa Rita de Meia Pataca); Tocantins (Arraial de São José do Paraopeba); Ubá (Arraial São Januário de Ubá); São João Nepomuceno (Arraial de São João Nepomuceno do Rio Novo de Baixo); Astolfo Dutra (Arraial de Santo Antônio do Porto Alegre de Ubá); Descoberto (Arraial de Descoberta Nova); Paula Cândido (Arraial de São José do Barroso); Aracitaba (Arraial de Nosso Senhor do Bonfim); Guarará (Arraial do Divino Espírito Santo); Mar de Espanha (Arraial do Cágado); Além Paraíba (Arraial São José d'Álem Parahyba). Dentre estas cidades, as cinco capelas mais antigas situavam-se em: Rio Pomba (capela de São Manoel / 1769-1771); Senador Firmino (Capela de Nossa Senhora da Conceição do Turvo/ 1753 – 1767); Visconde do Rio Branco (Capela de São João Batista/1758-1787); Dores do Turvo (Capela de Nossa Senhora das Dores 1783-1802); Mercês (Capela de Nossa Senhora das Mercês / 1784-1791)<sup>102</sup>. Todas as capelas foram erguidas nas décadas finais do século XVIII. Nas demais cidades, as capelas começaram a ser erguidas já no século XIX.

<sup>101</sup> Os templos principais foram tratados no tópico seguinte. As imagens das igrejas matrizes de algumas cidades citadas encontram-se também no Anexo I.

<sup>102</sup> A capela Nossa Senhora das Mercês foi uma das mencionadas por Dom Frei José em seu relato de visita a região da freguesia de São Manoel em 1823. Ela se destacou das demais por estar “bem ornada com três altares, todos de boa talha moderna, pintada e dourada (...)”. Considerando a data de 1823, a “talha moderna” a que se refere era de inspiração “rococó” que fora utilizado na ornamentação interna dos templos católicos no período (Trindade, 1998, p. 174).

Constatamos que todas as cinco cidades mais antigas, as primeiras capelas coloniais, datadas do século XVIII, foram demolidas e substituídas por igrejas maiores no decorrer do século XIX <sup>103</sup>. Sobre a tipologia das primeiras capelas da região contatamos por meio dos relatos das visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1988), que eram construções que se desenvolveram em plantas baixas retangulares simples, composta por nave e capela-mor unidas pelo arco cruzeiro. A “sacristia compunha-se de um anexo à lateral esquerda da capela-mor, na maioria das vezes” (Santos, 1951, p. 127-128). As capelas reformadas ou reconstruídas até meados do século XIX adotaram a tipologia de igrejas maiores, com duas torres frontais ou uma torre central, mas ainda mantinham linhas de influência coloniais, como as torres sineiras cobertas por telhas de barro, empena frontal simples, com beirais em beira-seveira, como a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Fig.34), da cidade de Senador Firmino/MG.

Cerca de 33% das cidades ainda mantêm as igrejas construídas ao longo do século XIX em substituição às primeiras capelas como: Senador Firmino, Aracitaba, Guarará, Além Paraíba, Ubá e Paula Cândido. Destas, com exceção da matriz de Paula Cândido, as demais conservaram a maior parte de sua ornamentação interna referente ao período entre os séculos XIX e início do XX.

Das igrejas demolidas e reconstruídas nestas cidades a partir de 1880, cerca de 39% adotaram uma arquitetura de linguagem eclética <sup>104</sup>, de inspiração neoclássica, neocolonial e neogótica em suas matrizes. Esse foi o caso das cidades de Rio Pomba, Mercês, Dolores do Turvo, Ubá, São João Nepomuceno, Viçosa e Visconde do Rio Branco. Entre estas cidades, apenas Rio Pomba e São João Nepomuceno reaproveitaram seus antigos retábulos. A igreja Matriz do Divino Espírito Santo (Fig. 21), em Guarará/MG, passou por reformas no decorrer do século XX, mas sem alterar de forma significativa a sua arquitetura e ornamentação interna.

---

<sup>103</sup> Pesquisamos nos arquivos das Secretarias Municipais de Cultura de cada cidade na tentativa de encontrar as representações desses templos, mas constatamos que poucas possuem esses registros e quando há, não se tem certeza de que se referem à edificação. Localizamos algumas informações em arquivos pessoais de moradores locais, mas não foi possível confirmar, em tempo, a veracidade das mesmas. Desta forma, optamos por apresentar neste estudo apenas as informações e representações dispostas por documentos e órgãos oficiais.

<sup>104</sup> Arquitetura de linguagem eclética refere-se ao termo “Eclétismo”, movimento artístico surgido na segunda metade de século XIX e início do século XX, quando os arquitetos buscavam no passado (egípcio, clássico greco-romano e medieval), as inspirações para seus projetos, misturando diversos elementos, de momentos distintos. A arquitetura neogótica popularizou-se no Brasil perto do final do reinado de D. Pedro II, especialmente a partir da década de 1880. Foi empregada em todo tipo de edifícios seculares e militares, incluindo casas particulares, mas foi particularmente popular em edifícios religiosos (Benévolo, 1976, p. 82-88). Outro revivalismo eclético utilizado nas primeiras décadas do século XX foi o neocolonial, que tinha como proposta o resgate de elementos arquitetônicos do passado colonial (barroco e rococó) em busca de representatividade nacional. Retomaremos esses assuntos no terceiro capítulo deste estudo.



Figura 21: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (2ª metade do Século XIX). Vista da fachada frontal, retábulo-mor, nave e retábulos colaterais. Guarará/MG. Fotos: Elza Vieira - Março/2021.

Por fim, 28% das cidades tiveram suas igrejas matrizes demolidas até a segunda metade do século XX que foram substituídas por edificações de linguagem modernista, como ocorreu nas cidades de Rio Novo, Astolfo Dutra, Descoberto, Tocantins e Cataguases. Nestas cidades, as igrejas matrizes foram inteiramente remodeladas em sua ornamentação interna, com a remoção dos elementos do século XIX e a simplificação dos altares. Essas informações nos auxiliaram no estudo sobre as formas da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel (...)” e as transformações arquitetônicas dos templos religiosos da região que ocorreram ao longo dos séculos, conforme vemos nos tópicos a seguir.

A partir dos dados apresentados acima e das fontes consultadas, compomos também a tabela apresentada a seguir.

Tabela 1: Amostragem das cidades da Freguesia do Mártir São Manoel (...) e suas matrizes (1767 – 2023).

Nº	Cidade	Data de construção	Descrição/informações	Situação da edificação	Situação do(s) retábulo (s)
01	Rio Pomba (Vila do Pomba/sede da freguesia)	1767 – 1770 (Colonial)	- Construção da Ermida/capela improvisa, dedicada a São Manoel; <b>- Padre Manoel de Jesus Maria (1767 – 1811), fundador da freguesia.</b>	Demolida/ Ampliada	Portátil
		1771-1776 (Colonial)	- Construção da Capela-mor da Matriz de São Manoel; - Padre Manoel de Jesus Maria (1767 – 1811).	Demolida/ Ampliada	Retábulo de tábuas
		1823-1853 (Império)	- Igreja começada há mais de 50 anos (1773); <b>- Padre João Bonifácio Duarte Pinto (1812 – 1840), 2º vigário colado da freguesia apresentado por carta-régia de 14 de julho de 1812, colado a 12 de novembro do mesmo ano;</b> - Capela-mor da Matriz de São Manoel sem decência; - Materiais de construção: Paredes de pau-a-pique, barreadas e caiadas as, sendo um tanto comprida; sem forro e sem campamento (piso), em terra; Sacristia igual a igreja, sem alinhamento algum; - Ornamentos: duas casulas para o comum das quatro cores, um ou dois cálices e os vasos dos santos óleos de chumbo. (Litogravura de Hermann Burmeister/1853); <b>- Data da construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, conforme provisão de 21 de janeiro de 1823</b> (Trindade, 1998, p.371); - Cônego José Ignácio da Silveira (1841-1869).	Demolida/ ampliada ou reformada	Retábulo de tábuas, sem alinhamento algum
		1853-1880 (Império)	- igreja matriz após reformas ou com acréscimo do frontispício - duas torres sineiras; (Pintura de Evangelista Costa); <b>- Cônego José Ignácio da Silveira (1841-1869), 3º vigário colado da freguesia apresentado por carta imperial de 08 de janeiro de 1841, colado a 09 de março do mesmo ano.</b> Teve participação na Revolução Liberal de 1842; responsável pela elevação da Vila da Pomba, à categoria de cidade em 1858; eleito Deputado Provincial em várias legislaturas.	Reforma e/ou ampliação da anterior	Retábulo-mor Rococó simplificado (Data possível de execução)/ Madeira
		1880 – 1910 (Império/ República)	- igreja matriz com duas torres; <b>- Cônego João Batista Ferreira (1870-1895), 4º vigário (último colado) da freguesia apresentado por carta imperial de 21 de setembro de 1870 e colado aos 22 de novembro do mesmo ano;</b> - Padre João Severino de Carvalho (1895-1896); - Padre Odorico Antônio Dolabela (1896-1901); - Padre Carlino de Castro (1901-1905); <b>- Padre Calixto Gonçalves da Cruz (1905-1927), administrou a construção da atual Matriz;</b> - Ficha de vistoria da matriz em 1910 assinado pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz; - Consta 4 retábulos: 1. Retábulo-mor (reaproveitado); 2. Dois retábulos laterais; 3. Um retábulo/talvez Capela do Santíssimo; (Não há informações sobre os outros 3 retábulos).	Demolida	Retábulo-mor Rococó simplificado / Madeira
		1910-1990 (República)	- Edificação atual: Matriz eclética – torre central; Autor do projeto: Joaquim Furtado de Menezes; Construtor: Quirico Marini / Pantaleone Arcuri e Spinelli; - Devoção: São Manoel e Sagrado Coração de Jesus; - Reformas internas na primeira metade do século XX: pintura das paredes, intervenções de pintura no retábulo-mor, cobertura, piso; - Reformas internas no ano de 1940, com pinturas artísticas de Antônio Porfírio; - Reforma no ano de 1990: cobertura, intervenções nas pinturas de Porfírio feitas por Benedito Carmo Soares.	Reformas/ Existente	Retábulo-mor Rococó simplificado (reaproveitado)/ Madeira

02	<b>Senador Firmino</b> (Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Turvo)	1753/1767 (Colonial)	- Provisão para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Turvo;	Demolida	s/r
		1870 - 1879 (Império)	- Padre Jacinto Teófilo Trombert, quando tomou posse da paróquia em 17 de agosto de 1870, deu início à construção de um novo templo para substituir a velha Matriz, já em ruínas; - Pertenceu as seguintes paróquias: Guarapiranga (1753 a 1767), São Manoel do Pomba (1767 a 1832), Santa Rita do Turvo (1832 a 1850) e Dolores do Turvo (1850 a 1865).	Reconstrução	s/r
		1879 – 2023 (Império/ República)	- A igreja matriz de N <sup>o</sup> S <sup>a</sup> da Conceição passou por reformas nas décadas de 1970 – 90 do século XX, mas manteve suas características coloniais.	Existente	Rococó simplificado/ Madeira
03	<b>Visconde do Rio Branco</b> (Arraial São João Batista do Presídio)	1758 – 1787 (Colonial)	- Chega à região o Padre Ângelo da Silva Peçanha; - Construção de uma ermida dedicada à São João Batista;	Demolia	s/r
		1803 – 1810 (Colonial)	- Construção da igreja matriz de São João Batista; - Elevação a paróquia;	Demolia	s/r
		1907 – 1917 (República)	- Construção da 2 <sup>a</sup> igreja matriz - Eclética – neogótica – torre central;	Existente	Eclético
		1973 – 1979 (República)	- igreja matriz passa por reformas no interior; - O antigo altar dessa igreja, que foi retirado durante as reformas, encontra-se hoje no Museu Municipal.	Existente Reforma/ Atual	Moderno / Painel ladrilho
04	<b>Dores do Turvo</b> (Arraial de Nossa Senhora das Dolores do Turvo)	1783 – 1802 (Colonial)	- Capela dedicada a N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . das Dolores /provisão para realizar missas;	Demolida/ Colonial	s/r
		1850 – 1873 (Império)	- 1850: elevada a igreja matriz de N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . das Dolores; - Em 1873 é dada a primeira provisão para construção da 1 <sup>a</sup> capela;	Demolida/ Colonial	Retábulo-mor simples/Madeira pintada
		1940-1942 (República)	- igreja matriz atual: Projetada pelo mesmo arquiteto que projetou a igreja matriz de Santo Antônio em Presidente Bernardes (o italiano Rafael Juliano); - Eclética/neorromânica – duas torres.	Existente	Altar Eclético/Mármore
05	<b>Mercês</b> (Arraial de Nossa Senhora das Mercês)	1784-1791 (Colonial)	- Capela dedicada a N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . das Mercês: 1784/solicitação de Padre Manoel; - A capela média 10 braças de fundo e 6 de frente, com uma só porta de entrada no Frontispício. A frente da capela. Elevou-se um cruzeiro de madeira de lei; - vigário: José Henriques Pereira Brandão/1791;	Demolida	s/r
		1811 – 1844 (Colonial /Império)	- A capela ampliada e melhorada por iniciativa do Alferes José Gonçalves Jorge, José da Costa Batista, Narciso José de Cristo e outros moradores; - A freguesia foi criada em 1841, com a Lei n <sup>o</sup> 209, de 7 de abril. O título era Nossa Senhora das Mercês. - O primeiro vigário José Magalhães Queiroz, que faleceu em 1844;	Reforma - ampliação	s/r
		1841 – 1914/ 1923 (Império/ República)	- igreja de N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . das Mercês: elevada a categoria de matriz; - A Lei n <sup>o</sup> 556, de 30 de agosto de 1911, criou o município de “Mercês do Pomba”; - A Lei n <sup>o</sup> 843, de 7 de setembro de 1923, que deu ao distrito da sede a denominação de Mercês.	Reforma	Não foi reaproveitado/ Não há informações sobre a localização
		1914-1925 (República)	- igreja matriz de N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . das Mercês: Reconstrução do templo em 1914-1925; - Eclética/Neogótica;	Existente	Altar Eclético/Mármore
06	<b>Rio Novo</b> (Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo de Cima)	(17---) – 1800 (Colonial)	- Capela dedicada a N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . da Conceição construída por Antônio Dias dos Reis/permmissão de uso pelo Bispo de Mariana em 17 de junho de 1800;	Demolida/ Colonial	s/r
		1812 (Colonial)	- 2 <sup>a</sup> Capela de N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . da Conceição construída pelo vigário da Freguesia da Guarapiranga;	Demolida/ Colonial	Rococó simplificado/ Madeira
		1850 – 1965 (Império)	- 3 <sup>a</sup> Capela: A igreja matriz N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . da Conceição foi fundada em 01 de junho de 1850; - Iniciativa de fazendeiros da região: Capitão José Manuel Pacheco;	Demolida/ Colonial	Rococó simplificado/ Madeira
		1967/atual (República)	- Em 1967 uma nova igreja matriz N <sup>o</sup> .S <sup>a</sup> . da Conceição foi construída devido ao estado de deterioração da anterior, que foi demolida no ano de 1965; - Conservada até os dias atuais, foi tombada juntamente com o conjunto paisagístico e arquitetônico da Praça Prefeito Ronaldo Dutra Borges.	Existente/ Moderna	Moderno/ Painel pintura



07	<b>Viçosa</b> (Arraial de Santa Rita do Turvo)	1800-1833 (Colonial)	- Construção da capela dedicada a Santa Rita de Cássia; - Padre Francisco José da Silva; - Patrimônio: Capitão Manoel Cardoso Machado e esposa: Ana Joaquina de Fraga; - Elevada a matriz: 1832; - Elevada a Paróquia em 1833; - Posse canônica do primeiro pároco, Padre José Bonifácio Souza Barradas, que permaneceu até 1837.	Demolia	Madeira/ pintado
		1851 – 1885 (Império/ República)	- 2ª igreja matriz de Santa Rita de Cássia (Duas Torres); - 1876 – elevada a categoria de cidade; - 1885 – chegada da estrada de ferro da Leopoldina Railway;	Demolia	Madeira/ pintado
		1914- 1940/1955 (República)	- Construção da 3ª igreja matriz de Santa Rita de Cássia, em 1914, ao lado da antiga matriz - Eclética/Torre central; - Crise do café que atingia a Zona da Mata entre 1920 – 1940; - 1955: a antiga igreja matriz colonial é demolida;	Construção de uma nova matriz/ Existente/ Atual	Moderno/ Mármore
08	<b>Cataguases</b> (Arraial Santa Rita de Meia Pataca)	1809 – 1851 Colonial/ Império)	- o alferes Henriques José de Azevedo doou o terreno para que nele fosse erguida uma capela em honra a Santa Rita de Cássia; - Em de 1851, a lei provincial n. 534 criou a paróquia de Santa Rita do Meia Pataca;	Demolida	Madeira/ pintado
		1893 (República)	- 2ª igreja matriz de Santa Rita de Cássia/Projetada por Agostinho Horta Barbosa; - Eclética – neogótica;	Reformas e alterações/	Madeira/ pintado
		1907 – 1909 (República)	- 3ª igreja matriz de Santa Rita de Cássia;	Eclética / Demolida	Madeira/ pintado
		1942 (República)	- Devido aos abalos apresentados na estrutura, decidiu-se pela construção de um novo templo. - Projeto do arquiteto: Edgar Guimarães do Vale;	Eclética / Demolida	Madeira/ pintado
		1944 – 1968 (República)	-1944: Foi lançada a pedra fundamental da nova igreja matriz de Santa Rita de Cássia. – 1948: início da construção do novo templo, concluído em 1968.	Reconstrução/ Moderna	Moderno/ Mármore
		1996 (República)	- A igreja foi elevada à condição de santuário, em solenidade presidida pelo então bispo da Diocese de Leopoldina, Dom Ricardo Pedro Chaves Pinto Filho.	Existente/ Moderna	Moderno/ Mármore
09	<b>Tocantins</b> (Arraial de São José do Paraopeba)	1812 (Colonial)	- Construção da capela dedicada a São José; - O primeiro núcleo originou-se mais ou menos em 1812, quando da doação do patrimônio da cidade, feita pelo capitão José Antônio Machado e pelo alferes Manoel Joaquim da Rocha;	Demolia	s/r
		1853 – 1868 (Império)	- Elevada a igreja matriz de São José;	Demolia	s/r
		1948 (República)	-Edificação atual executada conforme as tendências modernistas da época.	Existente	Moderno/ Mármore/ Imagem de Cristo
10	<b>Ubá</b> (Arraial São Januário de Ubá)	1815 (Colonial)	- Capela rústica dedicada a São Januário: Padre Manoel de Jesus Maria foi erigida uma capela, através de provisão de 07 de novembro de 1815;	Demolida	s/r
		1815 – 1857 Colonial/ Império)	- Construção da igreja matriz de São Januário; - Eclética/neoclássica;	Reconstrução	Eclético
		1960 – 2023 (República)	- Reformas no interior;	Reformas/ Existente	Altar não foi reaproveitado/ Moderno/Pintura
11	<b>São João Nepomuceno</b> (Arraial de São João Nepomuceno do Rio Novo de Baixo)	1811 – 1815 (Colonial)	- Capela dedicada a São João Nepomuceno. Edificação simples e particular em terras do patrimônio do Guarda Mor José Antonio Furtado de Mendonça e sua mulher Francisca Maria de São José;	Demolida	s/r
		1815 -1840 Colonial/ Império)	- igreja matriz (Duas Torres)	Demolida	Rocóco simplificado/ Madeira
		1905/Atual (Império/ República)	- Reforma da igreja matriz colonial: remoção das duas torres; - Inserção de torre central/ - Eclético – Neoclássica;	Existente/ Reforma/	Rocóco simplificado Reaproveitado/ Reformado/ Madeira

12	<b>Astolfo Dutra</b> (Arraial de Santo Antônio do Porto Alegre de Ubá)	1818 – 1865 (Colonial/ Império)	- Capela dedicada a Santo Antônio de Pádua construída pelo Capitão Ângelo Gomes Moreira; - Elevada a freguesia; - Eclético-neoclássica	Demolida	s/r
		1966 (República)	- Construção estilo modernista do conceituado arquiteto astolfodutrense Flavio Almada;	Existente/ Atual	Moderno/ Mármore/ Imagens
13	<b>Descoberto</b> (Arraial de Descoberta Nova)	1824 - 1874	- A povoação estava iniciada e um mês antes, em 16 de junho de 1824, havia sido concedido ao Cap. Joaquim José a primeira licença para se usar a Capela do Descoberto do Rio Novo, posteriormente a Capela da Santíssima Trindade do Descoberto;	Santíssima Trindade	Demolida
		1888	- Construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário edificada pelo vigário José Nicolão Belloti em 1888.	Nossa Senhora do Rosário/ Existente	Existente/ Madeira
		1984 - 2023	- Construção da igreja matriz atual dedicada a Santíssima Trindade; - Moderna.	Santíssima Trindade	Existente/ Madeira
14	<b>Paula Cândido</b> (Arraial de São José do Barroso)	1834 (Colonial)	- Capela construída dedicada a São José;	Demolida	s/r
		1870 (Império)	- Construção da igreja matriz dedicada a São José; - Criação da Paróquia de São José;	Reformada/ Colonial	s/r
		1890 – 2023 (República)	- A igreja matriz foi reformada, mas ainda mantém elementos do século XIX. O antigo retábulo-mor não foi aproveitado.	Existente/ Atual	Moderno/ Mármore/ Imagens
15	<b>Aracitaba</b> (Arraial de Nosso Senhor do Bonfim)	1825 – 1874 (Colonial)	- Formação do povoado; - Construção da capela dedicada a Nosso Senhor do Bonfim;	Demolida	s/r
		1868 (Império)	- Elevação a paróquia; - Reconstrução da igreja matriz dedicada a N.º.S.º. do Bonfim; - Retábulo-mor: Rococó simplificado; - Retábulos colaterais: Rococó/Atribuição: Antônio Benedicto de Santa Bárbara;	Reconstruída	1.Retábulo-mor: Rococó simplificado; 2. Retábulos colaterais - Rococó; - Madeira
		1990 – 2016 (República)	- Reformas na igreja matriz de Nosso Senhor do Bonfim; - Os retábulos se mantêm, porém passaram por intervenções e repintura.	Reforma	Os retábulos se mantêm/ Madeira
16	<b>Guarará</b> (Arraial do Divino Espírito Santo)	1828 – 1830 (Colonial)	- construção da capela-mor dedicada ao Divino Espírito Santo; - Construção da 1ª capela (1830);	Demolida	s/r
		1830 – 1842 (Império)	- 2ª igreja matriz dedicada ao Divino Espírito Santo;	Reformada	Rococó Simplificado/ Madeira
		1891 (República)	- Elevação do distrito a categoria de Vila do Guarará;	Existente Reformada	
		1970 (República)	- Reconstrução da torre - Repintura do retábulo-mor e colaterais.	Atual	Rococó simplificado/ Reformado/ Madeira
17	<b>Mar de Espanha</b> (Arraial do Cágado)	1840 (Império)	- Construção da capela dedicada a N.ª.S.ª. das Mercês; - Arraial do Cágado;	Demolida	s/r
		1851 (Império)	- Criação da Paróquia;	Reconstrução	Madeira/Origem: Alemanha
		1886 – 1986 (Império/ República)	- Construção da igreja matriz dedicada a N.ª.S.ª. das Mercês; - Eclético-Neoclássica; - Em 24 de setembro de 1986 foi elevada a Santuário, por decreto do então arcebispo metropolitano de Juiz de Fora, Dom Juvenal Roriz; - Nele se encontram as relíquias de São Vicente de Paulo e Santa Luzia de Marillac, depositadas no Altar da Eucaristia.	Existente Reformada/	Pintado/ O retábulo-mor original foi removido e encontra-se na capela do santíssimo
		1994 (República)	- Foram pintadas oito telas nas laterais internas do Santuário, alusivas aos Passos de Nossa Senhora, e uma tela no fundo do altar, que retrata a devoção a Nossa Senhora das Mercês em Mar de Espanha. Executadas pelo artista plástico Benedito Carmo Soares;	Existente Reformada/	Pintado
		2004 (República)	- relíquias de São Luiz Orione, recebida por ocasião de sua canonização.	Existente/ Atual	Pintado

18	Além Paraíba (Arraial São José d'Álem Parahyba)	1818 (Colonial)	- Construção da “Capelinha dos Índios” dedicada a São José. Em 1818 o Padre Miguel Antônio de Paiva ergueu uma capela para officiar missa aos habitantes;	Demolida	s/r
		1883 (Império)	- Construção do templo atual/ Eclético-Neoclássica; - Comendador Simplício José Ferreira da Fonseca – provedor da obra; - Padre João Antônio da Silva Barriga;	Reformas e alterações/ Existente	Neoclássico/ Pintado
		1990 – 2015 (República)	Desde sua fundação, a igreja matriz vem sofrendo várias alterações que descaracterizaram a bela obra original, isto é, tanto no seu interior quanto em sua volta.	Reformas e alterações/ Existente	Neoclássico/ Pintado

Elaboração: Elza Vieira – Dezembro/2023.

## 2.1 A Matriz da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato”: uma iconografia esquecida

Cada edifício conta uma história única, oferecendo pistas sobre a vida cotidiana, as crenças, as competências sociais e até mesmo os desafios enfrentados pelas comunidades passadas. Seus materiais, estilo arquitetônico, riscos e desenhos de seus projetos, ornamentação, decorações e até mesmo as marcas de desgaste são vestígios autênticos de um período específico, que podem ser interpretados por historiadores, arqueólogos e arquitetos para reconstruir e compreender o passado. Segundo Nara Júnior (2016, p. 27), “os edifícios constituem simultaneamente documento e signo, porquanto são pluriestratificados, acumulam tipologias e dialogam com o entorno”. Podemos acrescentar ainda que as edificações históricas desempenham um papel essencial como documentos tangíveis para analisar o passado.

Ao longo dos séculos, essas estruturas têm sido testemunhas silenciosas de eventos, refletindo as culturas, as técnicas arquitetônicas e as condições sociais de diferentes épocas. Com base numa abordagem da arqueológica da arquitetura, conforme trabalha Raquel Santos (2013)<sup>105</sup>, por exemplo, até mesmo na ausência de uma edificação histórica podemos encontrar informações importantes sobre o passado da localidade onde estavam inseridas. É nesse sentido, de resgate das memórias, que a trajetória construtiva da igreja Matriz de São Manoel da cidade de Rio Pomba/MG nos oferece a possibilidade de estudar a história, a cultural e a sociedade que compõem atualmente a Zona da Mata Mineira.

Como apontado no primeiro capítulo desta pesquisa, os marcos de fundação e estabelecimento da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” foram a realização da primeira missa e a construção da capela-

<sup>105</sup> SANTOS, Raquel. Arqueologia da Arquitetura: Conceitos e metodologias. *Revista Parc - Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 3, n.4, p.1-10, abr. 2013, p. 3.

mor entre 1771 a 1776. Mesmo após vários percalços, Padre Manoel de Jesus Maria consegue erguer o templo que serviria ao propósito da catequese indígena do aldeamento em formação.

Entretanto, ao iniciarmos as pesquisas sobre a construção da capela da matriz colonial constatamos a ausência de registros sobre a aparência da antiga capela de São Manoel na historiografia local <sup>106</sup>, bem como as possíveis modificações que o templo pode ter sofrido ao longo do século XIX.

Assim, com o objetivo de preencher essas lacunas, propomos neste segundo capítulo um estudo sobre a volumetria da antiga capela da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato” e das possíveis alterações sofridas pela edificação ao longo do século XIX até a primeira década do século XX (1914), quando ocorre a demolição do templo antigo para dar lugar à atual edificação. Nesse intervalo, surge um importante elemento artístico que também esteve presente na trajetória histórica de formação e desenvolvimento da antiga matriz, o retábulo-mor. Trata-se de um elemento remanescente de meados do século XIX e que foi reaproveitado na nova matriz do início do século XX. Ainda pairam dúvidas na historiografia local sobre o período de sua execução. Foi a partir desse elemento que começamos a questionar se teria havido outra edificação entre a primeira capela e a atual igreja matriz e também em que momento ele poderia ter sido confeccionado, já que parece não se encaixar em uma datação do século XVIII.

Comparando os elementos arquitetônicos e artísticos com outras edificações religiosas que existiram e os que ainda existem nas cidades vizinhas a Rio Pomba e que outrora compunham a antiga “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato”, foi possível vislumbrar como se desenvolveram a arte e a arquitetura religiosas na região.

Assim, realizamos um estudo panorâmico da arquitetura religiosa produzidas na região da Freguesia entre meados do século XVIII até as décadas finais do século XIX recorrendo aos documentos oficiais das visitas pastorais, nos relatos de viajantes europeus e as representações artísticas produzidas por naturalistas e artistas que estiveram na região. A partir destes dados procuramos reunir informações dos templos construídos em outras cidades pertencentes à Freguesia do Mártir São Manoel (...) e que pudessem servir de base para uma

---

<sup>106</sup> Foram feitas pesquisas nos arquivos paróquias da Matriz de Rio Pomba e na Arquidiocese de Mariana, porém, sem muito sucesso na localização ou identificação de documentos a respeito da construção do templo. Além dessa ausência, notamos também a perpetuação de narrativas que se baseiam na interpretação equivocada de documentos, como vimos no tópico do primeiro capítulo, sobre os percalços enfrentados pelo Padre Manoel de Jesus Maria na construção da primeira capela e sua consulta a Antônio Francisco Lisboa quanto às dimensões da edificação em construção.

comparação e compreensão do repertório arquitetônico que estava sendo praticado na região naquele período. Essas informações foram inseridas ao longo do texto, conforme a abordagem e necessidade de apresentá-las de maneira que a informação se tornasse fluídica e de fácil compreensão.

Ressalte-se que não foi possível realizar um estudo individualizado de cada cidade e de suas edificações religiosas. Consideramos, quando existentes, aquelas informações pertinentes à compreensão das tipologias arquitetônicas utilizadas como datação da primeira construção, demolição, reconstrução ou reforma, pároco presente à época, construtor, benfeitores, detalhes de ornamentação (retábulos e pinturas).

### **2.1.1 Método de análise das informações**

Como método de estudo e análise das primeiras formas do templo utilizamos as vertentes da cripto-história da arte apresentados por Vítor Serrão (2001). A partir das análises das fontes históricas e de descrições literárias da capela de São Manoel e das capelas de outras cidades da Freguesia do Mártir São Manoel (...) presentes nas obras (pinturas e litogravuras) dos viajantes naturalistas, artistas e eclesiásticos que visitaram a região entre as décadas finais do século XVIII e a segunda metade do século XIX foi possível recriar um “modelo sugestivo” volumétrico da primeira capela colonial de Rio Pomba.

Partimos da 1ª vertente, designada de “*Cryptanalysis*” ou criptoanálise, que significa “origem, acto ou ciência de decifrar mensagens em código sem conhecimento anterior de sua chave” (Serrão, 2001, p. 12), ou seja, decifrar códigos e informações a partir de vestígios ou documentos de determinadas obras sobre as quais nada se sabe de concreto porque foram destruídas (deliberadamente ou por calamidade).

Desta forma, analisamos as seguintes fontes históricas sobre a primeira capela de São Manoel: o requerimento do Padre Manoel de Jesus Maria (1771) e o parecer de Antônio Francisco Lisboa (1771); o Processo de pagamento da obra de construção da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados”, datado de 7 de julho de 1770 e as descrições literárias da capela de São Manoel presentes nos provimentos de visita pastoral de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1823 - 1825) e no diário de viagem do barão Georg Heinrich von Langsdorff (1824-1825).

O requerimento de Padre Manoel de Jesus Maria a Real Fazenda e o parecer de Antônio Francisco Lisboa nos oferecem informações sobre as possíveis dimensões que o

templo pode ter tido após a sua análise, conforme vimos no final do primeiro capítulo deste estudo. Temos também o Processo de arrematação da obra de construção da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados”, de 1770, onde encontramos algumas descrições sobre o programa arquitetônico pretendido para a edificação do século XVIII. Este documento é importante, pois levou-nos a questionarmos sobre a existência de outra edificação intermediária que substituiu a primeira capela construída entre 1770 – 1776 e que foi demolida no início do século XX.

Nas descrições literárias encontramos algumas referências ao templo no relato de Dom Frei José, que em uma de suas viagens pastorais de 1823, encontra a região em um período de decadência. Segundo Trindade (1998, p. 173-174), ao visitar a “Vila do Pomba” constatou que a matriz é uma “(...) *das mais pobres e indecentes que se encontram, havendo algumas capelas filiais que argüem o desamparo da sua matriz (...)*”. Relatos preciosos, pois permitem vislumbrar o repertório arquitetônico e de ornamentação de outras capelas e matrizes da mesma freguesia.

No diário da viagem do barão Georg Heinrich von Langsdorff realizada entre 1824 e 1825, encontramos em seu relato o encontro com o Padre João Bonifácio Duarte Pinto, responsável pela paróquia de São Manoel naquele período. Langsdorff descreve algumas informações importantes fornecidas pelo pároco em relação ao número de igrejas e capelas que existiam antes e depois dele assumir a paróquia.

A partir das descrições literárias e da relação de capelas, foi possível nos guiar pela 2ª vertente apontada por Serrão (2001, p. 12), a “dedução”, pois, na ausência de documentos (inexistentes; perdidos ao longo do tempo ou ainda não identificados), nada podemos afirmar com exatidão sobre as tipologias arquitetônicas e detalhes de ornamentação interna de cada templo. Quanto às representações artísticas da capela presentes nas obras (pinturas e litogravuras) dos viajantes naturalistas do século XIX, encontramos até o momento duas representações: a litogravura de Hermann Burmeister, datada de 1855, e a pintura do artista Evangelista da Costa, datada de 1884. Cada representação mostra uma tipologia arquitetônica diferente do templo e que corresponde ao período em que foram executadas.

Com base nas informações coletadas na fase anterior (1ª vertente) e comparando-as com as edificações religiosas de outras cidades que correspondem ao mesmo período, (identificadas na 2ª vertente), foi possível identificar exemplares dos quais a antiga matriz da Freguesia do Mártir São Manoel possa ter se aproximado em relação à sua composição volumétrica. Desta forma, alcançamos a 3ª vertente apontada por Serrão (2001, p. 12), a

“reconstituição”. Nesse ponto acrescentamos as análises feitas a partir do parecer que Antônio Francisco Lisboa emitiu sobre a antiga capela-mor da Freguesia do Mártir São Manoel (...).

Ressalta-se que optamos por não representar graficamente as suposições volumétricas da antiga matriz de São Manoel com o intuito de se evitar a perpetuação da interpretação deste estudo como um fato confirmado o que poderia incorrer em um falso histórico. Ainda são necessárias mais pesquisas e a localização de fontes primárias que possam embasar de forma mais segura às hipóteses sobre as formas da antiga capela.

A seguir, trataremos de cada uma das fontes mencionadas apresentando as informações que puderam ser constatadas a partir das descrições e representações que cada uma fornece sobre a antiga igreja Matriz de São Manoel desde as décadas finais do século XVIII até a primeira década do século XX.

## **2.2 Memórias da antiga capela de São Manoel nos relatos das visitas pastorais e de viajantes europeus no decorrer do século XIX**

O padre Manuel de Jesus Maria faleceu em 1811 e a Paróquia de São Manoel foi assumida pelo Padre João Bonifácio Duarte Pinto (1770 - 1845), em 1812, tornando-se, assim, o segundo vigário colado daquela freguesia pela Carta Régia de 14 de julho do mesmo ano. Há poucas informações sobre o pároco, mas sabe-se que ainda participou da catequese indígena e em elabora junto a outros moradores da Freguesia naquele período, um requerimento de elevação do aldeamento à vila, apresentado em 1823<sup>107</sup>. Nascido por volta de 1770 e tendo-se ordenado sacerdote em 1798, Duarte Pinto permaneceu na Freguesia do Mártir São Manoel (...) até 1840, quando foi promovido a cônego e recolheu-se à sede do Bispado em Mariana, onde faleceu em 1845. Foi a partir do paróquiato de João Bonifácio Duarte Pinto que tivemos os relatos das visitas pastorais e viajantes europeus a região da freguesia. É ele quem recebe Dom Frei José da Santíssima Trindade, em 1823, e o Barão Georg Heinrich von Langsdorff, em 1824, quando visitaram a região.

---

<sup>107</sup> Dossiê/Processo 435 - Representação de João Bonifácio Duarte Pinto e outros moradores da Freguesia de São Miguel da Pomba, Comarca de Ouro Preto, Província de Minas Gerais. Conjunto de documentos sobre a representação de João Bonifácio Duarte Pinto e outros moradores da Freguesia de São Manuel da Pomba, Comarca de Ouro Preto, Termo de Mariana, Província de Minas Gerais, pedindo a elevação da Freguesia à vila. Apresentada pelo Dep. Rodrigues da Costa na Sessão de 04.07.1823. Com despacho à Comissão de Estatística e Diplomática em 04.07.1823. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/representacao-de-joao-bonifacio-duarte-pinto-e-outras-moradores-da-freguesia-de-sao-miguel-da-pomba-comarca-de-ouro-preto-provincia-de-minas-gerais>>.

### 2.2.1 Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade a Freguesia do Mártir São Manoel da Pomba e Peixe (1823)

Dom Frei José da Santíssima Trindade (1762-1835) esteve em visita pastoral à região da Freguesia do Mártir São Manoel (...), em 1823, e descreveu o estado de conservação da "Matriz do Mártir São Manoel", o que nos proporciona o entendimento de materiais empregados e a sua situação naquele momento:

(...) Fazemos saber que no dia 4 de setembro de 1823 visitamos pessoalmente a igreja paroquial do Mártir São Manuel do Rio da Pomba e Peixe, na presença do seu Reverendo Pároco Colado João Bonifácio Duarte Pinto, sacerdotes e povo, e cumprimos da nossa parte o disposto no Pontifical e ordenações canônicas. **Grande dor e aflição feriu a nossa alma, quando vimos a indecência do templo desta matriz, sem pavimento, sem forro e desprovido de muitas coisas consideráveis, como o cemitério aberto e sujeito a profanação, vasos dos santos óleos de chumbo, sendo uma igreja começada há mais de 50,** e reconhecemos proceder esta falta do pouco zelo do reverendo pároco e divisão dos paroquianos (...).

(...) E esta igreja das mais pobres e indecentes que se encontraram, havendo algumas capelas filiais que arguem o desamparo da sua matriz; **o seu material é de pau-a-pique, barreadas as paredes e sendo um tanto comprida, apenas tem altar-mor com retábulo de tábua; o altar-mor não tem alinhamento algum e toda a mais igreja sem forro e sem campamento, em terra. A sacristia é semelhante à igreja, que melhor se dirá que não tem sacristia porque não tem algum alinhamento.** Quanto aos ornamentos, apenas havia duas casulas para o comum das quatro cores, um ou dois cálices e os vasos dos santos óleos de chumbo (Trindade, 1998, p. 173-175 – grifo nosso).

A partir do relato de Dom Frei José, foi possível apurarmos que a antiga capela de São Manoel era uma edificação simples e sem acabamentos. Construída em pau-a-pique, um tanto “comprida”, sem forro e piso em terra batida. Possuía apenas “altar-mor, com retábulo de tábua e sem alinhamento”. Outro dado interessante no relato do frei foi o uso da expressão “altar-mor não tem alinhamento algum”, pois podemos afirmar que neste período o retábulo remanescente que encontra-se na atual igreja Matriz de São Manoel ainda não tinha sido confeccionado. O bem integrado que vemos na matriz atual, possui todos os elementos constitutivos para ser considerado “alinhado”.

O termo “alinhamento” pode ser associado a outro importante termo utilizado no período colonial, o “decoro”. Segundo Rodrigo Bastos (2013, p. 46), o “decoro” das edificações religiosas, muito mais que um conceito, era um princípio que regia o “modo decoroso e



decente com que deveriam ser concebidas, implantadas, dispostas e ornadas as igrejas e capelas”.

Havia, uma regra rígida a ser seguida na construção de ermidas, capelas, igrejas, mosteiros e conventos que regiam-se pelas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” (1707)<sup>108</sup>. No Livro Quatro <sup>109</sup> - Capítulo XVI – Das Igrejas, capellas e mosteiros”, por exemplo, encontramos as regras que eram aplicadas na ereção das capelas e igrejas, no território da Capitânia de Minas Gerais. Conforme as instruções, nenhuma edificação poderia se iniciada sem o consentimento das autoridades eclesiásticas que administravam a região onde se pretendia construir. A pena para essa infração era a completa demolição do templo e, por vezes, a excomunhão do infrator (pároco ou benfeitor).

É interessante constatar que uma edificação tão precária e “sem alinhamento algum” como a descrita por Dom Frei José tenha se mantido por tanto tempo. Resultado talvez da pouca frequência de visitas pastorais na região, que eram dificultadas pela longa jornada de viagem desde Mariana. Vemos que a edificação naquele momento ainda se encontrava, de certa forma, inacabada, por não possuir forro e assoalho e demais acabamentos. Podemos constatar também pela descrição de Dom Frei José que a planta baixa da edificação era composta por nave, capela-mor e sacristia, uma “configuração comum nos templos religiosos denominados de “capela” dos séculos XVIII e XIX” (Oliveira; Campos, 2010, p. 61 – 90).

Em relação à observação de Dom Frei José sobre a igreja matriz ser “um tanto comprida”, talvez possamos encontrar uma justificativa na análise de Germain Bazin (1983), sobre a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1750), em Congonhas do Campo, onde esclarece que:

“(…) os arquitetos da região de Minas, querendo, desde cedo, simplificar a planta a fim de obter formas elegantes, suprimiriam espontaneamente os corredores ao longo da nave para conseguir uma planta de forma alongada (...)”<sup>110</sup>.

<sup>108</sup> De acordo com Maria Helena Ochi Flexor (2016, p. 206-208), as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram uma compilação de normas, para servir como a principal legislação eclesiástica durante o período colonial no Brasil. A obra teve por origem um sínodo de 1707 e é considerada um dos mais importantes documentos de cunho religioso dos tempos coloniais.

<sup>109</sup> Como vimos na nota 42, no Capítulo I, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia estão organizadas em um conjunto de cinco livros. O Livro Quarto fala das imunidades eclesiásticas, da preservação do patrimônio da Igreja Católica, das isenções, privilégios e punições dos clérigos, do poder eclesiástico, da edificação de capelas ou ermidas e os procedimentos para sua reforma, dos ornamentos e bens móveis das igrejas, da reverência devida e da profanação de lugares sagrados, dos testamentos e legados dos clérigos, dos enterros e das sepulturas, dos ofícios pelos defuntos.

<sup>110</sup> BAZIN, Germain. A Arquitetura religiosa barroca no Brasil. RJ, Record, 1983. Tomo I - p. 197.

O objetivo inicial era construir o corpo central do templo, ou seja, a nave e capela-mor. Os acréscimos de outros cômodos como os corredores laterais, capelas, consistórios, tribunas, etc., seriam feitos em obras posteriores (Santos, 1951, p. 127-151).

Ainda em seu relato Dom Frei José chama a atenção para o fato de que o cemitério não possuía cercamento e que “os mortos eram sepultados no entorno da capela”. O viajante alemão Hermann Burmeister também indicou que havia túmulos no interior da matriz de São Manoel em seu relato de visita a região, em 1853, onde consta que:

(...) O chão era pavimentado com retângulos iguais e cada um deles, de 3 a 6 pés, indicava a abertura de uma tumba. Uma e outra destas já se encontravam em estado de ruína. As pessoas de posses e de posição ainda hoje estão enterradas na igreja. No Rio de Janeiro somente no ano passado instalaram um cemitério ao ar livre devido à grande mortandade causada pela febre amarela. Ao mesmo tempo, a medida adotada pelo governo, proibindo o sepultamento nas igrejas, provocou a resistência de várias partes. (Burmeister, 1980, p 197-198).

Durante o período colonial, de acordo com o Direito Canônico e recomendações das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” (1707), era permitido “a todo cristão ter uma sepultura no corpo da igreja paroquial, mosteiro ou adro, conforme escolhesse”. As sepulturas eram padronizadas pela Igreja Católica, sendo permitidas apenas as lápides em mármore ou granito com epitáfios de identificação do sepultado. Dentro dos templos, as sepulturas estavam situadas na nave e capelas laterais, nos adros ou em cemitério, no seu entorno (Flexor, 2016, p.224-225).

As práticas de sepultamento no recinto das igrejas começaram a ser interditas em meados do século XIX. De acordo com Costa (2007, p. 20)<sup>111</sup>, no Brasil, os questionamentos dos costumes de sepultamento nas igrejas começaram por volta de 1830, influenciados pela medicina social francesa e da visão médica e racionalista que considerava a prática como “um reflexo da mentalidade atrasada e supersticiosa”. Na Província de Minas Gerais, apenas nas décadas finais do século XIX é que questões como a proibição dos enterros nas igrejas e a regulamentação da construção de cemitérios públicos foram definitivamente resolvidas.

Vimos no primeiro capítulo deste estudo que o Padre Manoel de Jesus Maria foi sepultado no interior da igreja Matriz de São Manoel, em 1811. Porém, a localização de sua

---

<sup>111</sup> Sobre as práticas de sepultamento e os desdobramentos dos conflitos entre a Igreja Católica e o Estado no decorrer do século XIX, em relação à administração dos cemitérios públicos, recomendamos a leitura do estudo de Fernanda Maria Matos da Costa, *A Morte e o Morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres, 1851 – 1890*. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5276>>.

sepultura é desconhecida atualmente. Santiago (1991, p. 73) explica que no momento da demolição da antiga matriz, em 1914, não houve o cuidado de se manter a indicação do túmulo do pároco <sup>112</sup>, tampouco as dos demais sepultados.

### 2.2.2 Relatos do diário de viagem do Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1824-1825)

Outro relato sobre a vila do Pomba, sede da Freguesia do Mártir São Manoel (...), nos é oferecido pelo Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774 – 1852)<sup>113</sup>. No Caderno nº. 4 – folhas 74-95, de 10 de julho de 1824, o barão descreve suas impressões sobre a Vila do Pomba e a igreja Matriz de São Manoel:

A aldeia do Pomba ficou aquém de nossas expectativas. É o lugar mais miserável que já encontramos até hoje. **A igreja é uma das mais antigas da região e agora está em franca decadência. Como todas as outras, ela é de pau-a-pique e fica numa praça aberta e livre.** O lugar tem várias ruas, as casas são pequenas e térreas e, neste momento, estão quase todas abandonadas pelos seus habitantes, que estão todos em Descoberta Nova. Um padre tem, bem perto da aldeia, um moinho de cana-de-açúcar e uma venda (Langsdorf, 1824 *apud* Silva, 1997, p.72 – grifo nosso).

A decadência da *Vila do Pomba* relatada por G. H. Langsdorff ocorreu em função da descoberta de uma jazida isolada de ouro encontrada na região da Freguesia do Mártir São Manoel (...). Por volta de 1820, mineradores vindos de Mariana descobriram o ouro e já exploravam há vários anos, até que a notícia espalhou-se por toda a região. Houve uma grande evasão dos povoados e vilas próximas, o que ocasionou a redução da população desses locais e o quase abandono de alguns. Tal aglomerado de pessoas resultou no surgimento do arraial de “Descoberta Nova”, que corresponde atualmente, ao município de Descoberto/MG.

Em seu diário de viagem (1824-1825), o Barão Georg Heinrich von Langsdorff, ao descrever seu encontro com o Padre João Bonifácio Duarte Pinto, responsável pela Paróquia de São Manoel naquele período, reproduz algumas informações importantes fornecidas pelo

<sup>112</sup> Não foram encontradas, até o momento, informações sobre a localização ou traslado dos restos mortais do vigário Manoel de Jesus Maria ou dos demais sepultados no interior da matriz.

<sup>113</sup> Georg Heinrich von Langsdorff, médico alemão naturalizado russo, que esteve em viagem de exploração na Capitânia de Minas Gerais, a serviço do Governo russo, do Czar Alexandre I. Essa expedição iniciou-se em 1821 e contava com dezenas de homens contratados para explorar todo o país, no entanto, Langsdorff já havia estado no Brasil pela primeira vez em 1804 em Santa Catarina e depois em 1813 como Cônsul-Geral da Rússia no Rio de Janeiro. Para a expedição realizada ao interior do Brasil no ano de 1821, Langsdorff contratou o alemão Johann Moritz Rugendas, o botânico Ludwig Riedel, o astrônomo Néster Rubtsov, o zoólogo e lingüista Édouard Ménétries (Manizer, 1967).

padre em relação ao número de igrejas e capelas que existiam antes e depois de assumir a paróquia. Em 14 de julho, na Carta nº 18 enviada para a Mandioca, fazenda de sua propriedade no Brasil, relata que:

(...) O padre João Bonifácio Duarte Pinto, um homem muito educado (...) está aqui há 12 anos. **Ele contou-me que a igreja da aldeia foi construída há 54 ou 56 anos, principalmente para divulgar o cristianismo entre os índios.** Ele é o segundo padre e já dirige a igreja há 12 anos. No começo, ele encontrou na paróquia cerca de 5.000 almas, contando com os índios. Estes, porém, pouco a pouco foram sendo expulsos, particularmente por mineiros que aqui estabeleciam suas fazendas. Em 1816, o número de habitantes já era de 12.000 e, no final do ano passado, em 1823, cerca de 13.500 almas, incluindo brancos, mulatos, negros livres e escravos.

**A freguesia conta com nove igrejas e capelas, pequenas e grandes, a saber:**

- 1. Capela de Nossa Senhora das Mercês - Arraial das Mercês**
- 2. Capela de Nossa Senhora das Dores do Turvo (rio)**
- 3. Capela de Nossa Senhora da Conceição do Turvo**
- 4. Capela de São José do Paraopeba**
- 5. Capela de Santa Rita do Turvo**
- 6. Capela de São José do Barroso**
- 7. Capela de Santo Antônio do Porto Alegre d'Ubá**
- 8. Capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo Acima**
- 9. Capela de São João de Nepomuceno do Rio Novo Abaixo**

(...) Todas as capelas e terras do outro lado do rio da Pomba pertencem à Comarca de São João del Rei; e deste lado, à Comarca de Ouro Preto, Freguesia do Pomba.(...) **O padre assegurou-me ainda que, quando assumiu, há 12 anos, só existiam quatro capelas; as demais surgiram dessa época para cá. Assim pode-se prever, com toda a certeza, que ainda serão construídas mais capelas nas proximidades do rio Paraíba** (Langsdorf, 1824 *apud* Silva, 1997, p. 81-83 – grifo nosso).

As capelas mencionadas <sup>114</sup> no relato de G. H. Langsdorff correspondem a vilas e povoados que compunham a antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...) e que se tornaram cidades no decorrer dos séculos XIX e XX. As quatro capelas (com exceção da igreja Matriz de São Manoel), que já existiam antes do Padre Duarte Pinto assumir a freguesia, em 1812, correspondem às quatro primeiras citadas na relação acima. Todas destinadas a servir como centros de catequese dos indígenas.

Com base nos relatos de Dom Frei José da Santíssima Trindade e do Barão Georg Heinrich von Langsdorff é possível concluirmos que a capela de São Manoel, naquele momento, era uma edificação mais simples, com poucos acabamentos. Conforme apontado

<sup>114</sup> Cada capela corresponde respectivamente às seguintes cidades: (1) Mercês, (2) Dores do Turvo, (3) Senador Firmino, (4) Tocantins, (5) Viçosa, (6) Paula Cândido, (7) Ubá, (8) Rio Novo, (9) São João Nepomuceno. Essa relação será retomada mais adiante no texto, para as análises das transformações da matriz de São Manoel ao longo do século XIX.

por Paulo Santos (1951, p.79-126) as primeiras capelas coloniais eram edificações simples, muitas vezes provisórias. Utilizavam a técnica do pau-a-pique, que consiste na execução de paredes com tramas trançadas de bambu ou ripas de palmeiras, que são vedadas por massa de barro, capim e estrume. Nas construções mais simples e rápidas, o serviço era executado à mão. Já na utilização da técnica em construções mais importantes, era utilizado um sistema mais complexo, como taipa de pilão, que envolvia a execução de formas de madeira (ou taipa), que eram preenchidas com uma mistura de barro, palha, capim ou crina de cavalos para aumentar a resistência. À medida que o aldeamento ou vila cresciam, estas edificações mais simples eram substituídas por outras maiores, as igrejas. Estas eram construídas com uma estrutura de madeira mais reforçada e paredes em tijolos de adobe<sup>115</sup> ou ainda, alvenaria de pedra e em tijolos maciços de barro cozido que dariam mais sustentação as paredes.

Acredita-se que todas as capelas mencionadas por Dom Frei José e pelo Barão G. H. Langsdorff tenham sido executadas com as técnicas descritas acima. Porém, foram demolidas e substituídas por edificações maiores nas quais se utilizou ainda o adobe, alvenaria de pedra e tijolos maciços. Considerando as descrições de Dom Frei José e do Barão sobre a antiga capela da Freguesia do Mártir São Manoel (...) em 1823-1824, podemos concluir que se tratava de uma edificação simples, construída em materiais básicos como o pau-a-pique, cobertura em madeiramento e telhas de barro tipo capa e bica. O interior não apresentava forro e o piso era em terra batida. O altar era simples, em tabuado.

### **2.2.3 Representação gráfica da antiga matriz de São Manoel na obra de Hermann Burmeister (1853)**

A primeira representação gráfica da antiga Matriz de São Manoel (Fig.22), que foi identificada pela pesquisa encontra-se na litografia<sup>116</sup> colorida produzida pelo explorador e naturalista alemão Carl Hermann Conrad Burmeister<sup>117</sup> (Stralsund/Alemanha, 1807 – Buenos

<sup>115</sup> Tijolos de adobe são confeccionados em barro limpo ao qual era acrescentada palha de milho, capim ou crina de cavalo para aumentar a resistência. Adicionava-se água e amassava até que tudo ficasse homogêneo. Depois a massa era colocada em formas de madeira, com dimensões de aproximadas de 20x20x40 cm. Depois de agitada a massa para saída do ar, desenformava-se e deixava secar ao sol (Santos, 1951, p. 89-90).

<sup>116</sup> Litografia ou litogravura é um tipo de gravura que envolve a criação de marcas (ou desenhos) sobre uma matriz (pedra calcária) com um lápis gorduroso. A base dessa técnica é o princípio da repulsão entre água e óleo (Ferreira, 1986, p. 1041). A litogravura é uma técnica de gravura inventada por Alois Senefelder (1771-1834), em 1796, que envolve a criação de marcas (ou desenhos) sobre uma matriz (pedra calcária) com um lápis gorduroso. A base dessa técnica é o princípio da repulsão entre água e óleo (Menezes, 2008, p. 17).

<sup>117</sup> Encontra-se nos arquivos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital USP. BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN NA USP. Acervo Digital. Imagens. Título: *Vila da Pomba vista a partir do sul (Prancha VII)*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3422>. Acesso em 20 de Abril de 2021.

Aires/Argentina – 1892), que viajou ao para o Brasil entre 1850 a 1853, onde estudou a história natural nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Hermann Burmeister retornou à Europa em 1853 e publicou três obras sobre a viagem ao Brasil: "Reise nach Brasilien", "Landschaftliche Bilder Brasiliens" e "Systematische Übersicht der Tiere Brasiliens" (Matos, 1973, p. 224). Em duas de suas publicações podemos encontrar referências a Vila da Pomba, na segunda metade do século XIX. No álbum "Landschaftliche Bilder Brasiliens"<sup>118</sup>, encontramos a litogravura representando o núcleo urbano da "Vila da Pomba" e na publicação traduzida da obra "Reise nach Brasilien durch die Provinzen von Rio de Janeiro und Minas Geraes. Mit besonderer Rücksicht auf die Naturgeschichte der Gold und Diamantendistricte (1853)" - "Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: Com especial atenção à história natural dos distritos do ouro e dos diamantes", vamos encontrar uma descrição da "Vila do Pomba" no momento de sua passagem pela região em 1853, enquanto elaborava a litogravura.



Figura 22: Carl Hermann Conrad Burmeister (1807-1892). Vila da Pomba vista a partir do sul. 1853. Litografia colorida (Prancha VII). Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital USP.

<sup>118</sup> BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN NA USP. Acervo Digital. *Paisagens ilustradas do Brasil e retratos de alguns índios; com atlas de sua viagem através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Berlin: Verlag von Georg Reimer, 1853, p. 18. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5265>. Acesso em 20 de Abril de 2021.

Nesse período estava à frente da Paróquia de São Manoel o Cônego José Ignácio da Silveira (1806 - 1869), 3º vigário colado da freguesia apresentado por Carta Imperial de 08 de janeiro de 1841 e que assumiu após o recolhimento do Padre João Bonifácio Duarte Pinto em 1840. Esteve à frente da Paróquia de São Manoel entre 1841 a 1869 e devidos aos seus empenhos a Vila da Pomba foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº. 881 de 6 de junho de 1858, quando passou a chamar-se "*Pomba*". O pároco teve ainda uma trajetória ligada à política da Província de Minas Gerais. Filiado ao Partido Liberal, participou da Revolução Liberal de 1842<sup>119</sup> e foi eleito como Deputado Provincial em várias legislaturas. Faleceu em Ouro Preto/MG durante os trabalhos legislativos em 1869, tendo paroquiado na cidade da "Pomba" durante 28 anos.

Na obra de H. Burmeister intitulada "*Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1853)*" encontramos no Capítulo VI, sob o título "*Viagem aos Rios Paraíba e da Pomba*" e o subtítulo "*Coroados e Puris*", uma descrição da Vila da Pomba e detalhes sobre a produção de sua litogravura<sup>120</sup>:

(...) A manhã estava clara e sem neblina, o que deixava prever chuva pela tarde. Por isso resolvemos fazer uma visita à Vila. **Dirigimo-nos a uma colina, na estrada que leva a Campos, e dessa posição fiz um desenho da Vila da Pomba e seus arredores.** Apenas começara o trabalho, uma forte chuva veio interromper-me a atividade, e eu me vi forçado a procurar refúgio na casa de D. Maria Belisar, que ficava isolada à margem da estrada, para poder terminar meu desenho. Fomos recebidos, eu e meu filho, com muita amabilidade. Puseram à nossa disposição um quarto de onde se descortinava o panorama que eu começara a fazer, e assim pude terminar o meu trabalho sem ser molestado. **Foi dali que fiz o desenho da vila e seus arredores (Prancha VII).** A Vila da Pomba está situada no declive suave de uma alta colina ao lado norte do rio do mesmo nome, que corre a uns 100 metros abaixo por entre altos barrancos. Um outro riacho a oeste da Vila foi transformado em represa, tornando-se como uma lagoa oblonga que com rio forma um ângulo agudo, dentro do qual está construída a cidade triangular. Um dique largo, construído com grandes blocos de granito, forma, ao mesmo tempo, o início da estrada de Minas e uma cascata, pela qual caem as águas do lago com relativa abundância.

A casa onde estávamos encontrava-se no caminho que ia para esse lago. O meu desenho não abrange uma vista mais ampla porque ela ficava escondida atrás de altos barrancos pelos quais se espalham as ruas e casa da vila. A localidade toda consiste em, mais ou menos, 130 casas com uns 1.000

<sup>119</sup> Sobre a participação da Vila do Pomba na Revolução Liberal de 1842 ver em: MARINHO, José Antônio. História da Revolução Liberal de 1842. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015, p. 199-203.

<sup>120</sup> Apresentamos os recortes de alguns trechos do texto original onde se refere diretamente a vila e a matriz. O texto completo pode ser consultado em: BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte/São Paulo: Itataia/EDUSP, 1980, p. 197-198.

Notamos algumas informações importantes na descrição de H. Burmeister, como por exemplo, o fato de haver na cidade um aprendiz de marceneiro que chegara a cidade há pouco tempo. Não foi possível apurar quem era.

habitantes. Um grande quadrado no centro forma a praça principal, flanqueada por belas construções de dois andares. A leste, vemos a **matriz de Santo Antônio** [na verdade seria a **matriz de São Manoel - grifo nosso**] e, a norte, a Casa da Câmara com a prisão, um grande edifício de madeira, cujo estuque de barro já estava caindo em vários pontos.

**A igreja, como as demais do Brasil, era composta do coro, com o altar-mor, e dois altares menores nos cantos das naves laterais, na entrada para o coro. O chão era pavimentado com retângulos iguais e cada um deles, de 3 a 6 pés, indicava a abertura de uma tumba. Uma e outra destas já se encontravam em estado de ruína. As pessoas de posses e de posição ainda hoje estão enterradas na igreja.** No Rio de Janeiro somente no ano passado instalaram um cemitério ao ar livre devido à grande mortandade causada pela febre amarela. Ao mesmo tempo, a medida adotada pelo governo, proibindo o sepultamento nas igrejas, provocou a resistência de várias partes. No mercado, havia ainda três casas comerciais, com mercadorias variadas, freqüentadas, nas horas da tarde, pelas senhoras, que ali faziam suas compras, adquirindo fazendas e admirando as últimas criações da moda. Numa rua paralela à nossa, que saía da praça principal, vi uma farmácia e, na sala contígua, uma pequena biblioteca, a primeira que encontrei no interior do país. Não havia alemães nesta vila; apenas um aprendiz de marceneiro, que nascera no Reno e chegara à localidade havia pouco tempo, mas mostrava-se contrariado, pois, segundo dizia, a mesma era pobre e não lhe permitia ganhar suficientemente a vida. **A população era formada de uma pequena parcela de brancos, em grande parte comerciantes e fazendeiros; de um maior número de mulatos, artífices; e de pretos, que são empregados nos trabalhos mais rudes e serviços mais humildes. Estes últimos possuem a sua própria igreja, a de Nossa Senhora do Rosário, situada fora da vila numa colina. É este o segundo templo do lugar.** Alguns fazendeiros residentes nos arredores são considerados as colunas-mestres do comércio local, que apenas abastece a população. Disseram-me que havia também dois médicos, um dos quais francês. A região nos arredores apresenta apenas pastagens e florestas, nenhuma cultura considerável me foi dado ver e cada casa tem a sua pequena horta, onde se cultivam os legumes indispensáveis. Não se presta ela para o plantio de cana ou de café, devido à sua altitude e ainda ao seu afastamento das vias de exportação. Os fazendeiros daí não podem concorrer com os que moram mais perto da costa, já pela enorme dificuldade de transportes, já pelo clima, que não favorece aquelas culturas. **A Vila da Pomba causou-me impressão bastante agradável, parecendo-me mais limpa que as demais cidades do interior, o que talvez seja devido à sua população, relativamente pequena, e ao seu pouco movimento (...).**

(...) No desenho que fiz da cidade, vêem as duas estradas em seus trechos iniciais, passando uma o rio, no lado esquerdo e a outra galgando a colina onde se encontra a casa da qual fixei a paisagem (Burmeister, 1980, p 197-198 - grifos nossos).

Em relação à litogravura (Fig. 22), produzida por H. Burmeister, a primeira vista podemos perceber a representação de uma vila quase rural, com as delimitações de ruas, quadras, lotes e a distribuição das edificações. Percebemos também uma antiga ponte em madeira que transpunha o rio e permitia o acesso à vila e a forma serpenteada do rio Pomba marca seu trajeto. Na imagem percebemos a formação da vila à margem direita do rio Pomba



com uma das pontes de travessia em primeiro plano, um pouco mais adiante, notamos o largo que mais tarde se tornou a Praça Dr. Último de Carvalho<sup>121</sup>. Podemos visualizar também, detalhes como o cercamento das porções de terreno das edificações, delimitando a área de propriedade particular. Dentro das limitações de algumas propriedades identificamos, além da edificação residencial, uma segunda construção que talvez servisse como rancho ou paiol para armazenamento de ferramentas, animais ou alimentos como milho e feijão.

As construções se apresentam em três tipologias: casas térreas, com planta retangular, cobertura em duas águas; sobrados, com cobertura em quatro águas e pelo menos duas edificações religiosas, uma ao centro da praça e outra em uma porção mais elevada. As cores utilizadas nas edificações variam entre o amarelo ocre, o azul claro e o salmão. As edificações térreas, mais simples, ocupam a periferia da vila enquanto os sobrados e a igreja matriz ocupam o centro. Considerando a iluminação nas margens do rio, na porção esquerda da imagem<sup>122</sup> e, um escurecimento na porção direita próxima a ponte, revela-se que à hora de execução da imagem foi próxima ao entardecer, com o Sol se pondo no oeste.

Analisando a composição da imagem, percebemos a representação da matriz ao centro, bem próxima à linha do horizonte, como um ponto de fuga do observador. Ao centro da imagem, em coloração ocre, notamos cercada de edificações, a antiga matriz de São Manoel, servindo de referência para a localização da área central da vila (que concentra o maior número de construções), onde está atualmente localizada a Praça Dr. Último de Carvalho. Até o momento, esta é a representação mais antiga da matriz em meados do século XIX (1853) que se conseguiu encontrar.

A seguir, temos um recorte central da litografia, com destaque para a igreja matriz. Visualiza-se a fachada lateral direita e posterior. A fachada principal está voltada em direção ao rio Pomba.

---

<sup>121</sup> Chamada na época de “Largo da Alegria”, onde foi instalado o pelourinho de fundação da Vila de São Manoel em 1831. Em 1888 recebeu outra denominação: Praça Barão de Montes Claros; em 1913 passou a Parque Doutor Francisco Peixoto, quando foi construído um lago e ponte. Em 1987 recebeu a denominação atual, Praça Dr. Último de Carvalho e foi tombada como Conjunto Paisagístico pelo Decreto Municipal nº. 1355/2020.

<sup>122</sup> Observação: Considerar como referência o observador posicionado à frente da litogravura, correspondendo os seus próprios lados direito e esquerdo.



Figura 23: H. Burmeister. Vila da Pomba vista a partir do sul. 1853. Litografia colorida – recorte central.  
 Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital USP.  
 Adaptação: Elza Vieira - Julho/2023.

Percebemos uma edificação composta por dois volumes centrais correspondentes a nave (volume principal/mais alto) e a capela-mor (volume secundário/mais baixo). Notamos ainda um terceiro volume, anexo à lateral direita do primeiro. Na representação não é possível visualizar se havia outro volume anexo a lateral esquerda da nave, que seria destinado à sacristia, mas é possível.

A cobertura dos dois volumes centrais é dividida em duas águas e sobre o volume anexo à nave, em uma água. Não é possível distinguir se havia um frontão e cornijas nas laterais. Desta forma, o telhado deveria avançar nas extremidades. Considerando o período, era “comum o uso de telhas de barro, tipo capa e canal e os beirais seriam arrematados em cachorrada, que poderia ou não ter forramento em madeira” (Santos, 1951, p. 79-126). Não é possível visualizar as aberturas de vãos, mas, a fachada frontal deveria possuir uma portada central em madeira, de acesso principal, emoldurada por requadros em cantaria ou madeira, encimada por dois ou três vãos de esquadrias, na altura do coro, e ainda um óculo central. Na lateral direita, onde estaria o anexo que servia à sacristia é possível que houvesse uma porta de acesso e janelas.

A estrutura seguiria o padrão construtivo da época com fundações em pedra armassada e paredes de pau-a-pique ou tijolos de adobe, caiadas no interior e exterior. O piso interno, inicialmente seria de terra batida e substituído por piso em assoalho de tábuas corridas de madeira. O forro poderia não ser executado inicialmente, sendo realizado posteriormente, assim como o piso em madeira.

Os espaços que compõem a planta das igrejas podem ser classificados em principais e secundários, conforme sua relevância no programa arquitetônico. A nave, espaço destinado

aos fiéis, e a capela-mor, espaço destinado às celebrações religiosas (Alvim, 1999, p.35), configuram-se como os espaços principais das igrejas coloniais. Os espaços secundários, destinados às atividades de apoio ao culto e à organização da instituição, compõem-se da sacristia <sup>123</sup> e do coro sobre a entrada principal.

A representação volumétrica da igreja Matriz de São Manoel feita por H. Burmeister se aproxima muito da de algumas igrejas existentes na região, em cidades que pertenceram à Freguesia do Mártir São Manoel (...). Como exemplo, temos a igreja de Nossa Senhora do Rosário, edificada sob a gestão do vigário José Nicolão Belloti, em 1888, no município de Descoberto/MG, próximo a Rio Pomba/MG.



Figura 24: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vista da fachada frontal e lateral direita. Descoberto/MG. Foto: Elza Vieira - Julho/2023.

Encontramos ainda uma interessante similaridade entre a representação da antiga igreja Matriz de São Manoel com as edificações religiosas Vale do Piranga <sup>124</sup>, composto por cidades que se formaram a partir da Freguesia de Guarapiranga, fundada em 1724, mas antiga que a Freguesia do Mártir São Manoel (...) e “com a qual esteve em conflito de território em vários momentos no decorrer do século XVIII” (Paiva, 2009 p. 18-19). Em particular, vamos encontrar as aproximações com algumas igrejas e capelas do município de Piranga/MG, que

<sup>123</sup> O termo é empregado para designar o espaço da capela-mor próximo à nave, limitado pelo arco cruzeiro e pelo desnivelamento do piso que o separa do trecho do altar principal. Em suas paredes laterais, encontram-se portas de acesso à sacristia.

<sup>124</sup> Sobre o estudo das igrejas do Vale do Piranga, em especial as citadas nos exemplos recomendamos a leitura do *Guia de bens tombados IEPHA/MG* / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – 2. ed. – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/publicacoes/guia-dos-bens-tombados>>. Acesso em: nov. 2023.

foi a sede da antiga Freguesia de Guarapiranga. Entre as edificações religiosas, destacamos a igreja de Santo Antônio <sup>125</sup>, datada de meados do século XVIII, situada no Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga/MG e, em termos de volumetria, temos também a igreja do Santuário do Bom Jesus de Bacalhau <sup>126</sup>, também situada no mesmo distrito.



Figura 25: Igreja de Santo Antônio. Vista da fachada frontal e lateral direita. Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, Piranga/MG. Fonte: <https://www.facebook.com/bomjesusdobacalhau/photos>.



Figura 26: Igreja do Santuário do Bom Jesus de Bacalhau. Vistas da fachada frontal, lateral esquerda. Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, Piranga/MG. Fonte: <https://www.facebook.com/bomjesusdobacalhau/photos>.

<sup>125</sup> Possui tombamento estadual pelo Decreto n.º 29.399 de 21 de abril de 1989, com inscrição no Livro de Tombo n.º I, do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no Livro de Tombo n.º II, do tomo de Belas Artes; no Livro de Tombo n.º III, do tomo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e no Livro de Tombo n.º IV, do tomo das Artes Aplicadas (IEPHA-MG, 2014, p. 35-38).

<sup>126</sup> O Possui tombamento federal pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número do Processo: 1223-T-1987; Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. n.º 114, de 31/10/1996; Livro do Tombo Histórico: Inscr. n.º 542, de 31/10/1996; Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. n.º 607, de 31/10/1996 (IEPHA-MG, 2014, p. 41-42).

Conforme se observou nas figuras anteriores 24, 25 e 26, temos a mesma composição volumétrica entre as edificações: um volume central (nave), mais elevado, ladeado por outros volumes anexos as laterais (corredores, capelas laterais e tribunas). Aos fundos um terceiro volume (capela-mor) anexo ao central, porém mais estreito e baixo em relação a este. A cobertura sobre os volumes também é um fator de comparação onde temos duas águas sobre o volume central e posterior e meia água sobre os volumes laterais.

Considerando que as obras finais de construção da capela de São Manoel, em 1776, foram realizadas pelo “carpinteiro José Caetano Furtado de Mendonça”<sup>127</sup>, natural de Itaverava, cidade próxima à Piranga, encontramos uma possível ligação quanto à influência da tipologia arquitetônica utilizada na Freguesia do Mártir São Manoel (...). Quanto ao interior do templo, na descrição de Hermann Burmeister sobre a igreja Matriz de São Manoel, destacamos os trechos a seguir:

(...) A igreja, como as demais do Brasil, **era composta do coro, com o altar-mor, e dois altares menores nos cantos das naves laterais, na entrada para o coro. O chão era pavimentado com retângulos iguais e cada um deles, de 3 a 6 pés, indicava a abertura de uma tumba (...)** (Burmeister, 1980, p 197-198 – grifo nosso).

Não encontramos na região da Freguesia do Mártir São Manoel (...) edificações religiosas que ainda guardem as características descritas por Burmeister. Mas a partir do interior das edificações citadas podemos ter uma idéia aproximada. A imagem a seguir é do interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Descoberto/MG.



Figura 27: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vista do interior: nave, capela-mor, corredores laterais, tribuna e coro. Descoberto/MG. Fotos e montagem: Elza Vieira - Julho/2023.

<sup>127</sup> Veiga, 1897, p. 61.

Não encontramos até o momento outras informações sobre os construtores. Porém, o registro de seus nomes configura-se em uma importante informação para futuras pesquisas.

Podemos perceber algumas semelhanças em relação à descrição de H. Burmeister como: o coro sobre a entrada principal, a nave e capela-mor, os corredores e tribunas laterais.



Figura 28: igreja de Santo Antônio. Vista do interior: nave, capela-mor, corredores laterais, tribuna e coro.  
Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, Piranga/MG.  
Fonte: <https://www.facebook.com/bomjesusdobacalhau/photos> .

A tipologia arquitetônica entre as edificações religiosas é semelhante: ausência de torres; partido retangular, com planta baixa dividida no pavimento térreo em nave, capela-mor, corredores laterais, sacristia e capela do santíssimo; no nível superior em coro, tribunas abertas sobre os corredores laterais e voltadas para a nave.

Não podemos identificar se havia torre sineira ou campanário externo à edificação. No entanto, podemos considerar ainda que o sino ocupava a área central de um dos vãos no altura do coro ou que poderia estar fixado em um dos vãos de esquadria dos volumes laterais à nave (Alvim, 1999). Esta disposição encontra-se presente nas edificações das cidades de Piranga/MG e Descoberto/MG, citadas acima.

Como último destaque à análise da litogravura, observamos que o centro urbano atual da cidade de Rio Pomba/MG ainda mantém a distribuição urbanística representada por Hermann Burmeister. Desta forma, foi possível comparar a imagem com a posição de determinadas edificações e identificá-las. Por exemplo, a edificação que se encontra no centro, onde parece haver uma praça, corresponde ao mesmo local onde está situada atualmente a igreja Matriz de São Manoel e a edificação na porção mais elevada corresponde à localização da Capela de Nossa Senhora do Rosário, edificada em 1823. Abaixo podemos verificar esta comparação por meio de uma fotografia aérea que foi retirada considerando a mesma posição em que, possivelmente, o naturalista se posicionou para a elaboração da

litogravura. Este ponto encontra-se em meio aos morros da margem esquerda do rio Pomba. Notamos que a composição da paisagem ainda mantém alguns elementos naturais como as curvas do rio, a ponte, a vegetação e o recorte das serras ao fundo.



Figura 29: Comparação entre a litogravura de Hermann Burmeister e uma vista geral atual do centro urbano da cidade de Rio Pomba considerando o mesmo ponto de visada. A igreja Matriz de São Manoel encontra-se ao centro (seta amarela) e a igreja do Rosário no alto (seta vermelha). Fonte da Fotografia: Foto aérea produzida por equipamento eletrônico digital – Droner – Dezembro/2021. Arquivo pessoal da autora.

### 2.2.4 O contrato de arrematação da obra de construção da primeira capela da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato: dúvidas e constatações

Durante a pesquisa documental das fontes primárias, encontramos um importante documento sobre a capela de São Manoel. Trata-se do “Processo de pagamento”<sup>128</sup> da obra de construção da primeira capela da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”, datado de 7 de julho de 1770, onde constam as “condições de arrematação” ou “as condições de execução”<sup>129</sup> dos serviços necessários para a construção do templo religioso. Este documento não foi utilizado no tópico sobre a construção da capela, do capítulo anterior, devido ao fato de haver uma disparidade entre as condições de arrematação especificadas e a edificação que foi construída.

As condições de arrematação e acabamentos presentes no contrato, não conferem com a edificação descrita por Dom Frei José da Santíssima Trindade quando visitou a freguesia em 1823, mas se aproxima da edificação retratada por Hermann Burmeister, em 1853. Ressalta-se, portanto, a necessidade de uma avaliação mais cuidadosa deste documento antes de associá-lo à capela construída entre 1770 – 1776.

Em resumo, o teor do contrato traz dez condições ou instruções sobre a obra de construção da capela de São Manoel, na sede da freguesia<sup>130</sup>. A primeira condição dizia que o arrematante da obra deveria fazer o nivelamento do terreno onde seria construída a capela. Em seguida, solicitava o acréscimo em cinco palmos no pé-direito da edificação, para que sobrasse espaço suficiente para o forro (a segunda condição). A terceira condição exigia que as vigas de sustentação da capela fossem devidamente assentadas e que deveriam ter sessão ou diâmetro de “de palmo e meio com quadro”; ser “inteiriças e sem emendas”, todas feitas,

<sup>128</sup> Casa dos Contos - CC. Ouro Preto, Minas Gerais. Processo de pagamento, de 07 de Julho de 1770; Francisco Ribeiro de Andrade, arrematante da obra da capela-mor da freguesia do Mártir São Manuel dos Índios do Rio da Pomba e Peixes, rolo 502, fotograma 29.

Destacamos que a partir da indicação do documento no estudo de Natália Castro (2010, p 120-121) e em consulta ao Prof. Ângelo Alvez Carrara foi possível localizar o documento de forma assertiva nos arquivos da Casa dos Contos, em Ouro Preto. De acordo com o Prof. Ângelo Alvez Carrara, a documentação do século XIX também faz parte da Coleção Casa dos Contos, mas ainda não foi catalogada e inventariada, o que dificulta a localização de outros documentos importantes.

<sup>129</sup> Sobre o papel dos mestres-construtores na produção da arquitetura nas vilas e cidades coloniais brasileiras, recomendamos a leitura do artigo “*Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, riscos e traças*”, de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/8nw3rCDFPmL4ZkbyQ9LjyPs/?format=pdf&lang=pt>>.

<sup>130</sup> A transcrição do documento em questão foi realizada com a atualização da grafia das palavras sem alterar o emprego destas na construção discursiva. Também foram complementadas algumas informações técnicas pela autora, de forma a oferecer melhor entendimento do assunto tratado. Infelizmente não foi identificado o nome do oficial que riscou e elaborou o texto que sedimentou o contrato para a arrematação da Matriz.



de preferência em madeira da espécie Braúna ou das “melhores madeiras de lei que se acharem”.

De acordo com a quarta condição, para as soleiras das portas deveriam ser utilizados esteios de um palmo de altura, assim como toda a “igreja em roda” (no rodapé das paredes), seria revestida com “tabuões de três dedos de grosso”. Pela quinta condição, o executor da obra deveria fazer todos os “engradamentos” da cobertura e “madeiramentos” da estrutura, com “as madeiras da melhor qualidade que se achar” para a segurança dos tijolos de adobes, bem como para poder pregar “caibros roliços, ripada de palmito”<sup>131</sup>.

A sexta condição orientava a “execução de forro em madeira” em todos os ambientes: capela-mor e sacristia, com roda teto e cimalha pequena. Orientava ainda que o arrematante oferecesse “alguma graça” à capela já que o riso não apresentava. A sétima condição do contrato solicitava que o “arco-cruzeiro” fosse executado com pilar na “ordem toscana”<sup>132</sup>, além de emoldurar todas as portas, janelas, frestas e óculos.

Pela oitava condição orientava a execução de um coro, com altura de dois “pés-direitos oitavados e assoalhados com vigas lavradas” e uma grade de balaústres torneados de madeira, além de uma escada para acesso, a qual partiria da epístola “na melhor acomodação”. Seguindo ainda a orientação, a “torre do sino” deveria ser quadrada “em oito palmos”, para a qual se subia através de “escada de pião” fixada no coro. Foi ordenado também ao arrematante construir “as pirâmides que mostra o risco e os balaústres das janelas da frente”.

A nona condição solicitava que fosse feito o “acampamento da capela-mor, corpo da igreja das melhores madeiras que se acham no País” (execução do piso em tabuado de madeira), como também o presbitério e o altar. Segundo esta condição, o retábulo seria de “tabuado” com os “pilares livre guarnecidos” com cimalkhas e molduras, deixando espaço para o camarim. O arrematante deveria ainda fornecer “toda a telha que for precisa para esta obra,

<sup>131</sup> Nesse período era comum que as paredes externas das edificações fossem executadas em tijolos de adobe (compostos de barro com acréscimos de fibras vegetais ou estrume de boi para melhorar a resistência) e as internas em pau-a-pique ou taipa de pilão (Vasconcellos, 1979, p. 45-51).

<sup>132</sup> Em linhas gerais, há cinco ordens clássicas arquitetônicas: dórica, jônica e coríntia, de caráter grego e ainda, as ordens toscana e compósita, de caráter romano. As diferenciações a cada uma das nomenclaturas são evidenciadas na composição e/ou ornamentação dos capitéis – extremidade superior da coluna, responsável por transferir os esforços do entablamento ao fuste e descarregá-los sobre a base e/ou estilobata. Junto ao capitel, há outros elementos constituintes das ordens clássicas – cornija, friso, frontão, epistilo, fuste, pódio e estilobata. A ordem toscana é considerada uma reinterpretação da ordem dórica, porém, com uma simplificação formal e estrutural presente no fuste liso, sem caneluras e um capitel simples, com frisos em linhas retas (Summerson, 2006, p. 10-11). Embora em algumas representações o pilar tenha seção circular, na utilização em arcos-cruzeiros que separam a nave da capela-mor nas igrejas, o pilar se ergue em seção retangular, emoldurando o vão. Como exemplos têm o arco-cruzeiro da igreja de São Francisco de Paula, em Ouro Preto/MG, ou ainda, o arco-cruzeiro da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Bairro Conceição do Ibitipoca - Lima Duarte/MG.

ferragens, pregos, madeiras e todos os mais materiais”. Determinava a execução da alvenaria e de “quantas paredes de adobe forem precisas”. O revestimento das paredes deveria ser executado com reboco de cal e areia. Finalizando os serviços de acabamento, deveria ser aplicada pintura a base de cal nas paredes e a “colocação de telhado no templo”. Esta condição determinava também a construção de dois púlpitos, cujas entradas se dariam por escadas internas, circundados por “grades de balaústres torneados”, “e os assentará doze palmos distante do arco cruzeiro com sua porta no meio, feita da mesma grade para dividir homens e mulheres”.<sup>133</sup> A décima condição solicitava a execução de quatro pias para água benta: duas “grandes” alocadas na entrada da capela e “as menores” na porta da Sacristia. Previu-se ainda a montagem de uma “pia grande” para o batismo, situada de acordo com a orientação do vigário Manoel de Jesus Maria. A última condição estipulava o prazo para a finalização da obra e o pagamento a ser recebido por Francisco de Andrade após o exame de dois louvadores, “à vista destas condições e risco”<sup>134</sup>.

As condições especificadas no contrato seguem as determinações das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” (1707), em seu Livro Quatro, dos títulos XVI ao XIX<sup>135</sup> que se referem à construção de capela e igrejas. As “Constituições Primeiras” requeriam, por exemplo, no Título XVII – Da Edificação e reparação das igrejas paroquiais, nº 687 que:

(...) as Igrejas se devem funda e edificar, em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de se edificar de novo alguma Igreja Paroquial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de umidade, e desviado, quando for possível, de lugares imundos e, sórdidos, de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as procissões ao redor delas e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer às festas e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior número dos freguezes. E quando se houver de fazer, será com licença nossa; e feita vistoria iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mando, levantar Cruz no aonde houver de estar a Capela maior e demarcará o âmbito da igreja e adro dela (Vide, 1853, p. 252-253).

<sup>133</sup> Conforme determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), em seu “Livro Quatro – Título XXVII – Da reverencia devida as Igrejas e lugares sagrados”, nº 729: “Mandamos que nas Igrejas não estejam os homens entre as mulheres, nem elas entre os homens, mas uns, e outros estejam em assentos separados de modo que fiquem todos com os rostos para o Altar-mor e nem um se poderá pessoa alguma encostar, nem por sobre eles o chapéu, ou outra coisa alguma que não sirva para o uso e ministério do culto Divino; nem estar com as costas viradas para o Altar, em que estiver o Sacrário. Igualmente, os bancos para os homens se assentarem se porão das portas travessas para baixo, de traz das mulheres, por ser assim mais conveniente; o que se entenderá nas Igrejas, em que comodamente puder ser, e deixamos isto ao árbitro de nossos Visitadores” (Vide, 1853, p. 264-265). Ressaltamos que na transcrição do texto original optamos pela atualização da escrita.

<sup>134</sup> Infelizmente o “risco” da edificação que acompanharia o contrato não foi localizado ainda.

<sup>135</sup> Vide, 1853, p. 251 – 255.

O local escolhido para a construção da capela de São Manoel foi um terreno semiplano, próximo às margens do Rio Pomba. Havia um pequeno cais de acesso utilizados pelos indígenas da região (Santiago, 1991). Uma rua estreita seguia da margem do rio até a parte mais alta onde foi erguida a primeira capela da freguesia, um local elevado, amplo, limpo.

Depois de construída, a capela demarcava, assim, um território onde se desenvolveria um pequeno povoado, que com o tempo ganharia reconhecimento por seu desenvolvimento populacional, atingindo autonomia religiosa, política e jurídica (Marx, 1991, p.11-12). E desta forma se formou um largo à esquerda da matriz de São Manoel, composto por uma praça, onde foi instalado o pelourinho, em 1832.

As descrições dos serviços de arrematação, portanto, nos fornecem informações sobre a arquitetura, técnicas construtivas e acabamentos utilizados na época para a construção dos templos religiosos. No caso da capela de São Manoel, o contrato condicionava à execução de uma estrutura de madeira, com vedação das paredes em tijolos de adobe. Não está especificado se as paredes externas receberiam outro tipo de material.

De acordo com Paulo Santos (1951, p. 79-90), nas cidades mineiras entre os séculos XVII e XVIII, as edificações eram erguidas em bases de pedra argamassada ou assentadas a seco. Nas paredes eram “empregados materiais e processos diversos como: pau-a-pique taipa de mão, adobe, tijolos de barro cozido, canga e pedra”. A escolha do tipo a ser utilizada estaria vinculada à sua disponibilidade na região onde a edificação seria construída.

Quanto ao dimensionamento da edificação, a estruturação espacial compunha-se de capela-mor com seu retábulo separada da nave pelo arco cruzeiro e uma sacristia lateral, geralmente situada ao lado do Evangelho <sup>136</sup>.

Embora este documento seja datado de 1770, optou-se por abordá-lo após os relatos de Dom Frei José (1823) e de Hermann Burmeister (1853) de forma a oferecer melhor compreensão sobre as análises e discussões provocadas pelas informações. Conforme dito anteriormente, encontramos similaridades das descrições dos serviços com a edificação representada na litogravura e no relato de viagem de Hermann Burmeister. Desta forma, podemos concluir que a edificação visitada por Dom Frei José, em 1823, passou por reforma ou reconstrução, tendo como base o mesmo contrato.

A dúvida permanece sobre os serviços especificados na quarta, sexta, oitava e nona condições que regiam a estrutura, como paredes executadas em tijolos de adobe e não pau-a-pique; os acabamentos internos, como a execução de forro e piso de madeira em todos os

---

<sup>136</sup> Lado esquerdo, considerando o observador posicionado a frente da edificação.

cômodos da igreja. Ocorre que a edificação descrita por Dom Frei José foi executada em pau-a-pique, não apresentava forro e o piso era em terra batida e não em tabuado de madeira.

Outra possibilidade é que estas seriam, de fato, as condições contratadas, porém, devido ao abandono da obra pelo primeiro arrematante, após receber a “segunda parcela do pagamento” e outros percalços na construção da primeira capela, nem todos os serviços foram executados (Martins, 1974, p. 39). O valor restante do contrato só teria sido suficiente para que o padre Manoel de Jesus Maria conseguisse contratar alguns poucos acabamentos “de carpintaria feitos por José Caetano Furtado de Mendonça”, que assumiu a finalização dos serviços (Veiga, 1897, p. 61).

É provável que a complementação destes serviços possa ter sido executada posteriormente<sup>137</sup>, pelo Padre João Bonifácio Duarte Pinto (1812 – 1840), segundo vigário colado da freguesia, em atendimento ao provimento de Dom Frei José que ordenava:

(...) ao reverendo pároco que vigie escrupulosamente sobre a pronta reedificação desta capela e seu decente provimento de todo o mister, para o que concedemos o prazo de um ano improrrogável, debaixo da pena de interdito, que lhe declarará o mesmo reverendo pároco e nos participará (Trindade, 1998, p. 176).

Com o exposto, podemos concluir que entre 1823 e 1853 (período de 30 anos), a antiga capela visitada por Dom Frei José da Santíssima Trindade e pelo Barão G. H. Langsdorff foi reformada adquirindo a tipologia representada por Hermann Burmeister em sua litogravura.

## **2.2.5 Representação gráfica da antiga matriz de São Manoel na obra de Evangelista da Costa (1884)**

Após a construção da capela-mor nas décadas finais do século XVIII, o templo parece ter sofrido modificações no século XIX, posteriores a visita de Hermann Conrad Burmeister em 1853, adquirindo uma volumetria maior de igreja. Em 1884, a igreja Matriz de São Manoel foi retratada em um quadro pintado pelo artista e retratista Evangelista da Costa<sup>138</sup>. A

<sup>137</sup> Infelizmente, não podemos confirmar tal hipótese devido a não localização de documentos comprobatórios como contratos de pagamentos e recibos emitidos pelo Padre João Bonifácio Duarte Pinto ou por algum arrematante.

<sup>138</sup> Encontramos poucas informações sobre este artista. O pintor e retratista Alfredo Evangelista da Costa foi aluno da Academia Imperial das Belas Artes. Segundo os arquivos da (AIBA) foi premiado, em 1874, com medalha de prata em desenho e outra medalha de prata em paisagem, em 1877. Participou da importante 25ª Exposição Geral de Belas Artes (AIBA) de 1879 (entre 15/3/1879 a 18/5/1879), apresentando um retrato

obra foi encomendada por Anthero Palma <sup>139</sup>, natural da cidade de Rio Pomba/MG e que se mudou com sua família para a cidade de Petrópolis/RJ e depois para Muriaé/MG, onde abriu comércio e se estabeleceu. Infelizmente não foi possível localizar a obra para registrá-la em cores, de maneira que a única referência de que dispomos é a reprodução de uma fotografia do quadro, em preto e branco, presente na obra do memorialista local Sinval Santiago, na 1ª edição, de 1991.

A pintura feita por Evangelista da Costa apresenta uma vista parcial do centro urbano da cidade de Rio Pomba/MG, nas décadas finais do século XIX (1884). À esquerda da tela vemos as curvas do rio Pomba, ao fundo, as montanhas. No centro da imagem, vemos as divisões das quadras, vias de circulação e o casario. Percebemos em destaque ao centro da pintura a igreja Matriz de São Manoel situada na praça central, com sua fachada frontal voltada para o rio.

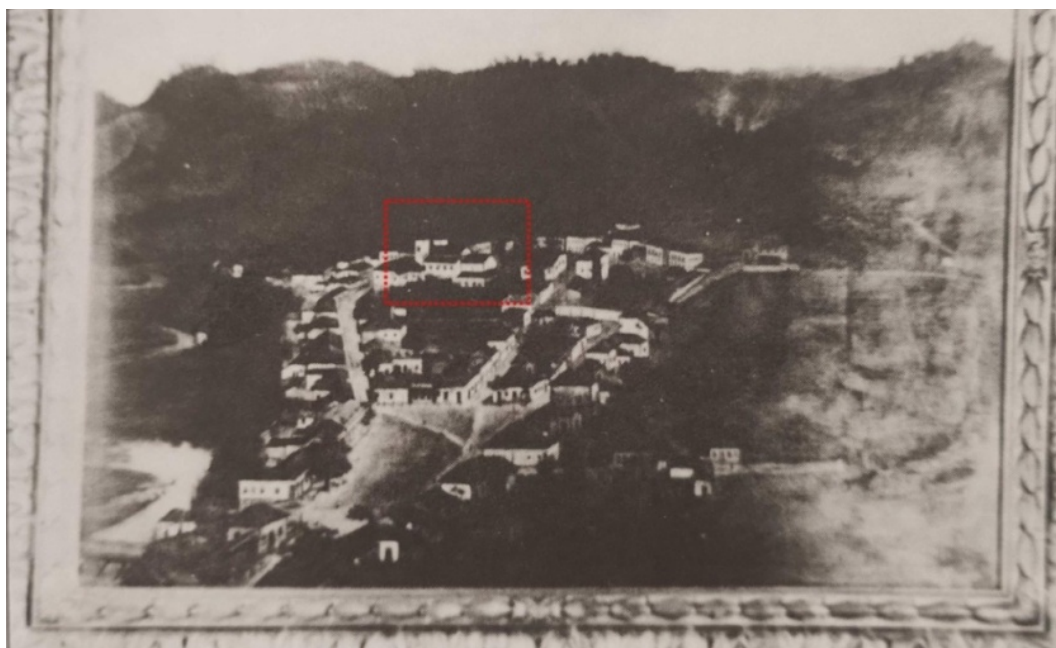


Figura 30: Cidade de Rio Pomba/MG. Em destaque, observa-se a igreja Matriz de São Manoel com duas torres frontais. Pintura a óleo sobre tela. Autor: Evangelista da Costa. Data: 1884. Reprodução fotográfica em preto e branco. Fonte: Santiago, 1991, p.103. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2023.

---

(número 3 no catálogo da mostra). Em 31/03/1877, 31/07/1877 e 31/07/1879, a pedido assinou recibos de pagamento por serviços prestados como modelo vivo por Antônio Correa Martins, Antônio Maria Saraiva e Paulo Macath – documentos igualmente nos arquivos da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Nascido em 1856, filho de João Evangelista da Costa e Maria Luísa Souza da Costa, conforme certidão datada de 28 de fevereiro, nos arquivos da Academia Imperial das Belas Artes, hoje, Escola Nacional de Belas Artes da UFRJ. Esteve em viagem a Minas Gerais. Fez trabalhos em São João del-Rei e esteve em Rio Pomba em 1884, momento em que retratou o centro urbano da cidade, com destaque para a igreja Matriz de São Manoel, a pedido de Anthero Palma, escritor rio-pombense que se mudou com a família para o município de Petrópolis e depois para Muriaé/MG. Fonte: Informações fornecidas em consulta por email aos coordenadores do projeto “Fontes para a História da Arte no Brasil – FHAB”.

<sup>139</sup> Alcançamos esta informação no livro “*História do município de Rio Pomba*” do memorialista Sinval Santiago (1991, p. 503).

Podemos observar também a fachada lateral direita e a fachada posterior da edificação. Nota-se que a edificação apresenta três volumes: nave, capela-mor e sacristia (na lateral direita) e talvez outro volume na lateral esquerda que serviria a capela do santíssimo. Percebe-se ainda a presença de duas torres sineiras de seção quadrada no frontispício.



Figura 31: Recorte central /Volumetria da igreja Matriz de São Manoel com duas torres frontais. Pintura a óleo sobre tela. Autor: Evangelista Costa. Data: 1884. Reprodução fotográfica em preto e branco. Fonte: Santiago, 1991, p.103. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2023.

Abaixo, temos um ângulo semelhante ao da pintura mostrando quase a mesma composição, porém é uma fotografia datada de 1943.

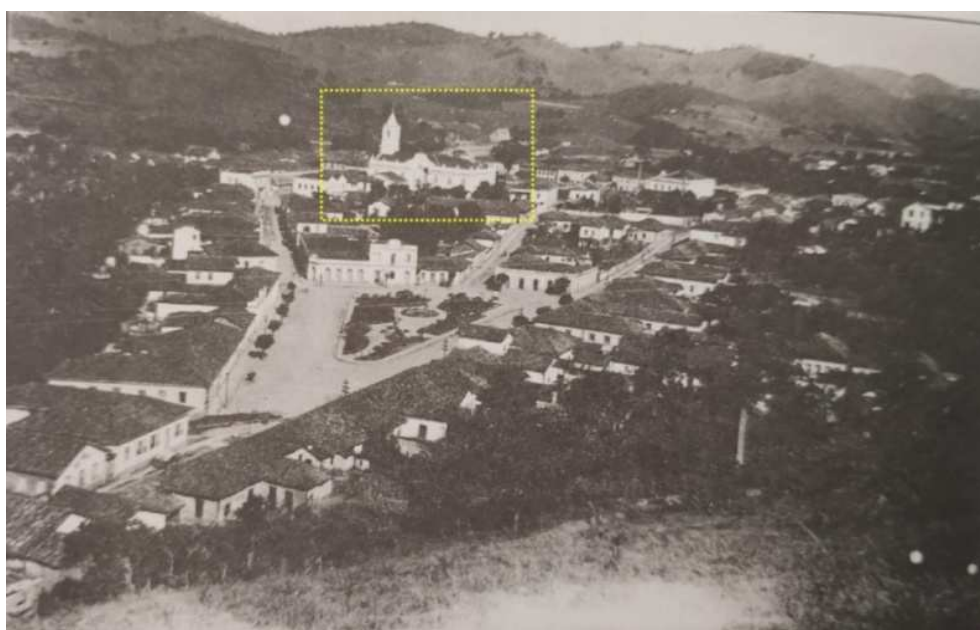


Figura 32: Cidade de Rio Pomba. Vista parcial do centro. Em destaque encontra-se a igreja matriz construída em 1920, com torre central. Fotografia em preto em branco. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG. Autor: S/r. Data: 1943. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2023.

Em algum momento entre 1853 e 1880 a igreja Matriz de São Manoel passou por reformas, sendo acrescentadas duas torres sineiras frontais, como vemos na pintura de Evangelista da Costa. Desta forma, podemos apontar que a responsabilidade pela "restauração" da antiga matriz de São Manoel, conforme recomendou Dom Frei José, ficou a cargo do terceiro vigário colado da freguesia, o Cônego José Ignácio da Silveira<sup>140</sup>, que substituiu o Padre Duarte Pinto entre os anos de 1841 a 1869, ou ainda, de seu sucessor, o Cônego João Batista Ferreira<sup>141</sup>, quarto e último vigário colado, que assumiu entre os anos de 1870 a 1895. Conforme a edificação representada na pintura da Evangelista da Costa, datada de 1884, temos um recorte temporal que corresponde ao paróquiato dos cônegos.

Infelizmente, não conseguimos localizar documentos esclarecedores sobre a data de construção ou reforma da igreja. Pelas características construtivas observadas na pintura, presume-se que sua construção tenha ocorrido na segunda metade do século XIX após a visita de Hermann Burmeister, já que difere da edificação representada por ele em 1853.

Em pesquisa aos arquivos da Paróquia de São Manoel<sup>142</sup>, que estão no acervo do Museu Histórico de Rio Pomba, encontramos uma ficha de avaliação ou inventário composta por quatro páginas. Trata-se de um documento da Arquidiocese de Mariana enviado ao pároco responsável para avaliação do estado de conservação das igrejas e do funcionamento da paróquia, muito semelhante às visitas pastorais que tinham o intuito de promover uma vigilância sobre as ações do clero e também da sociedade (Hoornaert, 1982, p.302). A ficha de avaliação foi preenchida pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz, pároco responsável à

---

<sup>140</sup> O Cônego José Ignácio da Silveira foi apresentado por Carta Imperial de 08 de janeiro de 1841 e colado a 09 de março do mesmo ano. Esteve à frente da Paróquia de São Manoel entre 1841 a 1869 e devidos aos seus empenhos a Vila da Pomba foi elevada a categoria de cidade em 1858. O pároco teve uma trajetória ligada a política. Participou da Revolução Liberal de 1842 e foi eleito como Deputado Provincial em várias legislaturas. Faleceu em Ouro Preto durante os trabalhos legislativos em 1869, tendo paroquiado em Rio Pomba durante 28 anos. Sobre a participação da Vila do Pomba na Revolução Liberal de 1842 ver em: MARINHO, José Antônio. *História da Revolução Liberal de 1842*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015, p. 199-203.

<sup>141</sup> O Cônego João Batista Ferreira (? – 1895) foi 4º vigário (último colado) da freguesia, apresentado por Carta Imperial de 21 de setembro de 1870, e colado aos 22 de novembro do mesmo ano. Esteve à frente do paróquiato da Freguesia de São Manoel entre 1870 a 1895. Teve uma trajetória modesta na Paróquia de São Manoel. Faleceu em Rio Pomba, em 03 de junho de 1895, pobre e humilde como sempre viveu (Santiago, 1991, p. 403).

<sup>142</sup> Buscamos informações sobre as reformas na matriz durante o século XIX nos arquivos da Arquidiocese de Mariana e na Casa dos Contos, mas infelizmente não localizamos os documentos. Considera-se importante relatar que os arquivos da Paróquia de São Manoel produzidos até o início do século XX foram doados ao acervo do Museu Histórico de Rio Pomba. Trata-se de uma documentação muito fragilizada e em péssimo estado de conservação devido à ação do tempo, das intempéries e falta de acondicionamento adequado. Parte da documentação que foi possível identificar refere-se aos paramentos, livros de batismo e casamentos. Porém, encontramos também algumas páginas avulsas referentes, por exemplo, ao Livro de Receitas e Despesas onde localizamos informações sobre a igreja matriz em 1910.

época. Entre os tópicos da ficha <sup>143</sup>, destacamos o primeiro que avalia a “Egreja Matriz” onde encontramos informações quanto as suas dimensões, materiais de construção, decência, acervo de bens móveis e integrados, se há algum patrimônio financeiro e quanto rende a igreja.

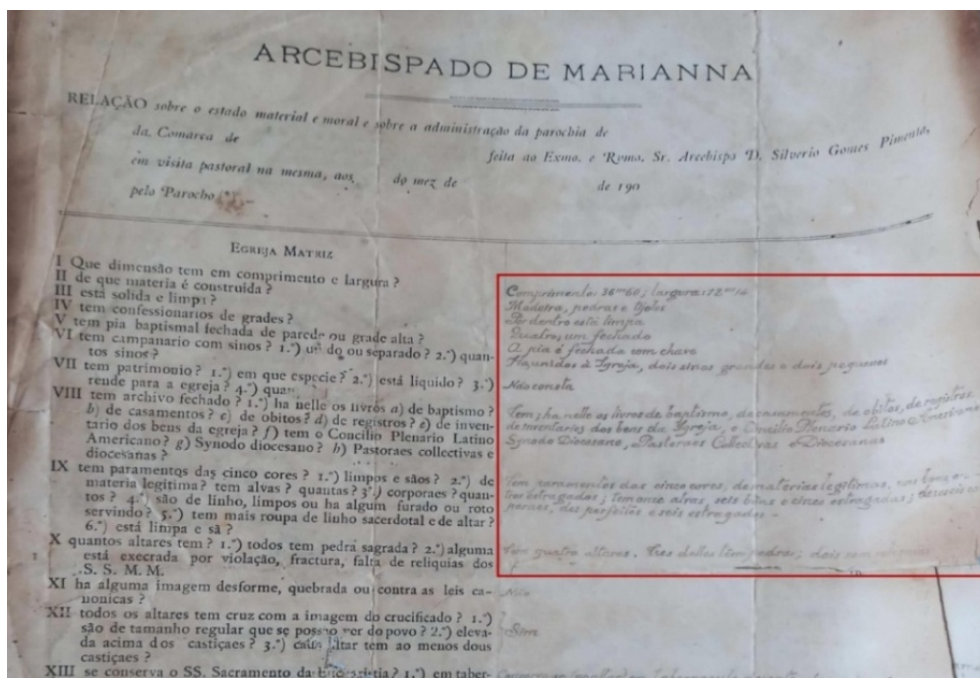


Figura 33: Recorte da ficha de avaliação da igreja Matriz de São Manoel preenchida pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz. Fonte: APSM. Livro de receitas e despesa da igreja São Manoel. Circular D. Helvécio, 1910, p. 1. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Outubro/2023.

Segundo Padre Calixto Gonçalves da Cruz, a igreja Matriz de São Manoel foi construída em “estrutura de madeira, pedras e tijolos, medindo 36,60 m comprimento x 12,40 m largura”. Possuía “sinos unidos às laterais, dois sinos grandes e dois pequenos”. No interior, havia “quatro altares, três possuíam pedras e dois sem relíquias”.

Aqui, a edificação descrita pelo Pe. Calixto é diferente daquela representada na litogravura de Hermann Burmeister, em 1853, se aproximando mais da imagem pintada por Evangelista da Costa, em 1884. Temos ainda a menção a quatro retábulos: retábulo-mor; colaterais e um quarto que provavelmente ocuparia a capela do santíssimo. Destes bens integrados, apenas o retábulo-mor <sup>144</sup> é que podemos analisar, pois foi o único preservado e

<sup>143</sup> Arquivo da Paróquia de São Manoel – APSM. Fundo Eclesiástico. Livro de receitas e despesa da igreja São Manoel. Circular D. Helvécio. Relação sobre o estado material e moral e sobre a administração da paróquia. Data: 19 de outubro de 1910. Local: Rio Pomba/MG. Acervo documental do Museu Histórico de Rio Pomba. Pesquisa realizada em 28/06/2023.

<sup>144</sup> Trataremos em detalhes do retábulo-mor em tópico específico, mais adiante no texto.



transferido para o novo templo construído entre 1914 e 1918. Não encontramos documentação ou quaisquer outras referências a localização ou destinação dos demais retábulos.

Quanto à tipologia arquitetônica da igreja Matriz de São Manoel nesse período, podemos comparar a descrição do Padre Calixto Gonçalves da Cruz e a pintura de Evangelista da Costa com outras matrizes edificadas no mesmo período. Entre as edificações que correspondem a tal tipo, temos as matrizes das cidades de Senador Firmino, Aracitaba, Rio Novo, Visconde do Rio Branco, Dolores do Turvo, Viçosa e São João Nepomuceno <sup>145</sup>.

A igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Senador Firmino <sup>146</sup> (antigo arraial de Nossa Senhora da Conceição do Turvo) data do período entre 1860 a 1870, substituindo a antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição do Turvo construída em 1753 que se encontrava degradada. A matriz apresenta partido arquitetônico retangular. No interior, a planta baixa compõe-se de nave, capela-mor, corredores laterais, sacristia e o consistório. Sobre a entrada principal encontra-se o coro e dispostos nas laterais da nave encontram-se dois púlpitos, fixados sobre estrutura própria, com escadas laterais e guarda-corpo em madeira. O frontispício é composto por três portas de acesso no térreo, superpostas por igual número de janelas ao nível do coro, todas com vergas em arco. Sobre a porta central, encontra-se a data de “1879”, referente a reformas. O frontão é triangular, arrematado por uma linha de cornija que se liga com as torres coroadas com cúpulas de forma piramidal, coberta em telhas cerâmicas.

A capela apresenta altar-mor ladeado por altares laterais, numa disposição diferente do que normalmente encontramos em outras cidades, onde os altares laterais estão posicionados na nave. Em 1890 a Matriz já estava edificada, mas faltavam acabamentos e serviços finais como: douramento dos altares, pintura, lustres, adro com profetas, instalação de relógio e do gasômetro. Esses serviços finais foram concluídos em 1905. Da antiga capela sobraram apenas as imagens de N. Sra. da Conceição, N. Sra. do Rosário, São Miguel, São Sebastião e São Antônio.

---

<sup>145</sup> Estas cidades também estão relacionadas na Tabela 1 e foram edificadas entre 1810 a 1870. Algumas foram demolidas e outras ainda permanecem preservando grande parte de suas características originais.

<sup>146</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Senador Firmino – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Senador Firmino. Ano 2006 – Ex. 2008.

Em 27 de novembro de 2019, o Santuário foi Registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Município, na Categoria "Lugares", através do Decreto nº 51/2019. Em 19 de dezembro de 2020, o Arcebispo Metropolitano de Mariana, Dom Airton José dos Santos, fez a instalação canônica do Santuário Arquidiocesano de Nossa Senhora da Conceição, reconhecendo e conferindo oficialmente o título de Santuário ao templo construído pelo Cônego Jacinto Teófilo Trombert (IPAC, 2006).



Figura 34: Igreja Matriz de NªSª da Conceição. Vista da fachada frontal, nave e capela-mor. Senador Firmino/MG. Fotos/Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.

Outra edificação que nos permite inferir a mesma tipologia arquitetônica com o uso de duas torres é a igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim <sup>147</sup>, na cidade de Aracitaba/MG <sup>148</sup>, construída em 1868, em substituição a antiga capela. Esta igreja matriz apresenta partido arquitetônico retangular. No interior, a planta baixa compõe-se de nave, capela-mor, corredores laterais, sacristia e o consistório. Sobre a entrada principal encontra-se o coro e dispostos nas laterais da nave encontram-se dois púlpitos, fixados nas laterais das tribunas. O frontispício possui apenas uma porta central de acesso no térreo, superpostas por três esquadrias ao nível do coro, com todas as vergas em arco. O frontão triangular é arrematado por uma linha de cornija que se liga com as torres coroadas com cúpulas de forma piramidal, coberta em placas cimentícias. No interior do frontão encontra-se um relógio. A fachada

<sup>147</sup> Tombada como patrimônio cultural do município de Aracitaba pelo Decreto n° 08/2005.

<sup>148</sup> O antigo arraial de Nosso Senhor do Bonfim foi criado pela Lei Provincial n.º 1.534, de 20 de setembro de 1868. Foi distrito de Rio Pomba até 1911, quando passa a pertencer ao território de Palmira (atual cidade de Santos Dumont). Foi elevado à categoria de município com a denominação de “Aracitaba” (em Tupi-Guarany: Araci = lua e taba = moradia: Morada da lua), pela Lei Estadual n° 2764/1962, desmembrado de Santos Dumont/MG.

frontal apresenta linhas rígidas, com frisos horizontais e a marcação ressaltada dos cunhais. A cobertura principal é composta por duas águas, utilizando telhas cerâmicas <sup>149</sup>.



Figura 35: Igreja Matriz de NS do Bonfim. Vista da fachada frontal, nave e capela-mor. Aracita/MG. Fotos/Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.

Temos ainda as matrizes de Rio Novo e Visconde do Rio Branco (antigo arraial de São João Batista do Presídio), Dolores do Turvo (antigo arraial de Nossa Senhora das Dolores do Turvo) e Viçosa (antigo arraial de Santa Rita do Turvo), já demolidas, mas que estão registradas por meio de documentos e fotos.

A antiga igreja Matriz de Visconde do Rio Branco foi erguida nas primeiras décadas do século XIX, com partido arquitetônico retangular, duas torres frontais com cobertura piramidal de telhas de barro separando o frontão triangular da fachada principal. Semelhante à matriz de Aracitaba, possuía apenas uma porta de acesso principal, encimada por quatro esquadrias na altura do coro. O templo foi demolido por volta de 1907, quando a atual edificação eclética, com linhas de inspiração “neogótica” foi construída.

<sup>149</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Aracitaba – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Nosso Senhor Bonfim. Ano 2003 – Ex. 2005.

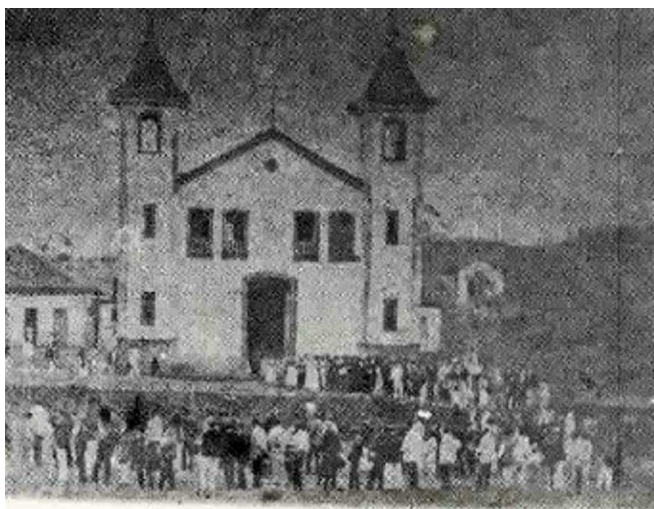


Figura 36: Antiga igreja Matriz de São João Batista (Século XIX). Visconde do Rio Branco/MG. Data 1902. Autor: S/r.  
Fonte: <https://www.facebook.com/vrbmgbrasil>.



Figura 37: Atual igreja Matriz de São João Batista (1907). Eclética – neo-gótica de torre central. Visconde do Rio Branco/MG.  
Foto: Elza Vieira – Julho/2023.



Figura 38: Atual igreja Matriz de São João Batista. Construída por volta de 1907, eclética – neogótica de torre central. Vista do interior: nave a altar. Visconde do Rio Branco/MG. Foto: Elza Vieira – Julho/2023.

Em Dores do Turvo, temos a igreja de Nossa Senhora das Dores <sup>150</sup>. A antiga matriz colonial, construída em 1810, foi demolida entre os anos de 1940 e 1942. Uma nova edificação foi erguida no mesmo local da anterior a partir de 1942. Projetada pelo arquiteto italiano Rafael Juliano, a edificação eclética apresenta externamente linhas de inspiração da arquitetura românica italiana e, no interior, a ornamentação se aproxima do neogótico. Ambas as inspirações fazem alusão aos períodos vigente entre os séculos XI e XIII durante a Idade

<sup>150</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Dores do Turvo – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja de Nossa Senhora das Dores. Ano 2010 – Ex. 2012.

Média. Possui duas torres que se erguem, escoradas em contrafortes, em 04 blocos justapostos sendo que o quarto tem os cantos chanfrados e é encimado por cobertura cônica que termina em cruz de metal. Tem apenas uma entrada central ladeada por dois nichos onde se encontram as estátuas de São Pedro e São Paulo. No centro da fachada principal fica localizado o frontão triangular cujas empenas terminam em semi-arco, encimado por uma imagem de Nossa Senhora das Dores. Na parte central do frontão existe um relógio de ponteiro em algarismos romanos. As aberturas dessa fachada têm vergas em arco semi-circular e enquadramentos em massa pintados de branco. Alguns ornamentos também podem ser observados, pintados na cor branca.



Figura 39: Antiga igreja Matriz de N<sup>a</sup>.S<sup>a</sup>. das Dores (1810, Colonial/duas torres). Vista da fachada frontal e lateral esquerda. Dores do Turvo/MG. Data 1940. Autor: S/r. Fonte: Museu Virtual de Dores do Turvo-MG <sup>151</sup>.



Figura 40: Atual igreja Matriz de N<sup>a</sup>.S<sup>a</sup>. das Dores, construída em 1942, eclética – neorromânica, com duas torres. Dores do Turvo/MG. Foto: Elza Vieira - Junho/2018.

A cobertura principal do templo é composta por duas águas, utilizando telhas cerâmicas que estão cobertas por platibandas. Sua planta, de partido retangular, é organizada em átrio fechado da largura da nave com aberturas sob a forma de arcada, onde se localiza uma porta de madeira e vitral, tipo pára-vento, que a separa da nave. Do seu lado esquerdo se encontra o batistério e do lado direito um nicho com as imagens de Jesus, Maria, Maria Madalena, São Dimas e São João Evangelista. Sobre o átrio há outro pavimento onde se localiza o coro, cujo acesso se dá através de uma escada interna de madeira. No coro localiza-se um órgão tubular, de origem italiana, importado de Turim. Desenvolve-se em nave

<sup>151</sup> COSTA, Antônio Coelho. Museu Virtual de Dores do Turvo – MG. Discussão. Antiga igreja Matriz de Nossa das Dores de Dores do Turvo. Dores do Turvo, 1 de abril de 2013. Facebook: <<https://www.facebook.com/groups/doesdoturvo/>>. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=294746637323579&set=pcb.441981865890897>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

principal, ladeada por duas naves laterais. A capela-mor em nível mais alto em relação à nave, e separada desta por arco cruzeiro. Os acessos à capela do santíssimo e à Sacristia se dão entre o arco cruzeiro e o balaustre do altar-mor. Ao fundo a planta se desenvolve a partir de um decaedro dividido ao meio, onde se encontra um conjunto de salas. A igreja possui um altar-mor de mármore e dois altares laterais, que se encontram ao lado do arco cruzeiro.



Figura 41: Atual igreja Matriz de N.ª.S.ª. das Dores, construída em 1942, eclética – neorromânica, com duas torres. Vista do interior: capela-mor. Dores do Turvo/MG. Foto: Elza Vieira - Junho/2018.

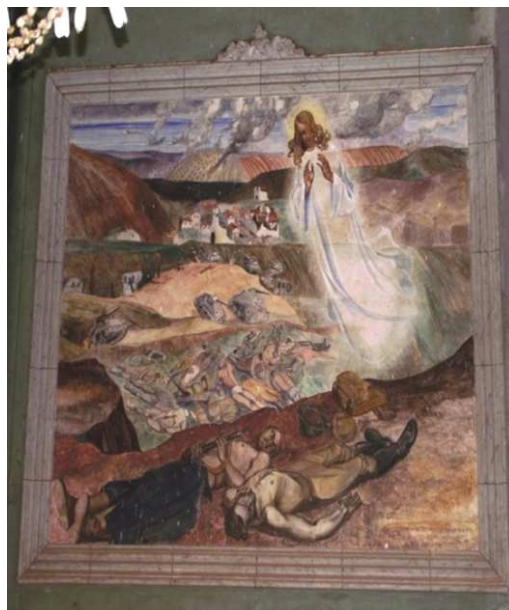


Figura 42: Detalhe da pintura de Edson Motta existente no interior da igreja Matriz de N.ª.S.ª das Dores. Pintura parietal à óleo, datada de 1943. Dores do Turvo/MG. Foto: Elza Vieira - Junho/2018.

Ressaltam-se as suas dimensões monumentais na área urbana central da cidade de Dores do Turvo, que possui cerca de 4.987 habitantes. Em seu interior, destaca-se também os painéis de pinturas artísticas feitas por Edson Motta, datadas de 1943. Entre as pinturas acadêmicas clássicas de passagens bíblicas, encontram-se outras de inspiração modernista.

A antiga igreja Matriz de Rio Pomba poderia ter adotado também a mesma tipologia arquitetônica da antiga matriz de Rio Novo que foi construída em 1850, substituindo a capela anterior. Seguiu a mesma forma das matrizes anteriores, com partido arquitetônico retangular, planta baixa composta de nártex, nave, capela-mor, corredores laterais, sacristia, capela do santíssimo, coro, tribuna, consistórios. Embora estivesse em bom estado de conservação, a edificação foi demolida, em 1970, e substituída por outra, inspirada pela arquitetura modernista da época, completamente destoante do conjunto ao seu redor, composto por exemplares coloniais e ecléticos.



Figura 43: Igreja Matriz de NªSª da Conceição (Colonial/Império/duas torres). Vista externa (fachadas) e interna (nave e capela-mor). Rio Novo/MG. Data: Década de 1950 – século XX. Fonte: Portal da Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais<sup>152</sup>. Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.



Figura 44: Igreja Matriz de NªSª da Conceição (moderna/uma torre). Vista da fachada frontal da edificação atual que segue as linhas do Modernismo das décadas de 60 e 70 do século XX. No interior, o altar é dedicado a Jesus Cristo. NªSª da Conceição se tornou uma devoção secundária. Rio Novo/MG. Fotos/Montagem: Elza Vieira - Junho/2023.

A antiga igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, situada na cidade de Viçosa (antigo Arraial de Santa Rita do Turvo) também é outro exemplar de duas torres que se assemelha a representação do quadro de Evangelista da Costa. Foi construída em 1851 e demolida em 1955, dando lugar a um templo nos moldes ecléticos, com inspiração neogótica.

<sup>152</sup> Fonte: Portal da Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais. Cidades – Rio Novo. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Disponível em: <<https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/rio-novo/arquitetura/igreja-matriz-nossa-senhora-da-conceicao-3>>. Acesso em: 10 nov. 2023.



Figura 45: Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia (Colonial/Império/duas torres). Vista da fachada frontal e do interior – capela-mor. Viçosa/MG. Data: Maio/1955. Autor: s/r. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH-UFV)<sup>153</sup>. Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.



Figura 46: Atual igreja Matriz de Santa Rita de Cássia. Construída entre 1955 - 1960, eclética – de torre central. Viçosa/MG. Fotos: Elza Vieira - Agosto/2023.

Por fim, temos a igreja Matriz de São João Nepomuceno, da cidade homônima (antigo Arraial de São João Nepomuceno do Rio Novo de Baixo). Em 1811 a antiga capela de São João Nepomuceno era filial da Paróquia de São Manoel do Pomba. Foi demolida em 1815 e substituída por outra edificação de duas torres em 1840. Posteriormente a igreja matriz com duas torres foi reformada por volta de 1905, dando lugar a outro templo nos moldes ecléticos, com a remoção das duas torres e construção de uma torre central. Em seu interior, o retábulo-

<sup>153</sup> Fonte: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Coleção JMB - Coleção de Fotografias José Marcondes Borges. Matriz Velha. Disponível em: <<http://atom.ufv.br/index.php/jmb-343>>. Acesso em: 10 nov. 2023.



mor da edificação anterior foi reaproveitado. Trata-se de um exemplar rococó simplificado, muito semelhante ao da igreja Matriz de São Manoel <sup>154</sup>.



Figura 47: Antiga igreja Matriz de São João Nepomuceno construída em 1840. Vista da fachada frontal e lateral esquerda. São João Nepomuceno/MG. Data: 1905. Autor: s/r. Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno <sup>155</sup>.



Figura 48: igreja Matriz de São João Nepomuceno. Vista da fachada frontal e do interior – nave e capela-mor. São João Nepomuceno/MG. Fotos: Elza Vieira - Agosto/2023.

Em linhas gerais, todas as edificações religiosas citadas possuíam a mesma volumetria e composição arquitetônica com duas torres no frontispício, frontão triangular com relógio ou óculo central. Partido arquitetônico retangular, com planta baixa composta por nártex, nave, capela-mor, corredores ou capelas laterais, coro, tribuna ou púlpito. Na porção posterior dos templos situavam-se as capelas do santíssimo e a sacristia. Essas informações nos auxiliam na

<sup>154</sup> Trataremos em detalhes o retábulo no tópico específico deste capítulo, adiante no texto.

<sup>155</sup> Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno – Institucional. História do município - Histórico de São João Nepomuceno. Publicado em 23/04/2009. Disponível em: <<https://www.sjnepomuceno.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6495>>. Acesso em: ago. 2023.

compreensão de quais eram as características arquitetônicas praticadas na região entre as décadas finais do século XVIII até o final do século XIX.

### **2.3 A talha retabular da Freguesia do Mártir São Manoel: reflexões sobre o contexto tipológico das produções ao longo do século XIX**

No espaço litúrgico um dos elementos arquitetônicos e também artísticos que mais se destaca é o retábulo-mor. Posicionado na extremidade oposta à porta de entrada do templo é nele que o fiel deposita seu olhar ao adentrar a igreja. De acordo com Alfonso Rodríguez Ceballo (2002, p.13) as origens do retábulo remontam tradições artísticas da Idade Média, nos séculos XII-XIII, com o costume litúrgico de colocar relíquias de santos sobre os altares de pequenos nichos portáteis ou oratórios, destinados à devoção particular. Com o tempo, esses oratórios foram inseridos no espaço litúrgico dos templos e alcançaram dimensões maiores e mais estruturadas arquitetonicamente.

O vocábulo “retábulo” tem origem no latim, “*retro*” (o que está atrás) e “*tabulum*”, que se refere ao altar que originalmente era uma mesa de madeira (Aldazábal, 1994, p.339). No “*Guia de identificação de arte sacra (2012)*” do IPHAN, encontramos o significado deste bem integrado <sup>156</sup> como uma “estrutura ornamental, em pedra ou talha de madeira, que se eleva na parte posterior do altar. Às vezes é chamado também de altar-mor” (Ávila, 1996, p. 171). Na iconografia religiosa o altar é a mesa em que é oferecido o “Sacrifício Eucarístico de Cristo”, onde se “faz presente o sacrifício da cruz sob os signos sacramentais é também a mesa do Senhor” (Instrução Geral do Missal Romano, nº. 296) <sup>157</sup>. Dentro do templo católico, o altar, portanto, não é apenas uma mesa, ele é a materialização do divino, do corpo de Jesus Cristo, naquele templo. É o “centro da celebração para onde todos os fieis se voltam” (Aldazábal, 1994, p.22).

A tipologia e morfologia dos retábulo produzidos em no Brasil foi alvo de estudo de vários pesquisadores nacionais e internacionais. Temos como referência os estudos de Lúcio Costa (1941), Paulo Santos (1951), Robert Smith (1962) e German Basin (1983). Iniciando por Lúcio Costa, cada pesquisador apresentou suas contribuições, mas de forma geral, no que

<sup>156</sup> Os bens integrados são caracterizados por elementos que fazem parte da arquitetura de um conjunto e estão colocados de forma tal que não se dissociam da parede ou do frontal onde estão sem abrir lacuna ou criar dano ao todo. São elementos ornamentais fixados a edificação como portas, janelas, vitrais, etc. As pinturas parietais e murais também são consideradas bens integrados (Fabrino, 2012, p.6).

<sup>157</sup> Secretaria Nacional de Liturgia. Instrução Geral do Missal Romano, Capítulo V – Disposição e adorno das Igrejas para a celebração da Eucaristia. O altar e o seu adorno, nº. 296, 2002, p. 84. Disponível em: <[https://www.liturgia.pt/edrel/pdf/IGMR\\_Sinopse.pdf](https://www.liturgia.pt/edrel/pdf/IGMR_Sinopse.pdf)>.

se refere à talha e composição dos retábulos, temos quatro períodos essenciais, correspondendo a cada um deles um “estilo” determinado como:

- Classicismo/Maneirista (Fig. 49) - produções entre o século XVI e a 1ª metade do século XVII. Exemplos: Retábulo colateral da antiga igreja do Colégio do Rio de Janeiro/RJ e o altar-mor da igreja dos Reis Magos, no Espírito Santo/ES;
- Romanicista/Estilo Nacional Português (Fig. 50) – produções entre a 2ª metade do século XVII e início do século XVIII. Exemplos: Retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora do Ó, Sabará/MG ou do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro/RJ;
- Goticismo/Joanino (Fig. 51) – produções da 1ª metade do século XVIII. Exemplos: Retábulo-mor da igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Sergipe/SE ou o retábulo-mor da igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto/MG;
- Renascentismo Barroco/Rococó (Fig. 52) – produções da 2ª metade do século XVIII e início do século XIX, abrangendo o rococó e os de transição ao neoclássico. Exemplos: Retábulo-mor da igreja de Santa Rita, no Rio de Janeiro/RJ ou o retábulo da capela-mor da igreja de São Francisco em São João del-Rei/MG.

Nas figuras abaixo, temos a representação esquemática dos quatro tipos apontados e ilustrados por Lúcio Costa em seu artigo “*A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*” para a Revista do SPHAN, em 1941 (Costa, 1941, p. 09 – 103).



Figura 49: Classicismo. Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.



Figura 50: Romanicismo. Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.

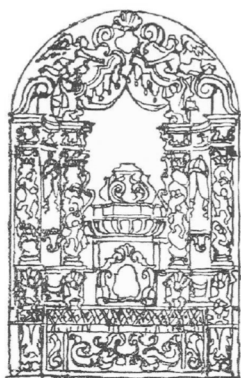


Figura 51: Goticismo. Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.



Figura 52: Renascentismo. Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.

Na década de 90 do século XX, estes estudos foram complementados pelas pesquisadoras Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (1997), com foco na talha produzida em Minas Gerais, e Sandra Alvim (1999), que se deteve as produções do Rio de Janeiro. A partir destas pesquisas podemos perceber que ao longo dos séculos vários exemplares e diversos tipos de retábulos foram criados. No entanto, neste estudo vamos nos dedicar as produções retabulares surgidas durante o século XIX em Minas Gerais, que resultaram das variações do modelo “Renascentismo” proposto por Lúcio Costa. Nosso foco é o retábulo da igreja Matriz de São Manoel, da cidade de Rio Pomba/MG. Porém, antes de analisá-lo em detalhes precisamos entender o contexto em que se insere.

Conforme apontado por Fonseca (2022, p. 208-212), a historiadora da arte Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira definiu em seu estudo sobre “*O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*” (2003), quatro tipologias de retábulos desenvolvidos em Minas Gerais ao longo do século XIX.

O “primeiro modelo” de retábulo seria dos que apresentam em sua composição um perfil sinuoso no arremate do coroamento, em forma de arbaleta, completado por sanefa e cujas volutas laterais parecem impulsionadas a frente por flamejantes rocalhas. Trata-se do “modelo” utilizado pelo entalhador de origem portuguesa, Francisco Vieira Servas, em suas obras documentadas (Oliveira, 2003, p. 253). Um exemplo deste tipo pode ser visto na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Mariana, cuja talha é de autoria de Vieira Servas.

O “segundo modelo” apresenta no coroamento curvas e contracurvas em oposição, tendo ao centro um espaço ocupado por tarja ornamental (Oliveira, 2003, p. 257), como os retábulos de autoria do entalhador Luiz Pinheiro. Como exemplo, temos o retábulo-mor da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Mariana/MG.

O “terceiro modelo” é composto pelos retábulos executados pela oficina de Antônio Francisco Lisboa. Possuem como característica principal a “limpeza do arco do coroamento”, sem as arbaletas e frontões pronunciados a frente do primeiro modelo, porém, “ornamentado por composições de grupos de imagens” (Oliveira, 2003, p. 259), como o retábulo-mor da igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto/MG.

O “quarto modelo” seria de composição mais simples, com o "arco do coroamento apresentando como única decoração uma tarja central com as armas, do santo padroeiro" (Oliveira, 2003, p. 262), conforme o retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana/MG.

Myriam A. R. de Oliveira (2003) destaca ainda que esses “quatro modelos não esgotam a variedade da talha” produzida em Minas Gerais ao longo do século XIX até o início do século XX e que “tipos diferentes de composições arquitetônicas e de ornamentação” destes bens integrados surgiram “conforme habilidade técnica do entalhador e preferências estéticas daqueles que encomendavam”. Na classificação proposta pelos estudos de Myriam A. R. de Oliveira (2003), o retábulo-mor da igreja Matriz de São Manoel, de Rio Pomba/MG pode ser enquadrado como uma variação simplificada do “quarto modelo”, produzido na segunda metade do século XIX.

Devido às alterações pelas quais o bem integrado passou ao longo dos séculos seria necessário um estudo mais aprofundado considerando apenas este elemento como objeto de pesquisa. Conforme destaca Hansen (2019), a confecção dos elementos artísticos que ornamentam o interior das igrejas católicas é um “processo de longa duração de transmissão de técnicas e modelos e de apropriações contínuas e descontínuas que lhes deram novos usos em situações diversas”. Não é tarefa simples classificar a produção da região da Zona da Mata Mineira como “esse” ou “aquele tipo”. É preciso considerar as variáveis do universo tanto daqueles que encomendaram, quanto dos que produziam essas obras como os “costumes artísticos, as maneiras de conceber e produzir as artes e seus vários estilos, por vezes como um contínuo de retomadas retrospectivas, por vezes como retomadas descontínuas” (Hansen, 2019, p. 27). A aproximação dessas obras com os tipos já estudados por pesquisadores importantes da área nos ajuda a entender parte dessas variáveis e como podemos interpretar essas produções.

Paulo Krüger (1986, p. 24), complementa ainda que os retábulos “construídos no século XIX não devem pertencer a nenhum dos tipos da classificação” propostos pelos historiadores da arte, desde Lúcio Costa (1941) até German Basin (1983). Muitas vezes ocorria de um bem integrado “encomendado para um determinado templo, ser reaproveitado

em outro. E por vezes, as datas entre o templo e o retábulo não correspondem ocasionando inúmeras dúvidas”. Além disso, algumas vezes um retábulo era composto reaproveitando partes de outros retábulos removidos de edificações de outras regiões e executados em períodos distintos por outros entalhadores, com materiais e acabamentos diferentes. Todos esses fatores tornam quase impossível classificá-los sem o devido levantamento de fontes primárias e um estudo detalhado. No entanto, a identificação de uma data aproximada da fatura do retábulo da igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba/MG nos auxilia por onde começar a investigar. Por isso, apresentamos os estudos da historiadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (2003) que nos serviu de ponto de partida para começar a entender como se deu a fatura desse e de outros bens integrados na região da antiga freguesia em estudo.

### 2.3.1 O retábulo-mor remanescente da igreja Matriz de São Manoel

O retábulo-mor presente na atual igreja Matriz de São Manoel foi considerado por muito tempo pertencente à primeira capela da freguesia construída nas décadas finais do século XVIII<sup>158</sup>. Após os estudos realizados e apresentados no tópico anterior deste capítulo foi possível averiguar, apesar da falta de documentos comprobatórios - como os recibos de pagamento ou encomenda da obra -, que se trata de um elemento confeccionado, possivelmente, a partir da segunda metade do século XIX.

Esta constatação tem como embasamento o relato de visita realizada por Dom Frei José da Santíssima Trindade, em 1823. Em suas palavras, naquele período, a capela tinha apenas o “altar-mor com retábulo de tábua (...)” e que “(...) o altar-mor não tem alinhamento algum.” Porém, o bem integrado transposto para a matriz atual, possui todos os elementos constitutivos para ser considerado “alinhado”. Desta forma, podemos concluir que este retábulo teria sido confeccionado em data posterior à visita de Dom Frei José.

Devido à ausência de documentos (inexistentes; perdidos ao longo do tempo ou ainda não localizados e identificados), não podemos afirmar com exatidão a datação da fatura e a autoria, mas podemos supor que pode ter sido produzido entre os anos de 1823 – 1853<sup>159</sup>.

Quanto a descrição do retábulo da igreja Matriz de São Manoel, arquitetonicamente trata-se de um retábulo linear, com divisão em três níveis: o embasamento constituído por

<sup>158</sup> Conforme consta no Dossiê de Tombamento Municipal de igreja Matriz de São Manoel (2010, p. 25-26).

<sup>159</sup> No relato de Hermann Burmeister sobre sua visita a Vila do Pomba em 1855 é mencionado que a matriz possuía “altar-mor, e dois altares menores nos cantos das naves laterais, na entrada para o coro” ((Burmeister, 1980, p 197). Desta forma, podemos considerar a possibilidade de ser tratar do retábulo-mor em questão.

sotabanco e banco ou predela; o nível intermediário de corpo único com um nicho devocional central e o coroamento arrematado por arco côncavo, de volta plena e tarja central.

Possivelmente confeccionado na segunda metade do século XIX, caracteriza-se como um exemplar simplificado derivado do rococó. Apresenta delicados ornatos, denominados “*rocailles*”(rocalhas)<sup>160</sup>, com desenhos assimétricos, formados por conchas estilizadas associadas a laços, flores, folhagens e que se distribui nos três níveis, recebendo acabamento em tinta dourada sobre um fundo claro, intercalando os espaços entre os cheios dos relevos dourados e os vazios do fundo de cor branca. A ornamentação aplicada é leve e não interfere na clareza de suas formas.

Foi confeccionado em madeira (recortado e entalhado), formado por várias partes que se encaixam e se fixam na alvenaria da parede de fundo da capela-mor da igreja matriz, apresentando a predominância de linhas retas que se misturam a detalhes curvilíneos do coroamento, no chanfrado no entrecolúnio e nas peanhas e dosséis dos nichos laterais, atribuindo-lhe movimento. No corpo central, o tabuado é disposto de forma retilínea e vertical, com os tramos laterais avançados e o tramo central, onde se fixam o dossel e a peanha, recuado, seguindo o intercolúnio em chanfro que os une. Quanto às dimensões, possui 8,15 metros de altura entre a base e o arco superior; 5,40 metros de largura e 2,50 metros de profundidade no interior do camarim.

A base abriga a mesa, a banquetta, o sacrário e sustenta o corpo, onde estão inseridas as colunas que ladeiam o camarim central e dois nichos laterais para colocação de imagens devocionais. Encontram-se quadros retangulares frisados em baixo relevo, que emolduram rocalhas e folhagens estilizadas. Na parte central do sotabanco se encontra a mesa do altar concebida em forma de urna, possuindo ondulação pouco pronunciada do perfil e um discreto estreitamento da linha de base. No tampo superior da mesa encontra-se a “pedra D’Ara”<sup>161</sup> - pedra benta sobre a qual, durante a missa, o sacerdote coloca o cálice e a patena com a hóstia. Os frontais são adornados de rocalhas no centro e nos ângulos. Um pouco mais alta que a mesa do altar está à banquetta, como um degrau, um nível acima. Sobre ela colocam-se castiçais. Fica afastada deixando o altar livre, porém está sempre a frente do sacrário, à altura dos olhos. Quanto à ornamentação, percebem-se cartelas com detalhes fitomórficos dourados.

<sup>160</sup> Rocalhas ou do francês *Rocaille* (fonética "RC'kaj"). De decoração caprichosa e nem sempre equilibrada, apresenta irregularidades e assimetrias de forma a poder imitar as rochas (daí o nome), grutas, conchas e cristas das ondas do mar, entre outras formas rústicas da natureza. Surgido na França em finais do século XVII para se referir ao estilo Rococó e que adquiriu particular expressão no mobiliário, na cerâmica e na escultura (Conti, 1996, p. 68).

<sup>161</sup> Pedra de Ara ou Pedra D’Ara é uma pedra retangular, pequena e pouco espessa, colocada sobre a mesa do altar, tendo, no centro, pequena cavidade para conter as relíquias dos mártires e dos santos (Fabino, 2012, p. 133).

Na parte central do banco, um pouco acima da mesa do altar e da banquetta, ao alcance do sacerdote, encontra-se o sacrário ou tabernáculo, que é um pequeno templo em madeira ornamentada, contendo um ostensório esculpido em alto-relevo. Funciona como um cofre embutido na base dos retábulos onde guardam-se os santos óleos ou a âmbula, uma espécie de cálice, usado durante as celebrações.

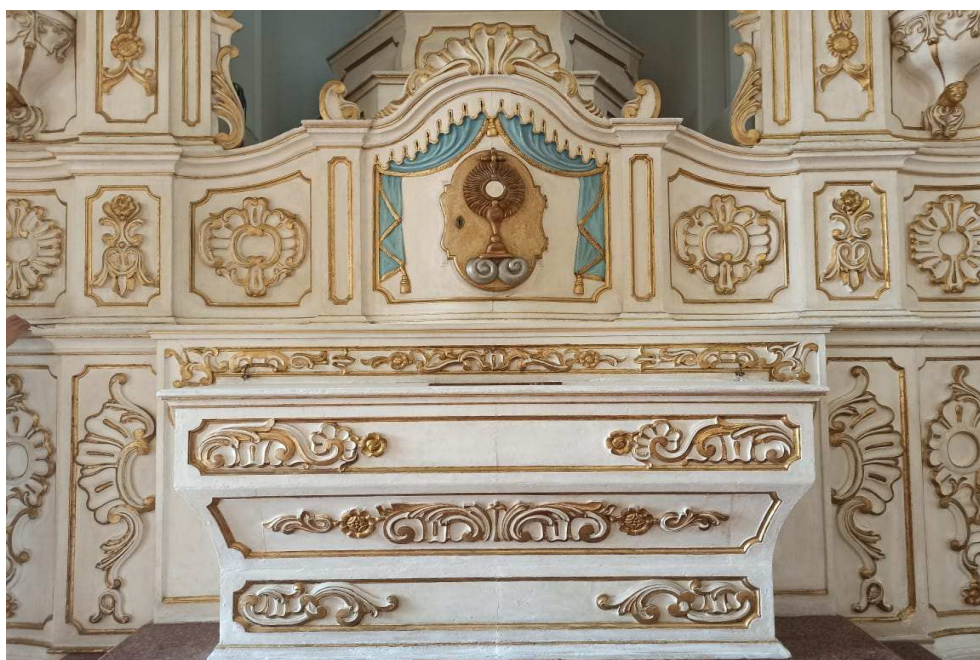


Figura 53: Detalhes da base (sotabanco e banco): mesa do altar à frente, banquetta e sacrário posteriores. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022

Acima do sacrário encontra-se o nicho principal devocional, com a abertura do camarim ornamentada de flores e virgulados. A parte interna do nicho foi executada em alvenaria. No interior do camarim há um trono escalonado e piramidal, composto por quatro degraus, cujos perfis alternam linhas côncavas e convexas, replicando a forma de urna, emoldurados por linhas douradas sobre fundo branco, que sustenta a imagem de São Manoel <sup>162</sup> (orago devocional), disposta no último degrau do trono. Abaixo, na Fig. 54, temos uma representação esquemática do retábulo com a nomenclatura das partes componentes.

<sup>162</sup> A imagem retabular de São Manoel foi atribuída a Antônio Francisco Lisboa após restauração entre 2019 - 2021. Recomenda-se a leitura do artigo: "Reconhecimento de oficinas regionais e atribuição de autoria: limites e contribuições para o estudo da escultura religiosa em Minas Gerais" dos pesquisadores André Colombo e Fábio Zaratini. Disponível em: < <http://www.seer.ufsj.edu.br/rocalha/article/view/4915>>. Acesso em: 27 fev. 2023.



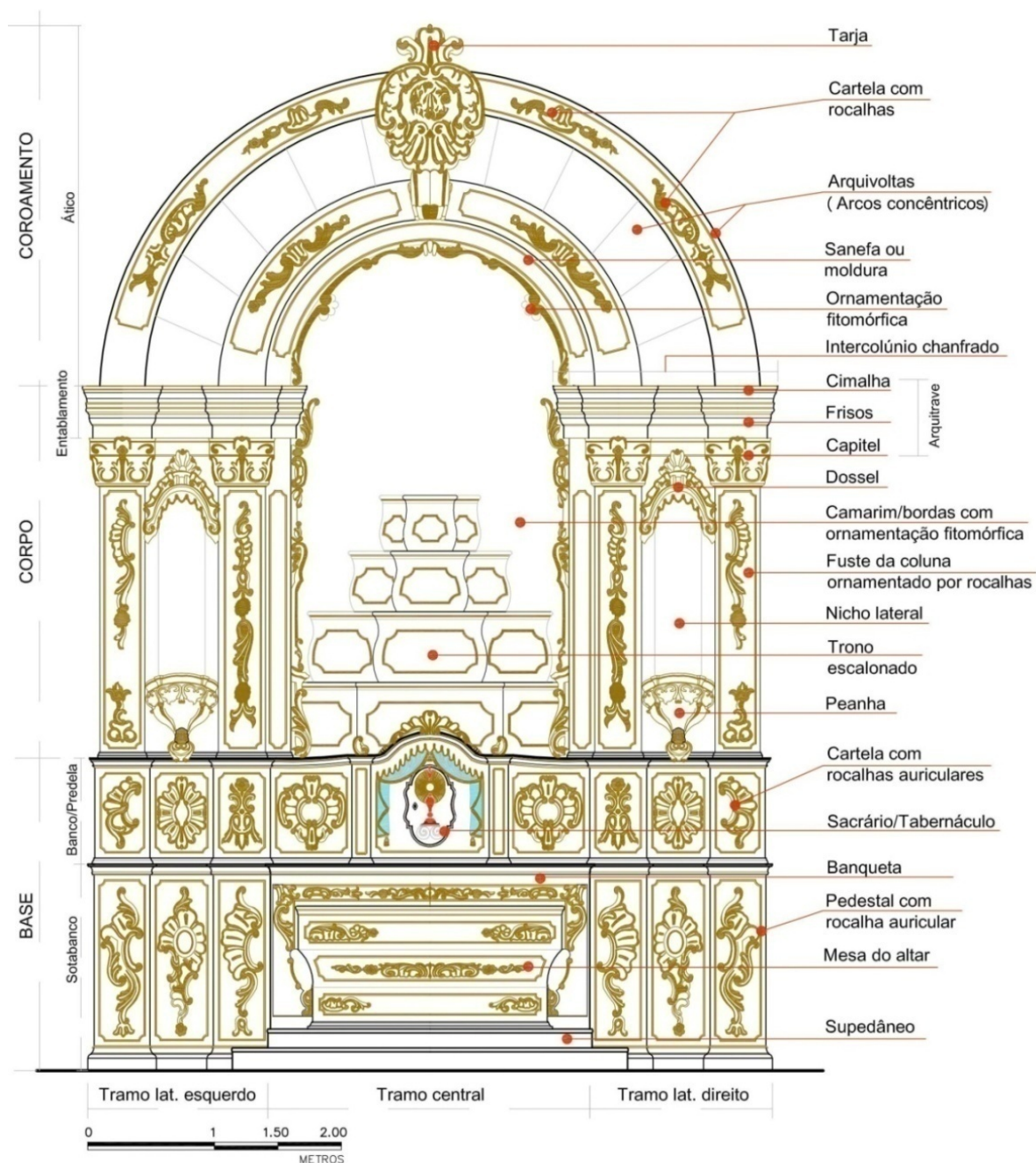


Figura 54: Representação gráfica do retábulo da igreja Matriz de São Manoel. Nomenclatura das partes componentes<sup>163</sup>. Desenho realizado por computação gráfica – software AutoCad. Elaboração: Elza Vieira - Março/2020

Nas figuras apresentadas a seguir, verificam-se as partes e detalhes componentes descritos anteriormente.

<sup>163</sup> Para a identificação das partes componentes foram utilizadas como referências: Alvim, 1999, p.61-128.



Figura 55: Retábulo da igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba. Vista frontal. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



a



b

Figuras 56 e 57: Detalhes da Tarja (a) e rocalhas (b) decorativas. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022

No corpo central, as colunas que limitam as laterais possuem capitéis compostos<sup>164</sup> compostos por caulículos <sup>165</sup> coríntios e cesta de acantos, em tons e fuste retangulares de linhas retas, com ornamentação em rocalhas e cartelas fitomórficas. Entre as colunas encontram-se nichos sustentados por peanhas (bases de suporte para as imagens), que abrigam em seu interior as imagens sacras dos santos devotos, protegidos na parte superior por dossel com detalhes em conchas e acabamento rendilhado. As peanhas são bojudas, de perfil trilobado e de configuração tendente ao cordiforme ou ao formato de um pião, arrematadas com ornamentação em relevo e dourada. Os dosséis acompanham as peanhas e refletem a mesma configuração em bojo, que ganha a forma aproximada de um capacete arrematado por penacho ornamental em forma de concha.

<sup>164</sup> A compósita foi uma ordem da arquitetura clássica desenvolvida pelos romanos a partir dos desenhos das ordens jônica e coríntia. Até o período do Renascimento a ordem foi considerada uma versão tardia do coríntio (Summerson, 2006, p. 04-12).

<sup>165</sup> Ornato semelhante a brotos de samambaias.

Nas figuras abaixo, destacamos as laterais do corpo central onde podemos observar, na linha do entablamento, acima dos capitéis, o chanfrado entre as colunas que confere movimento ao conjunto.

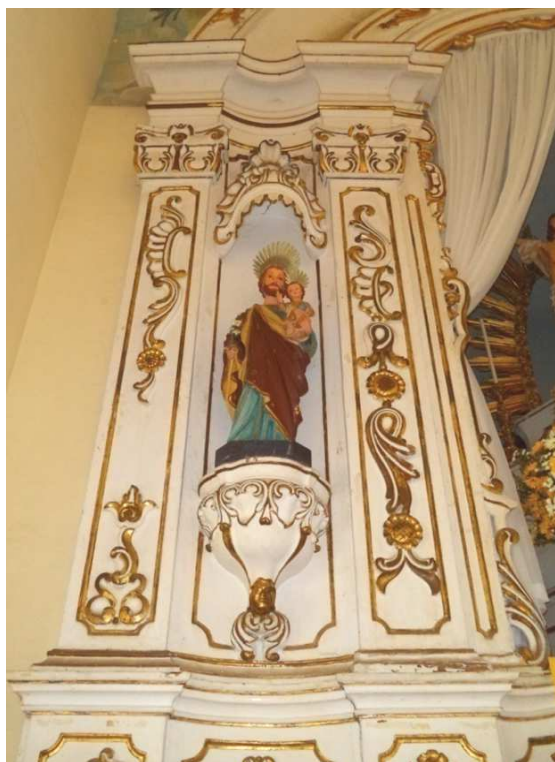


Figura 58: Retábulo da igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba Detalhe do corpo central/painel lateral à esquerda com a imagem de São José. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Foto 59: Retábulo da igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba Detalhe do corpo central/painel lateral à direita com a imagem N.ª.S.ª da Conceição. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022

O coroamento do retábulo inicia-se sobre o entablamento com arco côncavo que segue as reentrâncias dos intercolúnios (espaço entre as colunas), arrematado nas extremidades por sanefa e arquivoltas ornamentadas com cartelas de rocalhas douradas sobre o fundo branco. A tarja<sup>166</sup> central é composta por motivos conchóides e dourados, trazendo ao centro um escudo com a representação iconográfica de quatro cravos que fazem referência ao orago de devoção, o mártir São Manoel. Quanto à policromia, atualmente apresenta o fundo branco e detalhes ornamentais em tinta dourada. No entanto, essa não é a policromia original. Durante o processo de restauração do retábulo-mor realizado entre os anos de 2019 e 2020 foram feitas prospecções<sup>167</sup> na pintura que revelaram vestígios da pintura original, com maior

<sup>166</sup> Utilizamos aqui uma interpretação da definição de "tarja" adotada pelo autor setecentista Raphael Bluteau em seu "*Vocabulário portuguez & latino, Vol II /L-Z,*" para designar a peça decorativa completa e de "escudo" para o motivo central com os símbolos em relevo (1712-1728, p. 445).

<sup>167</sup> Termo utilizado na restauração que consiste na remoção das camadas superficiais de pintura e revestimento de uma peça até que se chegue ao elemento da base (madeira, reboco, tela, etc.). Cada camada deve ser removido

concentração no trono e na tarja central do coroamento. Porém, devido aos custos, o estudo da policromia se manteve superficial não sendo possível determinar com exatidão as cores utilizadas no passado da obra.

## **2.4 A talha retabular na Freguesia do Mártir São Manoel (século XIX): análises e comparações**

Buscando uma compreensão sobre a execução e o contexto em que o retábulo-mor da matriz rio-pombense se insere, realizamos uma análise comparativa com outras produções do mesmo período pertencentes as matrizes das cidades que fizeram parte da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...) <sup>168</sup>. Ressalta-se que é um estudo de caráter preliminar, visando encontrar similaridades entre as obras. Não foi possível realizar um levantamento aprofundamento de todos retábulos e matrizes citados, mas as análises nos oferecem um norte para pesquisas futuras.

Conforme apontamos anteriormente, no início deste capítulo, poucas cidades da região que tiveram suas capelas demolidas e substituídas por outras edificações no decorrer do século XIX reaproveitaram os antigo retábulos. Entre estas cidades, destacamos as matrizes de Aracitaba/MG, São João Nepomuceno/MG e Guarará/MG, cujos retábulos se assemelham ao da matriz de rio-pombense quanto à composição arquitetônica e ao período aproximado de execução que corresponde à segunda metade do século XIX.

### **2.4.1 Retábulo-mor da igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim**

A igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim <sup>169</sup>, situada na cidade de Aracitaba/MG já foi citada no tópico anterior por apresentar similaridade de sua volumetria arquitetônica com a pintura feita pelo artista Evangelista da Costa, que retrata o centro urbano da cidade de Rio Pomba, em 1884.

No interior da matriz de Aracitaba/MG, seu retábulo-mor também guarda semelhanças ao da matriz rio-pombense. Percebe-se entre os retábulos a mesma divisão da composição (base, corpo e coroamento) em dimensões e estrutura arquitetônica semelhantes. A movimentação central do banco, com o sacrário ressaltado a frente, o chanfro no intercolúneo

---

com extremo cuidado, com a utilização de instrumentos perfurocortantes cirúrgicos (bisturis) para que se tenha noção dos processos necessários para a recuperação do estado original, quando possível e viável.

<sup>168</sup>A escolha das igrejas matrizes e de seus retábulos considerados para essa análise seguem as informações estabelecidas no primeiro tópico deste capítulo para a composição da Tabela 1.

<sup>169</sup>Tombada como patrimônio cultural do município de Aracitaba/MG, pelo Decreto Municipal nº 8/2005.

do corpo intermediário, as linhas frisadas do entablamento, o nicho central com trono escalonado, espaços laterais ocupados por santos de devoção secundária e o coroamento em arco côncavo e tarja central, também são elementos semelhantes entre as obras. A ornamentação difere na base e corpo, mas se aproxima nas cartelas fitomórficas utilizadas no coroamento.



Figura 60: Retábulo-mor da igreja Matriz de N.ª S.ª do Bonfim (2ª metade do Século XIX). Vista frontal. Aracitaba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022

Devido à falta de documentação, não foi possível constatar a datação exata de execução e a autoria do retábulo-mor da matriz de Aracitaba/MG. Considerando a construção da igreja matriz, o bem integrado dataria da segunda metade do século XIX.

Sabe-se, no entanto, que os retábulos colaterais, situados junto ao arco cruzeiro que leva a capela-mor, têm a talha atribuída a Antônio Benedicto de Santa Bárbara <sup>170</sup>, nascido em 1811 na cidade de Mariana/MG e falecido na cidade de Mercês/MG, em 1900.

Pouco se sabe sobre este entalhador e pintor, apenas que foi aprendiz do pintor Francisco Xavier Carneiro e de escultura e entalhe de Vicente Fernandes Pinto, atuando na igreja Matriz de Passagem/MG, distrito do município de Mariana/MG, onde estão suas primeiras obras. Ao mudar-se para a cidade de Mercês/MG, próxima à Rio Pomba/MG, no ano de 1846, passou a atuar na região Freguesia do Mártir São Manoel (...) esculpindo imagens e retábulos. A maioria de suas obras são imagens processionais como Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores (de vestir) e Senhor Morto (talha inteira) executados para a Paróquia de Rio Pomba, em 1836.

Nas figuras 61 e 62, temos os retábulos colaterais da igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim de Aracitaba/MG. Considerando a entrada do templo, temos à esquerda (evangelho), dedicado a São Sebastião e à direita (epístola), dedicado a Nossa Senhora do Rosário. Cada retábulo traz na base de sua mesa, um brasão central com os símbolos iconográficos referentes à imagem devocional que ocupa o nicho central.

Podemos verificar semelhanças na composição e ornamentação entre o retábulo-mor e os colaterais da matriz de Aracitaba/MG. Existe a possibilidade de o retábulo-mor também ter sido executado pelo mesmo artífice. As rocalhas auriculares e os elementos fitomórficos são semelhantes. Porém, a documentação de fatura do retábulo-mor da matriz não foi localizada ainda <sup>171</sup>.

---

<sup>170</sup> COLOMBO, André Vieira. Antônio Benedicto de Santa Bárbara – Mestre Santa Bárbara: Contribuição de um escultor para a arte sacra da Zona da Mata Mineira. Revista Imagem Brasileira, nº 4, ano 2007 - Conferências do V Congresso Internacional do Ceib - Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, realizado no Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo/ES. Disponível em: <<https://www.eba.ufmg.br/revistaceib/index.php/imagembrasil/article/view/103/96>>.

<sup>171</sup> Na obra do memorialista rio-pombense Sinval Santiago (1991, p. 299-302), encontra-se uma relação de cidades e obras executadas por Antônio Benedicto, porém, o autor não menciona as fontes primárias de tais informações. No futuro, novas pesquisas poderão complementar a biografia e a trajetória deste artífice da região.



Figura 61: Retábulo lat. direita da igreja Matriz de N.ª S.ª do Bonfim (1ª metade do Século XIX). Vista frontal. Aracitaba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Figura 62: Retábulo lat. esquerda da igreja Matriz de N.ª S.ª do Bonfim (1ª metade do Século XIX). Vista frontal. Aracitaba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022

Outros dois reábulos de matrizes em cidades da região que se aproximam do bem integrado da matriz rio-pombense são os pertencentes as matrizes de São João Nepomuceno, da cidade homônima e o da matriz do Divino Espírito Santo, em Guarará/MG.

#### 2.4.2 Retábulo-mor da igreja Matriz de São João Nepomuceno

Entre 1815 e 1840 a antiga capela colonial dedicada a São João Nepomuceno foi demolida e substituída por uma edificação maior, com duas torres frontais. Seu conjunto retabular e demais acervo de bens móveis e integrados também é datado desse período, 1ª metade do século XIX. No início do século XX a igreja Matriz de São João Nepomuceno passou por reformas, com a reconstrução de sua fachada. As torres foram retiradas, dando lugar a apenas uma torre central. Seu interior foi preservando recebendo apenas repintura. Em

1970 os altares laterais <sup>172</sup> foram retirados com a intenção de ampliar o espaço para os fiéis e pelo mesmo motivo foi retirada a balaustrada de madeira com pequeno portão central que separava a nave do altar-mor, na direção do arco-cruzeiro.



Figura 63: Retábulo-mor da igreja Matriz de São João Nepomuceno (1ª metade do Século XIX). Vista da fachada frontal e interior. São João Nepomuceno/MG.

Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.350016546564297&type=3>.

Em sua composição arquitetônica, o retábulo-mor da igreja Matriz de São João Nepomuceno possui os mesmos elementos descritos nos retábulos da matriz de Rio Pomba e Aracitaba. Porém, ele se diferencia em sua ornamentação. Toda a estrutura retabular recebe pintura de fundo com tons de azul e rosado em marmorizado fingido. Porém, a pintura não é original e não temos informações se houve prospecção para identificação pictórica. Na base,

<sup>172</sup> Não foram encontradas informações descritivas sobre os retábulos laterais e a destinação final após serem retirados da matriz.



os ornamentos estão concentrados no banco, ao redor do sacrário e nas mísulas que sustentam as colunas do corpo intermediário. A mesa do altar e a banquetes foram removidas. As colunas possuem composição diferenciada em pares. Nas extremidades, as colunas possuem secção circular e estão assentadas sobre mísulas douradas na altura da predela/banco. O fuste é frisado, dividido por um anel em duas porções, sendo a inferior com frisos torcidos e a superior com frisos retos. Possuem capitéis coríntios que sustentam a arquitrave frisada. Ladeando o nicho central, as colunas possuem fuste misulado, ornado por rocalhas e cartelas fitomórficas douradas. Os capitéis compósitos apresentam seção quadrada. Nota-se a presença de aurículas sobre o entablamento, iniciando os arcos. O coroamento em arco côncavo possui arremate central em tarja composta por elementos em forma de conchas e o emblema do orago São João Nepomuceno. No interior dos arcos percebe-se a pintura de elementos raiados em dourado<sup>173</sup>. Não localizamos informações referentes ao autor do risco e executor da talha.

#### **2.4.3 Retábulo-mor da igreja Matriz do Divino Espírito Santo**

A igreja Matriz do Divino Espírito Santo, na cidade de Guarará/MG, foi construída entre os anos de 1842 e 1852. A fatura do retábulo-mor data de 1857 e conforme os anteriores divide-se em três partes: base composta por sotabanco e banco; o corpo intermediário com nicho central devocional, trono escalonado e coroamento em arco com arremate em tarja. A base é composta por mesa do altar, banquetes e sacrário. Percebemos a mesma movimentação descrita nos retábulos anteriores, com o sacrário ressaltado à frente, em oposição ao chanfro do intecolúquio (espaço entre as colunas). No corpo intermediário o retábulo-mor possui colunas em pares diferenciadas. Nas extremidades, as colunas possuem secção circular e estão assentadas sobre mísulas douradas na altura do banco/ predela. O fuste é frisado, dividido por um anel em duas porções, sendo a inferior com frisos torcidos e a superior com frisos retos. Possuem capitéis coríntios que sustentam a arquitrave frisada. Ladeando o nicho central, temos uma composição de três elementos em caixa unidos por primas frisados com extremidades em cone que se interligam formando uma coluna estilizada, arrematada por capitel coríntio. No intercolúquio podemos observar leve chanfro que ressalta as extremidades. É ornamentado por elementos fitomórficos em tom dourado, pânhas e dosséis simples que se apóiam sobre a predela. Sobre o entablamento, no arranque dos arcos, seguindo a direção das

---

<sup>173</sup> Fonte: Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de São João Nepomuceno – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Retábulo-mor da igreja Matriz de São João Nepomuceno. Ano 2009 – Ex. 2012.

colunas, há dois ornatos auriculares estilizados que arrematam os dois lados. O coroamento em arco côncavo possui arremate central em tarja composta por elementos em forma de conchas e o emblema do Divino Espírito Santo (uma pomba branca). Nota-se a presença de aurículas sobre o entablamento, iniciando os arcos. No interior dos arcos percebe-se a pintura de elementos raiados e florais <sup>174</sup>. Não localizamos informações referentes ao autor do risco e executor da talha.



Figura 64: Retábulo-mor da igreja Matriz do Divino Espírito Santo (2ª metade do Século XIX). Vista frontal. Guarará/MG. Fotos: Elza Vieira - Março/2021.

<sup>174</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, Cultura, Turismo e Eventos de Guarará – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Retábulo-mor da igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Ano 2003 – Ex. 2005.

#### 2.4.4 Similaridades entre a talha retabular da Freguesia do Mártir São Manoel e das Freguesias de Guarapiranga e Santo Antônio do Itaverava

Assim como apontamos no tópico anterior, sobre a tipologia arquitetônica da igreja Matriz de São Manoel no decorrer do século XIX, encontramos também uma similaridade entre os retábulos da matriz de Rio Pomba com as produções retabulares de igrejas situadas em freguesias próximas. Entre os templos destacamos a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (Capela dos Pardos), em Piranga/MG<sup>175</sup>, a igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, em Piacatuba, distrito de Leopoldina/MG<sup>176</sup> e a igreja de Santo Antônio, em Itaverava/MG<sup>177</sup>.

##### 2.4.4.1 Retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte

Na cidade de Piranga/MG, de acordo com Delmarí Ribeiro (2009), a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte foi reconstruída no início do século XIX. O retábulo-mor data do mesmo período e apresenta característica de um rococó simplificado, muito semelhantes ao retábulo da igreja Matriz de Rio Pomba, com pilastras retilíneas e camarim central com trono escalonado. Nos intercolúnios, percebemos o movimento conferido pelo chanfro que ressalta as extremidades a frente da linha do nicho central. Na parte interna, as peanhas com dosséis recebem imagens de devoção secundárias.

A ornamentação fitomórfica e de rocalhas se distribuem de forma singela pela obra. Alcança destaque pelo uso do tom dourado sobre o fundo branco e azul. O coroamento em arco de fundo côncavo possui ornatos em cartelas compostas por elementos fitomórficos em tom dourado, semelhantes aos do retábulo da matriz de Rio Pomba. Nota-se a presença de aurículas sobre o entablamento, iniciando os arcos sobre a abertura do nicho devocional. Uma tarja central com desenho conchóide fecha o arco superior. Não localizamos informações referentes ao autor do risco e executor da talha.

<sup>175</sup> Tombada como patrimônio cultural do município de Piranga pelo Decreto nº 1523/2007.

<sup>176</sup> Leopoldina foi umas das cidades surgidas a partir da Freguesia do Mártir São Manoel (...) no início do século XIX.

<sup>177</sup> Tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN: Processo nº 1087-T-1983; Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 560, de 19/07/1984. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. Fonte: IPHAN – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG.



Figura 65: Retábulo-mor da igreja de N.ª.S.ª da Boa Morte (1ª metade do Século XIX). Vista frontal. Piranga/MG. Fonte: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1162028310637954&set=pcb.1162028327304619>.

#### 2.4.4.2 Retábulo-mor da igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade

Em Piacatuba/MG, o retábulo-mor da igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade apresenta uma datação na tarja do coroamento, referente ao ano de “1862”. Também segue o mesmo padrão dos retábulos anteriores e apresenta elementos semelhantes ao retábulo da matriz de São João Nepomuceno, onde percebemos no corpo intermediário a presença de colunas com composição diferenciada em pares. Nas extremidades, as colunas possuem secção circular e estão assentadas sobre mísulas na altura da predela ou banco. O fuste é frisado, dividido por um anel em duas porções, sendo a inferior com frisos torcidos e a superior com frisos retos. Possuem capitéis coríntios que sustentam a arquitrave frisada. Ladeando o nicho central, as colunas possuem fuste misulado, ornado por rocalhas e cartelas

fitomóricas douradas. Os capitéis compostos apresentam seção quadrada (semelhantes aos da matriz de Rio Pomba).



Figura 66: Retábulo-mor da igreja Matriz de N.ª. S.ª. da Piedade (1862). Vista frontal. Piacatuba/MG. Fonte: <https://www.facebook.com/paroqueianspiedade72>.

O coroamento em arco côncavo possui arremate central em tarja composta por elementos em forma de conchas, trazendo a inscrição “1862” ao centro. No interior dos arcos percebe-se a disposição de elementos raiados em dourado, entalhados e fixados. As extremidades dos arcos são ornamentadas por cartelas com elementos fitomórficos e aurículas em dourado. Diferente do retábulo da matriz de Rio Pomba, a ornamentação é esparsa e leve sobre o fundo branco. Não localizamos informações referentes ao autor do risco e executor da talha.

#### 2.4.4.3 Retábulo-mor da igreja Matriz de Santo Antônio

A antiga Freguesia de Santo Antônio de Itaverava<sup>178</sup> foi criada em 1726. Mas a região já estava ocupada desde o final do século XVII, quando o bandeirante Manoel de Camargos se instala na localidade em busca de ouro.

A igreja Matriz de Santo Antônio foi construída em 1768, em substituição a duas capelas anteriores edificadas entre 1712 e 1726. No interior do templo, existe um “harmonioso conjunto decorativo, com alguns traços de barroco joanino e características do rococó”. Ao todo existem cinco retábulos: o mor e quatro outros situados próximos ao arco cruzeiro e nas laterais da nave. Merece destaque a pintura do forro da capela-mor, atribuída a Manuel da Costa Athaíde<sup>179</sup>.

Os retábulos colaterais ao arco cruzeiro são atribuídos ao português Francisco Vieira Servas, cuja “característica marcante se encontra no traçado do coroamento dos dosséis” (Oliveira, 2003, p. 253). Já o altar lateral de Nossa Senhora do Rosário é considerado o mais antigo e teria sido executado entre 1758 e 1761 por João Antunes de Carvalho – consta que esse mesmo artista também arrematou a obra da capela-mor e fez o traçado do retábulo principal.

No entanto, por falta de recursos, o altar-mor só seria entalhado no início do século XIX, por Antônio Alves Roseira, que acabou seguindo um traçado diferente do inicialmente planejado. Após mais de meio século de trabalhos decorativos, a igreja foi finalizada em 1824. Ao longo do século XIX a igreja passou por uma série de reparos, para evitar desabamentos. No início do século XX, a fachada foi inteiramente modificada, passando a adotar um estilo eclético, que pouco tem a ver com o original da igreja. No entanto, o seu interior permaneceu praticamente intocado<sup>180</sup>.

O retábulo-mor apresenta elementos que o enquadram no “quarto modelo” definido pela historiadora da arte Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (2003) em seus estudos sobre as tipologias de retábulos desenvolvidos em Minas Gerais nas décadas finais do século XVIII e ao longo do século XIX. A talha apresenta uma composição mais simples, com o "arco do coroamento apresentando como única decoração uma tarja central com as armas, do santo

---

<sup>178</sup> Itaverava possui uma ligação com a cidade de Rio Pomba. Conforme vimos no primeiro capítulo, a finalização dos serviços de carpintaria da antiga capela da matriz de São Manoel feitos José Caetano Furtado de Mendonça, em 1776.

<sup>179</sup> INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Pesquisa bem imóvel. Itaverava. Minas Gerais. Igreja de Santo Antônio. Relatório de dados básicos do bem MG-3133907-BI-ED-00001.

<sup>180</sup> Fonte: Bem Informado. Informativo do IEPHA/MG, 2011, p. 8.

padroeiro" (Oliveira, 2003, p. 262), semelhante ao retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana/MG.



Figura 67: Retábulo-mor da igreja de Santo Antônio (Século XVIII).  
Vista frontal. Itaverava/MG. Fonte: <https://www.facebook.com/paroiataverava>.

Arquitetonicamente apresenta divisão em três níveis: o embasamento constituído por sotabanco e banco ou predela; o nível intermediário de corpo único com um nicho devocional central e o coroamento arrematado por arco côncavo, de volta plena e tarja central. O bem integrado apresenta delicados ornatos em rocalhas, com desenhos assimétricos, formados por conchas estilizadas associadas a laços, flores, folhagens e que se distribui nos três níveis. Recebe pintura de fundo em tons de azul e rosado em marmorizado fingido, enquanto os ornatos são dourados. Toda a ornamentação aplicada é leve e não interfere na clareza de suas formas. Foi confeccionado em madeira (recortado e entalhado), formado por várias partes que

se encaixam e se fixam na alvenaria da parede de fundo da capela-mor, predominado as linhas retas que se misturam aos detalhes curvilíneos do coroamento, no chanfrado no intercolúnio e nas peanhas e dosséis dos nichos laterais, atribuindo-lhe movimento.

No corpo central, o tabuado é disposto de forma retilínea e vertical, com os tramos laterais avançados e o tramo central, onde se fixam o dossel e a peanha, recuado, seguindo o intercolúnio em chanfro que os une. A base abriga a mesa, a banqueta, o sacrário e sustenta o corpo, onde estão inseridas as colunas que ladeiam o camarim central e dois nichos laterais para colocação de imagens devocionais. Encontram-se quadros retangulares frisados em baixo relevo, que emolduram rocalhas e folhagens estilizadas.

Na parte central do sotabanco se encontra a mesa do altar concebida em forma de urna, possuindo ondulação pouco pronunciada do perfil e um discreto estreitamento da linha de base. Os frontais são adornados de rocalhas no centro e nos ângulos. Um pouco mais alta que a mesa do altar está a banqueta, como um degrau, um nível acima. Fica afastada deixando o altar livre, porém está sempre à frente do sacrário, à altura dos olhos. Quanto à ornamentação, percebem-se cartelas com detalhes fitomórficos dourados. No banco, um pouco acima da mesa do altar e da banqueta, ao alcance do sacerdote, encontra-se o sacrário ou tabernáculo, que é um pequeno templo em madeira ornamentada, contendo um ostensório esculpido em alto-relevo. Acima do sacrário encontra-se o nicho principal devocional, com a abertura do camarim ornamentada de flores e virgulados. No interior do camarim há um trono escalonado e piramidal, composto por seis degraus, cujos perfis alternam linhas côncavas e convexas, replicando a forma de urna, emolduradas por linhas douradas sobre fundo em marmorizado fingido. No degrau superior, sustenta a imagem de Santo Antônio (orago devocional).

No corpo central, as colunas que limitam as laterais possuem capitéis compósitos <sup>181</sup> compostos por caulículos <sup>182</sup> coríntios e cesta de acantos, em tons dourados e fuste misulado com ornamentação em rocalhas e folhas de acanto. Entre as colunas encontram-se nichos sustentados por peanhas (bases de suporte para as imagens), que abrigam em seu interior as imagens sacras dos santos devotos, protegidos na parte superior por dossel com detalhes em conchas e acabamento rendilhado.

O coroamento do retábulo inicia-se sobre o entablamento com arco côncavo que segue as reentrâncias dos intercolúnios (espaço entre as colunas), arrematado nas extremidades por

<sup>181</sup> A compósita foi uma ordem da arquitetura clássica desenvolvida pelos romanos a partir dos desenhos das ordens jônica e coríntia. Até o período do Renascimento a ordem foi considerada uma versão tardia do coríntio (Summerson, 2006, p. 04-12.)

<sup>182</sup> Ornato semelhante a brotos de samambaias.



arquivoltas ornamentadas com presilhas de rocalhas douradas. A tarja central é composta por motivos conchóides e dourados, trazendo ao centro um escudo com a representação iconográfica do orago de devoção.

#### *2.4.4.4 Análises e considerações*

O retábulo-mor da igreja de Santo Antônio, em Itaverava/MG, teve sua execução anterior à dos demais. Percebemos uma fatura mais apurada de seus elementos ornamentais. Este talvez seja a matriz inicial de inspiração para os demais retábulos abordados. Ao comparamos os retábulos-mores das igrejas citadas, podemos verificar que os bens integrados apresentam similaridades compositivas e decorativas. Infelizmente, não foi possível a realizar o levantamento métrico de todos os retábulos citados para uma comparação entre as dimensões da base, do corpo e do coroamento. No entanto, a partir das imagens, arrisca-se a afirmar que há uma relação semelhante das proporções e dos ornatos.

Em relação ao retábulo-mor da igreja Matriz de São Manoel, em Rio Pomba/MG, percebemos a composição geral da arquitetura e das formas com a divisão em três níveis: o embasamento constituído por sotabanco e banco ou predela; o nível intermediário de corpo único com um nicho devocional central e o coroamento arrematado por arco côncavo, de volta plena e tarja central. Porém, eles se diferenciam quanto a ornamentação. Toda a estrutura retabular recebeu pintura de fundo com tons de azul, cinza e rosado em marmorizado fingido.

Estes mesmos elementos estão presentes no retábulo da igreja Matriz de São João Nepomuceno, acrescentando – se ainda as semelhanças das formas misuladas das colunas que ladeiam o nicho central e os raiados no interior da parte côncava do arco do coroamento. A policromia do marmorizado fingido também são muito próximas.

Nos retábulos-mores das igrejas de Piranga/MG e Piacatuba/MG, encontramos semelhanças na ornamentação fitomórfica e nas rocalhas. O retábulo-mor da igreja Matriz de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. da Piedade, de Piacatuba/MG, também apresenta coluna misulada ladeando o nicho central e os elementos raiados na parte côncava do arco no coroamento. Já no retábulo igreja de N<sup>a</sup>.S<sup>a</sup> da Boa Morte, de Piranga/MG, temos a presença de rocalha ou acrótera sobre o entablamento, no arranque dos arcos do coroamento. Esse elemento também está presente nos retábulos-mores das matrizes de São João Nepomuceno/MG e Guarará/MG.

Quanto ao retábulo-mor da matriz de Aracitaba/MG percebemos a presença do raiado na parte côncava do arco do coroamento. Observamos também a semelhança compositiva entre os retábulos-mores das igrejas matrizes de Aracitaba/MG, São João Nepomuceno/MG,

Guarará/MG e Piacatuba/MG na altura do banco, onde as colunas que ladeiam o nicho central estão sustentadas por bases estilizadas em forma de mísulas em fita e pedestal. Estas são diferentes nos retábulos-mores das matrizes de Rio Pomba/MG, na igreja de N<sup>a</sup>.S<sup>a</sup> da Boa Morte, de Piranga/MG e ainda, nos retábulos colaterais da igreja matriz de Aracitaba/MG, que seguem em linhas retas entre a base e o entablamento.

Podemos destacar ainda que nos retábulos da igreja de Santo Antônio, de Itaverava/MG e das igrejas matrizes de Aracitaba/MG, São João Nepomuceno/MG, Guarará/MG e Piacatuba/MG, verifica-se a existência de ornamentos raiados intercalados no interior côncavo dos arcos do coroamento. Esses elementos não estão presentes nos arcos dos retábulos da igreja Matriz de São Manoel, de Rio Pomba/MG ou na igreja de N<sup>a</sup>.S<sup>a</sup> da Boa Morte, em Piranga/MG.

Pela ornamentação e morfologia dos retábulos-mores analisados notou-se certa recorrência de “estilos” e elementos utilizados desde o final do século XVIII e no decorrer do século XIX que podem indicar uma interligação entre os artífices que atuavam na região da Freguesia do Mártir São Manoel (...) e nas freguesias confrontantes, como a de Guarapiranga (Piranga/MG) e de Santo Antonio de Itaverava/MG.

É importante salientar que os dados apresentados resultam de um levantamento prévio, mas oferecem uma visão geral do que estava em prática sobre a talha retabular na região da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...). Não estamos indicando uma possível atribuição, mas, tentando identificar elementos compositivos semelhantes que em um estudo específico sobre esses objetos poderia revelar mais informações quanto à fatura desses bens integrados na região, o que oferece um nicho de estudo a ser investigado em pesquisas futuras.

Concluindo nossas análises, essas comparações embora preliminares, nos fornecem dados interessantes se considerarmos as questões de circularidade dos artífices na época e a possibilidade de reprodução de trabalhos já executados em outras cidades, buscando pequenas diferenciações. Percebe-se que a arte da talha religiosa desenvolvida na Freguesia do Mártir São Manoel (...) e região tem uma rica variação em sua composição, seguindo regras artísticas semelhantes com as de regiões demasiadamente estudadas em Minas Gerais como Ouro Preto, Mariana, Sabará e etc., cada um apresentando soluções formais artísticas particulares das localidades onde estão situadas.

### CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TEMPLO PARA A MATRIZ DE SÃO MANOEL (1ª METADE DO SÉCULO XX)

No capítulo anterior vimos que no início do século XX, o pároco responsável pela Paróquia de São Manoel, o Padre Calixto Gonçalves da Cruz <sup>183</sup>, faz uma análise das condições do templo e da paróquia. Estas análises foram feitas por solicitação da Arquidiocese de Mariana, em nome do Arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta (1840 – 1922) <sup>184</sup>. Com o auxílio deste documento foi possível verificar informações importantes sobre a arquitetura e a ornamentação interna da igreja Matriz de São Manoel naquele período.

Na primeira década do século XX, embora não tenha sido indicado no relatório do Padre Calixto Gonçalves da Cruz que estivesse em estado precário de conservação, a antiga igreja colonial foi demolida e substituída por outra edificação, projetada com uma linguagem eclética<sup>185</sup> que estava em uso naquele momento. Para o memorialista da região, Sinval Santiago (2016, p. 82), a demolição do templo “foi um ato irrefletido porque a matriz antiga deveria ter sido mantida e tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN <sup>186</sup>, enquanto a nova poderia ter sido erigida noutro lugar”. Neste ponto, muito embora se concorde com Santiago sobre a preservação de um bem cultural que assume significância para a comunidade local onde está inserido, ele se equivoca quanto a ação do SPHAN já que o órgão só foi criado em 1937, momento em que a antiga matriz já havia sido demolida e dado lugar ao novo templo.

A ausência de informações sobre o estado de conservação da igreja matriz na análise de Pe. Calixto Gonçalves nos permite supor que o templo estivesse em boas condições de

---

<sup>183</sup> O Padre Calixto Gonçalves da Cruz administrou a Paróquia de São Manoel entre 1905 e 1927. Em 1910 acompanhou a demolição da antiga igreja e a construção da atual Matriz de São Manoel de Rio Pomba/MG.

<sup>184</sup> Dom Silvério Gomes Pimenta nasceu em 12 de Janeiro de 1840, na cidade de Congonhas do Campo/MG. Em 1890, foi sagrado Bispo Auxiliar de Mariana e membro da Academia Brasileira de Letras, em 1919 (cadeira nº 19). Em 1897, sucedeu Dom Bevenides no bispado de Mariana, e, em 1907, foi sagrado arcebispo com a elevação da Diocese de Mariana para Arquidiocese, sob determinação do Papa Pio X. Tornou-se, assim, o primeiro arcebispo negro da história do país. Faleceu em 30 de agosto de 1922, em Mariana/MG (Castro, 1954).

<sup>185</sup> A arquitetura de linguagem eclética compreende as edificações construídas entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX, que adotaram em uma mesma construção o uso de elementos ornamentativos ou compositivos alusivos a épocas passadas e países diferentes como Egito, Grécia e Roma ou ainda que façam referência a movimentos artísticos anteriores como o barroco, o rococó, o neoclassicismo e o romantismo. Também foi marcada pelo uso de materiais industrializados e pré-fabricados como o ferro forjado, o vidro laminado e telhas cerâmicas planas de encaixe (Santos 1977).

<sup>186</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro entre o ano de 1937 até o ano de 1946, quando se tornou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Thompson, 2010).

conservação, ainda que tal avaliação não tenha sido levada em consideração pelos dirigentes da paróquia naquele momento.

Embora não se tenha encontrado registros documentais a respeito dos serviços de demolição, a oralidade local relata que na medida em que se demolia partes da antiga igreja colonial construía-se a nova ao redor dos vestígios da anterior. Por último foi demolida a sua capela-mor, mas o altar foi mantido. Tal fato pode conter certo teor de verdade já que a antiga matriz não foi dessacralizada <sup>187</sup> pela Arquidiocese de Mariana e tendo a “pedra D’Ara” <sup>188</sup> permanecido no altar, o local continuava sagrado. Também ajuda a entender o fato de se ter mantido o retábulo-mor da edificação anterior.

Nas últimas décadas do século XIX ocorreram muitas mudanças no cenário político e religioso do Brasil. Após passar por um processo de secularização a laicidade <sup>189</sup> do catolicismo e outras mudanças políticas, ocorre a proclamação da República, em 1889. Em 07 de janeiro de 1890 o Decreto 119-A <sup>190</sup> sela a separação entre a religião católica e o poder civil no Brasil. Neste decreto o então chefe do governo provisório da república recém-proclamada, Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892), proibiu "a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa", consagrou "a plena liberdade de cultos" e extinguiu o “regime do padroado”. O Decreto 119-A determinava ainda a “obrigatoriedade do casamento civil e secularizava os cemitérios, ensino laico nas escolas públicas e a exclusão do direito de voto para os religiosos submetidos ao voto de obediência” (Aquino, 2012).

Com isso, a Igreja Católica perdeu privilégios e sofreu com o enfraquecimento de sua influência política e social no Brasil (Gomes, 2007). Com a separação entre os poderes que governavam a sociedade, a igreja se volta para sua reestruturação interna. Conforme apontado

---

<sup>187</sup> O primeiro Código de Direito Canônico foi publicado em 1917 em substituição às Constituições Primeiras do Estado da Bahia (1707) e deveria ser acatado por toda a comunidade católica. O processo de dessacralização de uma igreja está previsto no Código de Direito Canônico Católico (conjunto de leis que rege a vida da Igreja). Ocorre quando um templo deixa de ser espaço litúrgico, ou seja, não é mais utilizado para finalidades religiosas, especialmente a Celebração da Eucaristia. Desta forma, o bispo diocesano publica um decreto episcopal e um rito é realizado, marcando a dessacralização daquele espaço. A pedra D’Ara é então removida do altar e o templo deixa de ser sagrado (Código de Direito Canônico, III Parte - Dos Lugares e Templos Sagrados; Título I - Dos Lugares Sagrados, 1998, p. 81-83).

<sup>188</sup> Pedra retangular, pequena e pouco espessa, colocada sobre a mesa do altar, tendo, no centro, uma pequena cavidade para conter relíquias dos mártires e dos santos (Fabrino, 2012, p. 133). Durante a realização do culto, o sacerdote coloca o cálice e a patena com a hóstia sobre esta pedra benta para sacrificar os elementos.

<sup>189</sup> A “secularização” foi um “fenômeno social, intelectual e cultural, no qual as influências da religião sobre o comportamento das pessoas” foram diminuindo com ao longo do século XIX. Contudo, esse processo acabaria por influenciar a ambiência política, contribuindo para a elaboração de propostas que defendiam a separação entre Igreja Católica e Estado (religião e governo). Daí surgiu a “laicidade” que tem uma relação mais direta com a política e refere-se à “formação de um Estado desvinculado de qualquer grupo religioso e de um espaço público neutro em matéria religiosa” (Ranqueta Júnior, 2009, p. 60-63).

<sup>190</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2023.

por Azzi (1992), nesse momento, a Igreja Católica possuía novos interesses e enfrentava outros desafios com a sua própria reestruturação motivada pelo pensamento conservador ultramontano <sup>191</sup>.

O ultramontanismo ou processo de romanização da Igreja Católica <sup>192</sup> foram conceitos utilizados durante o século XIX e início do século XX para definir os movimentos eclesiásticos católicos que defendiam uma maior autoridade pontifícia sobre a igreja universal e o realinhamento aos princípios do catolicismo apostólico e romano. Em Minas Gerais, destacou-se o protagonismo do bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso, empossado em 1884, que junto aos bispos Dom Antônio Joaquim de Mello (São Paulo) e Dom Pedro Maria Lacerda (Rio de Janeiro) tornaram-se os personagens principais do pensamento ultramontano brasileiro (Coelho, 2011).

Além de defender a “autoridade do Pontífice Romano” sobre todos os demais “poderes temporais” o ultramontanismo defendia também reformas internas que visavam à moralização do clero, através da intolerância a outras religiões e o combate à religiosidade popular considerada por eles fora dos padrões eclesiásticos romanos. Nesse período, muitos clérigos estavam envolvidos na política do Estado e faziam parte também de outras instituições de pensamento liberal, como a maçonaria o que provocava muitos embates e cisões dentro da própria estrutura organizacional da Santa Sé (Santirocchi, 2015).

Em relação ao “combate à religiosidade popular considerada fora dos padrões eclesiásticos romanos”, em 1858, o bispo paulista Dom Antônio Joaquim de Mello encaminha uma carta a Dom Pedro II, em protesto contra o casamento civil. Entre outras questões apontadas pelo bispo como “condenáveis”, encontra-se um trecho onde deixa clara a sua opinião conservadora sobre as festas dedicadas aos santos, vistas por ele como “idolatria material de imagens”. Para Dom Antônio J. de Mello:

[...] Os falsos profetas apregoam uma paz que não virá, mas a guerra, e a guerra intestina. Em manifesto, Senhor, uma triste verdade, e verdade de experiência: **o Brasil não tem mais fé, a religião está aí quase extinta. Há só da religião o exterior: grandes festas que acabam ordinariamente em dissoluções na baixa sociedade, e uma idolatria material de imagens! Mas aquele que é o caminho, a verdade e a vida é desconhecido.** O espírito do Evangelho não entra

<sup>191</sup> De acordo com Riolando Azzi (1992, p. 109) o ultramontanismo ou romanização surgiu na França, na primeira metade do século XIX e entre outras prerrogativas defendia a “autoridade do Pontífice Romano” (o Papa) sobre todos os demais poderes temporais, “além dos Alpes, ou seja, ultramontes”.

<sup>192</sup> As considerações apresentadas neste estudo abordam esse tema de forma resumida, apontando os elementos principais que se conectam ao tema de estudo. Existem muitas outras questões entrelaçadas, porém, se estendem além dos limites de uma pesquisa de mestrado e optou-se por não abordá-las em detalhes neste momento.

nem nas corporações; a educação doméstica, que ainda nos salvaria, não existe mais [...] O remédio único, Senhor, é uma concordata franca e leal com a Santa Sé. Assim os bispos, voltando à sua posição natural, recobrando a sua antiga força moral de que tanto precisam, e não têm, empenhar-se-ão na reforma dos costumes, no melhoramento da educação, e virão em apoio da Pátria [...] (Dom Antônio J. de Mello, 1858, *apud* Camargo, 1953, p. 225- grifo nosso).

Um dos objetivos do clero reformador era a “reforma do sagrado” que buscava controlar as religiosidades populares e também dificultar a propagação de religiões como protestantismo e o culto maçônico (Coelho, 2011). Esse pensamento levou alguns bispos a promoverem uma limpeza decorativa no interior dos templos católicos, em busca de uma nova imagem para a religião católica. Assim, pregavam-se novos cultos com a substituição de santos populares <sup>193</sup>, por santos do cristianismo primitivo <sup>194</sup>, além da defesa do fim da ornamentação estética e exagerada do barroco e rococó que predominava nos templos católicos até meados do século XIX. Nesse momento, havia menos apoio financeiro do Estado e “para compensar era preciso que as igrejas fossem executadas de forma mais rápida, mais limpa de distrações e que pudesse abrigar maior número possível de fiéis” (Nogueira, 2016).

Desta forma, no Brasil, muitos templos católicos que remetiam ao passado colonial começaram a ser reformados ou substituídos por novas edificações que adotaram a linguagem eclética resultante das influências européias de tendências revivalistas históricas, como o neoclássico e o neogótico, que foram introduzidas, após a chegada da Missão Artística Francesa <sup>195</sup>, em 1816, perpetuadas pela Academia Imperial de Belas Artes – AIBA <sup>196</sup>,

<sup>193</sup> Como exemplo: Santa Rita de Cássia, Santo Antônio, São Francisco de Assis, Santa Luzia, São Sebastião, Santos Cosme e Damião, Santo Expedito, São Benedito, Santa Efigênia e outros (Castro, 2012, p. 89-171).

<sup>194</sup> Remete ao culto cristão dos três primeiros séculos e parte do IV voltado para os Evangelhos dos Apóstolos (principalmente de Marcos, Lucas, Mateus e João); nos rituais de batismo e eucaristia; na devoção aos mártires e aos que estiveram ligados diretamente a vida de Jesus Cristo como a Virgem Maria, São José, Santana e São João Batista (Nogueira, 2015).

<sup>195</sup> A Missão Artística Francesa foi liderada pelo Secretário Perpétuo da Classe de Literatura e Belas-Artes do Instituto de França, Joaquim Lebreton (1760-1819). Tinha como objetivo a criação de uma Academia de Belas-Artes, nos moldes da instituição francesa — projeto patrocinado por Antônio de Araújo e Azevedo – o Conde da Barca - e acordado com Dom João VI, no período posterior às guerras napoleônicas (Bittencourt; Gautherot, 1967). O grupo de franceses que chegou ao Brasil, em 1816, era integrado pelo pintor Nicolas Antoine Taunay (1755-1830), o escultor Auguste-Marie Taunay (1768-1824), o também pintor Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e o gravador de medalhas Charles-Simon Pradier (1786-1843), o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776 – Paris/França; 1850 – Rio de Janeiro/Brasil), entre outros artífices. Também acompanhavam professores de mecânica e artesãos especializados, como ferreiros, serralheiros, curtidores e carpinteiros, com o objetivo de desenvolverem as indústrias no então Reino Unido de Portugal e Algarves.

<sup>196</sup> Embora tenha chegado ao Brasil em 1816, Grandjean de Montigny só conseguiu projetar e edificar a Academia Imperial de Belas Artes em 1826. A AIBA foi a principal instituição responsável pela reorganização de todo o sistema das artes visuais e da arquitetura brasileira. O prédio da AIBA foi demolido em 1930. Atualmente, no mesmo local, encontra-se o Museu Nacional de Belas Artes. Do prédio original, restou apenas o frontão, que se encontra no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, preservado e transportado para o parque nos anos 40 por insistência de Lúcio Costa (IPHAN, 2016).

fundada em 1826 e, continuadas posteriormente, pela Escola Nacional de Belas Artes, fundada em 1890. Nesta última, destaca-se a formação de técnicos de engenharia e arquitetura que passaram a “incorporar essas influências européias em seus projetos”, somadas às “inovações técnicas e de materiais industrializados que chegavam ao país no início do século XX” (Santos, 1977). Conforme explica Azzi (2000), nesse período também, a Igreja Católica já havia passado pela crise da “Questão Religiosa”<sup>197</sup> e “começava a aceitar as mudanças do século XX com menos desconfiança”.

O “Neoclassicismo” foi um movimento artístico e cultural que surgiu na Europa ocidental, no início do século XVIII, sob influência da cultura acadêmica dos enciclopedistas, da arqueologia científica e do “Iluminismo”, outra corrente de pensamento que também se desenvolvia neste período histórico fazendo com que o século XVIII fosse conhecido como o “século das luzes”. Era influenciado por princípios intelectuais e estéticos da “antigüidade grega e romana”, primando-se pela “valorização da razão e pela crítica ao absolutismo”. As obras de arte e da arquitetura neoclássica buscavam uma harmonia geométrica e a valorização da simplicidade das formas, objetivando um planejamento de projeto que fosse o ideal, simétrico e funcional em contraposição aos os exageros produzidos anteriormente nas artes do Barroco e do Rococó. Na elaboração das plantas baixas prevaleceu a revalorização das formas quadradas, retangulares ou centralizadas. No exterior das edificações queria-se passar a idéia de grandiosidade e força (caráter político), enquanto no interior a de comodidade e bem-estar. Passou-se a valorizar o material em si (sem enganos visuais), como o tijolo, a pedra, o mármore branco, a pedra calcária e o granito (Benevolo, 2001).

Nas décadas finais do século XIX, o neoclássico caiu em desuso e foi acompanhado por novas correntes culturais, que buscavam expressar as mudanças da sociedade naquele momento. Estas mudanças correspondiam ao fim do trabalho escravo, a chegada de imigrantes europeus, a instalação das ferrovias e o surgimento de indústrias voltadas à produção de tecidos, materiais de construção como o concreto, o ferro fundido, o vidro, materiais pré-fabricados como o ladrilho hidráulico e telhas cerâmicas planas, além de produtos alimentícios (Reis Filho, 1970, p. 144).

A partir do neoclássico, os resgates promovidos pelo revivalismo ou romantismo, ocorridos na Europa e que reverberaram em vários países no final do século XIX e nas

---

<sup>197</sup> A “Questão Religiosa” refere-se aos episódios de desentendimentos entre o Papa Pio IX e Dom Pedro II sobre algumas determinações da carta “Encíclica Quanta Cura” (1864) e o seu anexo “Syllabus” (Silabo dos Erros), que foram ignoradas e revogadas em decreto pelo imperador causando instabilidades entre clero e o governo imperial. Tal situação conflituosa contribuiu para a separação entre os dois poderes com a proclamação da República em 1889 (Fausto, 2005).

primeiras décadas do século XX, muitas vezes, foram parte de movimentos de valorização e idealização da história nacional, assumindo um caráter nacionalista. Na Inglaterra, França e Alemanha, por exemplo, surgiu o “neogótico”, voltado ao resgate do passado medieval inspirado pelos interesses de antiquários por relíquias religiosas e pelas antigas catedrais e castelos. Nesses países, resgatou-se o uso de formas arquitetônicas como o arco ogival nas vergas das esquadrias e dos vitrais em vidro colorido; no interior das edificações as abóbadas ogivais ressaltavam a amplitude do pé-direito; no exterior, as edificações eram marcadas pela robustez do embasamento, composto por uma estrutura ressaltada de contrafortes e pela verticalidade presente no uso de torres piramidais e pontiagudas, com pináculos sobre platibandas rendilhadas que protegem a cobertura (Patetta, 1987, p. 10 - 25). Em Portugal, surgiu em meados do século XIX o “neomanuelino”, que revivia o estilo da “época áurea das Navegações”, copiando os aspectos mais superficiais da decoração manuelina, como a “diversidade de arcos, cordas, elementos vegetalistas, cinturões, fivelas, pináculos, contrafortes e esculturas, concentrando a decoração em torno de portas e janelas” (Anacleto, 1997).

Além do Brasil, em outros países da América Latina “emergiram movimentos de resgate nacionalistas que reagiram principalmente aos elementos arquitetônicos estrangeiros” do ecletismo europeu (Kessel, 2011). Desta forma, de acordo com Joana Mello (2007), a partir dos anos de 1910 até finais da década de 1930 temos o “neocolonial”, que buscou resgatar os elementos próprios do período colonial, com formas inspiradas no barroco e no rococó. O marco de lançamento do movimento foi a conferência "*A Arte Tradicional no Brasil*", realizada em 1914, na Sociedade de Cultura Artística, de São Paulo, pelo arquiteto e engenheiro português Ricardo Severo de Fonseca e Costa (Lisboa, 1869 - São Paulo, 1940).

Brandão (2013, p. 33), salienta que no “processo de resgate do passado, houve uma seleção daquilo que atenderia às pretensões historicistas”. Para a construção do “neocolonial” como estilo arquitetônico, era preciso “ressaltar aspectos positivos, heróicos, românticos e afetivos”, já outros “não poderiam sequer ser revelados”. Nessa idealização da arquitetura neocolonial ou tradicionalista <sup>198</sup> destacaram-se como características principais: as plantas baixas retangulares; o uso de frontão ou platibanda com coroamento em arcos em formato de canga e volutas nas fachadas, lembrando antigos “chafarizes coloniais”; o uso de nichos cegos ou óculos de iluminação protegidos por grades de ferro fundido nos frontões; revestimento

---

<sup>198</sup> Ressaltamos que não há ainda estudos acadêmicos voltados à aplicação da linguagem neocolonial da arquitetura religiosa mineira, principalmente, na região da Zona da Mineira em estudo, sendo uma lacuna a ser preenchida com pesquisas futuras.



externo das paredes em formato geométrico texturizado ou lisos; a presença de colunas torças ou salomônica de fuste espiralado; presença do arco pleno nas vergas das esquadrias dividindo os ambientes internos e uso de painéis em azulejo com temas religiosos decorando a empena central das fachadas. É importante ressaltar ainda que antes do surgimento do neocolonial, predominava a vontade de apagar os vestígios do passado colonial, tido como primitivo e retrógrado, em nome do “progresso e da modernidade”. Posteriormente, o “neocolonial serviu de base aos propósitos do movimento modernista que buscava elementos do passado que expressassem uma arquitetura tradicionalmente brasileira” (Pinheiro, 2011). Certamente, a reforma que a edificação da igreja Matriz de São Manoel passará não estará livre da influência do debate e transformação arquitetônica nacional, aqui descrita.

### 3.1 A construção do novo templo

A atual igreja Matriz de São Manoel que pode ser contemplada no centro da cidade de Rio Pomba foi edificada no mesmo local do antigo templo colonial, demolido em 1914. Nesse período a Paróquia de São Manoel era administrada pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz. Seu paróquiato ocorreu entre 1905 até 1927, substituindo o Padre Carlindo de Castro (1901 a 1905). Conforme o Livro de Despesas da igreja Matriz de São Manoel<sup>199</sup>, Padre Calixto Gonçalves da Cruz contrata, em 1914, o engenheiro civil Joaquim Furtado de Menezes, pela gratificação em dinheiro de 300\$000 (trezentos mil réis), para elaborar o projeto da nova matriz.

O engenheiro civil Joaquim Furtado de Menezes<sup>200</sup> teve uma carreira política importante no Estado de Minas Gerais. Entre os anos de 1914 e 1922 exerceu o cargo de Diretor de Indústria do Estado de Minas Gerais, quando ocupou interinamente, de setembro de 1920 a dezembro de 1922, a Prefeitura de Águas Virtuosas (atual Lambari/MG), tornando-

---

<sup>199</sup> AEPMSMRP. Fundo Eclesiástico. Livro de Receitas e Despesa da igreja São Manoel. Páginas avulsas. Data: 02 de abril de 1914. Local: Rio Pomba/MG. Acervo documental do Museu Histórico de Rio Pomba. Pesquisa realizada em 28/06/2023.

<sup>200</sup> Joaquim Furtado de Menezes nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 19 de outubro de 1875. Formou-se em Engenharia Civil e de Minas em 1900 e em Farmácia em outubro de 1901. Nomeado ainda neste último ano como professor da Escola de Ouro Preto. Faleceu em Belo Horizonte no dia 20 de maio de 1940. Era casado com Zaira Porto de Menezes, com quem teve quatro filhos (FGV. Acervo). Dentre seus filhos destacamos Ivo Porto de Menezes, que seguiu uma carreira profissional semelhante à do pai, graduando-se em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1954, onde também foi professor de Arquitetura, lecionando desde março de 1955 até 1982, quando se aposentou. Ivo Porto participou de diversos trabalhos, em especial no levantamento de monumentos históricos e artísticos, com encaminhamento para o IPHAN e IEPHA/MG. Diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1974/1975. Engenheiro-Arquiteto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigiu o Escritório em Ouro Preto e região de 1956 a 1960, tornando-se pesquisador do IPHAN, em pesquisas históricas (MENEZES, Ivo Porto. Apresentação, 2022). Disponível em: <<https://ivomenezes.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

se, em 1921, membro do Conselho de Minas do Estado de Minas Gerais. Em 1924, exerceu, também interinamente, a Prefeitura de Araxá/MG. Foi Membro do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais de 1931 a 1933, durante a interventoria de Olegário Maciel (1930-1933), e elegeu-se, em maio de 1933, Deputado da Assembléia Nacional Constituinte, pela legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1933, Menezes participou dos trabalhos constituintes, propondo emendas relativas à legislação das minas em favor ao ensino religioso nas escolas, ao direito de voto dos clérigos e à proibição de brasileiros aceitarem condecorações estrangeiras <sup>201</sup>.

Em sua trajetória, J. Furtado de Menezes sempre esteve ligado à política e a religião católica. Além de alguns boletins de doutrinação vicentina, publicou também o estudo intitulado “*A religião em Ouro Preto*”, em 1911, na coletânea “Bicentenário de Ouro Preto – Memória Histórica – 1711-1911 – Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais” <sup>202</sup>. Este foi um dos primeiros trabalhos sobre as igrejas e as irmandades de Ouro Preto/MG, concluído após uma pesquisa preliminar junto aos arquivos paroquiais da cidade. Seu trabalho de pesquisa foi elogiado por outros pesquisadores importantes da história e das artes em Minas Gerais como Theophilo Feu de Carvalho (1872-1946), o Cônego Raimundo Trindade (1883-1962) e Germain Bazin (1901-1990) (Menezes, 1975, p. 5-6).

Um dos fatores que talvez explique a contratação de Joaquim Furtado de Menezes pelo Padre Calixto e também a sua ligação com Rio Pomba é a presença, na cidade, da Associação dos Vicentinos <sup>203</sup>. A Associação dos Vicentinos em Rio Pomba, fundada em 1902 é uma entidade submetida a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede em Belo Horizonte/MG (Pinto, 2013). J. Furtado de Menezes foi um dos fundadores e o primeiro Presidente do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, da Província Eclesiástica de Belo Horizonte/MG, em 1916.

---

<sup>201</sup> FGV - CPDOC. Acervo. Verbetes. Biografias. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/menezes-joaquim-furtado-de>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

<sup>202</sup> O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG reeditou a pesquisa, em 1975, com a publicação do livro “Igrejas e Irmandades de Ouro Preto: a religião em Ouro Preto”. A nova edição foi organizada pelo filho do autor, Ivo Porto de Meneses, que realizou a complementação das fontes documentais pesquisadas e incluiu as citações nos textos originais (Menezes, 1975).

<sup>203</sup> Sobre a atuação dos Vicentinos na cidade de Rio Pomba e região, recomenda-se a leitura da tese de Ana Paula Magno Pinto, intitulada “Assistência, saúde e sociedade: A sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939)”. Disponível em: <[https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese\\_final\\_ana\\_paula\\_pinto.pdf](https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_ana_paula_pinto.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2023.

A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP)<sup>204</sup> se originou na França, no ano de 1833, tendo como principal fundador Antonio Frederico Ozanam<sup>205</sup>. O objetivo principal da SSVP é promover a assistência à pobreza por meio da prática da caridade católica. No Brasil, a SSVP chegou em 1872 (SSVP/Brasil, 2023). Em Minas Gerais, a Sociedade São Vicente de Paulo foi implantada durante as últimas décadas do século XIX, sob o regime imperial, quando as campanhas abolicionistas e republicanas tomaram força no país. Neste período não havia confrarias da Misericórdia nas cidades da Zona da Mata Mineira. Em 1895 acontece a primeira conferência vicentina na região que seguiu disseminado as influências e as idéias da SSVP durante a década final do século XIX até meados do século XX. No ano de 1939 é inaugurado o Hospital São Vicente de Paulo da cidade de Rio Pomba/MG. Joaquim Furtado de Menezes sempre esteve atuante na SSVP e contribuiu para sua instalação e permanência na cidade de Rio Pomba/MG. Os vicentinos operavam em consonância com as alas mais conservadoras da Igreja Católica, apoiando as idéias ultramontanas de restauração da fé católica (Pinto, 2017).

Voltando ao projeto da nova matriz, infelizmente não localizamos nos arquivos paroquiais a documentação sobre as condições de projeto que teriam sido contratadas pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz. Também não foram encontradas as plantas baixas originais, apenas os desenhos das fachadas frontal e lateral que atualmente compõem o acervo do Museu Histórico de Rio Pomba<sup>206</sup>. As figuras a seguir, referem-se ao projeto elaborado por Joaquim Furtado de Menezes, para as fachadas frontal e laterais da nova matriz<sup>207</sup>.

---

<sup>204</sup> A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) se originou na França no ano de 1833 na sede do jornal “A Tribuna Católica”, de propriedade de Emanuel Bailly. Junto com ele, estavam os jovens Antônio Frederico Ozanam, Auguste Le Taillandier, Jules Delvaux, Paul Lamache, François Lallier e Félix Clavé.

<sup>205</sup> Foi estudante e professor de Direito, formado também em Letras, na Universidade de Sorbonne, em Paris, França. Seu entusiasmo ajudou a expandir a presença da SSVP no mundo. Pelo seu trabalho a frente da SSVP e pela influência de suas idéias que ajudou a converter diversas pessoas ao catolicismo foi beatificado pelo Papa João Paulo II, em agosto de 1997. Atualmente, existe uma causa de canonização de Frederico Ozanam em análise pelo Vaticano. Disponível em: <<https://ssvpbrasil.org.br/fundadores/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

<sup>206</sup> Porém, não significa que não existam, só não foram localizadas a tempo da entrega da referente dissertação de mestrado.

<sup>207</sup> Devido à fragilidade dos documentos a Direção do Museu Histórico de Rio Pomba optou por enquadrar as pranchas em painéis de vidro com molduras de alumínio. Os quadros ficam expostos no saguão do pavimento térreo do Museu Histórico de Rio Pomba.



Figura 68: Desenho proposto para a fachada frontal da igreja Matriz de São Manoel. Autor: J. Menezes. Nanquim sobre papel vegetal. Data: Outubro/1910. Fonte: Arquivo do MHRP. Foto: Elza Vieira – Novembro/2022

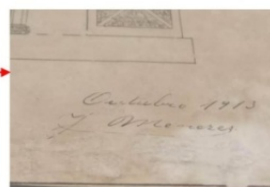


Figura 69: Detalhe da assinatura do autor do projeto e data de elaboração do desenho: “Outubro 1913” e “J. Menezes”.



Figura 70: Igreja Matriz de São Manoel. Proposta para as fachadas laterais. Autor: J. Menezes. Nanquim sobre papel vegetal. Data: Outubro/1910. Fonte: Arquivo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2022

Uma vez concluído o projeto, as obras da igreja Matriz de São Manoel foram iniciadas. A execução da obra ficou a cargo da construtora Pantaleone Arcuri e Spinelli<sup>208</sup>, empresa da região, situada na cidade de Juiz de Fora/MG. Para gerenciar as obras do templo em Rio Pomba/MG, Pantaleone Arcuri terceiriza os serviços que ficaram sob a responsabilidade de seus patrícios, o mestre de obras Silvano e seu filho Quirino Marini (Dossiê, 2010, p. 26).

A trajetória das famílias Arcuri e Marini se entrelaça no período entre as décadas finais do século XIX e início do século XX, quando a Zona da Mata Mineira recebeu um grande contingente de imigrantes europeus, principalmente de italianos e alemães. Estes, em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida se deslocaram para as Américas. Naquele momento, os estados nacionais como o Brasil, desejosos de atrair mão de obra, criaram dispositivos de recepção, controle, triagem e orientação desse contingente de pessoas (Reznik; Costa, 2019).

Para receber os imigrantes foram construídas hospedarias nas cidades do litoral onde os navios vindos da Europa aportavam. No Rio de Janeiro/RJ foi construída, em 1833, a Hospedaria da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara. A instalação de hospedarias no Brasil durante o período Imperial esteve relacionada à política de substituição da mão-de-obra escrava pela de imigrantes, implantada a partir da segunda metade do século XIX (Kushnir, 2012, p. 163-164). Esta política foi possível com a publicação da Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850)<sup>209</sup>, que estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Brasil, e a Lei de Terras devolutas (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850)<sup>210</sup>, que regulamentou o acesso à terra, determinando que, a partir daquela data, as terras devolutas da nação só poderiam ser adquiridas através de compra em hasta pública, cabendo ao Estado sua demarcação (Reznik; Costa, 2019). Para além dos interesses do governo brasileiro da época, de “embranquecer a população mestiça”, havia também a necessidade e o desejo dos imigrantes de recomeçarem suas vidas e terem novas oportunidades, como de fato ocorreu para muitas famílias (Seyferth, 2002).

---

<sup>208</sup> O Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora recebeu, em agosto de 2020, a documentação da Companhia Pantaleone Arcuri que estava sob a guarda do Centro de Conservação da Memória da UFJF (CECOM). A documentação recebida é composta por documentos administrativos, fichas de funcionários, livros de movimentação e lançamentos mensais e a coleção de fotos pessoais do engenheiro Arthur Arcuri, filho de Pantaleone Arcuri. Encontra-se em processo de catalogação e arquivamento, mas está disponível para consultas. Informações disponíveis no Arquivo Central-UFJF: <<https://www2.ufjf.br/arquivocentral/2021/08/07/apresentacao-fundo-pantaleone-arcuri/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

<sup>209</sup> BRASIL. Senado Federal. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.

<sup>210</sup> BRASIL. Senado Federal. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 307, v. 1, parte 1, 1851.

O italiano Pantaleone Arcuri chegou ao Brasil em 1876. Após trabalhar como pedreiro no interior dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, mudou-se para Juiz de Fora/MG onde, em 1895, fundou uma construtora junto a outro companheiro, Pedro Timponi. A empresa de construção seguiu sob o nome de Pantaleone Arcuri & Timponi até 1898, quando Timponi se desligou da firma. Nesse momento, Pantaleone se une ao seu cunhado, José Spinelli e, desta forma, a empresa passa a se denominar Pantaleone Arcuri & Spinelli. A firma de construção era semelhante a um complexo industrial, reunindo desde a fabricação e a venda de materiais pré-fabricados como ladrilhos hidráulicos, tijolos cerâmicos maciços, etc., até o fornecimento de uma equipe técnica para a realização dos projetos (Olender, 2011, p. 60).

Semelhantes aos Arcuri, a família Marini é originária da Itália, descendente de Silvano Marini e Clorinda Massioni Marini, naturalizados em Sant'Angelo, na Senigallia, província de Ancona. Imigraram para o Brasil no ano de 1899, desembarcando no Rio de Janeiro e se alojando na Hospedaria da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, aguardando a liberação do Consulado. Após a liberação do Consulado, a família foi conduzida por via férrea para Juiz de Fora/MG, que já havia recebido nesse período um grande contingente de imigrantes italianos (Júlio, 2013). Nesse momento, a cidade de Juiz de Fora e também a região da Zona da Mata Mineira estavam em crescente desenvolvimento econômico, social e cultural. Necessitavam de “operários especializados para alcançar a demanda de obras de grande porte da construção civil” (Ibid., 2011).

No Departamento de Imigrantes, Silvano Marini conheceu Pantaleone Arcuri, que além de construtor e patrício, já estava radicado há vários anos no Brasil. Arcuri, com o intuito de ajudar os recém chegados, estava em busca de mão-de-obra para compor o quadro de serviços de sua empresa que atuava no ramo da construção civil em Juiz de Fora/MG e região. Silvano Marini e seu filho Quirico eram construtores especializados em gesso. Com a ajuda de Pantaleone Arcuri, Silvano Marini conseguiu alugar uma casa e seu primeiro emprego junto ao filho Quirico foi a construção do Prédio da Alfândega, situado no centro de Juiz de Fora/MG (na Praça Antônio Carlos e pertencente ao Exército). No início do século XX, a cidade de Juiz de Fora/MG foi acometida por um surto de febre amarela. Silvano Marini e sua família se mudam para a cidade de Rio Pomba/MG, seguindo a recomendação de Modesto Zanini, que com eles também se mudou. Em Rio Pomba/MG, Marini e Zanini

começaram a trabalhar juntos e iniciaram a construção de diversas casas na cidade (informação verbal)<sup>211</sup>.

Com a demolição da antiga matriz, em 1914, o então vigário, Padre Calixto Gonçalves da Cruz contrata a construtora de Pantaleone Arcuri para a execução das obras. Arcuri, conhecendo Silvano e seu filho Quirico, os coloca a cargo da construção do templo como chefes de obras, em 1914, até a finalização e inauguração da nova igreja Matriz de São Manoel, em 1918 (Dossiê, 2010, p. 26-27). Abaixo, a Figura 71 apresenta uma vista do interior da igreja em construção no início do século XX.

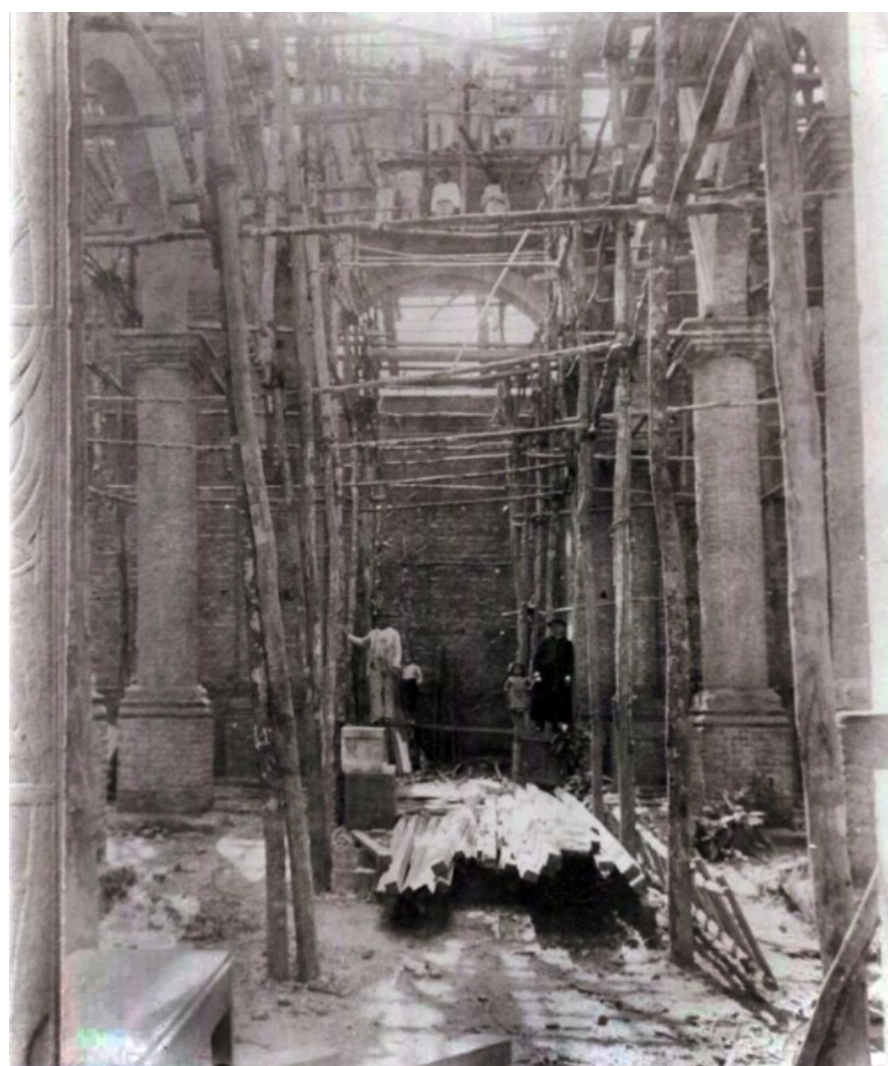


Figura 71: Interior da igreja em construção entre 1914 – 1918. À direita está o Padre Calixto com a sobrinha Cecília; à esquerda, Quirico Marini com seu filho Alaude. Fonte: Acervo fotográfico do MHRP. Autor: S/r. Digitalização: Elza Vieira – Dezembro/2019.

---

<sup>211</sup> As informações apresentadas sobre a família Marini foram gentilmente fornecidas por Carmem Lucia Marini Vieira Júlio, neta de Quirico Marini e que esteve à frente do periódico local “O Imparcial”, fundado por sua família na cidade de Rio Pomba, por 53 anos. O jornal “O Imparcial” foi fundado em 1896 por Francisco Vieira de Siqueira (pai de Carmem Lúcia). Rio Pomba/MG. Data: 15 de agosto de 2023.

### 3.1.1 Partido arquitetônico e descrições da igreja Matriz de São Manoel

O projeto elaborado por Joaquim Furtado de Menezes <sup>212</sup> segue, em planta baixa, a mesma tendência das primeiras igrejas matrizes de partido arquitetônico colonial que surgiram em Minas Gerais, ainda no século XVIII, ou seja, “plantas retangulares” com o “pavimento térreo dividido em nártex, nave, capela-mor, capelas ou corredores laterais, capela do santíssimo e sacristia lateral ou situada na parte posterior da capela-mor; no segundo piso eram locados o coro, tribunas e consistórios” (Santos, 1951, p.127-151).

Desta forma, a igreja Matriz de São Manoel, em Rio Pomba/MG, foi projetada com um partido arquitetônico retangular, com pavimento intermediário e superior acima do altar-mor, além do coro junto à entrada frontal e torre acima do coro. Após o acesso principal há um vestíbulo, com um tapa-vento separando o acesso à igreja da nave central, que vem logo a seguir. Sobre o vestíbulo fica o coro, cujo acesso se faz por uma escada helicoidal com balaustrada em concreto e degraus com piso em cimento queimado, situada ao lado direito da entrada. Do coro tem-se acesso à torre sineira através de escadaria em concreto. O espaço entre a porta de acesso principal e o tapa-vento define a base de seção quadrada da torre.

A nave é limitada por um seguimento de pilares que a separam dos corredores laterais. Antes do arco cruzeiro fica o transepto que atravessa perpendicularmente a nave fazendo ligação com uma porta de acesso na lateral esquerda. Havia também outra porta de acesso na lateral direita, porém foi fechada parcialmente em uma reforma no início de 2000, configurando-se atualmente como uma janela.

O arco cruzeiro marca a entrada na capela-mor, onde está situado o antigo retábulo remanescente da igreja anterior, sobre piso elevado em relação aos demais. Possui composição simplificada sendo composto por duas colunas frisadas e de linhas retas, com seção quadrada, encimadas por capitéis que fazem alusão ao dórico. O acabamento é feito em pintura imitando o marmorizado. Acima, as colunas são interligadas por um arco pleno, executado em argamassa e que emoldura o vão. Esses elementos são apenas decorativos e não exercem função estrutural.

A sacristia ocupa um cômodo na parte posterior da capela-mor, com acesso pela lateral esquerda da capela e outro externo, na fachada posterior. Em cada lateral da capela-mor, correspondente à profundidade do altar-mor e da sacristia, existe uma capela que segue a

---

<sup>212</sup> Infelizmente não localizamos outros projetos do engenheiro J. Furtado de Menezes para comparação com a matriz rio-pombense.



mesma largura dos corredores laterais à nave. A galeria direita (à direita da nave) tem ao fundo a Capela do Santíssimo e a da esquerda, a Capela do Sagrado Coração de Jesus.

A Figura 72 abaixo mostra o levantamento cadastral realizado no ano de 2010 para compor o Dossiê de Tombamento da edificação <sup>213</sup>. Nele temos as plantas baixas do pavimento térreo e do pavimento superior. Podemos verificar a divisão interna dos ambientes que segue o mesmo padrão retilíneo das igrejas coloniais.

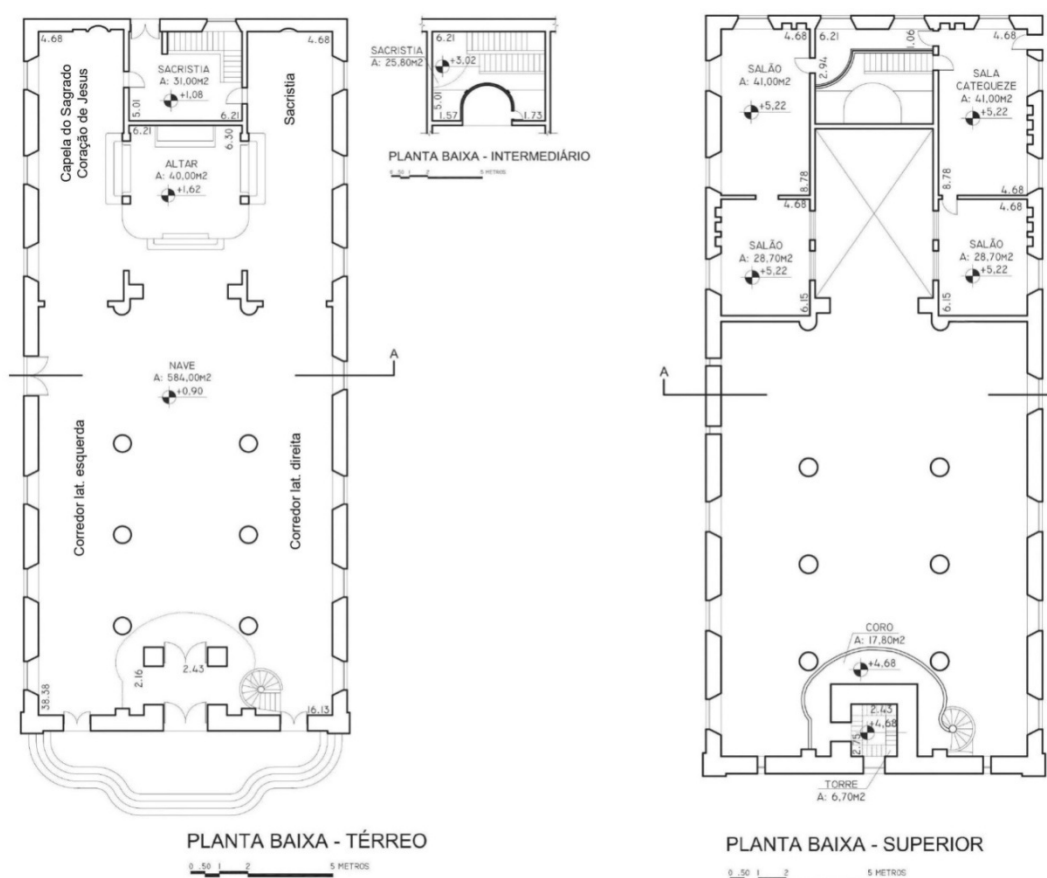


Figura 72: Levantamento cadastral. Planta baixa da igreja Matriz de São Manoel: pavimento térreo e andar superior. Fonte: Dossiê, 2010, p. 53-54. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Dezembro/2023.

O acesso ao pavimento superior é feito pela sacristia, por meio de uma escada de alvenaria que chega ao andar intermediário situado na parte posterior do nicho central do retábulo e por onde são feitos os acessos ao seu interior. O pavimento superior é composto por quatro salões que funcionam como salas de apoio para a sacristia, onde são guardados objetos,

<sup>213</sup> PREFEITURA Municipal de Rio Pomba. Minas Gerais. Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Arquivo: Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de São Manoel. Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística – PERMEAR. 2010, p. 52-59.

imagens e equipamentos. Um dos salões funciona também como sala de aula de catecismo. Os salões frontais se abrem para a capela-mor funcionando como tribunas laterais.



Figura 73: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – nave e capela-mor. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 74: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – capela-mor e entrada principal. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.

Junto à entrada principal estão locados dois pilares de seção quadrada, encimados por capitéis que fazem alusão ao dórico. Recebem o mesmo acabamento de pintura imitando marmorizado presente nos barrados das paredes. Os demais elementos de sustentação estrutural, mais especificamente as colunas que separam a nave dos corredores laterais, apresentam seção circular, fuste com listel e capitel trabalhado. Estes pilares estruturam as arcadas laterais e também apresentam revestimento imitando marmorizado.

No Brasil, os materiais e técnicas tradicionais e vernaculares foram empregados na construção de edificações institucionais e civis, desde o período colonial até fins do século XIX, quando produtos industrializados começam chegar ao país nas primeiras décadas do século XX. Nas revistas “*Architectura no Brasil*”<sup>214</sup> publicadas entre 1921 a 1926, cujo conteúdo tratava das inovações da arquitetura na época, já se abordava o uso de concreto armado com a vedação das paredes em tijolos cerâmicos. Embora não se tenha feito a prospecção da arquitetura na edificação para confirmar o uso desse tipo de técnica, é muito provável que ela tenha sido aplicada pelos construtores. De fato, na Figura 71 acima, podemos visualizar o uso dos tijolos cerâmicos maciços na execução dos pilares e paredes da matriz.

A influência da linguagem eclética possibilitou a introdução de novos materiais fabricados em escala industrial, como as telhas planas de encaixe, do tipo Marselha e ofereceu também novas idéias de concepção para os vãos de esquadrias a partir do uso do ferro e vidro martelado. As janelas ganham básculas que permitem a vedação, a iluminação e a circulação de ar em uma mesma peça, diferente das janelas em madeira.

Desta forma, na matriz rio-pombense, temos na fachada frontal e na metade das fachadas laterais dois vãos diferenciados, de visualização vertical, formado por um retângulo com um círculo em cada extremidade. São vedados por vidro martelado e colorido (azul nas extremidades; amarelo e vermelho ao centro). Ainda nestas fachadas, sobre as portas principais, há um óculo central. As portas possuem vedação de madeira na parte inferior, divididas em duas abas que se abrem para o interior, entalhadas em baixo relevo. A parte superior é vedada por bandeira fixa em ferro fundido, dividida em caixilhos vedados por vidro martelado e colorido (azul, amarelo e vermelho). As janelas possuem esquadrias de ferro vedadas por vidro incolor, com abertura basculante. Na torre, os vãos dos sinos têm verga em arco pleno, sem esquadrias, delimitados por molduras em argamassa. A porta de acesso à

---

<sup>214</sup> Primeiro periódico a tratar sobre arquitetura e a profissão, surgido no início do século XX. Sua publicação percorreu a primeira metade da década de 1920, entre outubro de 1921 e 1926, quando foram publicados 29 números. A sede da redação foi fixada no Rio de Janeiro (Siolari; Portugal, 2016). Os números da revista estão disponíveis em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=308250&pagfis=1>>. Acesso em: 20 set. 2023.

fachada posterior possui duas abas que se abrem para o interior, com acabamento do tipo almofadado e pintura em esmalte sintético.

A cobertura da matriz apresenta uma configuração diferenciada do que estava em uso até então, que era o telhado em duas ou quatro águas com manto de telhas de barro tipo capa e bica com beirais que avançavam nas extremidades. Sobre a edificação o telhado se desenvolve em nove águas, sendo a estrutura de madeira coberta por manto em telhas francesas, do tipo marselha. As empenas e laterais estão ocultas por platibanda em todo seu perímetro e as calhas e rincões, para escoamento de águas pluviais, são em aço galvanizado, junto às platibandas. Na parte central do volume, as duas águas longitudinais do telhado são interrompidas por outras duas águas voltadas para as fachadas laterais, como se fossem duas grandes mansardas voltadas para estas laterais e escondidas por frontão em arco e arremate superior com desenhos geométricos. Na fachada posterior o fechamento do telhado configura uma tacaniça com caimento para a fachada posterior, que também apresenta platibanda. O arremate das cumeeiras é feito por telhas cerâmicas do tipo capa. No interior, a igreja Matriz não possui forro, sendo toda a sua extensão coberta por laje. Junto à fachada frontal ergue-se a torre sineira que apresenta cobertura de quatro águas em placas pré-moldadas de concreto aparentemente. Em seu interior encontram-se três sinos em tamanhos diferentes.

Sobre os acabamentos internos, a nave, capela-mor, corredores laterais e sacristia apresentam piso em ladrilho hidráulico <sup>215</sup>, com exceção da capela-mor e da sacristia onde o piso original foi substituído por granito. Em reformas posteriores, o piso em madeira do pavimento intermediário e das salas do pavimento superior foi substituído por cerâmica e o acesso ao pavimento superior, que é feito por um lance de escadas com piso do mesmo material e borda em granito. Na parte superior das paredes existe rodapés em massa, que recebe o mesmo efeito de pintura utilizado no barrado das paredes. O teto, por sua vez, é em laje pintado em tinta látex na cor branca. O coro e as tribunas da capela-mor são cercados por um guarda-corpo formado por balaústres de argamassa na área interna.

Quanto à fachada frontal, esta apresenta base ressaltada e é formada por três tramos: um central e dois laterais. Os três tramos são separados por cunhais com elementos decorativos em relevo e entablamento em cimbalha. Os cunhais das extremidades da fachada apresentam, na altura da platibanda, pináculo piramidal. O tramo central apresenta volumetria terminada, na sua parte mais alta, pela torre sineira.

---

<sup>215</sup> O piso em ladrilho hidráulico inserido no interior no templo pertence ao catálogo da construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli (Lopes, 2022) Podem ser encontrados em várias igrejas, edificações institucionais e residências de cidades da região da Zona da Mata como: Juiz de Fora, Rio Pomba, Goianá, Guarani, Matias Barbosa e outras.



Figura 75: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada frontal. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

O pavimento térreo é vazado por três vãos de portas com sobreverga em arco pleno, que se configura como o acesso principal à edificação, sendo vedado por porta em madeira do tipo almofadada com duas folhas de giro e bandeira com vitrais nas cores. Acima da porta existe um óculo vedado com vitral e acima deste, um frontão trapezoidal que faz o fechamento da empena do telhado nesta fachada. O tramo central apresenta elementos decorativos em fita ressaltados em massa pintados em branco, que se destacam sobre o fundo bege das paredes. Centralizado neste mesmo tramo, porém um pouco recuada, a torre sineira é vazada por vão em arco pleno onde está fixado um dos três sinos que a compõem. Abaixo deste vão, existe um relógio mecânico fabricado pela empresa José Michelini & Filho (Dossiê, 2010). O volume da torre é escalonado horizontalmente em três partes e o acabamento superior de cada uma destas partes é feito em cimalha perfilada.

Os tramos laterais da fachada frontal são idênticos. São vazados na parte inferior por abertura com sobreverga em arco pleno vedada por porta similar à porta principal, encimada por óculo verticalizado encimado por elemento decorativo horizontal em cimalha. Em todas as portas nota-se entablamento em cimalha nos pilares laterais aos vãos.



Figura 76: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada frontal e lateral esquerda. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

As fachadas laterais (esquerda e direita) são idênticas em sua composição e apresentam base ressaltada, um tramo central e três tramos laterais, todos entremeados por cunhais similares aos já descritos para a fachada frontal. Ao centro possui um elegante frontão, com bordas recortadas em volutas e ladeado por platibandas com detalhes rendilhados e encimadas por pináculos piramidais. A platibanda apresenta elementos decorativos geométricos ressaltados em massa. Esse frontão remete às antigas matrizes coloniais de influência barroca e rococó, cujos frontões apresentavam esse recorte em curvas e contracurvas, sendo resgatado pelo ecletismo durante as décadas finais do século XIX e início do século XX quando estava em prática o neocolonial.

Ladeando o tramo central temos outros três tramos laterais que são idênticos. São vazados por seis vãos de esquadrias vazados em cada lado, com sobreverga em arco pleno, vedados por janelas do tipo basculante, em ferro e vidro. O tramo central apresenta, na parte inferior, um vão de porta e um de janela, com as mesmas características das demais fachadas. A fachada posterior é formada por três tramos entremeados por cunhais similares aos já descritos nas demais fachadas. O plano de fundo da fachada é pintado em tinta látex em tom bege e os detalhes decorativos em branco. As esquadrias são pintadas na mesma cor do fundo da fachada, porém em esmalte sintético fosco.



Figura 77: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada lateral esquerda e posterior. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

### 3.1.1.1 Modificações do projeto original

Ao analisarmos o desenho de proposta para a fachada da igreja Matriz de São Manoel encontramos algumas diferenças entre o que foi proposto no projeto original e o que encontra-se executado. São alterações sutis, mas importantes de serem registradas<sup>216</sup>. Na fachada frontal, encontramos pelo menos cinco elementos diferentes. A Figura 78 traz o desenho proposto para a fachada frontal e ao lado está a fachada da edificação construída. Ambas possuem as marcações correspondentes aos elementos modificados e sua localização. O primeiro item (1) refere-se aos vãos de iluminação situados à altura do coro. Apresentam formas diferentes. No desenho as extremidades deveriam terminar em círculos. Na execução este detalhe não foi seguido, sendo executado apenas um círculo. Porém, segue o mesmo padrão da fachada lateral. Talvez por isso tenha sido modificado, para manter a padronização dos vãos. O óculo<sup>217</sup> central (2), acima da porta de entrada também sofreu alterações. No projeto ele apresenta uma composição diferente em seu vitral de vedação em forma de rosácea. Essa alteração ocorreu em reforma posterior, pois na fotografia da matriz, datada de 1926, percebe-se que ele apresentava a mesma forma do desenho proposto por Menezes em seu projeto.

<sup>216</sup> Estas alterações não foram mencionadas no Dossiê de Tombamento da edificação.

<sup>217</sup> Óculo designa um elemento de arquitetura. Caracteriza-se como uma abertura na fachada ou no interior que pode ser circular, ovalada ou de outras formas, destinada à iluminação e ventilação. Localiza-se geralmente acima de uma abertura principal ou inclusa em frontões e frontispícios (Ávila; Affonso, 1996, p. 60).



Figura 78: Igreja Matriz de São Manoel. Montagem de comparação. Rio Pomba/MG.  
Elaboração: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 79: Igreja Matriz de São Manoel. Proposta fachada frontal – detalhe central: óculo.  
Data: 1913. Autor: J. Menezes.  
Rio Pomba/MG.  
Digitalização: Elza Vieira.  
Novembro/2020.



Figura 80: Igreja Matriz de São Manoel. Foto da fachada frontal – detalhe central: óculo. Data: 1925.  
Autor: S/r. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal de Rio Pomba/MG. Digitalização: Elza Vieira. Novembro/2020.



Figura 81: Igreja Matriz de São Manoel. Foto fachada frontal – detalhe central: óculo.  
Rio Pomba/MG.  
Foto: Elza Vieira -  
Dezembro/2023.

Outro detalhe decorativo é o círculo (3) sobre o óculo, onde deveria ter sido inserido o relógio que está na torre. Este recebeu no interior a inserção de uma estrela de cinco pontas, executada em argamassa ressaltada. Na torre (4) percebemos a supressão de dois vãos, no projeto original, no lugar do relógio da fachada atual. Parece haver também uma diferença de proporções. O último item (5) caracteriza-se como duas volutas que arrematam as laterais do frontispício, encontrando-se com as extremidades dos cunhais. Elas estão presentes na fachada frontal, desde 1925, porém não aparecem no projeto original. As fachadas laterais seguem o disposto no projeto.



Em 1918, uma nova gratificação de 100\$000 (cem mil réis) foi oferecida, ao engenheiro J. Furtado de Menezes, para que estivesse presente em Rio Pomba e analisasse a execução das obras e esclarecesse algumas dúvidas sobre o projeto (Dossiê, 2010, p.26). Talvez tenha sido para dirimir as alterações apontadas acima. Essas modificações não foram indicadas no Dossiê de Tombamento da Matriz e também não localizamos nos arquivos paroquiais outras informações que esclarecessem a data em que ocorreram.

### 3.1.2 O conjunto pictórico da ornamentação interna da matriz

Nos primeiros anos após a construção, a igreja Matriz de São Manoel não possuía ornamentação interna. Havia apenas o retábulo remanescente do templo anterior e o acervo de imagens sacras <sup>218</sup>. Durante a gestão dos padres João Chrisóstomo Campos (1928 a 1935), Mario Quintão (1940 a 1943) e Gladstone Batista Galo (1943 a 1971), a matriz recebeu inúmeras intervenções como a reforma do altar-mor, ladrilhamento do piso, pinturas gerais, instalação de novo relógio na torre, com três mostradores iluminados e a aquisição de um órgão eletrônico para o coro (Santiago, 2016, p. 82). A partir de 1920 e durante toda a primeira metade do século XX, a igreja Matriz de São Manoel continuou a receber várias reformas. Porém, a memória destas intervenções não foi devidamente registrada nos livros do tomo ou de despesas da paróquia.

Na primeira metade do século XX, sob a administração do Padre Gladstone Batista Galo, a edificação recebe novas intervenções, com a execução de um conjunto de pinturas artísticas, de autoria de Antônio Porfírio <sup>219</sup> (1901 – 1964), um importante artista sacro da região que atuou na ornamentação de várias outras igrejas da Zona da Mata Mineira.

<sup>218</sup> Acervo remanescente do templo anterior e composto por: duas imagens do orago São Manoel (em madeira/ datadas dos séculos XVIII e XIX) – uma delas atribuída ao artífice Aleijadinho (ver Capítulo I deste estudo); um Senhor dos Passos (em madeira/XIX); uma Nossa Senhora das Dores (em madeira/XIX); um Senhor Morto (em madeira/XIX); um Sagrado Coração de Jesus (de importância devocional, século XX, em gesso). Todas foram inventariadas pelo IEPHA/MG em 2011.

<sup>219</sup> Natural da cidade de Piranga/MG era filho de Altiva de Souza Porfírio e José Patrocínio Porfírio. Viveu durante muitos anos na cidade de Mercês, onde faleceu em 1964. Foi aluno e companheiro em obras coletivas de Juca Paim, outro artista sacro de importante atuação na região, que além de obras executadas na igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, em Mercês/MG, deixou também importantes obras como as pinturas de forro da igreja Matriz do Divino Espírito Santo, em Guarani/MG; o conjunto de pinturas alusivas às passagens da vida de São José, com algumas alusões também a Nossa Senhora que decoram a igreja Matriz de São José, em Paula Cândido/MG; as pinturas da igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim, em Aracitaba/MG e outras cidades da região como: Alto do Rio Doce, Cipotânea, Desterro do Melo, Ibertioga, Senador Firmino, Senhora dos Remédios, Silverânea e Ressaquinha. Ressalta-se a semelhança do modo de representar as cenas, próprio do autor em praticamente todas as suas obras, sob moldura pintada. Não há ainda estudos aprofundados sobre suas obras como as técnicas, concepção e estilos empregados em seus trabalhos. Conhecido na região como “Antônio Pintor”. Assinava suas obras com a abreviatura: “A. Porfírio” (Silveira, 2000).

As pinturas executadas <sup>220</sup> por Antônio Porfírio estão situadas na nave, capela-mor e corredores laterais da matriz. Na capela-mor, situado sobre o retábulo, está representado o culto a “Sagrada Liturgia” (1), com o cálice ao centro da imagem apoteótica, rodeado por figuras angélicas, que direcionam e elevam as preces dos fiéis aos céus. Do lado esquerdo, um grupo de anjos toca instrumentos musicais: órgão, violino, harpa. No lado direito, um coro de anjos empunham cruzes e estandartes com imagens de Jesus Cristo. Na Figura 82 abaixo, temos os três painéis de pintura e ao lado, a representação da planta baixa da matriz com a demarcação de localização da cada pintura.



Figura 82: Painéis parietais e sua localização no interior do templo. Igreja Matriz de São Manoel. Rio Pomba/MG. Fotos e elaboração: Elza Vieira. Dez. 2023.

Nos corredores laterais foram executados dois painéis. Ao lado esquerdo (evangelho) da nave temos um painel com a temática “A aparição do Sagrado Coração de Jesus para Santa Margarida Maria Alacoque” (2) e ao lado direito (epístola) o painel é dedicado a “Anunciação da Virgem Maria” (3).

<sup>220</sup> A técnica utilizada foi a pintura mural ou parietal. Devido às intervenções de repintura realizadas em 1990, não foi possível verificar o tipo de material utilizado por Porfírio, uma vez que toda a pintura original foi coberta por tinta à óleo.

Na pintura “A aparição do Sagrado Coração de Jesus para Santa Margarida Maria de Alacoque” (2) <sup>221</sup> temos em primeiro plano a representação de uma cena na qual Santa Margarida Maria encontrava-se em oração diante do Santíssimo Sacramento e recebe a visão do Sagrado Coração de Jesus que lhe incumbe de revelar ao mundo a sua vontade. Jesus Cristo aparece à sua frente, vestindo túnica branca e vermelha, flutuando sobre uma nuvem perante o altar. Em seu peito vemos a imagem de um coração em chamas; em suas mãos as chagas. A figura de Jesus é circundada por um halo de luz dourada, dando-lhe uma sensação divina e celestial. A santa encontra-se de joelhos, vestindo o hábito das monjas da Ordem das Visitações de Santa Maria da comuna francesa de Paray-le-Monial. Sobre sua cabeça, aparece uma singela auréola. Em segundo plano, percebemos a arquitetura de um ambiente religioso, com coluna de capitel coríntio sustentando arcos plenos, em meio a nuvens com a representação de três querubins e um vão de esquadria vedado por vitral colorido. A cena está emoldurada por um vão com verga em arco de canga, imitando o mármore, em tom bege.

Na pintura “Anunciação da Virgem Maria” (3) <sup>222</sup> o autor retrata o momento em que o Anjo Gabriel anunciou para a Virgem Maria a vinda do messias Jesus Cristo. No primeiro plano, Maria aparece sentada ou de joelhos sobre uma banquetta. Veste uma túnica azul e branca, com manto que cobre sua cabeça. Seu olhar está voltado para baixo. No entorno de sua cabeça percebemos uma auréola. Acima, surge uma pomba branca que desce do céu, como representação do Divino Espírito Santo, que lança um feixe de luz sobre Maria. À sua frente está o arcanjo Gabriel, representado como uma figura angélica, de asas, auréola sobre a cabeça, flutuando sobre uma nuvem, vestes em túnica branca, verde e dourada. Nas mãos, um ramo de palmas brancas. No segundo plano, vemos um cenário arquitetônico íntimo, no interior de uma residência. Há uma janela com cortinas verdes e a cena de um vilarejo aos fundos. Semelhante à primeira pintura, a cena encontra-se emoldurada por um vão com verga em arco de canga, imitando o mármore, em tom bege.

Esta pintura conecta-se as que representam os quatro evangelistas, já que a narração da Anunciação é feita no Evangelho de São Lucas (Lucas, 1:26-38), sendo um dos mais

---

<sup>221</sup> Santa Margarida Maria de Alacoque foi uma freira francesa do século XVII que teve visões do Sagrado Coração de Jesus. Essa devoção se espalhou rapidamente por toda a Europa e se tornou um elemento central da espiritualidade católica. Foi canonizada pelo Papa Bento XV em 1920 (Lemaitre; Quinson; Sot, 1999, p.191).

<sup>222</sup> A “Anunciação de Maria” é um dos temas mais abordados na pintura do Renascimento e tomou impulso após as visões de Santa Brígida, no século XIV, quando, segundo a tradição, Nossa Senhora lhe apareceu e narrou-lhe as principais cenas do nascimento de Cristo. Obras sobre o tema foram criadas por artistas como Sandro Botticelli, Leonardo da Vinci, Caravaggio, Duccio e Murillo, entre outros. Os mosaicos de Pietro Cavallini em Santa Maria in Trastevere (1291), o afresco de Giotto na Capela Scrovegni em Pádua (1303), o afresco de Domenico Ghirlandaio na igreja de Santa Maria Novella (1486) e a escultura dourada de Donatello na Basílica de Santa Croce (1435), ambas em Florença (Souza, 2016).

importantes temas da arte cristã, particularmente durante a Idade Média e o Renascimento. No Evangelho segundo Mateus (Mateus, 1:18), também há referência ao momento, indicando que Maria "se achou grávida por virtude do Espírito Santo" (Souza, 2016).

Ambas a representações estão ligadas ao culto centrado na imagem de Jesus Cristo. Uma influência do pensamento conservador adotado pela Igreja Católica naquele período. A temática desses painéis, em especial a obra "A aparição do Sagrado Coração de Jesus para Santa Margarida Maria Alacoque", nos parecem indícios de uma transformação no catolicismo local, uma passagem do catolicismo tradicional, santorial, predominante em Minas Gerais até o final do século XIX, para o catolicismo reformado (ou "ultramontano", como aludido no início deste capítulo), que objetivava, entre outras propostas, a implantação de devoções "menos desviadas da liturgia" onde se destaca o culto ao Sagrado Coração de Jesus (Hoornaert, 1982).

A devoção ao o culto ao Sagrado Coração de Jesus foi motivada na região principalmente pelo surgimento de Floripes Dornelas de Jesus, a "Lola"<sup>223</sup>, considerada "santa", reunindo atualmente na cidade milhares de devotos, tanto do estado quanto do país inteiro, tendo sua canonização em processo de análise pelo Vaticano. Destaca-se que o trabalho de criação do Apostolado da Oração masculino, na cidade de Rio Pomba, chegou ao número de mil adeptos (Silveira e Elias, 2015, pp. 277 – 279).

O segundo conjunto de pinturas está localizado no espaço entre as arcadas das colunas que separam a nave dos corredores laterais. Dispostas em pares temos quatro painéis que trazem as representações dos quatro evangelistas que seguram em suas mãos um livro e uma pena (o Evangelho). A presença dos evangelistas remete ao culto cristão dos três primeiros séculos e parte do IV que estava voltado para os Evangelhos dos Apóstolos, principalmente de Marcos, Lucas, Mateus e João (Nogueira, 2015). De acordo com Bressan; Fernandes; Moraes (2018), na tradição cristã, cada apóstolo está relacionado aos "quatro seres sentados ao lado de Deus", mencionados no Livro do Apocalipse (capítulo 4, versículo 7). Desta forma temos: São Marcos (4), representado por um Leão, porque começa o seu Evangelho com a previsão do Batista (voz que clama do deserto). Simboliza a Ressurreição e fica à esquerda de Cristo; São Lucas (5) é representado por um Touro, que fala do sacrifício de Zacarias, pai de São João Batista (o animal escolhido para os sacrifícios era, geralmente, o touro). Além disto, fala do sacrifício de Jesus Cristo na cruz, simbolizando, por isso, a sua Paixão. Situa-se à

---

<sup>223</sup> Recomenda-se a leitura da tese intitulada "Três Santas do Povo: Um estudo antropológico sobre santificações populares em Minas Gerais" – ICH/UFJF, de autoria da Dr<sup>a</sup>. Simone Geralda de Oliveira, 2008, pp. 82-113. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5644/1/simonegeraldadeoliveira.pdf>>.

esquerda de Cristo; São Mateus (6) é representado por um Anjo (ou um Homem), por defender a humanidade de Cristo ao longo do seu testemunho. São Mateus simboliza o nascimento e deve ser colocado à direita de Cristo; o apóstolo São João (7) é representado por uma Águia, pois começa o seu Evangelho no Céu, debruçando-se sobre o espiritual. Segundo o bestiário, a águia é o único animal que pode olhar de frente o Sol, que, neste caso, simboliza o divino. Situa-se à direita de Cristo. Na Figura 83 abaixo, temos os quatro painéis de pintura e ao lado, a representação da planta baixa da matriz com a demarcação de localização da cada pintura.



Figura 83: Painéis parietais dos quatro evangelistas e sua localização no interior do templo. Igreja Matriz de São Manoel. Rio Pomba/MG. Fotos e elaboração: Elza Vieira. Dez. 2023.

### 3.1.2.1 Intervenções e alterações

Em 1995, o acervo pictórico da matriz recebeu intervenções que foram executadas por outro artista da região, Benedito Carmo Soares<sup>224</sup>. Os retoques conferiram também,

<sup>224</sup> O artista plástico Benedito do Carmo Soares, também conhecido pela assinatura de suas obras como “Liliu de Calambau”, nasceu na cidade de Presidente Bernardes/MG, filho de Antônio de Freitas Soares e de Terezinha de Oliveira Soares. Em sua trajetória foi professor, artista plástico, pintor, com curso de aperfeiçoamento na França. Projetou-se, inicialmente, com um estilo “místico-surrealista”. É reconhecido na região de Zona da Mata Mineira pelos seus trabalhos, dedicando-se à pintura clássica e sacra. Possui trabalhos em várias cidades da Zona da Mata como Presidente Bernardes, Mar de Espanha e Divinópolis. Disponível em:

alterações nas expressões. Os traços de Antônio Porfírio para a representação dos rostos dos evangelistas e dos animais são mais suaves. Já os retoques feitos por Liliu conferiram tons mais escuros e marcados.

Nas figuras apresentadas a seguir, podemos observar essas alterações. Entre os acréscimos temos as molduras que enquadram as pinturas e elementos florais, alteração das cores utilizadas pelo artista Antônio Porfírio e complementações de fundo com nuvens, montanhas e vegetação.



Figura 84: Pintura: “São João Evangelista” feita por Antônio Porfírio/1940. Fonte: IPAC/2010 – Secretaria de Cultura de Turismo. Rio Pomba/MG.



Figura 85: Pintura: “São João Evangelista” com as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1995. Ano 2020. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 86: Pintura: “São Mateus Evangelista” feita por Antônio Porfírio/1940. Fonte: IPAC/2010 – Secretaria de Cultura de Turismo. Rio Pomba/MG.



Figura 87: Pintura: “São Mateus Evangelista” com as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1995. Ano 2020. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.

Não conseguimos localizar fotos anteriores dos painéis referentes à representação de São Lucas e São Marcos para análise das alterações inseridas por Liliu. No entanto, com base

nas outras duas, podemos constatar os mesmos elementos como a moldura, a remoção das nuvens e a inserção da paisagem de fundo. Nas figuras a seguir, temos a pintura sobre o retábulo em dois períodos. Na Figura 88 temos uma foto datada de 2010, na qual percebemos que não há o complemento em nuvens existente na Figura 89, datada de 2022. Há também retoques nas imagens que, semelhante aos evangelistas, alteraram as feições e cores.



Figura 88: Igreja Matriz de São Manoel. Vista do interior. Pintura sobre o retábulo-mor executada por Antônio Porfírio. Fonte: IPAC/2010 – Secretaria de Cultura de Turismo. Rio Pomba/MG.



Figura 89: Igreja Matriz de São Manoel. Vista do interior. Pintura sobre o retábulo-mor com retoques feitos por Liliu de Calambau, em 1996. Foto: Elza Vieira - Novembro/2022.

Na figura abaixo, temos a assinatura de “Liliu de Calambau” em um dos painéis laterais, feita após sua intervenção em 1990. Para além da conservação das obras, as intervenções executadas pelo artista Benedito Carmo Soares, se constituíram em acréscimos consideráveis, dificultando a identificação dos traços distintos do primeiro artista.



Figura 90: Painel com o tema: “Anunciação da Virgem Maria”.  
Antônio Porfírio/1940 e as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1995. Ano 2020. Rio Pomba/MG. Foto Elza Vieira – Dezembro/2020

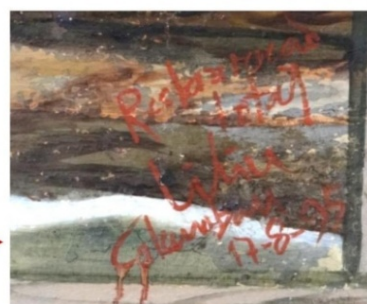


Figura 91: Detalhe da assinatura de Liliu.  
Ano 2020. Rio Pomba/MG.  
Foto Elza Vieira – Dezembro/2020.

Como vimos no primeiro capítulo deste estudo, no início do século XX, a Igreja Católica retomaria as discussões sobre arte, teologia e liturgia, que reascenderam devido às novas idéias disseminadas pelo pensamento conservador ultramontano, cujo objetivo era recuperar a importância do culto central na imagem de Jesus Cristo considerado pelo clero “ofuscado pelas devoções privadas e santorais” (Paranhos, 2023). Objetivava-se um retorno à liturgia, à tradição e as artes cristãs partilhadas pela Igreja cristã dos primeiros séculos. Considerando tudo isso, podemos concluir que Antônio Porfírio também buscou destacar o caráter devocional das imagens no projeto de ambientação interna da Igreja Matriz.

As pinturas que foram inseridas no interior da matriz já seguiam naquele as novas determinações de adoração voltadas à imagem de Jesus Cristo. Desta forma, não há pinturas que façam referência ao orago de devoção São Manoel. Apenas a Sagrada Eucaristia, ao Sagrado Coração de Jesus, a Virgem Maria e aos Evangelistas. Todas as temáticas voltadas à centralização da liturgia em Jesus Cristo. Nesse momento ainda perduravam as idéias ultramontanas.



### **3.2. A influência da linguagem eclética na arquitetura religiosa da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...): um recorte entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX**

Para finalizarmos o nosso estudo sobre a trajetória da igreja Matriz de São Manoel, consideramos importante contextualizar o templo religioso em análise com outras matrizes de cidades da região. Desta forma, fizemos um recorte entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX, buscando nas cidades que fizeram parte da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...), as igrejas matrizes que foram reformadas ou reconstruídas nesse período.

De acordo com Paulo F. Santos (1977), entre as décadas finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX, no Brasil, as edificações institucionais e civis seguiram padrões estabelecidos pela influência inicial do Neoclassicismo e posteriormente pela variada gama de elementos oferecidos pelo Eclétismo que apresentou outras formas como o Neocolonial, o Neogótico e etc.

Datada do período entre 1914 a 1918, a igreja Matriz de São Manoel, em Rio Pomba/MG, foi construída num momento em que a arquitetura estava sob influência do Eclétismo. A construção de um novo templo católico, maior e mais vigoroso que o anterior, naquela época, significava também uma nova fase de atuação da Igreja Católica na região. Ao observarmos a edificação como um todo, percebemos uma sobriedade projetada pelo corpo central e suavizada pelos frontões laterais, a platibanda e a torre central da fachada principal.

Embora no Dossiê de Tombamento da igreja Matriz de São Manoel (2010) conste que a “edificação apresenta traços de inspiração *Art déco*,” isso não nos parece pertinente, pois naquele momento estava em uso uma linguagem eclética voltada para o resgate do passado colonial, motivado por “idéias nacionalistas que inspiraram o surgimento do Neocolonial” (Brandão, 2013). Nesse contexto o conceito era se voltar à arquitetura produzida no Brasil durante o período colonial como um “resgate às raízes lusitanas, considerada como o verdadeiro estilo nacional” (Mello, 2007). A arquitetura de tendência *Art déco* só surgiu no Brasil a partir do segundo quartel do século XX. Até 1960 não existia uma terminologia para designar essa produção (Segawa, 1997).

Na linguagem eclética do neocolonial se mesclavam elementos do neoclássico com outros em alusão ao barroco e rococó, como as volutas nos frontões das fachadas, semelhantes aos chafarizes coloniais. Na matriz rio-pombense notamos esses elementos principalmente nos frontões laterais, recortados em curvas e contracurvas, que se assemelha a um chafariz

colonial, e também nas pequenas volutas que arrematam as laterais do frontispício, sobre as extremidades dos cunhais. Tal proposta trazia a idéia de resgatar, na arquitetura colonial brasileira dos séculos XVI, XVII e XVIII, componentes para a criação de um estilo autenticamente brasileiro de arquitetura. Nesse período havia um “discurso nacionalista em alta, iniciados na Europa desde o século XIX”, e que chegaram ao Brasil no início do século XX despertando a “buscava no passado colonial de elementos autóctones que pudessem ser utilizados como representantes da arte tradicional no Brasil” (Mello, 2007).

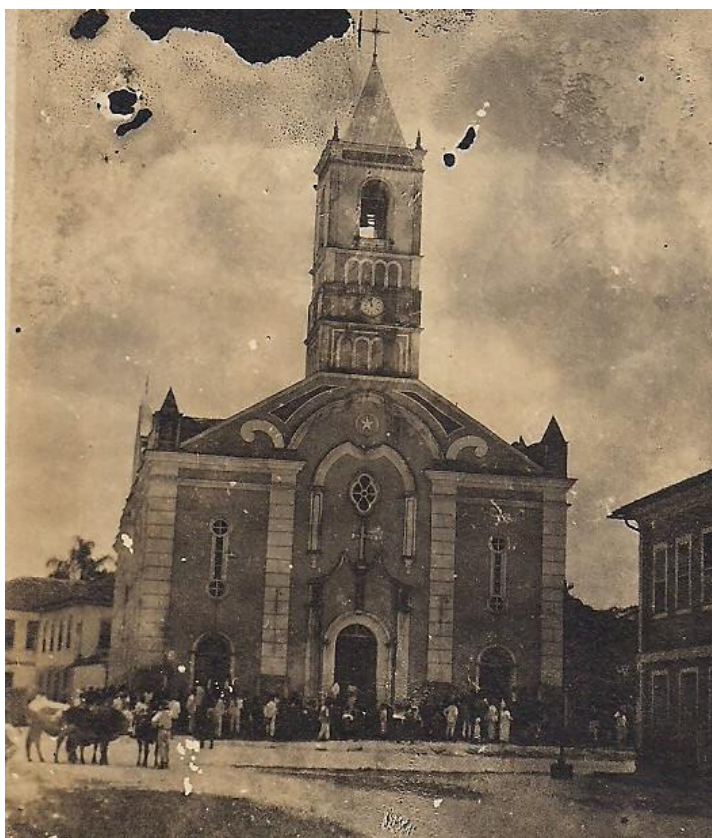


Figura 92: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de São Manoel. Ano 1925. Autor desconhecido.  
Fonte: Arquivo do MHRP/MG. Digitalização: Elza Vieira - Novembro/2020.

Infelizmente não conseguimos localizar outras obras do engenheiro Joaquim Furtado de Menezes, autor do projeto da igreja Matriz de São Manoel, para compararmos o estilo e as influências adotadas pelo técnico. Porém, considerando a arquitetura produzida em Belo Horizonte entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX, certamente J. Furtado de Menezes foi influenciado pelo repertório de edificações ecléticas existente na capital mineira enquanto projetava a matriz rio-pombense. Além disso, J. Furtado de Menezes era vicentino e seguia os preceitos do catolicismo apostólico e romano. Em sua época de formação acadêmica, a arquitetura eclética era ensinada e praticada nas academias. Em 1911,

três anos antes de ser contratado para elaborar o projeto da matriz, Joaquim Furtado de Menezes realizava o estudo sobre as igrejas e irmandades em Ouro Preto/MG, publicados na coletânea do bicentenário da cidade pelo IEPHA-MG. Considerando a sua trajetória política e sua estreita ligação ao catolicismo, de pensamento mais conservador, é possível que esses fatores tenham influenciado o engenheiro a projetar uma edificação que fizesse alusão àquele passado, quando a Igreja Católica possuía mais controle sobre as questões políticas e sociais da região. Deve-se considerar ainda a influência do Padre Calixto Gonçalves da Cruz que encomendou a obra e certamente repassou ao engenheiro as suas recomendações e as necessidades que o templo deveria atender, de acordo com o estabelecido nas *Constituições Primeiras do Estado da Bahia* (1707)<sup>225</sup> que ainda se encontrava em vigor e estabeleciam condições para a construção de igrejas.



Figura 93: Representação gráfica da fachada lateral esquerda da igreja Matriz de São Manoel. Elementos que alusão ao neocolonial: 1 – frontão em arcos; 2 – volutas; 3 – platibanda ritmada com pináculos.

Elaboração: Elza Vieira - Dezembro/2023.

Em várias outras cidades da região pode-se constatar a mesma situação ocorrida em Rio Pomba, onde nas décadas finais do século XIX e início do século XX as antigas matrizes foram substituídas (seja por demolição ou reformas), por novas edificações em linguagem ecléticas. Estas substituições ocorreram independentes do estado de conservação em que as edificações se encontravam. Algumas receberam alterações apenas em suas fachadas, como a remoção das torres laterais e construção de uma torre central; proteção do beiral dos telhados

<sup>225</sup> Conforme estabelecido nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em seu *Livro Quatro, dos títulos XVI ao XIX* que se referem à construção de capela e igrejas (Vide, 1853, p. 251 – 255).

com a inserção de platibandas no perímetro da construção; acréscimos de elementos ornamentais em massa ressaltada nas fachadas e o uso de outros componentes decorativos no coroamento como pináculos, estátuas. Foram introduzidos também o uso de esquadrias em ferro fundido e vidro martelado.

Como vimos no capítulo anterior, várias cidades da região que tiveram suas matrizes demolidas, reconstruídas ou reformadas entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX seguiram a tipologia eclética, com torre única frontal. Considerando os dados da Tabela 01, apresentados no capítulo anterior, entre as cidades que fizeram parte da antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...), temos um total de 39% edificações que foram demolidas, reformadas ou reconstruídas entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que adotaram uma arquitetura de linguagem eclética, de inspiração neoclássica, neocolonial e neogótica, em suas matrizes. Esse foi o caso das cidades de Rio Pomba, Mercês, Dolores do Turvo, Ubá, São João Nepomuceno, Viçosa e Visconde do Rio Branco. Entre estas cidades, apenas Rio Pomba e São João Nepomuceno reaproveitaram seus antigos retábulos. Cerca de 28 % das cidades tiveram suas igrejas matrizes demolidas até a segunda metade do século XX e foram substituídas por edificações de linguagem modernista como ocorreu nas cidades de Rio Novo, Astolfo Dutra, Descoberto, Tocantins e Cataguases.

Para exemplificar o repertório existente na região em estudo e servir de comparação com a igreja Matriz de São Manoel, selecionamos algumas igrejas matrizes das cidades citadas na Tabela 01 <sup>226</sup> e que foram demolidas ou reformadas entre as décadas finais do século XIX e início do século XX apresentando elementos da linguagem eclética (neoclássica, neocolonial e neogótica) vigentes na época e também as que foram substituídas por edificações modernistas.

### **3.2.1 Igrejas Ecléticas – neoclássicas**

As igrejas matrizes que passaram por intervenção ou foram reconstruídas entre o final do século XIX apresentam elementos neoclássicos como: monumentalidade ressaltada pela marcação da estrutura; a simplicidade das formas; plantas baixas retangulares e simétricas; predominância de linhas retas e ritmadas; platibanda decorada por pináculos; frontão triangular; ornamentação mais contida de elementos em tom dourado que se assemelham a brasões; presença de abóbada de berço ou de aresta no centro da construção; uso de colunas

---

<sup>226</sup> Os critérios de seleção das edificações seguem os mesmos que foram estabelecidos no capítulo anterior.

(dórica, jônica, coríntia); uso de materiais nobres, como pedra, mármore e granito. Este é o caso, por exemplo, das igrejas matrizes das cidades de Além Paraíba/MG e Mar de Espanha/MG, cidades que estiveram ligadas a antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...) até o início do século XX. Em ambas as edificações, podemos notar a marcação dos cunhais e cimbalhas com linhas retas e rígidas. Os vãos de esquadrias em arco pleno, portas de madeira maciças e almofadadas. As torres piramidais e platibandas decoradas com pináculos. Nestas matrizes utilizaram-se revestimentos em pedra para os acabamentos, reforçando a idéia de construções sólidas.

Na cidade de Além Paraíba/MG, a igreja Matriz de São José<sup>227</sup>, datada de 1883, possui arquitetura monumental, ressaltada pela marcação da estrutura com revestimentos em pedra. O frontão triangular apesar de singelo compõe um tramo central que se assemelha à entrada de um templo grego. Acima, se destaca a torre sineira com sua cobertura piramidal revestida por placas cimentícias. Possui partido arquitetônico retangular com planta baixa longitudinal em cruz latina, dividida em nave central, com pé-direito elevado, seguida pela capela-mor, mais estreita que o ambiente anterior. A sacristia está situada na parte posterior da capela-mor. Na nave, encontram-se dois retábulos e dois púlpitos fixados nas paredes laterais. Sobre a entrada encontram-se o coro de onde se faz o acesso ao interior da torre sineira.

Na ornamentação interna do templo, predominam as paredes de fundo branco, com uma ornamentação mais contida de elementos em tom dourado que se assemelham a brasões. Há presença de pinturas parietais com passagens da vida de Jesus Cristo e da sagrada eucaristia com a presença de figuras angelicais. O retábulo-mor e os colaterais apresentam configuração neoclássica com predominância de linhas retas e ritmadas; as colunas retomam as formas simples, com frisos lisos ou canelados que sustentam entablamentos com áticos com painéis quadrangulares, ornamentados por grinaldas "rígidas" e urnas de feição clássica. De acordo com Fabrino (2012, p. 27-28) a "tendência simplificadora do neoclássico se caracterizou pela redução dos ornatos, sendo estes aplicados apenas no mobiliário essencial para celebração da liturgia: retábulos, púlpitos, arco cruzeiro, etc. A edificação passou por muitas reformas ao longo do século XX, porém ainda mantém boa parte de suas características originais.

---

<sup>227</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Além Paraíba – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de São José. Ano 2008 – Ex. 2010.



Figura 94: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de São José construída em 1883. Eclética/Neoclássica. Além Paraíba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

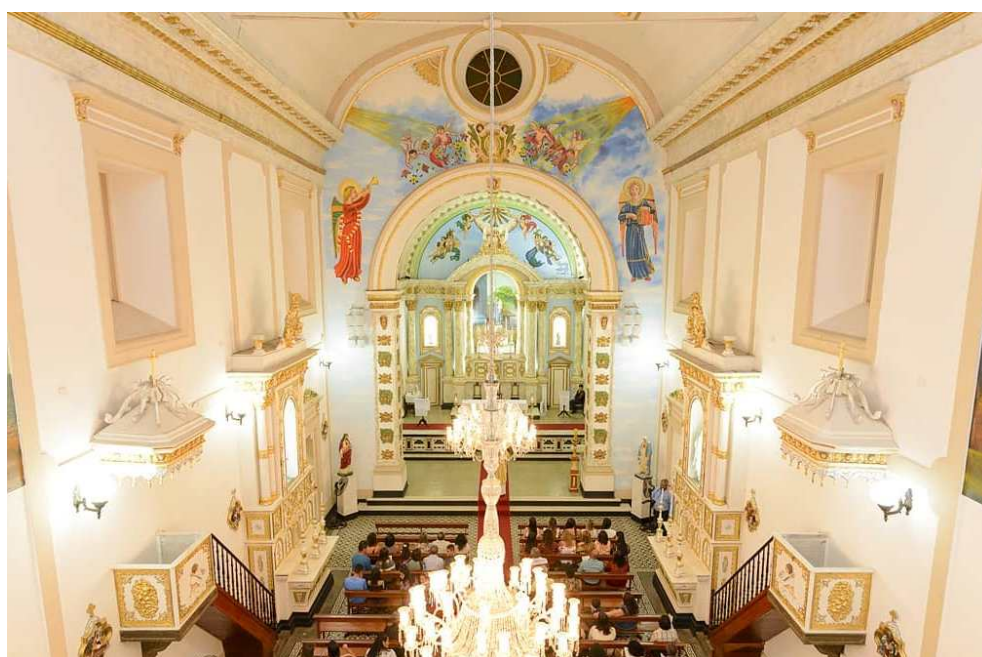


Figura 95: Vista do interior da igreja Matriz de São José. Eclética/Neoclássica. Além Paraíba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

A igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, na cidade de Mar de Espanha/MG é semelhante externamente à matriz de Além Paraíba/MG. Datada de 1886, a edificação monumental apresenta sua estrutura marcada por revestimento em pedra; torre sineira central que se inicia no entablamento, marcado pela platibanda decorada por pináculos, sem a presença de frontão triangular. Foi consagrada Matriz de Nossa Senhora das Mercês no mês de setembro de 1886 em uma cerimônia foi presidida por Mons. Raimundo de Brito, Vigário Geral do Rio de Janeiro, portanto, ficando sob o título de Matriz por 125 anos. Em 24 de setembro de 1986 foi elevada a Santuário, por decreto do então arcebispo metropolitano de Juiz de Fora, Dom Juvenal Roriz. Em seu interior se encontram as relíquias de São Vicente de Paulo e Santa Luzia de Marillac, depositadas no Altar da Eucaristia e a de São Luiz Orione, recebida em setembro de 2004, por ocasião de sua canonização. No ano de 1994 foram pintadas oito telas nas laterais internas do Santuário, alusivas aos Passos de Nossa Senhora e uma tela no fundo do altar, que retrata a devoção a Nossa Senhora das Mercês em Mar de Espanha. Estas pinturas foram executadas pelo artista plástico Benedito Carmo Soares<sup>228</sup>.



Figura 96: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, construída em 1886. Eclética/Neoclássica. Mar de Espanha/MG. Foto: Elza Vieira – Setembro/2023.

<sup>228</sup> Fonte: Departamento de Cultura e Turismo de Mar de Espanha - Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês. Ano 2006 – Ex. 2008.

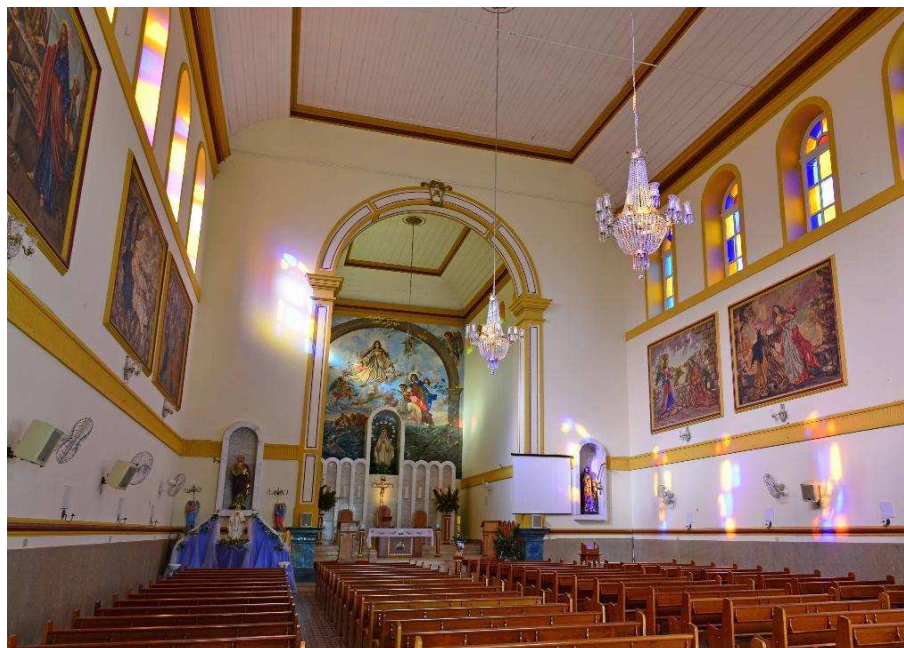


Figura 97: Vista do interior da igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês. Eclética/Neoclássica. Mar de Espanha/MG. Foto: Elza Vieira – Setembro/2023.

Diferente das anteriores, porém ainda pertencente aos exemplares de inspiração neoclássica, temos a igreja Matriz de São João Nepomuceno, da cidade homônima. O templo passou por reformas no início do século XX, tendo a sua fachada frontal remodelada de acordo com as inspirações do neoclássico. As alterações como a remoção das torres laterais, a inserção da platibanda, os frisos horizontais e a torre central com cobertura piramidal e pináculos conferiram um aspecto clássico ao templo. A fachada frontal apresenta simetria e as linhas verticais são destacadas pela estrutura que possui marcação executada em argamassa, em relevo, para ressaltar os cunhais e outros detalhes ornamentativos.

A igreja Matriz de São João Nepomuceno é datada de meados do século XIX e possui partido arquitetônico retangular, com planta baixa dividida no pavimento térreo em nártex, nave, capela-mor, corredores laterais, capela do santíssimo e sacristia posterior a capela. No pavimento superior possui o coro sobre o nártex, as tribunas laterais e os consistórios. A nave central é separada do altar-mor por um arco-cruzeiro, com chave de abóbada superior decorada e sobre ele pintura com policromia imitando o marmorizado.

A construção do templo é toda em tijolo maciço, com colunas e vigas de madeira originais à sua construção. As colunas de madeira são de braúna originais à construção e são “encapadas” com tábuas de madeira que fazem o formato de robustos pilares de seção quadrada sobre pedestal. Os vãos de esquadrias da fachada frontal e das laterais possuem vergas retas, reminiscências do antigo estilo colonial do templo, anterior à sua reforma. Os únicos vãos



com verga em arco pleno ficam justamente no frontispício, sendo os das janelas da torre sineira e a portada. Podemos notar que as paredes laterais a torre apresentam janelas de enquadramento retangular enquanto a torre apresenta os vãos em arco pleno. Uma platibanda foi inserida para proteção da cobertura e decorada com pináculos para se harmonizar com a torre. A primeira grande intervenção pela qual o templo passou foi a reconstrução de sua fachada, por volta de 1905, com a retirada das duas torres laterais e construção da torre central, porém preservando o seu interior. Posteriormente a matriz passa por novas intervenções de pintura externa e troca do piso em madeira por piso cerâmico <sup>229</sup>.



Figura 98: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de São João Nepomuceno após a reforma de 1905. Eclética/torre central. São João Nepomuceno/MG. Foto: Elza Vieira - Agosto/2020.

No interior, a matriz ainda apresenta elementos do passado colonial, como a estrutura em madeira das arcadas que separam a nave dos corredores laterais. Percebem-se também as tribunas no pavimento superior, sobre os corredores. Manteve a presença do arco cruzeiro ornamentado, demarcando a transição entre a nave e a capela-mor. Conforme abordamos no

<sup>229</sup> Fonte: Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de São João Nepomuceno – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Retábulo-mor da igreja Matriz de São João Nepomuceno. Ano 2009 – Ex. 2011.

capítulo anterior, o retábulo-mor configura-se como um exemplar rococó simplificado (IPAC, 2009).

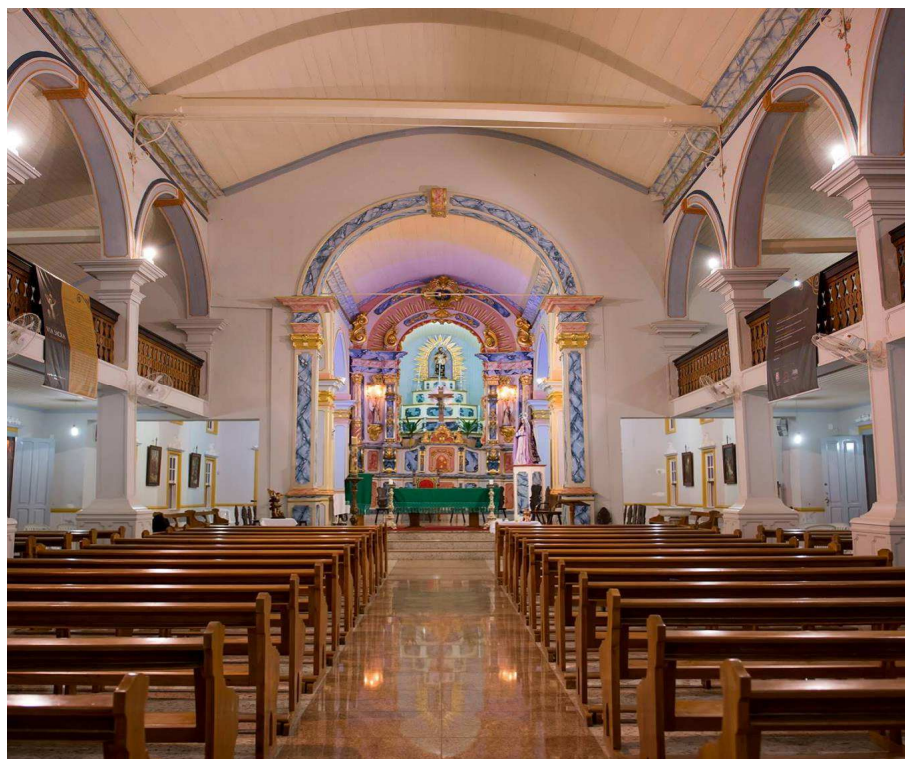


Figura 99: Vista do interior da igreja Matriz de São João Nepomuceno após a reforma de 1905. Eclética. São João Nepomuceno/MG. Foto: Elza Vieira - Agosto/2020.

### 3.2.2 Igrejas ecléticas – neocoloniais e neogóticas

Em algumas cidades da região, as igrejas matrizes que passaram por intervenção ou foram reconstruídas entre as décadas finais do século XIX e a década de 20 do século XX, apresentam elementos do ecletismo que seguem duas vertentes: o neocolonial e o neogótico. Este é o caso, por exemplo, das igrejas matrizes das cidades de Mercês/MG e Visconde do Rio Branco/MG. Em outros templos podemos encontrar também, elementos que reúnem as duas vertentes ecléticas, como na igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, da cidade de Viçosa/MG.

Quanto às características principais do neocolonial temos o uso de frontão recortado por curvas e contracurvas, semelhante a um chafariz colonial, no coroamento das fachadas; monumentalidade das edificações institucionais; uso de simetria reforçada por ornamentos (florões e pináculos) colocados estrategicamente; uso de cornijas sinuosas, medalhões e colunas torsas que buscam representar a elegância e o porte das tradicionais composições barrocas; revestimento externo texturizado em formas geométricas ou imitando outros

materiais como a pedra. Já nas edificações neogóticas vamos encontrar a monumentalidade e verticalidade acentuada por torres sineiras esguias de cobertura piramidal; marcação da estrutura (cunhais) nas fachadas; embasamento robusto ressaltado por contrafortes repetidos em seqüência; platibanda de proteção dos beirais com ornamentação rendilhada, executada em massa ressaltada, que pode ou não trazer pináculos sobre as extremidades; o uso de grandes vãos com verga em arco ogival para captar o máximo de luminosidade, com múltiplas molduras que dão a sensação de profundidade e são vedados por esquadrias de vitrais coloridos; presença de óculo e bandeira superior das esquadrias em forma de rosácea; no interior, pode-se notar o uso de pilares com capitéis compósitos servindo de sustentação para o teto, inspirado em abóbadas cruzarias de ogivas; presença de pinturas parietais ou papel de parede com motivos florais e painéis de grandes dimensões com a representação de cenas e temáticas bíblicas.

A igreja Matriz de São João Batista <sup>230</sup>, da cidade de Visconde do Rio Branco/MG, começou a ser construída em 1907 e teve sua obra finalizada em 1917. Os serviços de construção ficaram a cargo do construtor Vitor Vitarelli. Esta nova edificação substituiu a matriz colonial anterior, datada de 1880. O templo atual apresenta partido arquitetônico retangular, com planta baixa que divide em nave única com amplo espaço e o altar-mor, simples, sem divisão por arco cruzeiro e capela. A sacristia, capela do santíssimo, copa e sanitário estão situados em cômodos na parte posterior do altar.

A fachada frontal apresenta divisão em três tramos. O tramo central, com leve projeção a frente que segue unido a torre sineira com cobertura piramidal acentuada. Os tramos laterais possuem vãos de verga em arco ogival, vedados por esquadrias de vitrais coloridos. Os cunhais são marcados por contrafortes, que são repetidos em seqüência nas fachadas laterais para a marcação da estrutura. A cobertura se desenvolve em duas águas que se projetam levemente nas laterais. Na fachada frontal é protegida por platibanda, que contorna a movimentação do frontispício em seu tramo central projetado à frente. A platibanda é marcada por ornamentação rendilhada, executada em massa ressaltada.

Posteriormente, entre os anos de 1973 e 1979, sob a direção do padre Raymundo Nonato de Carvalho, a matriz sofreu intervenções internas, quando foram retiradas as colunatas laterais da nave visando à ampliação do espaço interno. Outros acabamentos

---

<sup>230</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Visconde do Rio Branco – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de São João Batista. Ano 2010 – Ex. 2012.

internos também foram realizados como a troca dos forros, pintura e alteração da capela-mor e do seu altar. Consta no inventário da edificação que tais alterações no templo provocaram um “desconforto na população local que ainda lamenta sobre o ocorrido” (IPAC, 2010).



Figura 100: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de São João Batista, construída entre 1907 – 1917. Eclética/Neogótica. Visconde do Rio Branco/MG. Foto: Elza Vieira – Agosto/2023.



Figura 101: Vista do interior da igreja Matriz de São João Batista, construída entre 1907 – 1917. Eclética/Neogótica. Visconde do Rio Branco/MG. Foto: Elza Vieira – Agosto/2023.

A igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, na cidade de Mercês/MG foi construída em 1882. Está situada na praça principal da cidade e tornou-se o santuário do local. Em sua arquitetura ressaltam - se características neogóticas, que podem ser encontrados também em seu interior. Notamos a presença de pilares que servem de sustentação para o teto, inspirado em abóbadas cruzarias de ogivas. Nas fachadas percebe-se também o uso de contrafortes que tornam o embasamento robusto. No interior do templo, a ambiência neogótica é ressaltada pelo uso dos arcos ogivais que interligam o conjunto de colunas, de seção circular e capitéis jônicos; pelo teto em abóbadas e pelas esquadrias em verga de arco ogival e vedação em vitral colorido. Possui pinturas parietais em tons de marmorizado e dourado nos capitéis das colunas; barrados e florais nas paredes da nave em tons de azul, amarelo e rosa. Há também, painéis com cenas da vida de Jesus Cristo, executados pelo artista local, Antônio Porfírio. A presença de vitrais nas esquadrias indica um aspecto muito valorizado na arquitetura gótica, a luminosidade, o que na época representaria a presença divina.



Figura 102: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de N.ª.S.ª. das Mercês, construída em 1914 – 1925. Eclética/Neogótica. Mercês/MG. Foto: Elza Vieira - Julho/2023.



Figura 103: Vista do interior da igreja Matriz de N.ª.S.ª das Mercês, construída em 1914 – 1925. Eclética/Neogótica. Mercês/MG. Foto: Elza Vieira - Julho/2023.

Em Viçosa/MG, a igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, datada da primeira metade do século XX, apresenta uma simbiose de elementos que nos remetem ao neocolonial e também ao neogótico. O neocolonial está presente no frontão recortado em volutas que lembram o rococó de meados do século XVIII. Há também os elementos em forma de fita, ressaltados em massa e também na presença de linhas horizontais do revestimento externo. Nas fachadas laterais percebemos os mesmo frontões em volutas.



Figura 104: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída entre 1914-1955. Eclética/Romantismo. Viçosa/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

Nesta matriz podemos perceber também a inspiração eclética do neogótico, que está presente na monumentalidade da edificação e na verticalidade acentuada pela sua torre sineira esguia e nas pequenas torres laterais que comportam imagens; nos vãos de esquadria em arco ogival e as molduras quadruplicadas que dão a sensação de profundidade e o óculo em forma de rosácea. No interior do templo, a edificação mantém a monumentalidade acentuada pelo teto em abóbadas de arcos ogivais que interligam um conjunto de colunatas de seção circular e capitéis coríntios. A ambiência gótica interna também é ressaltada pelas esquadrias que recebem vedação em vitrais coloridos. O arco cruzeiro apresenta o mesmo recorte do frontão da fachada frontal. A capela-mor, com teto em abóbada em cruzaria, possui um altar-mor de configuração mais simplificada, composto por placas de granito. Possui uma imagem de Jesus Cristo crucificado, fixada sobre as placas e na parede de fundo acima do altar encontra-se a imagem de Santa Rita de Cássia, ladeada por outras duas imagens de anjos.



Figura 105: Vista do interior da igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída entre 1914-1955. Eclética/Romantismo. Viçosa/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

### 3.2.3 Igrejas Modernistas

A arquitetura modernista foi inicialmente rejeitada pela Igreja Católica, que temia o caráter inovador das novas propostas de projeto para as edificações religiosas, vistas como algo não muito religioso, pois trazia um estranhamento do novo perante aquilo que era o tradicional, sobretudo com o barroco. Temos como exemplo dessas discordâncias as obras da

igreja de São Francisco de Assis <sup>231</sup>, na Pampulha em Belo Horizonte/MG. Em 1943, quando foi concebida, teve grande rejeição por parte das autoridades eclesiásticas, que não a consideravam adequada. No entanto, conforme aponta Silveira (2011, p. 11-12), vencida a rejeição inicial, ocorre um “crescimento vertiginoso dessa modalidade de arquitetura no país entre as décadas de 1940 e 1960 com a política de disseminação de uma cultura política de feição desenvolvimentista”.

Como características principais da arquitetura religiosa modernista na região, podemos citar o uso de plantas baixas com nave única e ambientes funcionais apresentando partido retangular ou irregular, com formas trapezoidais, evidenciando sempre o altar, devido à sua função e significado; uso do concreto armado aparente ressaltando a estrutura e moldagem plástica da volumetria; uso de grandes vãos de iluminação e ventilação vedados por esquadrias de vidro (em painel ou caixilhos em básculas); maior atenção à acomodação dos fiéis, com atenção voltada à acústica do ambiente; ornamentação simples, singela e sem exageros. Na região em estudo, para as igrejas matrizes que passaram por intervenções ou foram substituídas por novas edificações entre os anos de 1930 até 1960 temos a inserção de edificações que seguiram os preceitos da arquitetura modernista vigente neste período histórico da região. Este é o caso das cidades de Astolfo Dutra e Rio Novo <sup>232</sup>.

A cidade de Rio Novo/MG tem um rico acervo de edificações ecléticas, de meados do século XIX e início do século XX. Estas construções estão situadas principalmente ao redor da principal praça, a Praça Prefeito Ronaldo Dutra Borges (antiga Praça Marechal Floriano). Em 1965, a antiga matriz colonial construída em meados do século XIX foi demolida. Uma nova edificação foi erguida, seguindo a influência da arquitetura modernista do período e destoante do conjunto ao seu redor, composto por edificações coloniais e ecléticas.

A atual igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição <sup>233</sup>, datada das décadas de 60 a 70 do século XX, foi projetada pelo arquiteto Jean Kamil, cujo escritório estava situado na cidade de Juiz de Fora/MG. Inicialmente a edificação foi muito criticada pela população, que a via com estranheza e considerava que a estrutura aparente de concreto em forma de cruzeiras dispostas em seqüência, conferia a “impressão de cemitério” ao templo.

---

<sup>231</sup> A primeira missa de consagração do templo celebrada pela Igreja Católica só ocorreu 15 anos após a sua construção. Atualmente a Igreja da Pampulha é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG (em 1984) e pela Gerência do Patrimônio Municipal. Em 04 de outubro de 2021 foi elevada à categoria de Santuário Arquidiocesano de Belo Horizonte/MG.

<sup>232</sup> Várias outras cidades da região como Tocantins/MG e Cataguases/MG também passaram por este processo.

<sup>233</sup> Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Rio Novo – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Ano 2005 – Ex. 2007.



A edificação religiosa apresenta partido arquitetônico retangular, com estrutura em concreto armado aparente, composta por seções de pilares e vigas que se cruzam nas extremidades fazendo alusão a imagem de uma cruz latina. A torre sineira, situada na lateral esquerda, é verticalizada e formada por duas placas estruturais retangulares, distantes uma da outra e interligadas por pequenas vigotas que atravessam as placas.



Figura 106: Vista da fachada frontal e lateral direita da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1960 e 1970. Modernista. Rio Novo/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 107: Vista do interior da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1960 e 1970. Modernista. Rio Novo/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

No interior, a estrutura permitiu criar um espaço amplo e arejado. A planta baixa divide-se em nave e altar. A sacristia e outros cômodos de apoio como sanitário, copa e

camarim, encontram-se situados na parte posterior do altar. O altar possui configuração simples, com imagem central dedicada a Jesus Cristo. A imagem de N<sup>a</sup>.S<sup>a</sup>. da Conceição se tornou uma devoção secundária.

Em Astolfo Dutra, a antiga matriz eclética de Santo Antônio de Pádua apresentava elementos neogóticos como os vãos de esquadrias em arco ogival, os vitrais, mas ainda percebia-se certa rigidez e sobriedade características do neoclássico. A julgar pela sua data de construção, em 1865, ainda era um momento de novas experimentações das possibilidades que o ecletismo oferecia. No ano de 1966 inicia-se o processo de demolição do templo eclético e no mesmo local seria erguida uma nova edificação, de inspiração modernista projetada pelo arquiteto Flávio Almada<sup>234</sup>.

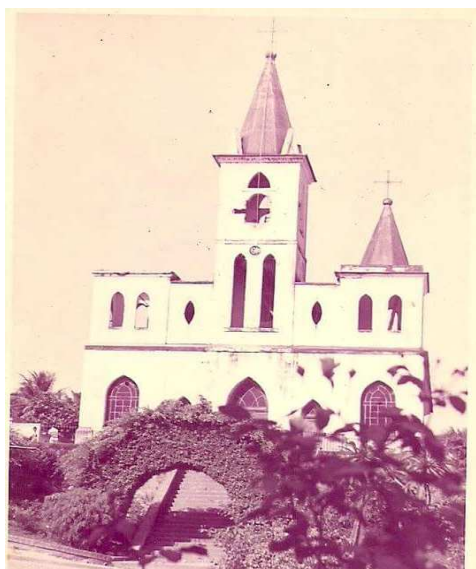


Figura 108: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1865, durante o processo de demolição em 1966. Eclética/Neogótica. Astolfo Dutra/MG. Fonte: <https://www.facebook.com/100068375034414/posts/1170463229639668/>.



Figura 109: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1966. Modernista – Projetada por Flavio Almada. Astolfo Dutra/MG. Foto: Elza Vieira - Agosto/2023.

A edificação apresenta partido arquitetônico retangular, porém de configuração irregular, quase trapezoidal. A nave é ampla, com pé-direito alto. Aos fundos o altar apresenta uma imagem de Jesus Cristo na cruz e sobre o altar simples de placas de mármore está a imagem de Santo Antônio de Pádua. A sacristia, sanitários e copa estão situados na parte posterior do altar.

<sup>234</sup> Fonte: Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Astolfo Dutra – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua. Ano 2005 – Ex. 2007.



Figura 110: Vista do interior da igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1966. Modernista – Projetada por Flavio Almada. Astolfo Dutra/MG. Foto: Elza Vieira – Agosto/2023.

Estes levantamentos apresentados são apenas uma amostra da diversidade da arquitetura religiosa produzida na região entre o século XIX até a primeira metade do século XX. Não há ainda estudos dedicados a estes bens, que apesar de representarem uma religião dominante e um passado de colonização devastadora para as populações indígenas que habitavam essas localidades, hoje se configuram como monumento de memória e são consideradas como patrimônios culturais e símbolos de identidade para as comunidades que vivem ao redor destes templos. Esta é uma lacuna na historiografia da Zona da Mata Mineira que precisa ser preenchida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta dissertação com mais questões do que quando iniciamos as pesquisas sobre a trajetória construtiva da Igreja Matriz de São Manoel, da cidade de Rio Pomba/MG, desde a construção da primeira capela colonial nas décadas finais do século XVIII, passando pelas transformações ocorridas ao longo do século XIX, até a construção de um novo templo nas primeiras décadas do século XX. Desta forma, apresentamos como o desfecho final algumas considerações acerca dos resultados alcançados e das impressões sentidas ao longo da pesquisa.

A cidade de Rio Pomba/MG possui um histórico de 257 anos que ao pesquisá-lo nos permitiu reflexões sobre o processo de ocupação e colonização que foram empreendidos na área central da Zona da Mata, pela Coroa Portuguesa, com o apoio da Igreja Católica, no decorrer das décadas finais do século XVIII. Vimos no primeiro capítulo que a fundação da “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos Índios Cropó e Croato”, cuja sede originou a atual cidade de Rio Pomba/MG, contribuiu de forma significativa para ao processo de ocupação do território. Foi a partir deste núcleo sede que se estabeleceu o controle político e religioso de populações indígenas, afrodescendentes e também dos novos colonos que se instalaram na freguesia. Esse processo de ocupação foi conflituoso e resultou no extermínio de várias etnias nativas da região. Os povos nativos tentaram resistir inicialmente aos avanços dos colonos europeus, mas aos poucos, os constantes embates, a expulsão de suas terras, a falta de alimentos e doenças, reduziu esses povos a poucos indivíduos aldeados e integrados a uma população de brancos e escravizados que firmaram suas moradias no aldeamento.

O Padre Manoel de Jesus Maria foi uma personalidade importante no processo de fundação da Freguesia do Mártir São Manoel (...). O vigário conseguiu apaziguar de forma significativa os conflitos entre os colonos e os indígenas e contribuiu também com a dissolução dos quilombos que haviam se implantado no território. Tornou-se o primeiro religioso a converter os indígenas da atual Zona da Mata Mineira ao cristianismo e a promover a facilitação da ocupação dos “sertões do leste”, estando a serviço da Igreja Católica, do governo da Capitania de Minas Gerais e da Coroa Portuguesa.

Deve-se também aos esforços de Pe. Manoel a construção da primeira capela da Freguesia. A edificação do primeiro templo paroquial era um importante marco, pois

demonstrava aos colonos a presença da proteção da Coroa Portuguesa (o Rei) e da fé (a Igreja Católica) no território, simbolizando que a região estava seguro e propício à ocupação.

A edificação religiosa foi erguida entre os anos de 1770 e 1776, apresentando formas simples para as atividades litúrgicas de catequese aos nativos aldeados e aos colonos. Não nos parece que tenha influenciado na edificação de outras capelas da freguesia. Ao pesquisarmos sobre as antigas capelas nas cidades que fizeram parte da Freguesia do Mártir São Manoel (...), percebemos que em cada localidade as edificações religiosas eram erguidas conforme as necessidades e as condições financeiras locais. O que importava, era a presença material da Igreja Católica através da edificação construída como elemento que representava o seu poder na localidade. E esse é “um poder atemporal”, que estaria representado independente da tipologia arquitetônica escolhida (Mata, 2006).

Outro fato ocorrido que não podemos deixar de mencioná-lo foi a participação de Antônio Francisco Lisboa na construção da antiga capela de Rio Pomba. O conteúdo do requerimento que Padre Manoel de Jesus Maria encaminha ao artífice se desdobrou em inesgotáveis discussões e interpretações que lhe atribuíram o risco da capela de São Manoel e também do seu retábulo. Esta ideia ganhou força com a atribuição da imagem retabular do orago São Manoel (Fig. 04) à Lisboa, no ano de 2020. Entretanto, conseguimos constatar por meio das fontes documentais que Antônio Francisco Lisboa recebeu do Padre Manuel de Jesus Maria o "risco da capela" já pronto e, ao analisá-lo, constata as dimensões restritas da edificação em construção, demonstrando seus conhecimentos técnicos em “traçar riscos e planos de igrejas”. Lisboa é consultado pelo pároco para analisar o risco e não elaborá-lo.

Seguindo ainda os nossos questionamentos sobre as formas da primeira capela, buscamos entender o contexto de construção do primeiro templo. Analisamos as possíveis formas da antiga capela e as alterações que sofreu ao longo dos séculos a partir de fontes históricas, como os relatos de visitas pastorais, de viajantes europeus e de representações gráficas referentes à região. Ao iniciarmos os estudos, questionamos sobre a falta de representação da antiga matriz colonial na historiografia da cidade e também se teria existido uma edificação intermediária substituída pela atual no início do século XX.

Com o levantamento de fontes documentais e bibliográficas, conseguimos encontrar nos relatos das visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1823) e também nos relatos dos viajantes europeus como o barão Georg Heinrich von Langsdorff (1824 e 1825), informações importantes sobre o templo na primeira metade do século XIX, inclusive uma representação (Fig. 22), feita pelo naturalista Hermann Burmeister, datada de 1853. A partir dessas informações foi possível contextualizar a antiga matriz no acervo arquitetônico

religioso da freguesia e sugerir a tipologia que poderia ter sido adotada para a sua construção. Comparamos as informações encontradas sobre a antiga capela com as igrejas matrizes de outras cidades da região. Desta forma, conseguimos identificar algumas edificações semelhantes à representação de H. Burmeister, nos permitindo supor as formas da primeira capela entre o final do século XVIII e meados do século XIX.

Outro elemento que nos provocou questionamentos ao iniciarmos a pesquisa sobre a primeira capela de São Manoel foi o retábulo (Fig.55) presente no templo atual. Na oralidade local, o bem integrado teria sido reaproveitado da primeira capela. No entanto, essa afirmação não nos parecia plausível e suspeitamos que o retábulo remanescente não poderia pertencer à capela edificada entre 1769 e 1776, pois, conforme o relato de Dom Frei José, em 1823, o retábulo era de “tabuado e sem alinhamento nenhum”, não correspondendo, portanto, ao bem integrado que podemos verificar no templo atual e que possui todos os elementos para ser considerado alinhado.

Desta forma, o retábulo teria pertencido a uma edificação intermediária, resultante de uma reforma ou reconstrução do primeiro templo. Isso nos levou a mais pesquisas e felizmente, conseguimos localizar um documento inédito (Fig. 33), nos arquivos documentais da Paróquia de São Manoel doados ao acervo do Museu Histórico de Rio Pomba. Neste documento, datado de 1910, o pároco responsável, Padre Calixto Gonçalves da Cruz, faz uma análise da edificação existente e conforme a sua descrição percebemos que se tratava de outra edificação, diferente daquela retratada por Hermann Burmeister em 1853. Assim, realizamos mais algumas pesquisas em trabalhos de memorialistas da região e alcançamos na obra de Sinval Santiago (1991), um dado interessante que mostrava a fotografia de um quadro que pertencia a uma família importante de Rio Pomba/MG. A pintura feita pelo artista e retratista Evangelista da Costa (Fig. 30), em 1884, representava o centro urbano da cidade, com destaque para a igreja Matriz de São Manoel, representada com duas torres frontais, corroborando com a descrição feita pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz. Desta forma, conseguimos comprovar a existência de uma edificação intermediária, datada da segunda metade do século XIX.

Semelhante à primeira capela, buscamos contextualizar esta edificação intermediária com outras matrizes das cidades da região. Nesse processo, alcançamos dados importantes sobre várias edificações religiosas semelhantes. Algumas já haviam sido demolidas, restando apenas poucos registros documentais e outras ainda são mantidas, como as igrejas matrizes das cidades de Senador Firmino/MG (Fig. 34) e Aracitaba/MG (Fig. 35). Com esses dados,

compomos uma tabela informativa sobre cada um dos templos pesquisado. Esses levantamentos poderão auxiliar em pesquisas futuras sobre o tema.

Voltando ao retábulo, utilizamos a mesma metodologia de comparação aplicada à igreja matriz, buscando em outras cidades, bens integrados que pudessem revelar alguma ligação artística. Encontramos alguns exemplares semelhantes em igrejas matrizes de cidades próximas a Rio Pomba/MG como Aracitaba/MG (Fig. 60), São João Nepomuceno/MG (Fig. 63) e Guarará/MG (Fig.64) e também em outras freguesias que fizeram fronteira com a antiga São Manoel, como Piranga/MG (Fig. 65), Piacatuba/MG (Fig. 66) e Itaverava/MG (Fig.67). Todos esses exemplares datavam da segunda metade do século XIX, o que nos fez supor que o retábulo da matriz rio-pombense dataria, possivelmente, deste período, pertencendo, portanto, a edificação descrita pelo Pe. Calixto Gonçalves.

Por fim, estudamos as condições e motivações que levaram a reconstrução da igreja Matriz de São Manoel (Fig. 75), nas primeiras décadas do século XX. Não encontramos uma justificava sobre a demolição do templo anterior, ocorrida em 1914. Na ficha de análise feita pela Pe. Calixto Gonçalves, não é mencionado se a edificação estava em precário estado conservação. Desta forma, supomos que a construção, em 1918, de um novo templo católico, significava também uma nova fase de atuação da Igreja Católica na região.

A nova matriz rio-pombense foi projetada num período em que as discussões sobre identidade nacional estavam em curso. Havia em todos os setores da sociedade a vontade de se renovar e modernizar. A Igreja Católica havia perdido sua influência política e precisava também se renovar e buscar novas formas de atrair os fieis, já que com a proclamação da República em 1889, o estado se tornou laico, havia liberdade religiosa e a população não era mais obrigada a seguir apenas o catolicismo como religião.

Ao pesquisarmos as formas do templo atual, verificamos que a indicação no Dossiê de Tombamento da igreja Matriz de São Manoel (2010), de que a “edificação apresenta traços de inspiração *Art déco*”, na verdade, seriam elementos representativos da linguagem eclética do neocolonial (Fig. 93), muito em uso nas primeiras décadas do século XX. Vale lembrar que a arquitetura de tendência *Art déco* só surgiu no Brasil a partir do segundo quartel do século XX. Até 1960 não existia uma terminologia para designar essa produção (Segawa, 1998).

Semelhante aos capítulos anteriores, buscou-se contextualizar a atual igreja Matriz de São Manoel em relação às demais matrizes da região. Constatamos que em várias outras cidades tivemos situação semelhante à de Rio Pomba/MG, quando nas décadas finais do século XIX e início do século XX as antigas matrizes foram substituídas (seja por demolição ou reformas), por novas edificações em linguagem ecléticas. Curiosamente, essas

substituições ocorreram independentes do estado de conservação em que as edificações se encontravam. O que motivaria tais mudanças?

Na segunda metade do século XX, algumas cidades tiveram suas matrizes demolidas e reconstruídas em linguagem modernista. Infelizmente, ainda não nos foi possível apurar as possíveis motivações que levaram a adoção de determinada linguagem arquitetônica em detrimento de outra. Seriam necessárias outras abordagens que o tempo da pesquisa de mestrado não comportaria.

Contudo, conseguimos responder aos questionamentos iniciais que motivaram este estudo. A metodologia utilizada na pesquisa se mostrou eficiente e pode ser replicada a outras cidades da região, tendo, inclusive, semelhanças entre os objetos e temas de estudo: arquitetura e ornamentação religiosas. O método empregado pode auxiliar na organização do escopo de estudo e na orientação do percurso a ser percorrido em busca das informações. Assim, como contribuições dessa pesquisa podem apontar que este estudo produziu informações complementares importantes sobre arquitetura e a arte religiosas das cidades que compõem a região central da Zona da Mata Mineira. Por meio dos dados levantados e analisados foi possível demonstrar a qualidade cultural em termos de produção arquitetônica e artística do acervo religioso do território analisado produzidas entre as décadas finais do século XVIII até o início do século XX.

É preciso destacar ainda algumas dificuldades encontradas ao longo da pesquisa que infelizmente nos impuseram algum limite. Inicialmente, devido ao período de isolamento imposto pela pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, entre o mês de março do ano de 2020 até o primeiro trimestre de 2022, muitas pesquisas tiveram que ser realizadas por meio eletrônico com o envio de e-mails e também por telefonemas. Poucas consultas documentais de forma presencial nas bibliotecas e acervos da região foram possíveis, registrando-se também a dificuldade de acesso a alguns arquivos. Considerando o estágio muitíssimo inicial em que se encontram os arquivos e bibliotecas locais em termos de tecnologia digital, é fácil para o leitor compreender a importância da pesquisa presencial nestes acervos.

As dificuldades se concentraram também e, sobretudo, na falta de localização dos documentos de época como desenhos originais, recibos, contratos de execução e principalmente imagens visuais como fotografias da antiga igreja Matriz de São Manoel antes da sua demolição no início do século XX. Foram encontradas várias fotos da cidade, que datam do final dos anos de 1890, período em que a igreja ainda estava presente na paisagem urbana. Além disso, muitos registros documentais sobre a matriz rio-pombense se perderam e



os que restam encontram-se dispersos. Parte do acervo paroquial referente às décadas finais do século XIX e início do século XX encontram-se arquivados no Museu Histórico de Rio Pomba/MG. Porém, o arquivo não está catalogado e organizado, o que dificulta de identificação dos documentos. Não foi possível averiguar, por exemplo, se houve algum patrocínio da elite cafeeira local, na construção da matriz, sendo esta uma lacuna a ser preenchida em pesquisas futuras. O acesso às informações sobre os bens pesquisados foi limitado ao tempo de pesquisa permitido, o que muitas vezes não foi suficiente. Muitas instituições visitadas não mantêm seus arquivos e registros de pesquisa atualizados, o que dificulta a localização de documentos importantes encontrados, na maioria das vezes, por acaso em meio a outros registros.

No entanto, mesmo com as dificuldades apresentadas acima, foi possível realizar a revisão bibliográfica de documentos encontrados que nos possibilitaram encontrar algumas respostas para os questionamentos iniciais que motivaram a pesquisa. Além disso, a análise dos próprios bens culturais, a igreja Matriz de São Manoel (arquitetura) e do bem integrados (retábulo-mor), enquanto fontes documentais, nos possibilitaram também verificar as questões norteadoras da pesquisa, conforme foi apresentado no desenvolvimento dos capítulos.

A extensão da região e diversidade dos elementos estudados também foi outro desafio. A antiga Freguesia do mártir São Manoel (...) englobou um território muito extenso. Porém, não há ainda um mapeamento atualizado dos limites e das interseções com outras freguesias, como ocorreu com a de Guarapiranga, que participou da fundação de cidades que pertenciam ao território da Freguesia do mártir São Manoel (...), ou como Senador Firmino/MG e Rio Novo/MG. O resultado destas interseções foi mostrado no segundo capítulo, quando apresentamos as similaridades arquitetônicas entre as edificações religiosas e também entre os retábulos existentes nestas duas freguesias.

Como contribuição para futuras pesquisas, apontamos a necessidade de se estudar sobre as tipologias arquitetônicas das edificações religiosas das cidades que fizeram parte da Freguesia do Mártir São Manoel (...), buscando informações em arquivos públicos sobre os primeiros riscos e contratos de arrematação destas construções, visando entender qual o programa de projeto foi mais usual e a quais matrizes estavam ligadas (se a sede da Arquidiocese em Mariana, aos grandes centros mineiros como Vila Rica e São João del-Rei ou a outras regiões e o porquê dessa influência). Semelhante ao estudo da arquitetura religiosa, as pesquisas podem se voltar também à talha retabular destes templos, verificando se foram feitos pelos mesmos artífices, quais as similaridades e diferenças entre as obras, materiais, técnicas e soluções utilizadas. Tais informações ofereceriam um importante

panorama do que foi praticado na região entre as décadas finais do século XVIII e início do século XX.

Outra grande lacuna é a identificação dos artífices, ainda pouco conhecidos, que atuaram na região entre o final do século XVIII e início do século XX, como o escultor e pintor Antônio Benedicto de Santa Bárbara (2ª metade do século XIX), e o pintor Antônio Porfírio (1ª metade do século XX), que apresentam grande potencial para o estudo das artes produzidas na área central da Zona da Mata Mineira.

Após o exposto, considero esta pesquisa ainda aberta a novas possibilidades que trabalhos futuros poderão trazer, independentemente das hipóteses aqui propostas mostrarem-se bem sucedidas ou não. E para, além disso, que novas pesquisas possam trazer para discussão historiográfica novos objetos, obras artísticas pouco conhecidas fora do circuito regional que ao serem estudadas podem fornecer novas respostas sobre a produção artística da Zona da Mata mineira. Ressaltamos que as análises expressas neste estudo são passíveis de revisões futuras à medida que fontes primárias importantes forem localizadas e identificadas. Desta forma, entende-se que a partir das informações apresentadas neste estudo, as novas pesquisas poderão ter um ponto de partida. À medida que novos estudos forem realizados, esperamos que as lacunas na historiografia da região sejam preenchidas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes primárias

#### 1.1. Documentos impressos

ARQUIVO Eclesiásticos da Arquidiocese de Mariana – AEAM. Manuel de Jesus Maria - Habilitação para ordens / 1765 /s. ant. da Casa Branca (Glaura). Nº. 1576, armário 9 – Fundador de Rio Pomba.

ARQUIVOS Eclesiásticos da Paróquia de São Manuel de Rio Pomba – Rio Pomba, Minas Gerais – AEPSMRP/MG. Fundo Eclesiástico. Livro de Receitas e Despesa da Igreja São Manoel. Páginas avulsas. Data: 02 de abril de 1914. Local: Rio Pomba/MG. Acervo documental do Museu Histórico de Rio Pomba. Pesquisa realizada em 28/06/2023.

ARQUIVOS Eclesiásticos da Paróquia de São Manuel de Rio Pomba – Rio Pomba, Minas Gerais – AEPSMRP/MG. Livro 2 – Traslados de assentamentos de batismos da Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato 1767-1793, f. 13, 26, 30-30v. Transcrição realizada pelo reverendo José C. Campos em 1930.

ARQUIVOS Eclesiásticos da Paróquia de São Manuel de Rio Pomba – Rio Pomba, Minas Gerais – AEPSMRP/MG. Livro 1 – Assentamentos de Batismo da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões da Rio Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato (1767-1787).

ARQUIVOS Eclesiásticos da Paróquia de São Manuel de Rio Pomba – Rio Pomba, Minas Gerais – AEPSMRP/MG. Livro 2 – Traslados de assentamentos de batismo da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões da Rio Pomba e do Peixe dos índios Cropó e Croato (1767-1787).

ARQUIVO Público Mineiro - APM. Coleção Casa dos Contos. Cx.:109, Planilha 20629, rolo 533. Registros relativos à posse de terra por parte do padre Manuel de Jesus Maria na freguesia de Mártir São Manuel, dos Sertões do Rio do Pomba e Peixe, aldeamento e catequização dos índios no período de 1768 a 1813.

ARQUIVO Histórico Ultramarino – AHU. Requerimento do pe. Manuel de Jesus Maria, vigário colado da freguesia do Mártir São Manuel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios crosos e croatos, Bispado de Mariana, pedindo provimento de ornamentos, o douramento e pintura da capela-mor da igreja da dita freguesia. AHU – Cx.: 118, Doc.: 93. (1782).

CASA DOS CONTOS - CC. Ouro Preto, Minas Gerais. Processo de pagamento, de 07 de Julho de 1770; Francisco Ribeiro de Andrade, arrematante da obra da capela-mor da freguesia do Mártir São Manuel dos Índios do Rio da Pomba e Peixes, rolo 502, fotograma 29.

CERTIDÃO. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano II, fascículo 2. Direção e redação: J. P. Xavier da Veiga. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897, p. 357-360.

## 1.2.Documentos com acesso digital

ARQUIVO Público Mineiro – APM. Secretaria de Governo da Capitania, Seção Colonial, Códice 103, 1752 – 1771, rolo 22. Registro de termos, petições e despachos, p. 122. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=105>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ARQUIVO Público Mineiro – APM. Sistema Integrado de acesso do APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) – Registro de petições, informações e despachos. Seção 186; 1771 – 1787/rolo 40; p. 3 e 4 – A construção da Igreja do Pomba por Aleijadinho – Antônio Francisco Lisboa. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtdocs/photo.php?lid=35796>>. Acesso em: 13 set. 2021.

BIBLIOTECA Digital UNESP - Universidade Estadual Paulista. Separação de São Paulo e Minas da Capitania do Rio de Janeiro. Carta Régia de 23 de Novembro de 1709. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/64647bf0-02c0-40ca-b935-5704239a7917/content>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CÂMARAS DOS DEPUTADOS. Arquivo 435 - Representação de João Bonifácio Duarte Pinto e outros moradores da Freguesia de São Miguel da Pomba, Comarca de Ouro Preto, Província de Minas Gerais. Conjunto de documentos sobre a representação de João Bonifácio Duarte Pinto e outros moradores da Freguesia de São Manuel da Pomba, Comarca de Ouro Preto, Termo de Mariana, Província de Minas Gerais, pedindo a elevação da Freguesia à vila. Apresentada pelo Dep. Rodrigues da Costa na Sessão de 04.07.1823. Com despacho à Comissão de Estatística e Diplomática em 04.07.1823. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/representacao-de-joao-bonifacio-duarte-pinto-e-outros-moradores-da-freguesia-de-sao-miguel-da-pomba-comarca-de-ouro-preto-provincia-de-minas-gerais>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

DECRETO de 13 de outubro de 1831 – Erige em villas diversas povoações da Província de Minas Gerais. In: Coleção das Leis do Império do Brazil de 1831. Actos do Poder Legislativo – Parte 1. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1831, p. 134. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Centro de Documentação e Informação, Belo Horizonte. Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Público Mineiro. Códice 186 – Fls. 3 (S.G.). Ano de 1771. Igreja Matriz do Mártir São Manoel e Documento do Aleijadinho – Copiado por Paulo Kruger C. Mourão. p. 1-2. Mensagem recebida por e-mail de [cdi.mg@iphan.gov.br](mailto:cdi.mg@iphan.gov.br). Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Pesquisa bem imóvel. Itaverava. Minas Gerais. Igreja de Santo Antônio. Relatório de dados básicos do bem MG-3133907-BI-ED-00001.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Addenda à “Ephemerides Mineiras”. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Ano 1904, volume 9, fascículo 1 e 2/Janeiro - junho, p. 159-174. Disponível em: <[https://archive.org/details/rapm\\_1904\\_09\\_fasciculos\\_1\\_e\\_2](https://archive.org/details/rapm_1904_09_fasciculos_1_e_2)>. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

## 2. Fontes secundárias e complementares

### 2.1. Documentos impressos

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA. Minas Gerais. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC-MG) da cidade de Rio Pomba/MG. Abril, 2010.

PREFEITURA Municipal de Além Paraíba. Minas Gerais. Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Além Paraíba – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de São José. Ano 2008 – Ex. 2010.

PREFEITURA Municipal de Astolfo Dutra. Minas Gerais. Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Astolfo Dutra – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua. Ano 2005 – Ex. 2007.

PREFEITURA Municipal de Mar de Espanha. Minas Gerais. Departamento de Cultura e Turismo de Mar de Espanha - Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês. Ano 2006 – Ex. 2008.

PREFEITURA Municipal de Rio Pomba. Minas Gerais. Atos do Poder Executivo. Decreto Municipal nº. 995/2003. Tomba o imóvel Museu Histórico Municipal como patrimônio cultural de Rio Pomba/MG.

\_\_\_\_\_. Atos do Poder Executivo. Decreto Municipal nº 1355/2010. Tomba a Praça Dr. Último de Carvalho como Conjunto Paisagístico do município de Rio Pomba/MG.

\_\_\_\_\_. Municipal de Rio Pomba. Minas Gerais. Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Arquivo: Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico da Praça Dr. Último de Carvalho. Programa de Estudo e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística - PERMEAR, Dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Municipal de Rio Pomba. Minas Gerais. Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Arquivo: Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de São Manoel. Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística – PERMEAR, Dezembro, 2010.

\_\_\_\_\_. Atos do Poder Executivo. Decreto Municipal nº. 2528/2021. Tomba o imóvel Fórum Nelson Hungria como patrimônio cultural de Rio Pomba/MG.

\_\_\_\_\_. Ato do Poder Executivo. Decreto Municipal nº 2381 de 14 de dezembro de 2020. Homologa o tombamento do bem cultural denominado "Imagem Retabular do Mártir São Manoel", situado na Igreja Matriz de São Manoel, centro da cidade de Rio Pomba e dá outras providências. Rio Pomba/MG. 2020.

PREFEITURA Municipal de Rio Novo. Minas Gerais. Secretaria de Turismo e Cultura de Rio Novo – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Ano 2005 – Ex. 2007.

PREFEITURA Municipal de Visconde do Rio Branco. Minas Gerais. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Visconde do Rio Branco – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Igreja Matriz de São João Batista. Ano 2010 – Ex. 2012.

PREFEITURA Municipal de São João Nepomuceno. Minas Gerais. Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de São João Nepomuceno – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Retábulo-mor da igreja Matriz de São João Nepomuceno. Ano 2009 – Ex. 2011.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. XI – Criação da Villa do Pomba. Cópia do Decreto e Ordens tendentes a criação da Villa de S. Manoel do Pomba, vol. 4, 1899, p. 843-846.

SECRETARIA Municipal de Cultura e Turismo de Aracitaba – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Ano 2003 – Ex. 2005.

SECRETARIA Municipal de Cultura e Turismo de Senador Firmino – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Ano 2006 – Ex. 2008. pelo Cônego Jacinto Teófilo Trombert.

SECRETARIA Municipal de Esportes, Lazer, Cultura, Turismo e Eventos de Guarará – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Ano 2003 – Ex. 2005.

SECRETARIA de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de São João Nepomuceno – Arquivo Municipal. Ficha de Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural – IPAC. Ano 2009 – Ex. 2012.

SERVIÇO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Processo nº 1087-T-1983; Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 560, de 19/07/1984.

## **2.2. Documentos com acesso digital**

### *2.2.1. Dissertações*

CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. Entre Coroados e Coropós: a trajetória do padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba (1731-1811). 2010. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3013/1/nataliapaganinipontesdefariacastro.pdf>> Acesso em: 04 de abr. 2022.

PAIVA, Adriano Toledo. “O Domínio dos índios”: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<https://catalogobiblioteca.ufmg.br/acervo/468817>>. Acesso em 13 de set. de 2021.

### 2.2.2. *Leis e decretos*

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2023.

DECRETO de 13 de outubro de 1831 – Erige em villas diversas povoações da Província de Minas Gerais. In: Coleção das Leis do Império do Brazil de 1831. Actos do Poder Legislativo – Parte 1. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1831, p. 134. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 11 ago. 2022.

### 2.2.3. *Mapas*

BIBLIOTECA Digital. Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais [Cartográfico] : que mandou descrever o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações / Jozé Joam. da Rocha o fes. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=1478](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1478)>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BIBLIOTECA Nacional (Brasil). Coleção Casa dos Contos. MARIA, Manuel de Jesus. Requerimento solicitando a Vossa Alteza Real verba para custear as despesas da construção de uma capela no lugar do presídio de São João Batista na freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba.. [S.l.: s.n.]. 3 p. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=75839](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=75839)>. Acesso em: ago. 2022.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Theil der neuen karte der Capitania von Minas Gerais. Magdgb. [Magdeburg, Alemanha]: In Stein gestochen v. A. Platt, [1822?]. 1 mapa, litografado, 45,7 x 45,8 cm em f. 54 x 48cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart208510/cart208510.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart208510/cart208510.jpg)> Acesso em 18 de agosto de 2022.

MAPA topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo. [17--]. 1 mapa ms, col., 74,5 x 67,5cm em f. 77,5 x 68,8. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543208/cart543208.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543208/cart543208.jpg)> . Acesso em: 18 ago. 2022.

MAPA topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo. [17--]. 1 mapa ms, col., 74,5 x 67,5cm em f. 77,5 x 68,8. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543208/cart543208.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543208/cart543208.jpg). Acesso em 18 de agosto de 2022.

### 2.2.4. *Imagens*

BURMEISTER, Carl Hermann Conrad. Paisagens ilustradas do Brasil e retratos de alguns índios; com atlas de sua viagem através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Berlin: Verlag von Georg Reimer, 1853, p. 18. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Acervo Digital. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5265>>. Acesso em: 20 de Abril de 2021.

BURMEISTER, Carl Hermann Conrad. Vila da Pomba vista a partir do sul (Prancha VII). Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Acervo Digital. Imagens. Título. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3422>>. Acesso em: 20 de Abril de 2021.

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, 1835, pp. 39-43. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon94994/icon94994.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994.htm)> Acesso em: 04 abr. 2022.

### 3. Periódicos científicos (artigos) citados e consultados

ANAIS do IV Encontro Internacional de História Colonial. Histórias e memórias indígenas. Rafael Chambouleyron & Karl-Heinz Arenz (orgs.). Belém: Editora Açaí, volume 11, 2014. Disponível em: <<https://www.pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/agenda/eventos/142-anais>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: A religiosidade católica e seu hibridismo. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, mai. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30331/15916>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, 2012, p. 143-170. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/DN3RqRM77qTpMtnfLwtLqyb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

ARQUIVO Central. Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais. Apresentação – Fundo Pantaleone Arcuri. 7 de agosto de 2021. Consulta ao guia de inventário. Fundos textuais privados – descrição nobadiana em primeiro nível. Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri. Disponível em: <[https://www2.ufjf.br/arquivocentral//files/2013/09/s-fpar\\_panta\\_n1\\_120606.pdf](https://www2.ufjf.br/arquivocentral//files/2013/09/s-fpar_panta_n1_120606.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BARROS, Samarane Fonseca de Souza. Da Zona da Mata/MG à região geográfica intermediárias de Juiz de Fora/MG: Continuidades e descontinuidades nas propostas de regionalização do IBGE. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 22, n. 80, p. 15–33, 2021. DOI: 10.14393/RCG228054386. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/54386>>. Acesso em: 15 jun. 2023.



BRESSAN, Luiza Liene; FERNANDES, Ana Caroline Voltolini, MORAES, Heloisa Juncklaus Preis. Simbologias religiosas e imaginário: reflexões acerca do bestiário dos quatro evangelistas. In: Revista Letras Escreve / Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Graduação, Departamento de Letras e Artes, Coordenação do Curso de Graduação em Letras. Macapá, Vol. 8, nº. 4 (2º semestre, 2018), p. 165 - 178 . Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/4251>>. Acesso em: 15 de dez. 2023.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. “Entre a cruz e a coroa, o trono e o altar, a fê e o imperio”: o padroado real e a colonização brasileira a partir das minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe, Minas Gerais, 1702-1721. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Unimontes-MG. Caminhos da História, v.26, n.2, jul./dez.2021, p. 153-173. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/4356/4402>>. Acesso em: ago. 2022.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siquira. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, riscos e traças. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/8nw3rCDFPmL4ZkbyQ9LjyPs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: ago. 2022.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. O Mecenato dos leigos: cultura artística e religiosa. In: Arte sacra no Brasil colonial. Belo Horizonte: Edita C/Arte, 2011. p.95-111. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Confrarias%20e%20Ordens%20Terceiras-texto%20Adalgisa.pdf>>. Acesso em: ago. 2022.

CASTRO, José Flávio Morais. Organização espacial da capitania de Minas Gerais no século XVIII. IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica. Porto. Nov. 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/8.pdf>>. Acesso em: jan. 2023.

CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. Civilização e cristianização dos índios Coropós e Coroados: a atuação catequética do Reverendo Manoel de Jesus Maria na Região do Rio Pomba (1767-1811). XIII Encontro Regional de História Anpuh-Rio. Identidades, 2008. Disponível em: <[https://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212973540\\_ARQUIVO\\_TrabalhocompletoAnpuh-Rio.pdf](https://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212973540_ARQUIVO_TrabalhocompletoAnpuh-Rio.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2022.

COELHO, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300924701\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300924701_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2023.

COLOMBO, André Vieira. Antônio Benedicto de Santa Bárbara – Mestre Santa Bárbara: Contribuição de um escultor para a arte sacra da Zona da Mata Mineira. Revista Imagem Brasileira, nº 4, ano 2007 - Conferências do V Congresso Internacional do Ceib - Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, realizado no Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo/ES. Disponível em: <<https://www.eba.ufmg.br/revistaceib/index.php/imagembrasileira/article/view/103/96>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

COSTA, C. J. A formação do padre Jesuíta no século XVI. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S. l.], n. 20, 2013. doi: 10.20435/serie-estudos.v0i20.425. Disponível em: <<https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/425>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Revista do SPHAN, Rio de Janeiro, v. 5, 1941, p. 09 -103. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat05.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COUTINHO, S. R. A paróquia tridentina e sua implantação no Brasil colonial. Revista Teopraxis, Passo Fundo/RS, v. 37, n. 128, p. 37–56, 2021. doi: 10.52451/teopraxis.v37i128.26. Disponível em: <<https://itepa.com.br/ojs/index.php/teopraxis/article/view/26>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

FILHO, José Mariano. Antônio Francisco Lisboa não era arquiteto. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1941, pp. 1; 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/9240](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9240)>. Acesso em: 21 out. 2022.

\_\_\_\_\_. O ‘Aleijadinho’ não era arquiteto. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1941. Terceira seção, pp. 17-18. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/093718\\_02/5380](http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/5380)>. Acesso em: 21 out. 2022.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia: “programa” da arte sacra no Brasil. In: HERNÁNDEZ, M.H.O., and LINS, E.Á., eds. Iconografia: pesquisa e aplicação em estudos de Artes Visuais, Arquitetura e Design [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 206-251. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/56qXH/pdf/hernandez-9788523218614-13.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl. Dez., 2012, p. 259-297. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/ah6G4NNL5f4f5Pcn9xjZRPjDf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOMES, Edgar da Silva. A separação Estado-Igreja no Brasil. Revista de Cultura Teológica - v. 15 - n. 58 - jan/maR 2007, p. 65-88. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15104/11279>>. Acesso em: ago. 2023.

HANSEN, João Adolfo. Condicionamentos institucionais e preceitos epidícticos das artes sacras coloniais. Revista USP, [S. l.], n. 121, p. 11-30, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i121p11-30. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/157771>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Periódicos. Architectura no Brasil: Engenharia, Construção (RJ) - 1921 a 1926. Disponíveis em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=308250&pagfis=1>>. Acesso em: ago. 2023.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Notícias. Missão Francesa completa 200 anos. Publicado em: 24 de março de 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3515/200-anos-missao-francesa>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA. Minas Gerais. Informativo do IEPHA/MG: Bem Informado, ano 05, nº 42. Belo Horizonte, julho de 2011. Disponível em: <[http://www.iepha.mg.gov.br/images/com\\_arismartbook/download/71/42-Julho2011.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/com_arismartbook/download/71/42-Julho2011.pdf)>. Acesso em: nov. 2023.

LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *Saeculum –Revista de história*. João Pessoa: UFF, v. 30, p. 47-62, 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/12146/1/22231-44226-1-PB.pdf>>. Acesso em: ago. 2022

MARTINS DE ANDRADE, L. Os conjuntos retabulares sul-mineiros e os indícios da constituição de uma oficina itinerante em torno de Joaquim José da Natividade. *Rocalha - revista eletrônica do CEPHAP - UFSJ*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 99–159, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufsj.edu.br/rocalha/article/view/4890>. Acesso em: 6 mar. 2022.

MATOS, Odilon Nogueira de. As cidades mineiras vistas por alguns viajantes estrangeiros do século XIX. In: *Simpósio Nacional dos professores universitários de História*, 7, 1973, Belo Horizonte. *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História*. São Paulo: [FFLCH-USP], 1974. v. 1, pp. 221-261. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201812/1545756192\\_3fc2e69ea4c7126776f46b1779658aa2.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201812/1545756192_3fc2e69ea4c7126776f46b1779658aa2.pdf)>. Acesso em 20 de Abr. de 2021.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A chegada da família real e as mudanças sociopolíticas. In: *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, p.9-34. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/j56gd/pdf/meirelles-9788568576960-02.pdf> >. Acesso em: ago. 2023.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reformas Religiosas na Europa Moderna notas para um debate historiográfico. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.130-150, Jan/Jun 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/jcnhd3XcRGMnsvLJCZkd9mb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M A. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. *RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 12, dez. 2006, p. 21-34. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/4811>>. Acesso em: out. de 2023.

NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2. ed. Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>>. Acesso em: 28 de ago. 2022.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. O cristianismo primitivo como objeto da história cultural: delimitações, conceitos de análise e roteiros de pesquisa. *Antíteses*, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 31–49, 2016. DOI: 10.5433/1984-3356.2015v8n16p31. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/22732>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PAIVA, Adriano Toledo. Escolas, catequese e trabalho de índios aldeados nas Minas Gerais (século XVIII). *Revista de História e Historiografia da Educação*. Curitiba, v. 1, n. especial, p. 8-28, jul. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/52206>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PEDROSA, Aziz J. O. A igreja Matriz de Santa Luzia e seus retábulos. *Anais do Museu Paulista*. v. 27, p. 1-33, issn: 1982-0267, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/jDwbQsv4nwPPvpkft9JdXwK/?lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

RANQUETAT JR., C. Laicidade, Laicismo e Secularização: Definindo e esclarecendo conceitos. *In: Revista Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 67–75, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociais/humanas/article/view/773>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

REVISTA DE ANTROPOLOGIA. Convenção para a grafia dos nomes tribais. Nº 2 – Volume 2, 1954, p. 150 – 154. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>>. Acesso em: 15 set. 2021.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro. Vocabulário da língua do Botocudos, Nac-Nanuks e Gíporocas, habitantes das margens dos Rios Mucury e Todos-Os Santos, também idêntico ao dos Kraik-Mús habitantes das margens do Rio Gequitinhonha. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Ano 1903, volume 8, fascículo 3, p. 1093-1115. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=328&op=1>>. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. XI – Criação da Villa do Pomba. Cópia do Decreto e Ordens tendentes a criação da Villa de S. Manoel do Pomba, vol. 4, 1899, p. 843-846. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=215>. Acesso em: 06 junh. 2022.

ROSADA, M.; BASTOS, G. A exacerbação dos sentidos: Retábulos pintados à imitação de arquitetura nas Minas setecentistas. *Perspectiva Pictorum*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistaperspectivapictorum/article/view/46855>>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SAMU, Leonardo. Presença árabe no português: 1300 anos depois. *Revista Augustus*. Rio de Janeiro. Ano 15, nº. 30, pp. 46-52, Agosto de 2010. Semestral. Disponível em: <[http://apl.unisuam.edu.br/augustus/images/edicao30/pdf/rev\\_aug\\_30\\_art05.pdf](http://apl.unisuam.edu.br/augustus/images/edicao30/pdf/rev_aug_30_art05.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SCHETTINI, Vitória Fernanda. Espaço e território: a divisão administrativa da Mata Mineira. *Anais do XIX Encontro Regional de História da Anpuh-MG: Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho*. Espaço e território: a divisão administrativa da Mata Mineira. 2014. (Encontro). Disponível em: <[https://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401219680\\_ARQUIVO\\_Espacoeteritorioanpuhsemresumo2014.pdf](https://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401219680_ARQUIVO_Espacoeteritorioanpuhsemresumo2014.pdf)>. Acesso em: out. de 2023.

SEGAWA, Hugo. Modernidade pragmática: arquitetura no Brasil dos anos 1920 a 1940. *In: Art déco na América Latina – Centro de Arquitetura e Urbanismo – 1º. Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar Grandjean de Montigny – PUC/RJ, 1997, p. 172.

SENNA, Nelson de. Sobre Etnografia Brasileira – principais povos selvagens que tiveram o seu habitat em território das Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 25, n. 1, 1937, p. 337-335. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1435.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1435.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2022.

SILVEIRA, Stefany; ELIAS, Cosme. “Santa Lola”: trajetória social e origem da vocação religiosa da imagem sagrada do interior mineiro. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 15, n. 1, p. 273-292, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3946>. Acesso em: 15 set. de 2021.

SIOLARI, Maristela; PORTUGAL, Josélia Godoy. A Revista *Architectura* no Brasil, o Neocolonial e a Exposição do Centenário de Independência. IV Enanparq - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2032/S32-06-SIOLARI,%20M;%20PORTUGAL,%20J.pdf>>. Acesso em: ago. 2023.

SOUZA, Patrícia Marques de. Anúnciação à Virgem Maria: a iconografia da encarnação de Cristo em Livros de Horas. *Cuadernos Medievales*, nº. 21 – Diciembre 2016 – 95-120. ISSN 2451-6821. Grupo de Investigación y Estudios Medievales. Facultad de Humanidades – UNMdP. República Argentina. Disponível em: <<https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/cm/article/view/1823/1889>>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

VASCONCELLOS, Salomão de. O ‘ser ou não ser’ do Aleijadinho no campo da arquitetura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1941, p. 11. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/9708](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9708). Acesso em: 21 out. 2022.

\_\_\_\_\_. O Aleijadinho de Vila-Rica. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1941. Terceira seção, p. 13-14. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/093718\\_02/4535](http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/4535)>. Acesso em: 21 out. 2022.

VIEIRA COLOMBO, André; MENDES ZARATINI, Fábio. Reconhecimento de oficinas regionais e atribuição de autoria: limites e contribuições para o estudo da escultura religiosa em Minas Gerais. *Rocalha - revista eletrônica do CEPHAP - UFSJ*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 105–121, 2021. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/rocalha/article/view/4915>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustríssimo e Reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade; propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707.* São Paulo: Typographia, 2 de dezembro, 1853.

#### 4. Livros citados e consultados (impresso e digital)

ACTA SANCTORUM. Junii tomus quartus. Collecta, digesta, illustrata a Godefrido Henschenio, Daniele Papebrochio, Francisco Baertio, Conrado Ianningo et Joanne Bapt. Sollerio e Societate Jesu. Paris/Roma: Victorem Palme, vol. 24, 1867, pp. 231-237. Disponível em:<<https://archive.org/details/actasanctorum24unse/page/n9/mode/2up?q=sabel>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ALDAZÁBAL, José. *Vocabulário básico de liturgia.* Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 1994.

\_\_\_\_\_. *Vocabulário básico de Liturgia.* [Trad. Português]. São Paulo: Paulinas, 2013.

ALVIM, Sandra Poleshuch de Faria. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro. Volume 1: Revestimentos, retábulos e talha*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1999.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Annablume, São Paulo. 2008, p. 170-173.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira. *Arquitetura neomedieval portuguesa 1780- 1924. Volume 1*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João; MACHADO, Reinaldo. *Barroco Mineiro: Glossário de arquitetura e ornamentação. Ensaio introdutório de Affonso Ávila*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

\_\_\_\_\_. *O estado leigo e o projeto ultramontano (História do pensamento católico no Brasil)*. Editora: Paulus, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Igreja e os imigrantes*. São Paulo. Ed. Paulus, 2000, vol. 4.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *A maravilhosa fábrica de virtudes: O decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2013.

BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo. Espinha dorsal de Minas. Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2004*.

BAZIN, Germain. *A arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões. Política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna. 3ª Edição*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

BENÉVOLO, Leonardo. *O movimento neogótico*. In: *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 82-90.

BITTENCOURT, Gean Maria; GAUTHEROT, Marcel. *A missão artística francesa de 1816. 2. Ed. refund. Fot. Marcel Gautherot*. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1967.

BRANDÃO, Ramon de Lima. *Arquitetura Neocolonial / arquitetura da felicidade*. 1. ed. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 2013. v. 1.

BRASIL. Senado Federal. *Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 307, v. 1, parte 1, 1851.

BROWN, Peter Robert Lamont. A ascensão do cristianismo no Ocidente. Tradução de Eduardo Nogueira. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1999.

BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte/São Paulo: Itataia/EDUSP, 1980, p. 197-198.

CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira. A Igreja na História de São Paulo (1851-1861). São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, vol. 7, 1953, p. 225.

CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999. Disponível em: <<https://www.editora.ufop.br/index.php/editora/catalog/book/99>>. Acesso em: out. de 2023.

CAMPOS, Yussef. Lugares de origem. Ailton Krenak e Yussef Campos. São Paulo: Jandaíra, 2022.

CARRARA, Ângelo Alves. Sertões do leste. In: Atlas das representações literárias de regiões brasileiras I. IBGE. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 19 - 43. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80931\\_v2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80931_v2.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CASTRO, Fernando Pedreira de. Dom Silvério Gomes Pimenta: um Santo Arcebispo Brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1954.

CASTRO, Márcia de Moura. Santos de casa: imaginária doméstica em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

CEBALLOS, Alfonso Rodríguez G. de. El retablo en el marco de la liturgia, del culto y de la ideología religiosa. In: RETABLOS DE LA COMUNIDAD DE MADRID. (Siglos XV a XVII). Guia de Patrimonio Histórico. Editora: Comunidad de Madrid, Consejería de Educación y Cultura, Dirección General de Patrimonio. 2ª Edición. Año 2002, p. 13-27. Disponível em: <<http://www.madrid.org/bvirtual/BVCM002173.pdf>>. Acesso em: nov. 2023.

CERCEAU NETTO, Rangel. Um na casa do outro. Concubinato e família na comarca do Rio das Velhas (1720/1780). São Paulo: Annablume, 2008.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013, p. 242.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Colaboração de: André Barbault; Coordenação Carlos Sussekind; Tradução: Vera da Costa e Silva. 23ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

CIFUENTES, Rafael Llano. Relações entre a Igreja e o Estado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1989.

COELHO, Beatriz; QUITES, Maria Regina Emery. Estudo da escultura devocional em madeira. 1ª. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

CONTI, Flávio. Como reconhecer a arte Rococó. Lisboa: Ed. 70, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Legislação indigenista no século XIX. São Paulo: EDUSP: CPI/SP, 1992, p. 143.

CUNHA, Maria José de Assunção. Iconografia cristã. Ouro Preto: EDUFOP, 1993, p. 110.

DAMASCENO, Sueli. Glossário De Bens Móveis Igrejas Mineiras. Ouro Preto: UFOP/IAL, 1987.

DICK, M. V. de P. do A. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, Maria Vicentino de P. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990. Acesso em: 15 jul. 2023.

FABRINO, Raphael João Hallack. Guia de Identificação de Arte Sacra. Superintendência do IPHAN, Rio de Janeiro. PEP/MP/IPHAN. 2012.

FARIA, Manoel Rodrigues. História da Vida do Glorioso Martyr S. Manoel. Typographia de G. M. Martins. Lisboa. 1846.

FAUTO, Boris. História do Brasil. 10. Ed. São Paulo: EDUSP, 2002; SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 14. Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2005, p. 298-307.

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986, p. 1041.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1959, vol. 26, p. 339-342.

FONSECA, Gustavo Oliveira. A atualização da tradição: arquitetura e arte religiosa em Itaipé, MG (1757-1927). Divinópolis: Boutique do Livro, 2022.

FOX, John. O livro dos mártires. Trad. de Almiro Pissetta. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

GUIA de bens tombados IEPHA/MG / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – 2. ed. – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/publicacoes/guia-dos-bens-tombados>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

GRAMMONT, Guiomar de. Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 47-64.

HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina Colonial. V.II. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999, pp. 426-469.



HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira: a época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, t. 1, p. 259-310.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800). São Paulo: Brasiliense, 1982.

IGREJA CATOLICA. Concílio de Trento, 1545-1563. O sacrosanto, e ecumênico Concilio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. - Lisboa: na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno : vende-se na logea dos mesmos Reycend, e Companhia, Mercadores de livros no largo da Calhariz, 1781, Tomo II, p. 347-357. Disponível em: <<https://purl.pt/360>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

JÚLIO, Carmem Lucia Marini Vieira. Dados biográficos da família Marini. Rio Pomba. Minas Gerais. 15 de agosto de 2023. Informação verbal.

KUSHNIR, Beatriz. Hospedaria Central, o expurgo na Ilha das Flores. In MONTEIRO, Yara Nogueira & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs). *As doenças e os medos sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

LEMAITRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse; SOT, Veronique. Dicionário Cultural do Cristianismo. Edições Loyola, São Paulo, 1999.

MANIZER, G.G. A expedição do acadêmico G.I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1967.

MARINHO, José Antônio. História da Revolução Liberal de 1842. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015, p. 199-203.

MARTINS, Judith. “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: MEC, 2 v., nº 27, 1974, v. 1, pp. 38-39;372.

MARTINS, William de Souza. Ordens terceiras no mundo luso-brasileiro (séculos XVI-XIX). William de Souza Martins (Org.). – Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo: Nobel, Edusp, 1991.

MATA, Sérgio da. O espaço do poder. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v.42, n.2, p. 49-57, jul./dez. 2006.

MATHIAS, Herculano Gomes. A coleção da Casa de Contos de Ouro Preto – Documentos avulsos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1966, p. 227.

MELLO, Joana. Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e Irmandades de Ouro Preto. Notas de Ivo Porto de Menezes. Nº1. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1975.

MERCADANTE, Paulo. Os Sertões do Leste: estudo de uma Região, a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 37-52.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. As Igrejas setecentistas de Minas. 2ª Edição Revista e aumentada Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

NARA JÚNIOR, João Carlos. Arquitetura da persuasão: o simbolismo rococó da Matriz Santa Rita. 1ª Ed., Curitiba: Appris, 2016, p.27.

OLENDER, Marcos. Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: Editora UFJF / FUNALFA, 2011.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. Revista da USP, São Paulo, v. 28, p. 174-193, 1996.

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro. O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus. São Paulo: Cosac &Naif, 2003.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; ALVES, Célio Macedo. Barroco e Rococó nas Igrejas de Sabará e Caeté. Brasília: IPHAN, 2018.

PAIVA, Adriano Toledo. Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767 - 1813). Belo Horizonte, MG. Editora Argvmentvm, 2010.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia. Uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1976, p 47-87.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo. In: Ecletismo na Arquitetura Brasileira, São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, p. 09 – 27.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Neocolonial, Modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

POMBAL, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de. “Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario”. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Anexo documental. Brasília: UNB, 1997, p. 371-413 (Apêndices). (Impressa). Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518740>>. Acesso em: 11 out. 2022.

PRADO, JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

REIS FILHO, Nestor. Quadro da Arquitetura no Brasil. 9ª Edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970.

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, jan./mar. 2019.

SALLES, Fritz Teixeira de. Associações religiosas no Ciclo do Ouro. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

SÁNCHEZ RUIZ, P. Valentín. Martirologio romano. Versión española ajustada a la edición vaticana de 1948. Editora: Apostolado de la Prensa, 1953, Madrid.

SANTIAGO, Sinval Batista. História do município de Rio Pomba. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2ª Edição – Revisada, 1991.

\_\_\_\_\_. História do município de Rio Pomba: síntese histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2016.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889). Fino Traço Editora, 1ª Edição, 2015.

SANTOS, Paulo Ferreira. Subsídios para estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto, I. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.

\_\_\_\_\_. Quatro Séculos de Arquitetura. Rio de Janeiro, Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.

SANTOS, Raquel. Arqueologia da Arquitetura: Conceitos e metodologias. Revista Parc - Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, v. 3, n. 4, p.1-10, abr. 2013, p. 3.

SCHMITT, Jean-Claude. O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

SERRÃO, Vítor. A Cripto-História da Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.); KOMISSAROV, Bóris et al. (eds.). Os Diários de Langsdorff. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves. Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SMITH, Robert Chester. A talha em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

SOARES, Ernesto. Inventário da colecção de registos de Santos. Biblioteca Nacional. Lisboa. 1955, pp. 103-104. Disponível em: <[https://purl.pt/700/4/ba-2633-v\\_PDF/ba-2633-v\\_PDF\\_24-C-R0150/ba-2633-v\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/700/4/ba-2633-v_PDF/ba-2633-v_PDF_24-C-R0150/ba-2633-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUZA, Alberto. Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame. São Paulo: Pini, 1994.

SUMMERSON, John. *A Linguagem Clássica da Arquitetura*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 4.

THOMPSON, Analucia. *Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles (org. Analucia Thompson)*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Ministério da Educação e Saúde / SPHAN, 1945, p. 230-231.

TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais / IEPHA-MG, 1998.

VASCONCELLOS, Joaquim de. *Da Pintura Antiga – Tratado de Francisco de Holanda. Livro Primeiro – Parte Theorica e Livro Segundo – Dialogos em Roma*. Edição da Renascença Portuguesa. Porto, out. 1918.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 1979, p.75.

\_\_\_\_\_. *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. São Paulo, Cia. Editora Nacional Brasileira, vol. 369, 2ª edição – 1979, p. 75-140.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides Mineiras (1664-1897)*, vol. IV (outubro a dezembro). Ouro Preto-MG, 1897.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustríssimo e Reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade; propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707*. São Paulo: Typographia, 2 de dezembro, 1853.

VILLATA, Luiz Carlos. *Introdução*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia. do Tempo, 2007. v.2, p. 19-24.

## 5. Teses e dissertações:

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08062006-085817/pt-br.php>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

COSTA, Fernanda Maria Matos da. A Morte e o Morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres, 1851 – 1890. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5276>>. Acesso em: nov. 2023.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói/Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1537.pdf>>. Acesso jan. 2023.

LOPES, Poliana Vieira Côrtes. Bens móveis e ações educativas: o ladrilho hidráulico na arquitetura eclética em Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <[https://ppgpat.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/polioana\\_crtes\\_dissertao\\_final\\_compressed.pdf](https://ppgpat.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/polioana_crtes_dissertao_final_compressed.pdf)>. Acesso em: ago. 2023.

MARTINS, Ronaldo de Carvalho. O Ecletismo em Viçosa (MG): modernização, paisagem e preservação do patrimônio arquitetônico (1910 a 2019). Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa- UFV. Minas Gerais. 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/27717>. Acesso em: ago. 2023.

OLIVEIRA, Simone Geralda de. Três Santas do Povo: Um estudo antropológico sobre santificações populares em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora/Instituto de Ciências Humanas/ICH, Juiz de Fora, 2008, pp. 82-113. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5644/1/simonegeraldadeoliveira.pdf>>. Acesso em 13 de set. de 2021.

PEREIRA, Fernanda Coimbra da Costa. Filosofia política, resistência e identidade no baixo Império Romano: um estudo sobre a reação dos filósofos neoplatônicos ao avanço do cristianismo. 2009. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História do centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3361/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Fernanda\\_Coimbra\\_da\\_Costa\\_Pereira.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3361/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Fernanda_Coimbra_da_Costa_Pereira.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PINTO, Ana Paula Magno. Assistência, saúde e sociedade: A sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese\\_final\\_ana\\_paula\\_pinto.pdf](https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_ana_paula_pinto.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SILVA, Luciana da. Aparência e sensibilidades: a indumentária na Vila do Carmo (Mariana), 1693 - 1755. 2019. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636307>>. Acesso em: 4 ago. 2022.

SOUZA, Ana Alvarenga de. Os devotos de Mercês dos Perdões: O jogo de identidades e a liberdade civil, Minas Gerais, 1750 -1847. 2017. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História da UFOP, Mariana, 2017. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9249/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Devo\\_tosMerc%C3%AAAsPerd%C3%B5es.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9249/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Devo_tosMerc%C3%AAAsPerd%C3%B5es.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2023.

## 6. Outros meios e fontes:

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. História. Disponível em: <<https://arqmariana.com.br/historia/>>. Acesso em: 13 de set. de 2021.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Minas Gerais. Organização. Paróquias. Região sul: Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Antônio Carlos, Barbacena, Correia de Almeida (distrito), Senhora das Dores (distrito), Capela Nova, Carandaí, Cipotânea, Desterro do Melo, Dores do Turvo, Ibertioga, Mercês, Oliveira Fortes, Paiva, Ressaquinha, Rio Pomba, Santa Bárbara do Tugúrio, Senhora dos Remédios, Silveirânia, Tabuleiro. Disponível em: <<https://arqmariana.com.br/paroquias/>>. Acesso em: set. 2022.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. Congregação do Oratório do Porto. História administrativa/Biográfica/Familiar. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375808>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ASSOCIAÇÃO dos Ex-alunos dos Seminários de Mariana - AEXAM. Disponível em: <<https://aexam-mg.org.br/Raimundo-Ot%C3%A1vio-da-Trindade--C%C3%B4nego-.php>>.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES. Relação das Comunidades Negras Quilombolas em Minas Gerais. Disponível em: <<<https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>>>. Acesso em: jan. 2023.

COMISSÃO Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Os Povos Indígenas na América Latina. Antecedentes e contexto sociopolítico dos direitos dos povos indígenas na América Latina: Aspectos históricos. 2015, p.13. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37773-os-povos-indigenas-america-latina-avancos-ultima-decada-desafios-pendientes>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Etimologia (origem da palavra risco). Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/risco/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas - FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Acervo. Verbetes. Biografias - MENEZES, Joaquim Furtado de. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/meneses-joaquim-furtado-de>>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. História e fotos. Rio Pomba. Minas Gerais – MG. Histórico. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Acervo digital – Museu Regional de Caeté. São Manoel, Forro pintado, Séc. XVIII. Disponível em: <<https://museuregionaldecaete.acervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/taianacan-items/848/9904/029.jpg>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Acervo digital – Museu Regional de Caeté. São Manoel, Imagem de santo, Séc. XVIII. Disponível em: <<https://museuregionaldecaete.acervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/taianacan-items/848/8025/305.jpg>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MENEZES, Ivo Porto. Apresentação. Disponível em: <<https://ivomenezes.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PORTAL Cidades/IBGE. Rio Pomba. História e fotos. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. Distritos. Glaura (Casa Branca). Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/distrito/5>. Acesso em: 11 de ago. de 2022.

PREFEITURA Municipal de Rio Pomba. Acervo fotográfico. Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 1960.

PREFEITURA Municipal de Rio Pomba. Secretaria de Cultura e Turismo de Rio Pomba. Minas Gerais. Acervo fotográfico. Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 2018.

PREFEITURA Municipal. Minas Gerais. São João Nepomuceno. História do município - Histórico de São João Nepomuceno. Publicado em 23/04/2009. Disponível em: <<https://www.sjnepomuceno.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6495>>. Acesso em: 15 set. 2023.

PRESIDENTE Bernardes (cidade). Minas Gerais. Talento da nossa terra! Entrevista com Benedito do Carmo Soares, o Liliu de Calambau – Parte 1. 06 de julho de 2021. Facebook: <<http://www.presidentebernardes.mg.gov.br/>>. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=565376357956735>>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

SECRETARIA de Cultura e Turismo de Rio Pomba. Minas Gerais. Acervo fotográfico. Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 2018.

SECRETARIA Nacional de Liturgia. Instrução Geral do Missal Romano, Capítulo V – Disposição e adorno das Igrejas para a celebração da Eucaristia. O altar e o seu adorno, nº. 296, 2002, p. 84. Disponível em: <[https://www.liturgia.pt/edrel/pdf/IGMR\\_Sinopse.pdf](https://www.liturgia.pt/edrel/pdf/IGMR_Sinopse.pdf)>. Acesso em: out. de 2023.

SOCIEDADE São Vicente de Paulo – SSVP. Fundadores. Edição 2023. Disponível em: <<https://ssvpbrasil.org.br/fundadores/>>. Acesso em: ago. 2023.

### ANEXO I - CADERNO DE IMAGENS

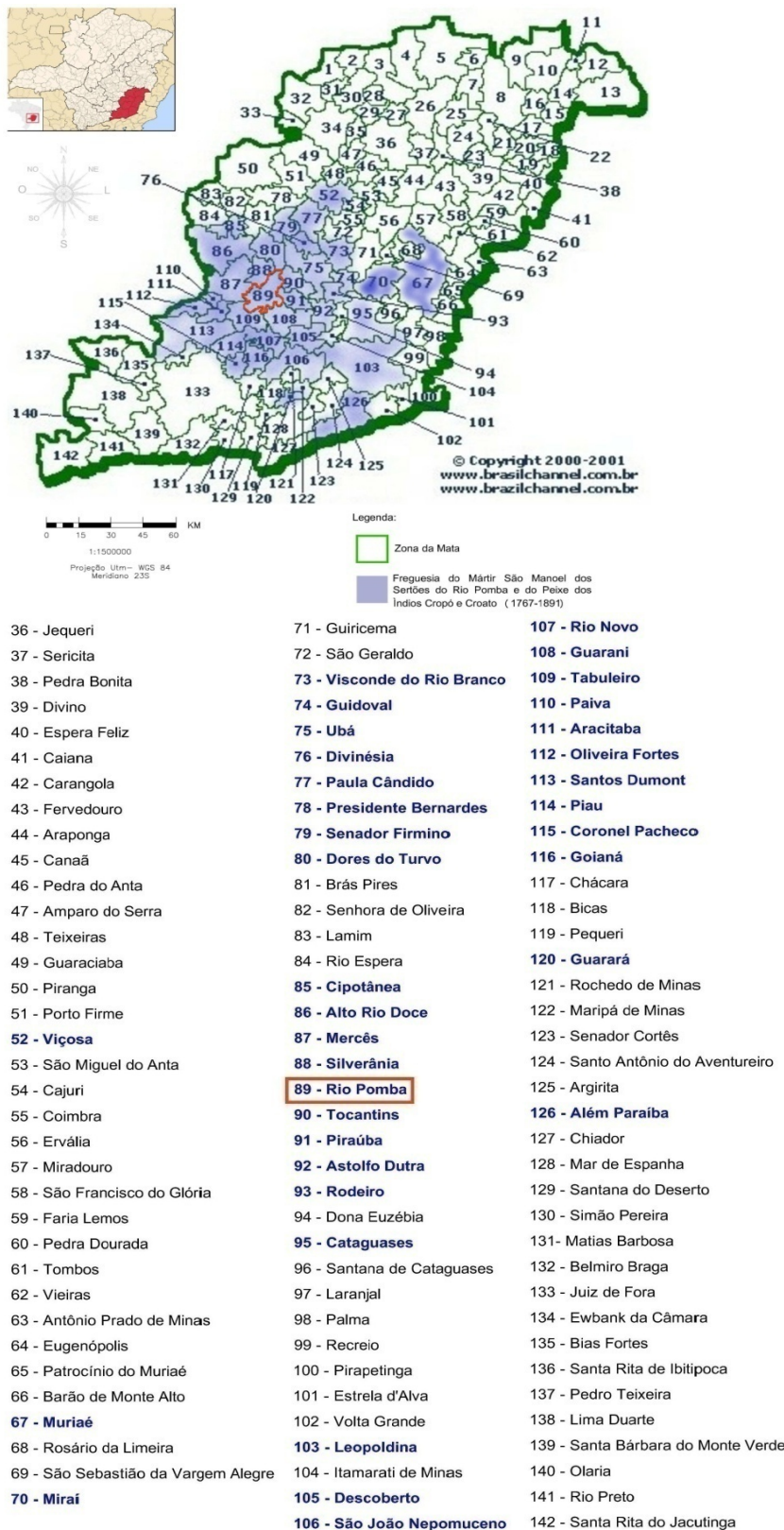


Figura 01: Mapa da Zona da Mata Mineira com a divisão atual dos municípios. Destaque para a região onde se formou a antiga Freguesia do Mártir São Manoel (...). A localização da cidade de Rio Pomba (89) está indicada em vermelho. As cidades listadas em azul correspondem à marcação no mapa e são cidades que já pertenceram em algum momento no intervalo entre 1767 – 1891 a freguesia.

Fonte: IBGE. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2022.





Figura 02: Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 1960. Percebe-se ainda a existência de edificações coloniais e ecléticas no entorno da praça. Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico de Rio Pomba. Autor: s/r. Digitalização: Elza Vieira – Dezembro 2019.



Figura 03: Vista parcial do centro da cidade de Rio Pomba em 2018. Temos a Igreja Matriz de São Manoel à direita da Praça Dr. Último de Carvalho. Percebe-se a descaracterização arquitetônica das antigas edificações. Fonte: Acervo fotográfico da Secretaria de Cultura e Turismo de Rio Pomba. Autor: s/r. Digitalização: Elza Vieira – Dezembro 2019.



Figura 04: Imagem de São Manoel. Século XVIII.  
Autoria atribuída: Aleijadinho. Rio Pomba/MG.  
Foto: Elza Vieira - Outubro/2023



Figura 05: Retábulo da igreja Matriz de São Manoel.  
Vista frontal. Rio Pomba/MG.  
Foto: Elza Vieira - Outubro/2023



Figura 06: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – nave e capela-mor.  
Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2023

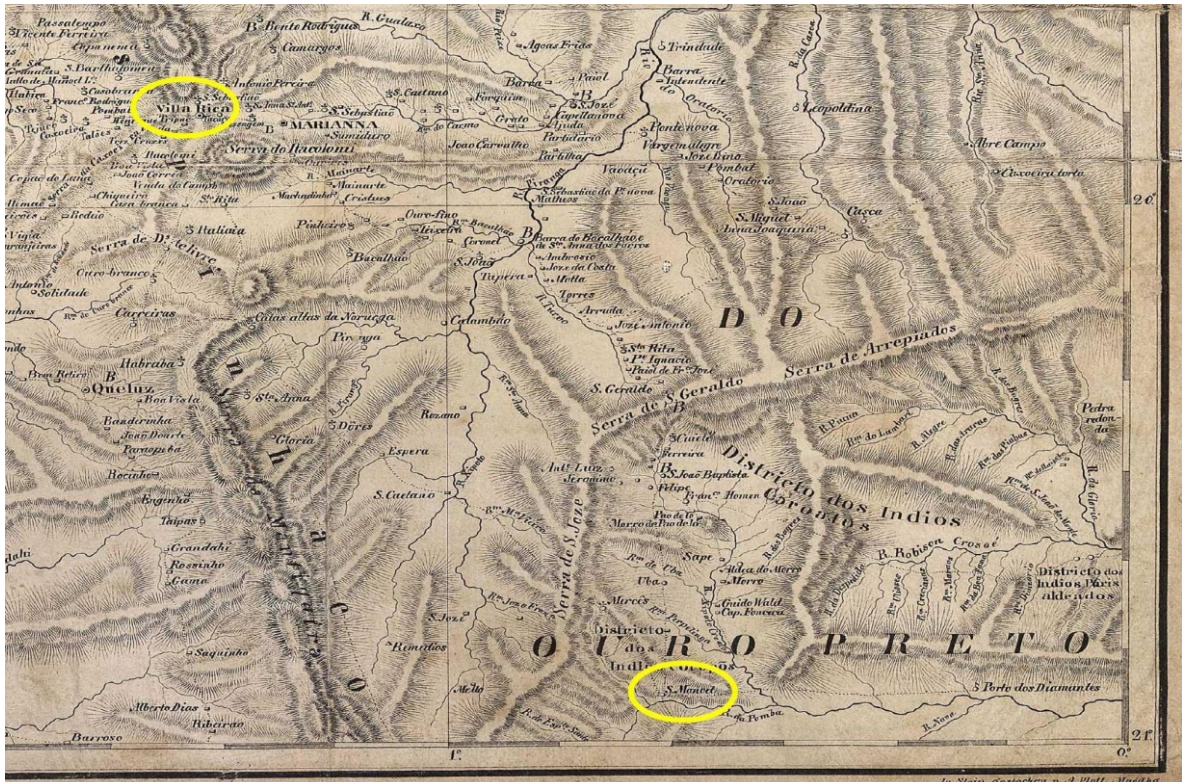


Figura 07: Região dos sertões do leste no recorte da “Karte der Capitania von Minas Geraes” de W. von Eschwege – 1822. Em destaque na parte superior está “Vila Rica” e na base do mapa a Vila de São Manoel.  
Fonte: Arquivos digitais da Biblioteca Nacional Digital Brasil.  
Adaptação e marcações: Elza Vieira - Agosto/2023.

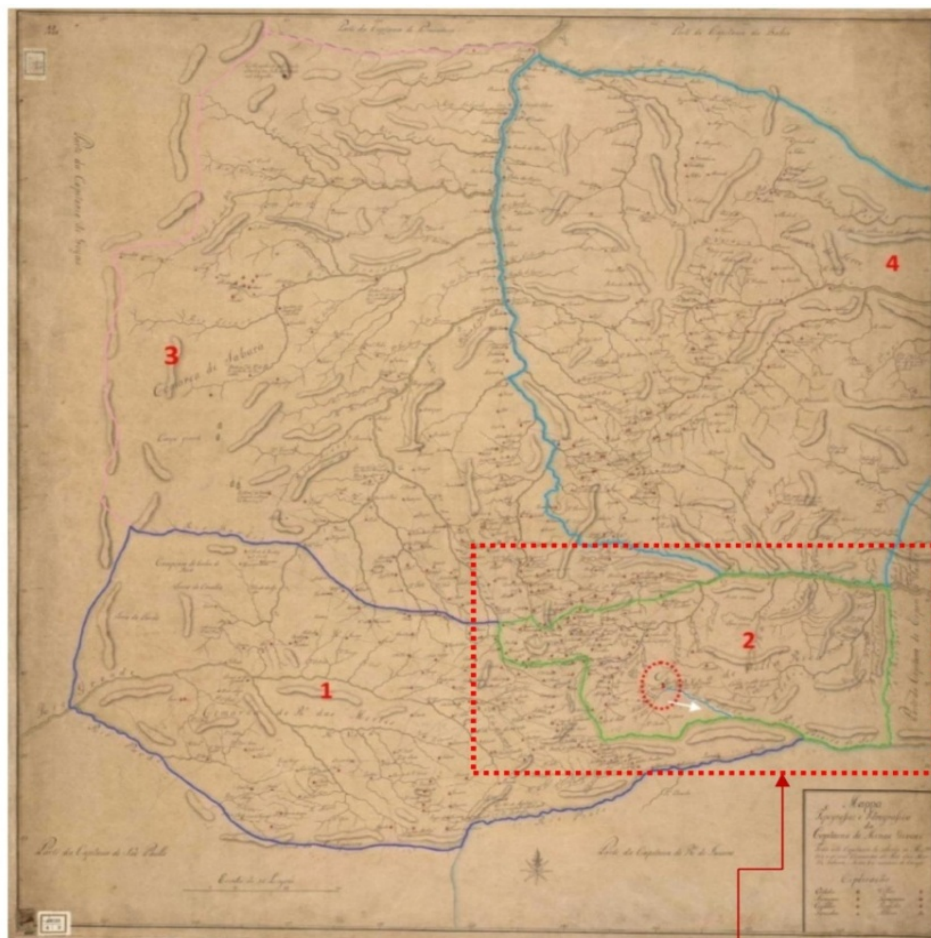


Figura 08: Carta geográfica de Minas Geraes (1746-1759). No recorte do mapa o círculo em vermelho marca a vila de São Manoel. Acima estão às comarcas de Sabará (3) e do Serro (4). Desenho a nanquim, aquarelado. Sem indicação de autoria. Fonte: Arquivos digitais da Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Adaptação e marcações: Elza Vieira - Agosto/2022.

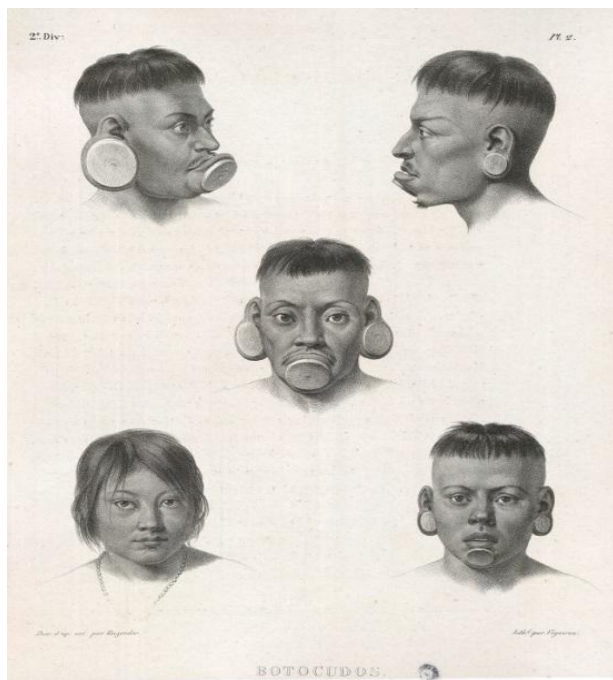


Figura 09: Litogravura Botocudos.  
 Autor: Pierre Roche Vigneron (1789-1872).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “Viagem pitoresca através do Brasil”, 1835, p. [gravura 32]

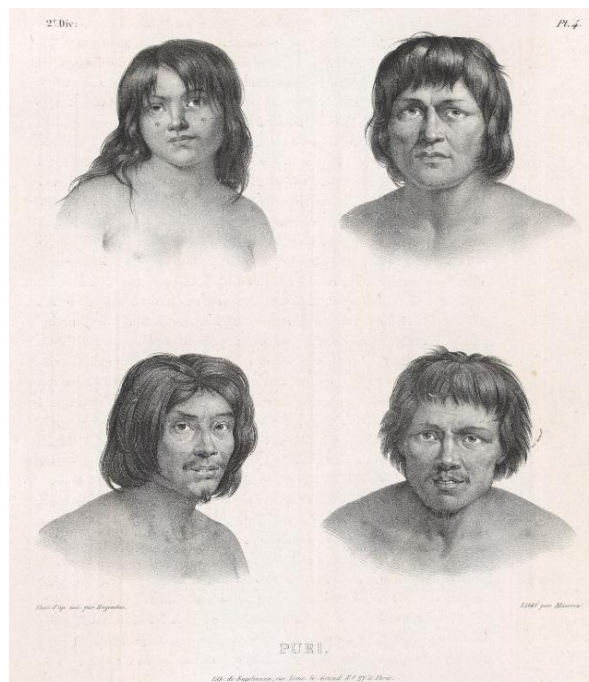


Figura 10: Litogravura - Puri.  
 Autor: Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “Viagem pitoresca através do Brasil”, 1835, p. [gravura 34]

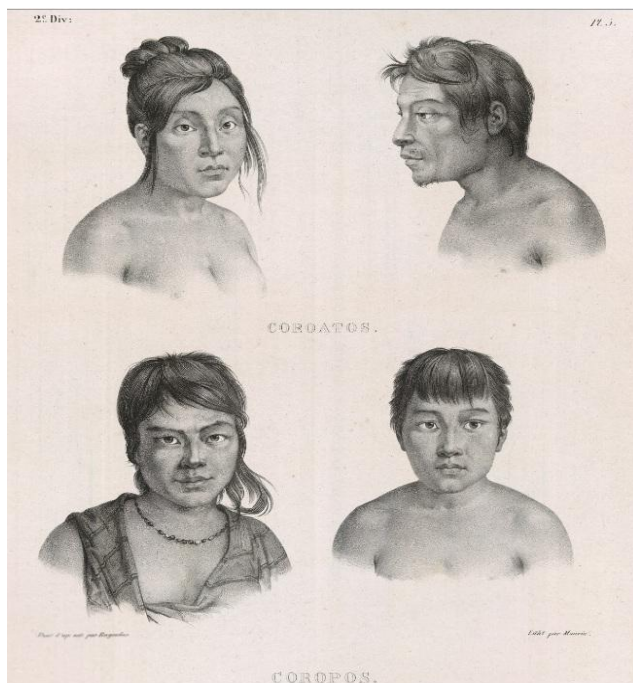


Figura 11: Litogravura - Coroados e Coropós.  
 Autor: Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “Viagem pitoresca através do Brasil”, 1835, p. [gravura 35]



Figura 12: Litogravura - Benguela / Congo.  
 Autor: Pierre Roche Vignerón (1789-1872)  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 39]

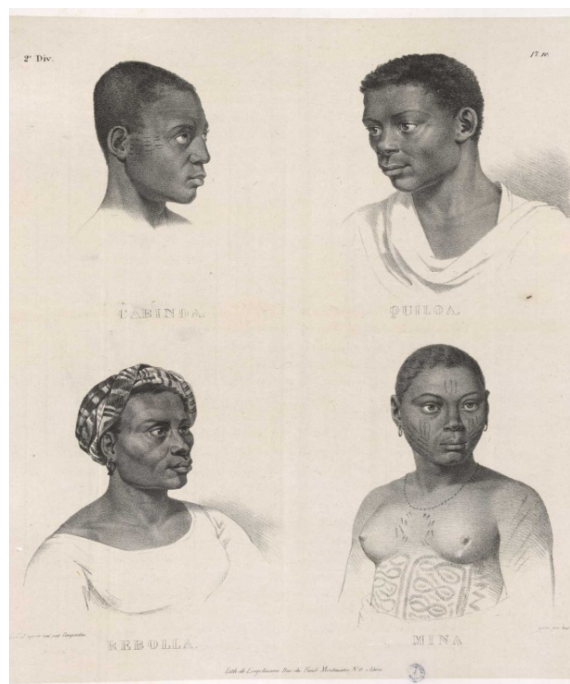


Figura 13: Litogravura - Cabinda / Quiloa / Rebolla / Mina. Autor: Pierre Roche Vignerón (1789-1872).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 40]



Figura 14: Litogravura – Moçambique.  
 Autor: Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850).  
 Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. “*Viagem pitoresca através do Brasil*”, 1835, p. [gravura 43]



Figura 15: Recorte do mapa topográfico e hidrográfico da capitania de Minas Geraes: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo. [17--]. 1 mapa ms, col., 74,5 x 67,5cm em f. 77,5 x 68,8. Desenho a nanquim, aquarelado. Sem indicação de autoria. Em destaque azul, localiza-se o rio da Pomba” na Comarca de Vila Rica. É um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Fonte: Arquivos digitais da Biblioteca Nacional Digital Brasil. Adaptação: Elza Vieira - Abril/2023.



Figura 16: S. Manoel Mátyr. Lithogravura de Lopes & Bastos, R. N. dos M'e N° 12 a 14. Lisboa, 1850. Dimensões: 202x111mm. In: Soares, 1955, p. 104. Digitalização e adaptação: Elza Vieira - Julho/2023.



Figura 17: Pintura policromada de forro de madeira representando o mártir São Manoel. Séc. XVIII – MG. Fotógrafo: André Brasil – 2007.



Figura 18: Imagem retabular de São Manoel. Escultura Sacra. Séc. XVIII. Fotógrafo: André Brasil – 2007.



Figura 19: Imagem menor de São Manoel trazida pelo Padre Manoel de Jesus Maria. Século XVIII. Autoria desconhecida. Rio Pomba/MG. Foto Elza Vieira – Dezembro/ 2021.



Figura 20: Imagem de São Manoel após a restauração em 2021. Século XVIII. Autoria atribuída: Aleijadinho. Rio Pomba/MG. Foto Elza Vieira – Dezembro/ 2021.





Figura 21: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (2ª metade do Século XIX). Vista da fachada frontal, retábulo-mor, nave e retábulos colaterais. Guarará/MG. Fotos: Elza Vieira - Março/2021.



Figura 22: Carl Hermann Conrad Burmeister (1807-1892). Vila da Pomba vista a partir do sul. 1853. Litografia colorida (Prancha VII). Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital USP.



Figura 23: H. Burmeister. Vila da Pomba vista a partir do sul. 1853. Litografia colorida – recorte central.  
 Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital USP.  
 Adaptação: Elza Vieira - Julho/2023.



Figura 24: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vista da fachada frontal e lateral direita. Descoberto/MG. Foto: Elza Vieira - Julho/2023.



Figura 25: Igreja de Santo Antônio. Vista da fachada frontal e lateral direita. Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, Piranga/MG. Fonte: <<https://www.facebook.com/bomjesusdobacalhau/photos>>.



Figura 26: Igreja do Santuário do Bom Jesus de Bacalhau. Vistas da fachada frontal, lateral esquerda. Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, Piranga/MG. Fonte: <<https://www.facebook.com/bomjesusdobacalhau/photos>>.



Figura 27: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vista do interior: nave, capela-mor, corredores laterais, tribuna e coro. Descoberto/MG. Fotos e montagem: Elza Vieira - Julho/2023.



Figura 28: Igreja de Santo Antônio. Vista do interior: nave, capela-mor, corredores laterais, tribuna e coro.  
Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, Piranga/MG.

Fonte: <<https://www.facebook.com/bomjesusdobacalhau/photos>>.



Figura 29: Comparação entre a litogravura de Hermann Burmeister e uma vista geral atual do centro urbano da cidade de Rio Pomba considerando o mesmo ponto de visada. A Igreja Matriz de São Manoel encontra-se ao centro (seta amarela) e a Igreja do Rosário no alto (seta vermelha). Fonte da Fotografia: Foto aérea produzida por equipamento eletrônico digital – Droner. Dezembro/2021. Arquivo pessoal da autora.

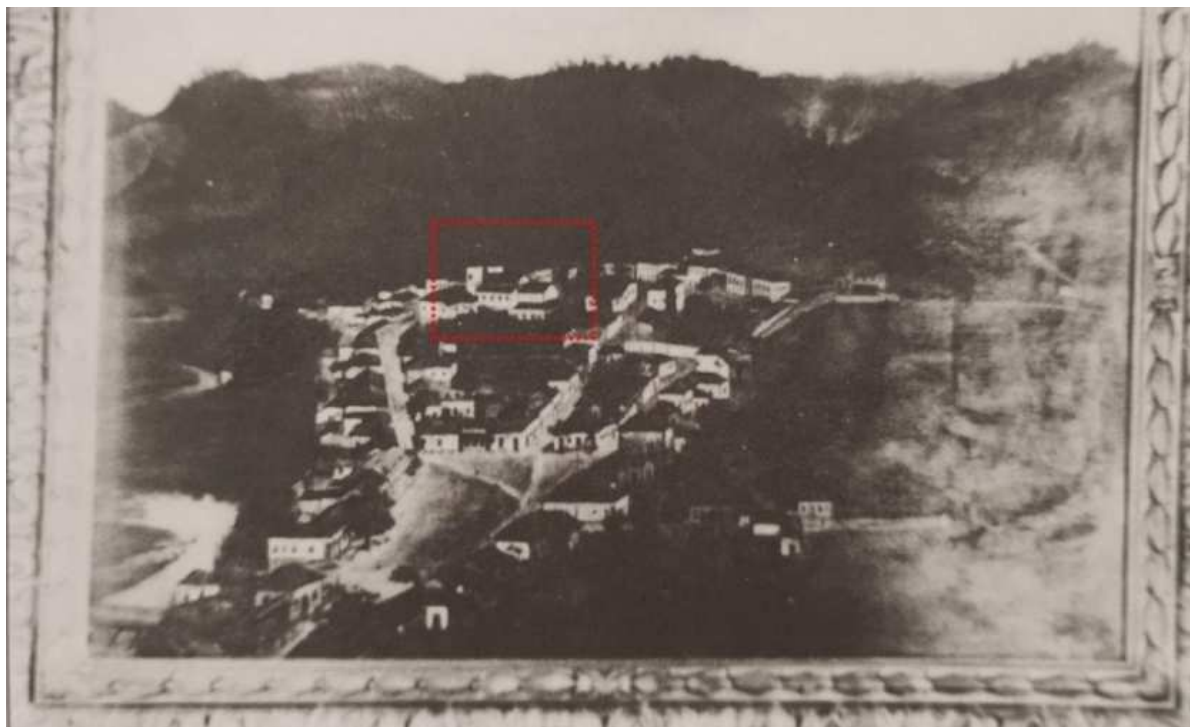


Figura 30: Cidade de Rio Pomba/MG. Em destaque, observa-se a Igreja Matriz de São Manoel com duas torres frontais. Pintura a óleo sobre tela. Autor: Evangelista da Costa. Data: 1884. Reprodução fotográfica em preto e branco. Fonte: Santiago, 1991, p.103. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2023.



Figura 31: Recorte central da Fig. 27: Volumetria da Igreja Matriz de São Manoel com duas torres frontais. Pintura a óleo sobre tela. Autor: Evangelista Costa. Data: 1884. Reprodução fotográfica em preto e branco. Fonte: Santiago, 1991, p.103. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2023.

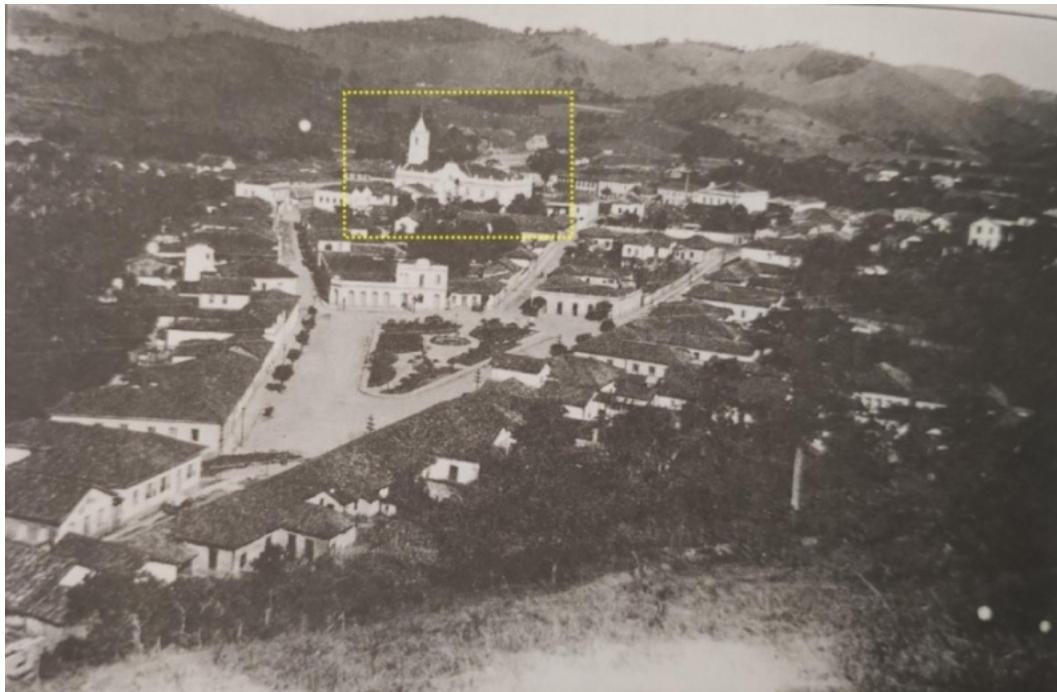


Figura 32: Cidade de Rio Pomba. Vista parcial do centro. Em destaque encontra-se a Igreja Matriz construída em 1920, com torre central. Fotografia em preto em branco. Acervo do Museu Histórico Municipal de Rio Pomba/MG. Autor: S/r. Data: 1943. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Agosto/2023.

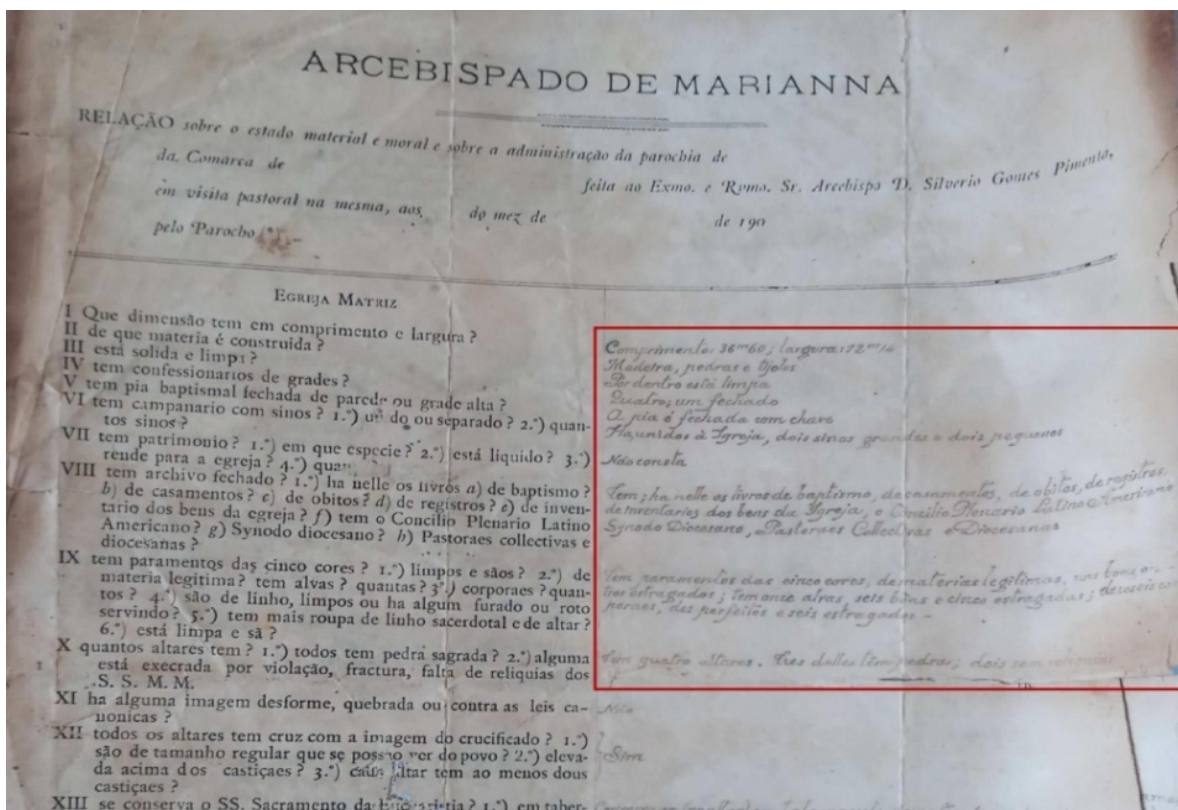


Figura 33: Recorte da ficha de avaliação da Igreja Matriz de São Manoel preenchida pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz. Fonte: APSM. Livro de receitas e despesa da Igreja São Manoel. Circular D. Helvécio, 1910, p. 1. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Outubro/2023.





Figura 34: Igreja Matriz de NªSª da Conceição. Vista da fachada frontal, nave e capela-mor. Senador Firmino/MG. Fotos/Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.



Figura 35: Igreja Matriz de NS do Bonfim. Vista da fachada frontal, nave e capela-mor. Aracita/MG. Fotos/Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.

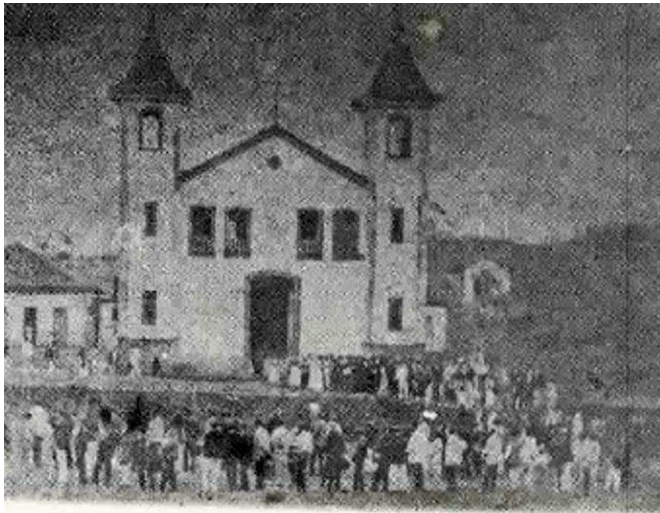


Figura 36: Antiga Igreja Matriz de São João Batista (Século XIX). Visconde do Rio Branco/MG. Data 1902. Autor: S/r.  
Fonte: <<https://www.facebook.com/vrbmgbrasil>>.



Figura 37: Atual Igreja Matriz de São João Batista (1907). Eclética – neo-gótica de torre central. Visconde do Rio Branco/MG.  
Foto: Elza Vieira – Julho/2023.



Figura 38: Atual Igreja Matriz de São João Batista. Construída por volta de 1907, eclética – neogótica de torre central. Vista do interior: nave a altar. Visconde do Rio Branco/MG. Foto: Elza Vieira – Julho/2023.



Figura 39: Antiga Igreja Matriz de N.ª.S.ª das Dores (1810, Colonial/duas torres). Vista da fachada frontal e lateral esquerda. Dores do Turvo/MG. Data 1940. Autor: S/r. Fonte: Museu Virtual de Dores do Turvo-MG.



Figura 40: Atual Igreja Matriz de N.ª.S.ª das Dores, construída em 1942, eclética – neorromânica, com duas torres. Dores do Turvo/MG. Foto: Elza Vieira - Junho/2018.



Figura 41: Atual Igreja Matriz de N.ª.S.ª das Dores, construída em 1942, eclética – neorromânica, com duas torres. Vista do interior: capela-mor. Dores do Turvo/MG. Foto: Elza Vieira - Junho/2018.

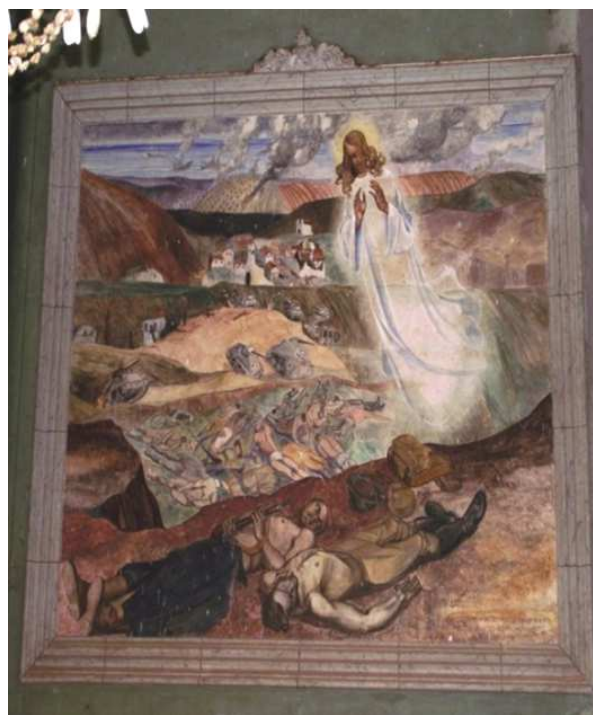


Figura 42: Igreja Matriz de N.ª.S.ª das Dores. Detalhe da pintura de Edson Motta existente no interior da Igreja Matriz de N.ª.S.ª das Dores. Pintura parietal à óleo, datada de 1943. Dores do Turvo/MG. Foto: Elza Vieira - Junho/2018.



Figura 43: Igreja Matriz de NªSª da Conceição (Colonial/Império/duas torres). Vista externa (fachadas) e interna (nave e capela-mor). Rio Novo/MG. Data: Década de 1950 – século XX. Fonte: Portal da Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais. Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.



Figura 44: Igreja Matriz de NªSª da Conceição (moderna/uma torre). Vista da fachada frontal da edificação atual que segue as linhas do Modernismo das décadas de 60 e 70 do século XX. No interior, o altar é dedicado a Jesus Cristo. NªSª da Conceição se tornou uma devoção secundária. Rio Novo/MG. Fotos/Montagem: Elza Vieira - Junho/2023.



Figura 45: Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia (Colonial/Império/duas torres). Vista da fachada frontal e do interior – capela-mor. Viçosa/MG. Data: Maio/1955. Autor: s/r. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH-UFV). Montagem: Elza Vieira - Agosto/2023.

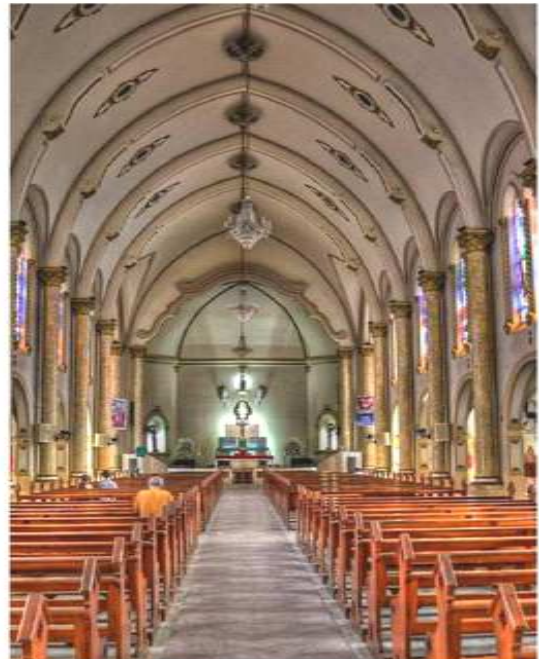


Figura 46: Atual Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia. Construída entre 1955 - 1960, eclética – de torre central. Viçosa/MG. Fotos: Elza Vieira - Agosto/2023.



Figura 47: Antiga Igreja Matriz de São João Nepomuceno construída em 1840. Vista da fachada frontal e lateral esquerda. São João Nepomuceno/MG. Data: 1905. Autor: s/r.  
Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.



Figuras 48: Igreja Matriz de São João nepomuceno. Vista da fachada frontal e do interior – nave e capela-mor. São João Nepomuceno/MG. Fotos: Elza Vicira - Agosto/2023.



Figura 49: Retábulo/Classicismo.  
Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44.  
Desenho de Lúcio Costa.



Figura 50: Romanicismo.  
Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44.  
Desenho de Lúcio Costa.



Figura 51: Goticismo.  
Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44.  
Desenho de Lúcio Costa.



Figura 52: Renascentismo.  
Fonte: Revista do SPHAN, 1941, Fig. IV, p. 44.  
Desenho de Lúcio Costa.

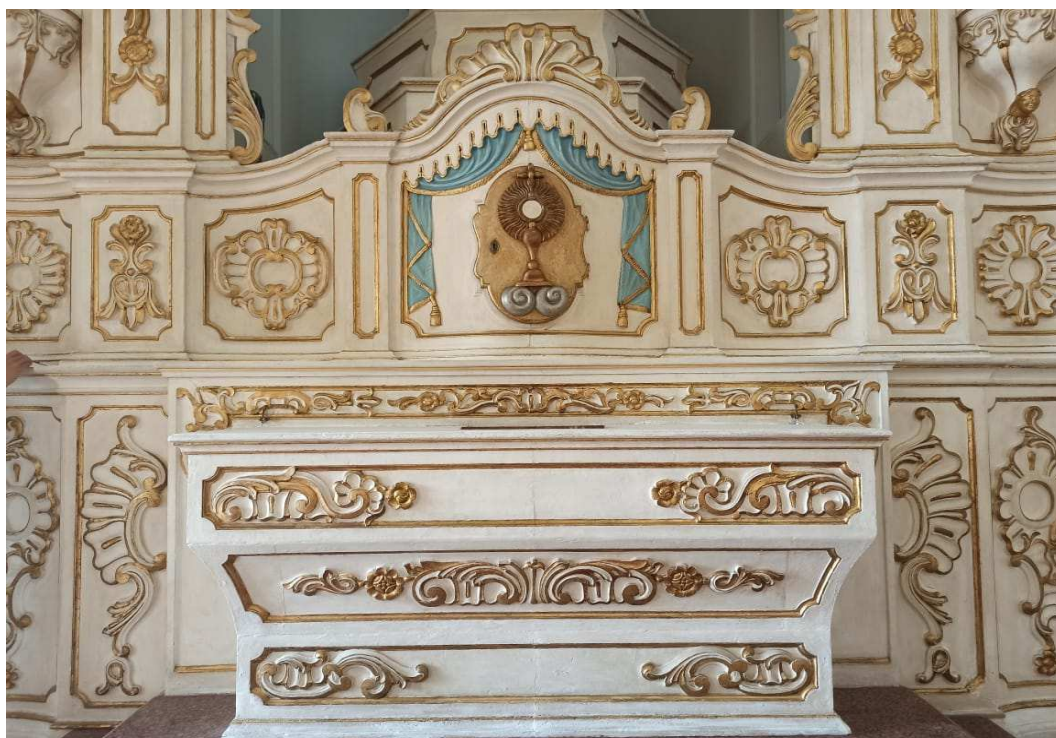


Figura 53: Detalhes da base (sotabanco e banco): mesa do altar à frente, banquetas e sacrário posteriores.  
Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



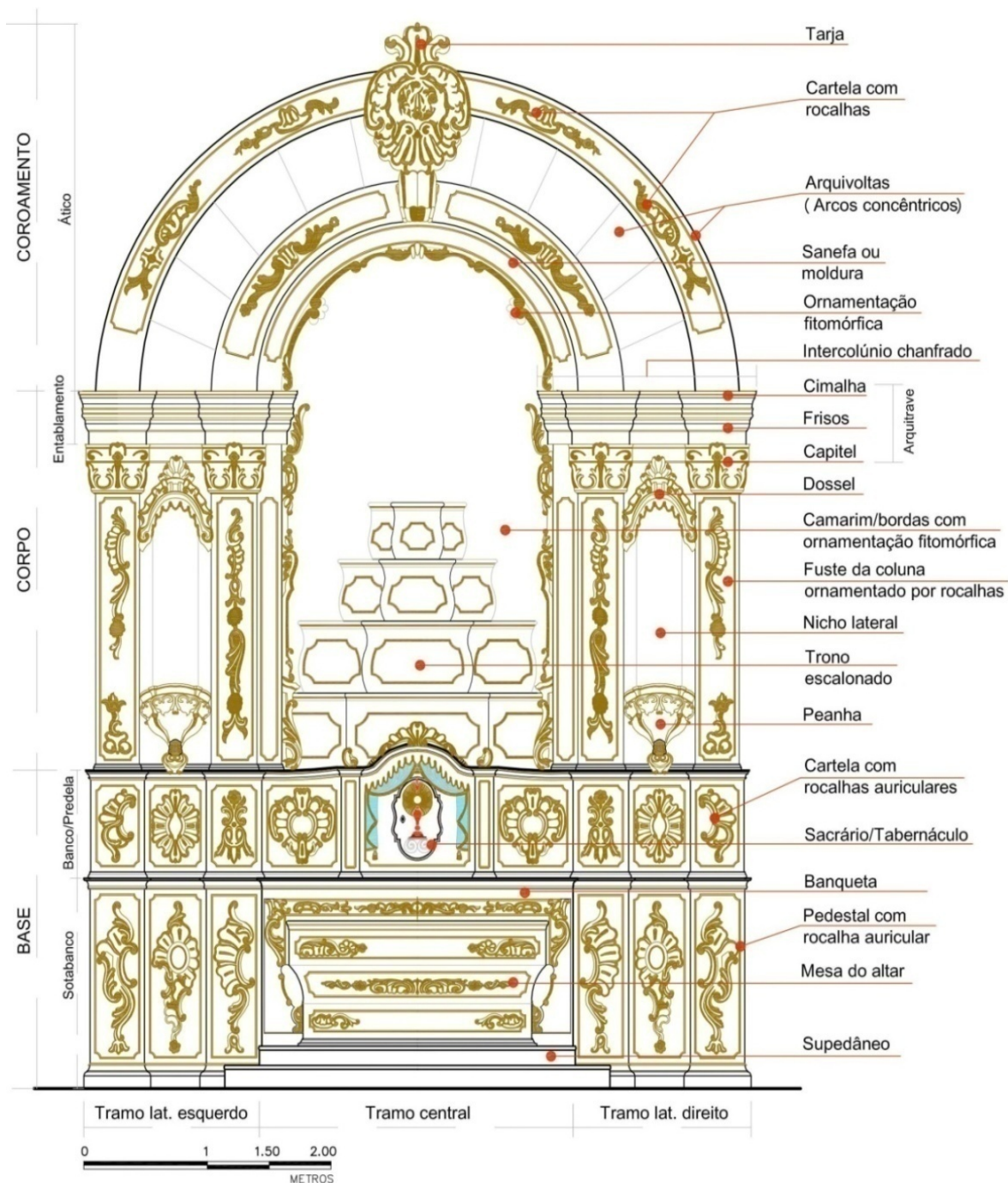


Figura 54: Representação gráfica do retábulo da Igreja Matriz de São Manoel. Nomenclatura das partes componentes. Desenho realizado por computação gráfica – software AutoCad. Elaboração: Elza Vieira - Março/2020



Figura 55: Retábulo da Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba. Vista frontal. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



a



b

Figuras 56 e 57: Tarja (a) e rocalhas (b) decorativas. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Figura 58: Detalhe do corpo central/painel lateral à esquerda com a imagem de São José. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Foto 59: Detalhe do corpo central/painel lateral à direita com a imagem N.ª.S.ª da Conceição. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Figura 60: Retábulo-mor da Igreja Matriz de N.º. S.º do Bonfim (2ª metade do Século XIX). Vista frontal. Aracitaba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Figura 61: Retábulo lat. direita da Igreja Matriz de N.ª.S.ª do Bonfim (1ª metade do Século XIX). Vista frontal. Aracitaba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Figura 62: Retábulo lat. esquerda da Igreja Matriz de N.ª.S.ª do Bonfim (1ª metade do Século XIX). Vista frontal. Aracitaba/MG. Foto: Elza Vieira - Outubro/2022



Figura 63: Retábulo-mor da Igreja Matriz de São João Nepomuceno (1ª metade do Século XIX). Vista da fachada frontal e interior. São João Nepomuceno/MG. Fonte: <<http://www.saojoaonepomuceno.org/>>.



Figura 64: Retábulo-mor da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (2ª metade do Século XIX). Vista frontal. Guarará/MG. Fotos: Elza Vieira - Março/2021.



Figura 65: Retábulo-mor da Igreja de N.ª.Sª da Boa Morte (1ª metade do Século XIX). Vista frontal. Piranga/MG. Fonte: <<https://www.facebook.com/parokiadepiranga>>.



Figura 66: Retábulo-mor da Igreja Matriz de N.ª. S.ª. da Piedade (1862). Vista frontal.  
Piacatuba/MG. Fonte: <<https://www.facebook.com/paroquiansiedade72>>.





Figura 67: Retábulo-mor da Igreja de Santo Antônio (Século XVIII).  
Vista frontal. Itaverava/MG. Fonte: <<https://www.facebook.com/parouqiaitaverava>>.



Figura 68: Desenho proposto para a fachada frontal da Igreja Matriz de São Manoel. Autor: J. Menezes. Nanquim sobre papel vegetal.  
Data: Outubro/1910. Fonte: Arquivo do MHRP.  
Foto: Elza Vieira – Novembro/2022

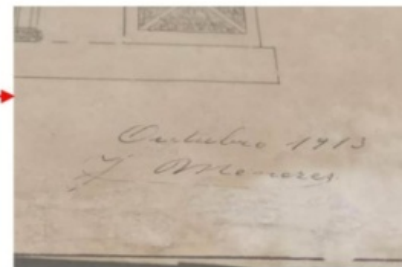


Figura 69: Detalhe da assinatura do autor do projeto e data de elaboração do desenho: “Outubro 1913” e “J. Menezes”.



Figura 70: Igreja Matriz de São Manoel. Proposta para as fachadas laterais. Autor: J. Menezes. Nanquim sobre papel vegetal. Data: Outubro/1910. Fonte: Arquivo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2022

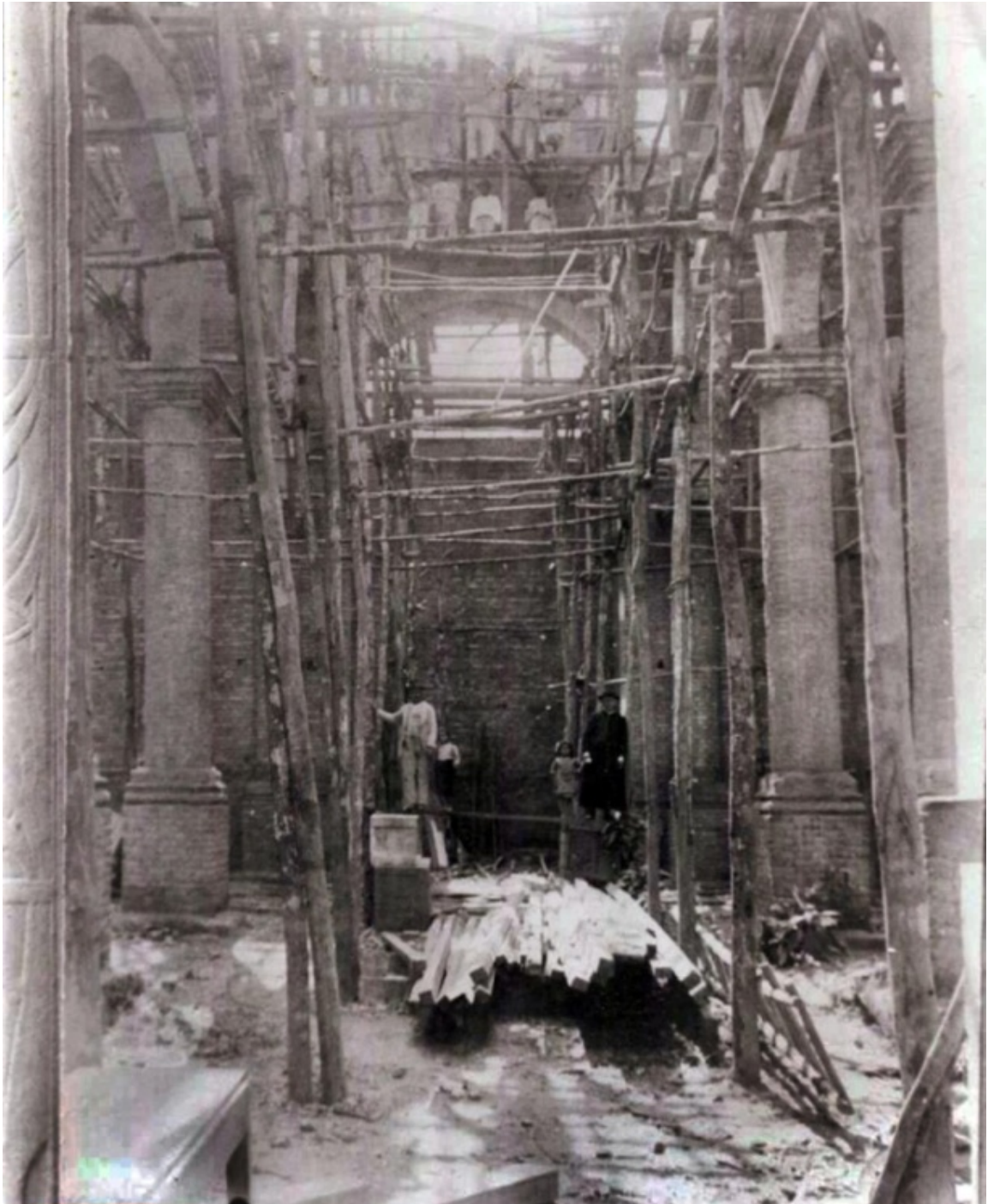


Figura 71: Interior da igreja em construção entre 1914 – 1918. À direita está o Padre Calisto com a sobrinha Cecília; à esquerda, Quirico Marini com seu filho Alaude. Fonte: Acervo fotográfico do MHRP. Autor: S/r. Digitalização: Elza Vieira – Dezembro/2019.

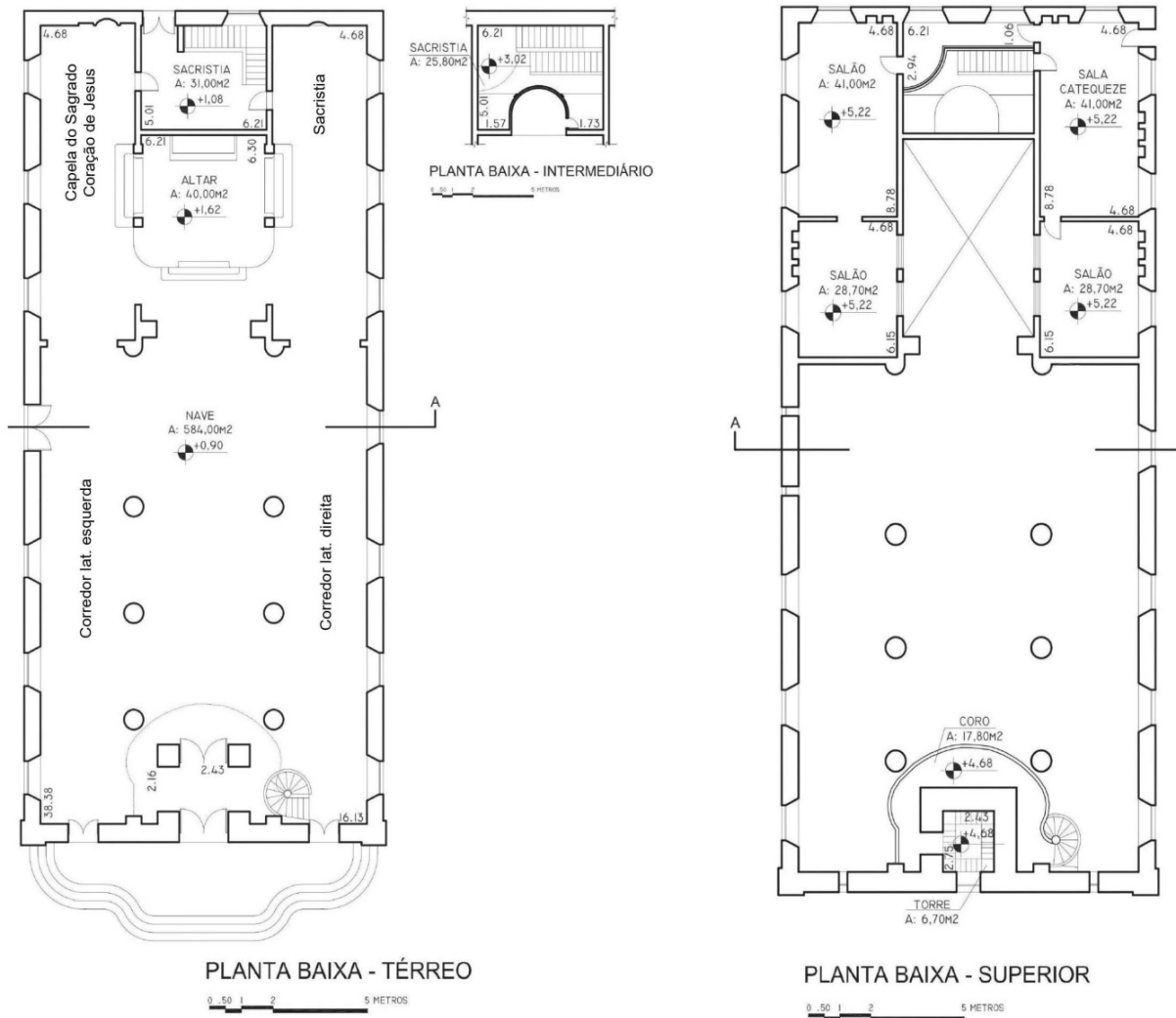


Figura 72: Levantamento cadastral. Planta baixa da Igreja Matriz de São Manoel: pavimento térreo e andar superior. Fonte: Dossiê, 2010, p. 53-54. Digitalização e adaptação: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 73: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – nave e capela-mor.  
Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 74: Igreja Matriz de São Manoel: vista do interior – capela-mor e entrada principal.  
Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 75: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada frontal.  
Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 76: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada frontal e lateral esquerda.  
Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 77: Igreja Matriz de São Manoel. Vista da fachada lateral esquerda e posterior.  
Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.





Figura 78: Igreja Matriz de São Manoel. Montagem de comparação. Rio Pomba/MG.  
Elaboração: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 79: Igreja Matriz de São Manoel. Proposta fachada frontal – detalhe central: óculo. Data: 1913.  
Autor: J. Menezes.  
Rio Pomba/MG.  
Digitalização: Elza Vieira – Novembro/2020.



Figura 80: Igreja Matriz de São Manoel. Foto da fachada frontal – detalhe central: óculo. Data: 1925.  
Autor: S/r. Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal de Rio Pomba/MG.  
Digitalização: Elza Vieira - Novembro/2020.



Figura 81: Igreja Matriz de São Manoel. Foto fachada frontal – detalhe central: óculo.  
Rio Pomba/MG.  
Foto: Elza Vieira - Dezembro/2023.

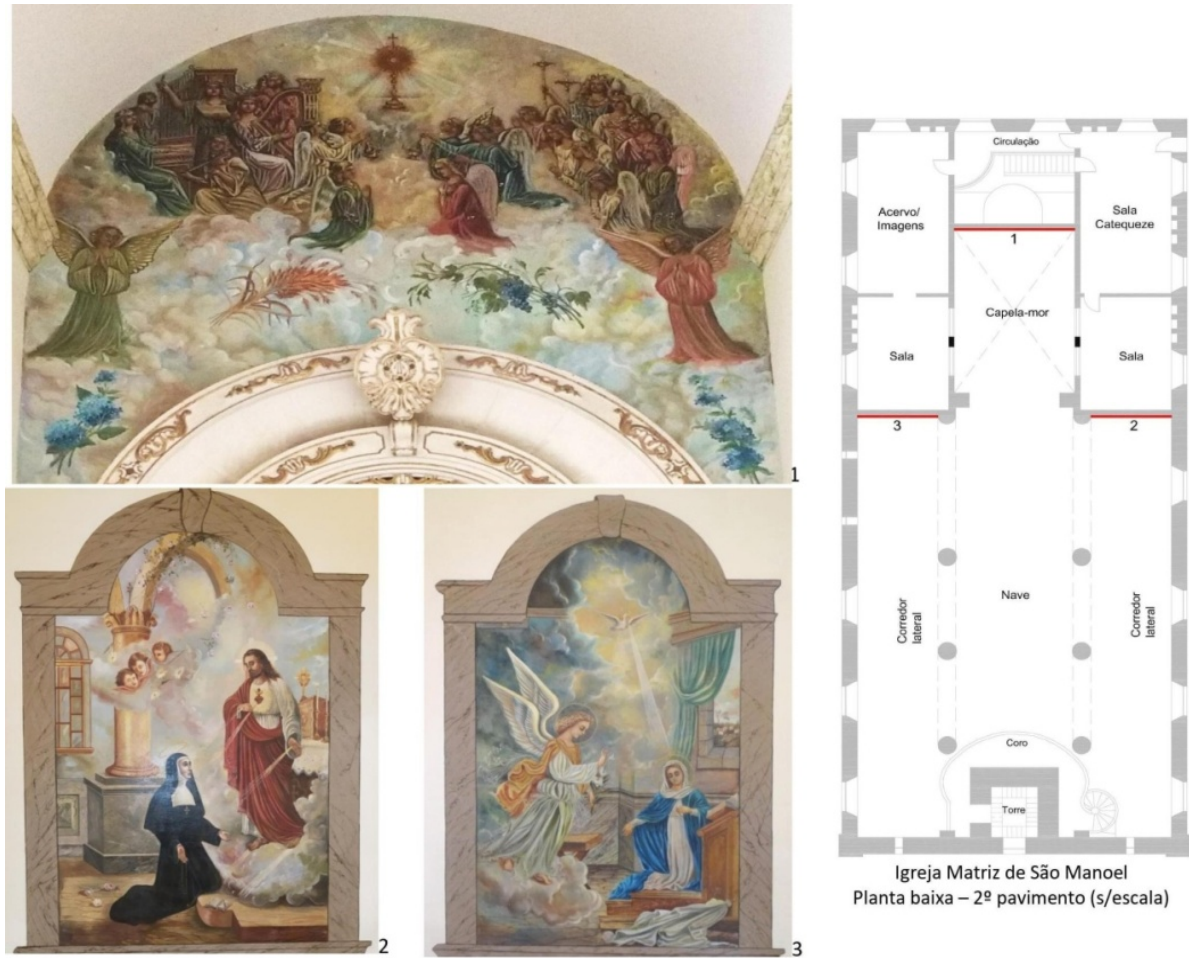


Figura 82: Painéis parietais e sua localização no interior do templo. Igreja Matriz de São Manoel. Rio Pomba/MG. Fotos e elaboração: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 83: Painéis parietais dos quatro evangelistas e sua localização no interior do templo. Igreja Matriz de São Manoel. Rio Pomba/MG. Fotos e elaboração: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 84: Pintura: “São João Evangelista” feita por Antônio Porfírio/1940. Fonte: IPAC/2010 – Secretaria de Cultura de Turismo. Rio Pomba/MG.



Figura 85: Pintura: “São João Evangelista” com as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1990. Ano 2020. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 86: Pintura: “São Mateus Evangelista” feita por Antônio Porfírio/1940. Fonte: IPAC/2010 – Secretaria de Cultura de Turismo. Rio Pomba/MG.



Figura 87: Pintura: “São Mateus Evangelista” com as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1990. Ano 2020. Rio Pomba/MG. Foto: Elza Vieira – Dezembro/2023.



Figura 88: Igreja Matriz de São Manoel. Vista do interior. Pintura sobre o retábulo-mor executada por Antônio Porfírio. Fonte: IPAC/2010 – Secretaria de Cultura de Turismo. Rio Pomba/MG.



Figura 89: Igreja Matriz de São Manoel. Vista do interior. Pintura sobre o retábulo-mor com retoques feitos por Liliu de Calambau, em 1996. Foto: Elza Vieira - Novembro/2022.



Figura 90: Painel com o tema: “Anunciação da Virgem Maria”. Antônio Porfirio/1940 e as intervenções feitas por Benedito Carmo Soares/1990. Rio Pomba/MG. Foto Elza Vieira – Dezembro/2020

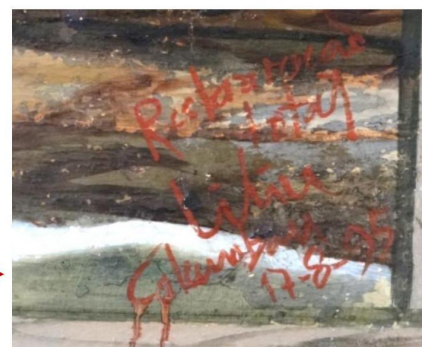


Figura 91: Detalhe da assinatura de Liliu. Ano 2020. Rio Pomba/MG. Foto Elza Vieira – Dezembro/2020.

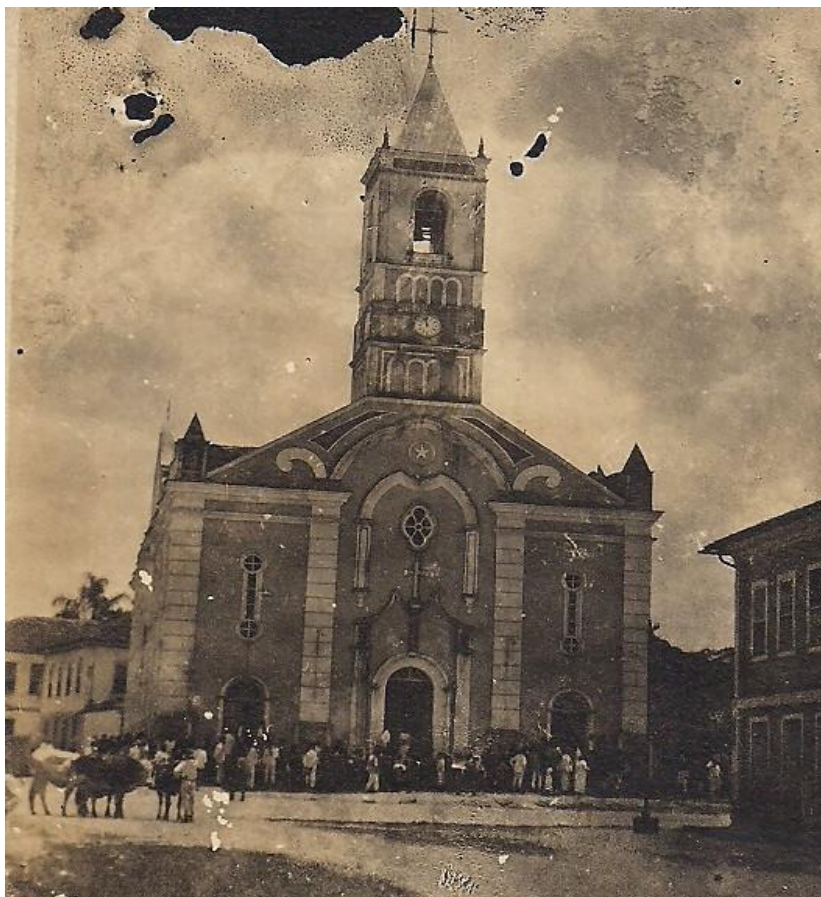


Figura 92: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São Manoel. Ano 1925. Autor desconhecido.  
 Fonte: Arquivo do MHRP/MG. Digitalização: Elza Vieira - Novembro/2020.



Figura 93: Representação gráfica da fachada lateral esquerda da Igreja Matriz de São Manoel. Elementos que alusão ao neocolonial: 1 – frontão em arcos; 2 – volutas; 3 – platibanda ritmada com pináculos.  
 Elaboração: Elza Vieira - Dezembro/2023.



Figura 94: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São José construída em 1883. Eclética/Neoclássica. Além Paraíba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 95: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São José construída em 1883. Eclética/Neoclássica. Além Paraíba/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 96: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, construída em 1886. Eclética/Neoclássica. Mar de Espanha/MG. Foto: Elza Vieira – Setembro/2023.

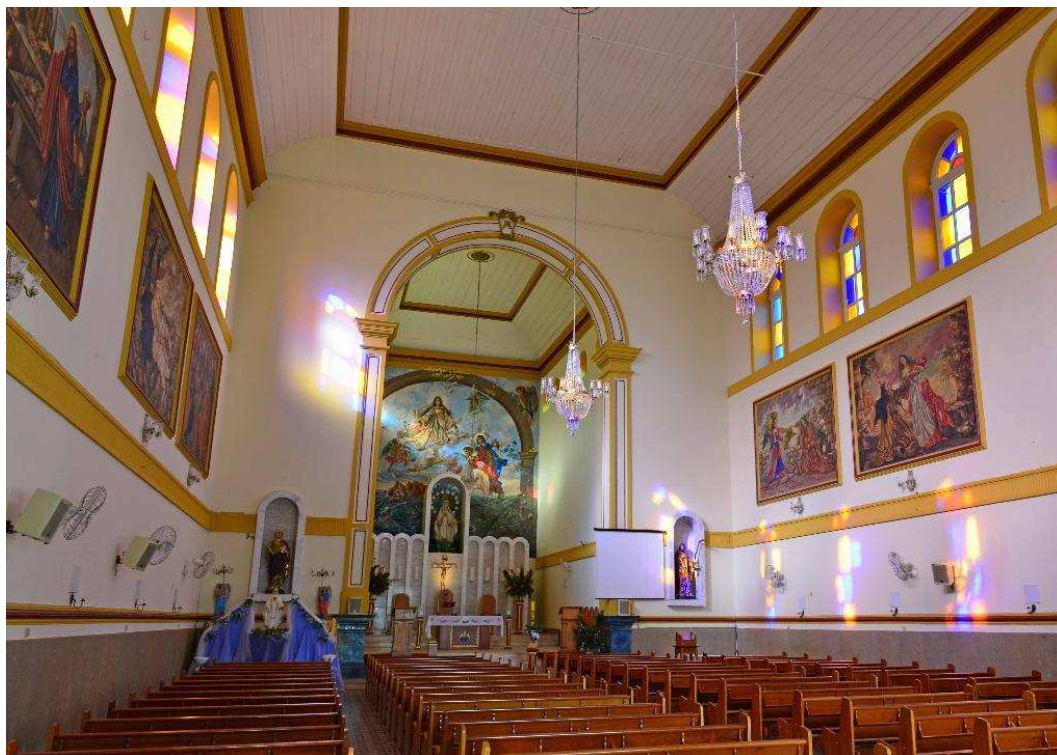


Figura 97: Vista do interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês. Eclética/Neoclássica. Mar de Espanha/MG. Foto: Elza Vieira – Setembro/2023.





Figura 98: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São João Nepomuceno após a reforma de 1905. Eclética/torre central. São João Nepomuceno/MG. Foto: Elza Vieira - Agosto/2020.

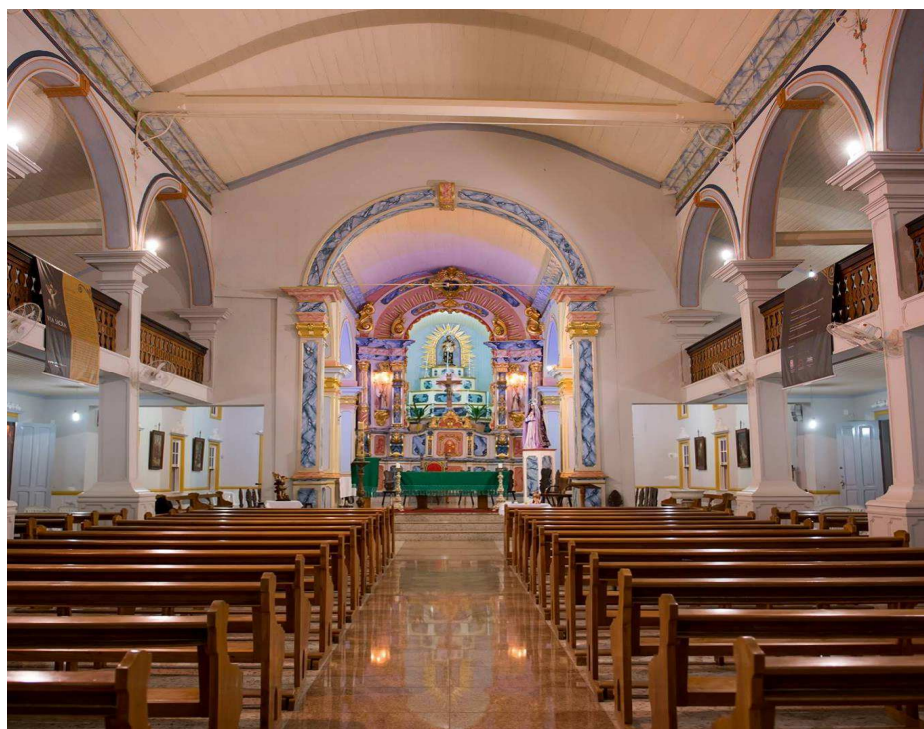


Figura 99: Vista do interior da Igreja Matriz de São João Nepomuceno após a reforma de 1905. Eclética. São João Nepomuceno/MG. Foto: Elza Vieira - Agosto/2020.



Figura 100: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São João Batista, construída entre 1907 – 1917. Eclética/Neogótica. Visconde do Rio Branco/MG. Foto: Elza Vieira – Agosto/2023.



Figura 101: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de São João Batista, construída entre 1907 – 1917. Eclética/Neogótica. Visconde do Rio Branco/MG. Foto: Elza Vieira – Agosto/2023.



Figura 102: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de N.ª. S.ª das Mercês, construída em 1914 – 1925. Eclética/Neogótica. Mercês/MG. Foto: Elza Vieira - Julho/2023.



Figura 103: Vista do interior da Igreja Matriz de N.ª. S.ª das Mercês, construída em 1914 – 1925. Eclética/Neogótica. Mercês/MG. Foto: Elza Vieira - Julho/2023.



Figura 104: Vista da fachada frontal da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída entre 1914-1955. Eclética/Romantismo. Viçosa/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 105: Vista do interior da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída entre 1914-1955. Eclética/Romantismo. Viçosa/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 106: Vista da fachada frontal e lateral direita da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1960 e 1970. Modernista. Rio Novo/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.



Figura 107: Vista do interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1960 e 1970. Modernista. Rio Novo/MG. Foto: Elza Vieira – Novembro/2023.

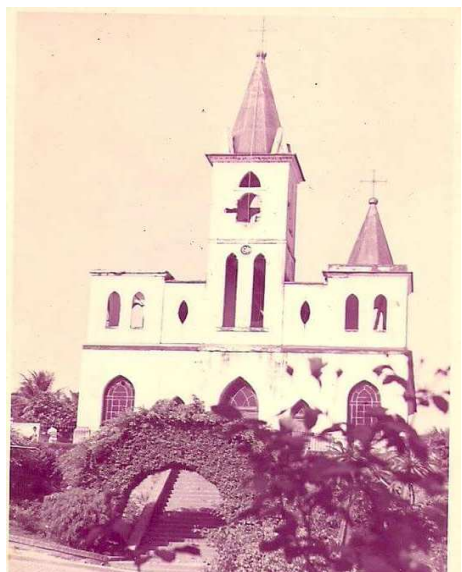


Figura 108: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1865, durante o processo de demolição em 1966. Eclética/Neogótica. Astolfo Dutra/MG. Fonte: <<https://www.facebook.com/100068375034414/posts/1170463229639668/>>.



Figura 109: Vista da fachada frontal da igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1966. Modernista – Projetada por Flavio Almada. Astolfo Dutra/MG. Foto: Elza Vieira - Agosto/2023.



Figura 110: Vista do interior da igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua construída em 1966. Modernista – Projetada por Flavio Almada. Astolfo Dutra/MG. Foto: Elza Vieira – Agosto/2023.



ANEXO III – Transcrição do requerimento de Padre Manoel de Jesus Maria e resposta de Antônio Francisco Lisboa. Fonte: Arquivo IPHAN – Ministério da Educação e Saúde/Arquivo Público Mineiro.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO  
Códice 186 - Fls. 3(S.G.)  
Ano de 1771

IGREJA MATRIZ DO MARTIR SÃO MANOEL E DOCUMENTO DO ALEIJADINHO

Illmo e Exmo. Snr.// Diz o Padre Manoel de Jesus Maria Vigario dos Indios que o Sup.<sup>o</sup> alcançou de V.Exã (ilegivel) pã Se por em praça a Igreja Matriz do Martir Sam Manoel, Erecta em beneficio da Cristianização dos Indios dos Certoens do Rio da Pomba, para o q Se fes Risco, para Se fazer com Sua Capelinha mor e Corpo, e como V.Exã fôí Servido por ultimo mandar Rematar tão Somente a Capella mor, e indo os Offeceaes a dar principio as madeiras e a fazer na Aldeia Sua Rossa, para em tendo mantimentos, hir continuar a obra; estes declaráo ao Sup.<sup>o</sup> que a dita Capella mor não tem mais de vinte e cinco palmos de Comprido; e parecendo ao Sup.<sup>o</sup> que Seria emgano delles, lhes pedio o Risco, e o mando a medir pelo Arquitecto Antonio Francisco Lisboa, o qual fez a declaração junta, que não tem mais de vinte e quatro palmos de comprimento, pela medição, e que fazendose o Camarim na forma que aponta a condição e foi arrematada, vem a ficar muito pouca distancia, entre o Arco, e o presbiterio para nelles Se acomodar algumas pessa e diz o mesmo Arquitecto, que necessita ao menos de mais vinte palmos de comprimento, e na largura Seis palmos, e porque emquanto Se não Levantáo os Esteyos pode ter Remedio com mais facilidade Recorre o Suplicante a grandeza de V.Exã para que attendendo a q só se faz a Capella mor, Se digne V.Exã parecendo justo mandar lhe algua providencia, para que não fique esta obra tão defeituosa, por Ser dedicada ao culto Divino, e a Cristianização dos Indios, mandando vir V.Exã aos Rematantes para lhes dar a providencia de Se fazer a obra com o acrescimo que Se aponta, e com a declaração de que quando se fizer o Retabulo, se faça hum Sacrario, que ha de Ser muito preciso para alguas occasioens, que nem no Riscon nem nas condições se fala nelle, e Se pode no mesmo incluir hua Pia Baptismal, e a Sancrhistia asoalhada para o que Pede a V.Exã seja Servido parecendo justo mandar os Rematantes para lhes dar a providencia de Se fazer a capella mor com o acrescimo mencionado, para que não fique a dita obra com tão grande defeito, e possa ficar de hum lado a Pia Baptismal e algumas Sepulturas, visto não se fazer corpo, attendendo V.Exã que a dita Capella, não só hé util para a cristianização dos Indios, como tambem por Se povoar aquelle certáo de que Se Seguirá aumento aos Reaes interesses de Sua Magestade. E.R. M.<sup>ce</sup> o Papel junto ao mesmo reqrº

Medi o Risco da Capella mor da Igreja do Martir Sam Manoel dos Indios



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

do Rio da Pomba, achei ter de comprido vinte e quatro Palmos, e de largo dezenove: a Capacidade para o Camarim que Expreça a condição Setima, Sem altar, e presbiterio, achase Só ter Palmos ficando quatorze Livres até ao Arco cruzeiro na forma do Risco; porem em déz palmos Se não pode meter condição com que foi rematada esta obra para nelle Se fazer Trono para o Santo Secarese a passar, dez Palmos: para a Banqueta, Altar, e estrado os vinte e quatro que tam o Risco, Só Sóbra hum palmo, entre Presbiterio, e o Arco; Vila Rica 18 de Março de 1771.

Antonio Francisco Lisboa

Despo de Sua Ex.<sup>ca</sup>

Informe o Dezembargador Provedor villa Rica a vinte e trez de Março de mil Setecentos Setenta e hum// com a Rubrica de Sua Ex.<sup>ca</sup>

Informação do Dez.<sup>or</sup> Provedor da Real Faz.<sup>da</sup>

Illm<sup>o</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.// Por ordem de V.Ex.<sup>a</sup> Se mandou fazer a Capela mor da Igreja dos Indios que Se arematou na Junta da Fazenda Real e que o Corpo que havia Servir de Igreja fosse coberto de Capim como neste Continente, e no Reino há muitas principalmente nas Prayas do Algarve por que chegando o Sitio a ter mais gente e moradores: estes devem fazer o dito Corpo da Igreja, e Se deve o Sup.<sup>e</sup> aComodar com o que Se determinou, e por isso hé inattendivel este requerimento.

V.Exa. mande o que for Servido:

Villa Rica 29 de Mayo de 1771// João Caetano Soares Barreto.//

(Copiado por Paulo Kruger C. Mourão)